



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

INTELECTUAIS, REGIONALISMO E CULTURA POPULAR:

As referências regionalistas de Gilberto Freyre

Antônio Cecílio Barboni Júnior

Brasília, 2021.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

INTELECTUAIS, REGIONALISMO E CULTURA POPULAR:
As referências regionalistas de Gilberto Freyre

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da Universidade
de Brasília/UnB como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Mestre.

Brasília, junho de 2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
INTELECTUAIS, REGIONALISMO E CULTURA POPULAR:
As referências regionalistas de Gilberto Freyre

Autor: Antônio Cecílio Barboni Júnior

Orientador: Prof. Doutor Eduardo Dimitrov (UnB)

Banca: Prof. Dr. Sérgio Barreira de Faria Tavolaro (UnB)
Prof. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri (Unicamp)
Prof. Dr. Stefan Klein (UnB – Suplente)

Sumário

Agradecimentos	6
Introdução	12
1. Identidade, nação e região	18
O espírito nacional	18
Identidades Nacionais e Identidades Regionais	19
A Tradição Regionalista no Brasil	22
Regionalismo em Pernambuco: uma história da decadência	25
2. O Regionalismo Tradicionalista de Gilberto Freyre	37
Artigos da década de 1920	44
Livro do Nordeste	54
Centro Regionalista e Congresso Regionalista	65
O final dos anos 1920	68
3. De 1930 a 1945: impactos culturais da Era Vargas	71
A Revolução de 1930	71
O impacto sobre a vida cultural	75
Freyre no Rio de Janeiro	86
A política cultural da Era Vargas	93
Nordeste	110
Região e Tradição	122
4. O Pós-Guerra até 1952: A geração do TEP e o <i>Manifesto Regionalista</i>	131
Teatro dos Estudantes de Pernambuco: regionalistas sem regionalismo	131
A Conferência de Hermilo em 1946	142
A atuação do TEP	146
Manifesto Regionalista (de 1926?)	150
5. Considerações finais	164

Referências Bibliográficas.....172

Agradecimentos

A escrita deste trabalho foi, em geral, prazerosa e instigante, pois alimentou uma vontade de conhecer, de aprender, de vislumbrar aquilo que para mim ainda era novo. Entretanto nem todos os dias foram flores. Começar a colocar as palavras no papel (ou melhor dizendo, na tela) foi um processo doloroso, em que me vi debatendo com um punhado de sentimentos como insegurança, ansiedade, medo. Deslançar na escrita até conseguir equilibrar o tênue nexo entre as ideias que estavam na minha cabeça e as palavras que cobriam as páginas foi um desafio com o qual eu aprendi bastante. Mas este espaço de agradecimentos não deve ser mais preenchido com meus dilemas internos, e sim com as pessoas que me ajudaram a passar por tudo e ainda assim manter a sanidade mental. Ainda mais num momento tão duro de nossa história como foi o último ano com a pandemia e o isolamento.

Antes, cabe uma menção à CAPES, instituição que financiou minha bolsa de mestrado ao longo dos dois anos. Em um período que a ciência sofre tantos ataques, financeiros e ideológicos, nunca é demais lembrar a importância do investimento no ensino superior, e no meu caso específico na pós-graduação, de forma a incentivar a produção do conhecimento científico em jovens pesquisadores. Sem este investimento o desenvolvimento desta pesquisa não seria possível. Agradeço também à Universidade de Brasília, instituição que sempre terá espaço cativo no meu afeto e nas minhas memórias.

Para continuar devo mencionar meus amigos, os quais com saudade eu lembro ao pensar em nossos encontros pelos corredores e laboratórios do ICS. As conversas, sejam elas intelectuais ou nem tanto, fizeram falta neste último ano e alguns meses. Colegas que viraram amigos, amigos que vieram desde o princípio de minha caminhada pela UnB, conhecidos em minha passagem pela Socius, pelo PET e pelas disciplinas que cursei. Alguns que guardo a saudade por não ver com tanta frequência, como a Sofia, a Alane, o Lucas, o Danilo.

Correndo sempre o risco de ser injusto ao esquecer alguém, ou mesmo por mencionar apenas uma característica, devo citar a competência estatística do Rodolfo, a capacidade de falar sobre praticamente qualquer coisa do Matheus, a incrível erudição do Wanderson, a vontade de viver do Cesar, o respeito pela língua portuguesa do Flávio, a bondade do Tiago. Devo citar também a Júlia, com quem sempre posso desabafar sobre os muitos desafios da docência no

ensino médio. Lembro também do Rodolfo Araújo, que em um áudio despretensioso, ao falar sobre José Lins do Rego e o futebol (uma paixão comum), acabou impactando os rumos desta pesquisa mais do que ele sabe. A vocês, meus caros, um primeiro exemplo de que a pesquisa científica não é mero esforço individual, mas por natureza coletiva.

Outro exemplo que eu não posso deixar de mencionar vem do grupo de pesquisas Arte, Sociedade e Interpretações do Brasil, onde estive vinculado pelos últimos anos. Nele encontrei colegas com os quais pude compartilhar o mesmo interesse de pesquisa, ler e debater textos sobre arte e cultura, crescer intelectualmente e chegar até aqui - além, claro, de compartilhar o mesmo “pai” orientador. Encontrei também leitores para meu trabalho, com os quais pude compartilhar versões que estavam longe de me proporcionar qualquer tipo de segurança. Ainda na qualificação agradeço pela leitura e pelas recomendações da Evellyn, da Marcela, da Thamires, do Mateus. Muitos viraram amigos, como a Marina, braço internacional do grupo; o Eliel, sempre muito sofisticado nas suas observações; a Laísa, caída de paraquedas entre nós; a Ana, sempre sábia nas suas palavras e minuciosa nas leituras, e ainda assim humilde e paciente com os integrantes do grupo.

Lembro-me dos funcionários do ICS, tanto os terceirizados, da segurança à limpeza, que deixavam o prédio do Instituto mais cheio de vida, quanto os técnico-administrativos. Agradeço especialmente às meninas da secretaria do SOL, que sempre me atenderam com prontidão, e por quem guardo profundo carinho. Michelle, Patrícia, Renata e Gabi tornam a vida dos estudantes definitivamente mais fácil e leve.

Aos professores do departamento de sociologia, agradeço àqueles com quem pude estudar neste mestrado, pelos debates de sociologia contemporânea com a professora Berenice, pelas incursões metodológicas sempre práticas da professora Ana Collares, pelas discussões epistemológicas com o professor Fabrício. Agradeço também ao grupo *Literatura e Modernidade Periférica* e à professora Ana Laura, com quem pude desenvolver minha paixão pela literatura como estudante numa disciplina sobre Antonio Candido, que teve impacto considerável neste trabalho.

Agradeço à professora Mariana e ao professor Sérgio que compuseram minha banca desde a qualificação. Foi um prazer ouvi-los naquela oportunidade, e se há algum avanço desta versão com relação àquela ele se deve em grande medida às contribuições que vocês trouxeram.

À professora Mariana agradeço especialmente pela observação com relação ao trânsito transnacional de ideias, que tentei demonstrar melhor nesta dissertação. Não posso deixar de mencionar também o impacto de seus escritos, sobretudo aqueles referentes a José Lins do Rego, que me inspiraram desde a monografia de graduação. Ao professor Sérgio, para além de agradecer pelas observações feitas durante a qualificação e por ter me aceitado como ouvinte em seu curso sobre o pensamento social brasileiro, devo mais uma vez lembrar de meu profundo carinho por você, que foi meu primeiro orientador na UnB, me aconselhando e me ajudando tanto na iniciação científica quanto na já referida monografia. Você sempre foi fonte de inspiração intelectual para mim, tanto pelos seus escritos quanto pela pessoa que você é com relação aos seus estudantes, e por isso tem um papel importante na minha jornada acadêmica.

Ao meu orientador, Eduardo Dimitrov, com quem compartilho os méritos e as limitações deste trabalho, agradeço por todo o suporte, mesmo que nas condições longe das ideias da pandemia, com uma filha chamando aqui, outra filha cutucando ali. Seu trabalho com o grupo de pesquisa formado pelos seus orientandos foi essencial na minha trajetória, e imagino que na de meus colegas. Sua dinâmica de trabalho, na minha forma de entender, proporciona o equilíbrio perfeito entre o orientador que acompanha seus estudantes sem sufocá-los, que lhes dá liberdade sem deixá-los se perderem. Pude aprender muito com você entre as discussões no grupo, nas disciplinas, nos eventos, nas conversas individuais, e estes momentos definitivamente contribuíram para desenvolver as ideias que estão nesta dissertação.

Caminhando para o fim, quero mencionar outros dois pilares que me sustentaram durante esses dois anos de mestrado. Apesar de estarem por último, eles não são de forma alguma menos importantes, muito pelo contrário. Nesse sentido eu agradeço com carinho à CECSE, minha casa de umbanda, espaço que em tantas oportunidades me ajudou nesses anos, especialmente na busca por equilíbrio e a não permanecer caído a cada tombo causado pela pressão e pela insegurança da vida acadêmica. Minha caminhada lá começou quase ao mesmo tempo que o ingresso no mestrado, e por isso é interessante olhar em retrospectiva e perceber meu desenvolvimento nestas duas facetas de minha vida.

Enfim, quero falar de família. Agradeço aos meus pais, Ana e Antônio, sem os quais tenho certeza de que nunca chegaria onde cheguei. Cada passo dado não pode ser explicado sem recorrer aos dois maiores referenciais que tenho. Na doçura do sorriso de minha mãe, na sua

positividade e no seu amor pela vida, na firmeza das palavras de meu pai, na sua capacidade de fazer quase tudo e nos seus conselhos, eu reconheço dois exemplos que me inspiram diariamente. Obrigado por, mesmo nas longínquas terras das Minas Gerais, estarem sempre próximos, derramando carinho e amor, se preocupando e querendo saber se está tudo bem, ajudando com palavras de consolo nos momentos mais difíceis, partilhando os sorrisos a cada conquista.

Há aqui uma presença que passou sem ser mencionada, um fantasma ronda estas páginas de agradecimentos, uma pessoa que fiz questão de mencionar por último para evidenciar sua importância. À Larissa, minha companheira, eu atribuo boa parte da força física, emocional, intelectual e espiritual para escrever este trabalho. Ela está em todos os momentos recentes de minha trajetória acadêmica que relatei até aqui. Da experiência no PET ao grupo de pesquisa, da graduação ao mestrado, dos amigos à família. Larissa foi força motriz em muitos momentos difíceis, foi fonte de inspiração intelectual em vários outros. Ela é uma colega com quem posso debater temas sociológicos que para a maioria das pessoas que vivem neste planeta seriam chatos demais. Ela é uma amiga com quem posso partilhar momentos divertidos, para rir, extravasar, descontraír. Ela é uma companheira com quem posso dividir a intimidade, compartilhar meus receios, minhas inseguranças, meus medos. É quem esteve mais próxima de mim nos últimos anos, é quem compartilha a vida cotidiana comigo, é um exemplo final de que não há trabalho humano que possa ser atribuído a somente uma pessoa.

Resumo: Esta dissertação de mestrado pode ser sintetizada como a busca pelo caminho percorrido por Freyre até a publicação do *Manifesto Regionalista* em 1952. Entretanto, mais que uma história intelectual de Freyre, me interessa a questão: quais imagens, significados e conceitos foram mobilizados para constituir o regionalismo em Pernambuco e de que forma o movimento Regionalista Tradicionalista foi impactado pelo diálogo com outros grupos de intelectuais? Nesse sentido o objeto de análise são os artigos publicados por Freyre na década de 1920 e seu diálogo com outros intelectuais que estavam em Pernambuco e organizaram o movimento regionalista no estado, a exemplo de José Lins do Rego e Moraes Coutinho, além de seu grande opositor, Joaquim Inojosa. Depois o impacto da década de 1930 sobre a reflexão em torno da identidade nacional e da cultura popular, do qual Freyre foi uma parte importante na medida em que contribuiu para a construção do mito das três raças que formariam um país miscigenado e harmônico. Este elemento exemplifica sua participação no Estado Novo, mas outras facetas são importantes, como o contato com intelectuais modernistas como Mário de Andrade e Manuel Bandeira. Por fim o diálogo de Freyre com a geração de estudantes pernambucanos que refletiram sobre as possibilidades de um teatro popular e que reorganizaram as ideias regionalistas em torno dos conceitos de povo e de cultura popular, evidenciando como o debate cultural havia mudado desde a década de 1920. Dessa forma minha pesquisa culmina com a publicação do *Manifesto Regionalista* em 1952, argumentando que ele não pode ser um texto de 1926, como afirmava Freyre, já que, a despeito de algumas continuidades, ele apresenta novidades e rupturas com o debate intelectual estabelecido até o Congresso Regionalista.

Palavras-chave: Gilberto Freyre; Movimento Regionalista Tradicionalista; identidade nacional e regional; cultura popular; Manifesto Regionalista.

Abstract: This master's thesis can be synthesized as the search to follow the path made by Freyre until the publication of the *Manifesto Regionalista* in 1952. However, more than an intellectual history of Freyre, I am interested in the question: which images, meanings and concepts were mobilized for constituting regionalism in Pernambuco and how was the traditionalist regionalist movement impacted by dialogue with other groups of intellectuals? In this sense, the object of analysis are the articles published by Freyre in the 1920s and his dialogue with other intellectuals who were in Pernambuco and organized the regionalist movement in the state, such as José Lins do Rego and Moraes Coutinho, in addition to his great opponent, Joaquim Inojosa. Then the impact of the 1930s on the reflection on national identity and popular culture, in which Freyre was an important part that contributed to the construction of the myth of the three races that would form a mixed and harmonious country. This element exemplifies his participation in the Estado Novo, but other facets are important, such as his contact with modernist intellectuals like Mário de Andrade and Manuel Bandeira. Finally, Freyre's dialogue with the generation of Pernambuco students who reflected on the possibilities of a popular theater and who reorganized regionalist ideas around the concepts of people and popular culture, showing how the cultural debate had changed since the 1920s. Thus, my research culminates with the publication of the Regionalist Manifesto in 1952, arguing that it cannot be a 1926 text, as Freyre claimed, since, despite some continuities, it presents novelties and ruptures with the intellectual debate established until the Regionalist Congress.

Keywords: Gilberto Freyre; Tradicionalist Regionalist Movement; national and regional identity; popular culture; Manifesto Regionalista.

Introdução

O desenvolvimento das identidades nacionais ao longo dos últimos três séculos instiga inúmeras pesquisas e reflexões nas mais diversas áreas do conhecimento humano. Na sociologia Stuart Hall (2000, 2006) foi um dos que sintetizou análises que vieram, sobretudo, da história e da filosofia. Para Hall o conceito de “identidade” ocupa posição central nas reflexões contemporâneas, principalmente a partir da crítica desconstrutiva: “essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas [...]” remetendo à necessidade de sua historização para evidenciar essa natureza (HALL, 2000, p. 108). Ele define o seguinte:

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 2000, p. 111–112).

A preocupação do sociólogo jamaicano-britânico é bem atual, a saber, investigar uma suposta “crise de identidade” que se originou na modernidade tardia, gerando um cenário de fragmentação da identidade centrada na nação e nas classes sociais para diversos outros eixos: gênero, sexualidade, etnia, raça (HALL, 2006, p. 7–9). Entretanto é o próprio Hall quem elucida sobre os equívocos dessa hipótese, que não percebe a multiplicidade da própria identidade nacional e as instabilidades que parecem ser-lhe intrínsecas. Interessa a esta pesquisa, com maior atenção, as identidades regionais que se constituíram em relação próxima com as identidades nacionais.

Logo, eu questiono quais imagens e conceitos foram mobilizados para constituir o regionalismo em Pernambuco e de que maneira o movimento regionalista dialogou com outros grupos de intelectuais? Mais especificamente, o objetivo desta pesquisa é investigar o debate sobre o regionalismo que se produziu em Pernambuco ao longo da primeira metade do século XX. Nesse sentido, a proposta é investigar as discussões que tomaram lugar, sobretudo em Recife durante a década de 1920 e como o regionalismo foi impactado posteriormente pelos acontecimentos da Era Vargas e pela emergência da geração que reorganizou o Teatro dos Estudantes de Pernambuco, culminando com a publicação do *Manifesto Regionalista* em 1952.

A partir das leituras que fiz, identifiquei em Gilberto Freyre a figura que centralizou o debate acerca do regionalismo – ainda que ele não tenha sido o único intelectual envolvido. Daí a opção por buscar o caminho que foi percorrido pelo sociólogo pernambucano até a publicação do *Manifesto*, tentando entender com quem ele dialogou e, em alguns casos, de quem ele tomou por empréstimos as ideias que foram apresentadas naquela que foi a principal síntese do movimento regionalista pernambucano. Entretanto, esse movimento só é possível na medida em que se encara o *Manifesto* não como um texto da década de 1920, e sim como tendo sido redigido nos primeiros anos da década de 1950, hipótese que explorarei melhor ao longo deste texto.

Ressalto que, apesar de ter consciência sobre minha pesquisa estar circunscrita ao regionalismo pernambucano, em muitos momentos me referirei ao Nordeste em sentido amplo. Essa abordagem já causou alguns estranhamentos e questionamentos de colegas no seguinte sentido: houve uma cobrança sobre o fato de que o olhar de intelectuais residentes no Recife não corresponderia à região nordestina como um todo – afirmativa com a qual estou de acordo. Entretanto, o que está em questão para mim é que estes mesmos intelectuais, tendo em Freyre um exemplo central, por mais que estivessem localizados na capital pernambucana, desejavam que sua produção simbólica fosse generalizada para o Nordeste como um todo. Eles se pretendiam porta-vozes da região, por mais que um leitor contemporâneo possa ter suas críticas sobre a representatividade efetiva que eles alcançaram.

Do ponto de vista metodológico terei em mente o trabalho de Simone Meucci sobre o mesmo Freyre que interessa a este trabalho:

Esta análise se inscreve numa área que podemos definir como sociologia das ideias. Neste esforço de interpretação sociológica das ideias sociológicas de Freyre exploraremos basicamente três níveis de leitura: 1) a leitura textual (que se prende à forma mesma do texto), 2) a leitura do autor (que exige a compreensão, ainda que limitada, das possibilidades semânticas e sociais do indivíduo que produziu o texto), 3) a leitura contextual (que confronta a produção do autor ao contexto histórico-social de que ele é produto). Necessário, a um só tempo, observar a obra “de dentro” (em termos de sua estrutura lógica) e “de fora” (em termos dos condicionantes sociais) (MEUCCI, 2006, p. 14).

Estas observações interessam porque refletem o esforço pela análise dos textos que respeita os elementos internos de argumentação sem perder de vista os diálogos que são estabelecidos dentro do campo intelectual. Também contribui para esse propósito a noção de “constelação intelectual” de Mannheim com a qual a própria Meucci dialogou. Portanto, o

recurso a intelectuais que partilharam determinado período histórico com Freyre não foi feito em prejuízo à leitura de suas obras. Pelo contrário, ele assumiu o papel de perceber quais questões foram partilhadas pelas gerações envolvidas e de que forma elas ajudam a compreender mudanças na reflexão do sociólogo pernambucano ao longo dos anos. Recorrendo novamente à autora:

Sobretudo a leitura contextual exige que se definam algumas características fundamentais do ambiente social no qual surgiram as ideias. Trata-se de entender, ainda que de modo geral, a ambiência política, social e intelectual na qual emergem as formulações de um determinado autor. O essencial é, pois, compreender os temas e problemas fundamentais de cada período histórico para os quais são mobilizadas as forças intelectuais. Nos termos de Mannheim, trata-se de compreender a constelação de questões que se constituem como problemas e desafios de uma determinada época (MEUCCI, 2006, p. 14).

Tendo em mente essas observações metodológicas, orientei minha leitura das obras e fontes mobilizadas nesta dissertação com os seguintes objetivos específicos. O primeiro deles foi verificar como se organizou o conceito de regionalismo ou identidade regional nas obras analisadas, no sentido de quais significados foram mobilizados – possivelmente junto a um universo simbólico específico que dialogava com determinadas paisagens, monumentos ou memórias. O segundo objetivo foi identificar quais referências teóricas foram acionadas para a compreensão da região enquanto fenômeno social. O último foi reconhecer como os conceitos de “tradição”, “povo”, “região” e “cultura popular” foram acionados e associados a uma identidade regional específica.

Considerando que Freyre tem uma vasta obra e que a pesquisa de mestrado tem seus limites, o meu objeto terá o seguinte recorte: os artigos publicados no *Diário de Pernambuco* ao longo da década de 1920, incluindo seus ensaios para o *Livro do Nordeste* (1925), além dos livros *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil* (1937), *Região e Tradição* (1941) e *Manifesto Regionalista de 1926* (1952). Soma-se a estas obras aquelas que tentaram interpretar os escritos do sociólogo pernambucano ou reconstituir parte de sua trajetória intelectual sobre o período que me interessa. Ainda vou me ancorar sobre textos que abordam a Era Vargas e a reorganização do TEP feita por Hermilo Borba Filho com vistas a entender o impacto que estes episódios tiveram sobre o sociólogo pernambucano, especialmente no que tange à reflexão sobre cultura popular e a relação entre região e nação.

Por fim, minha dissertação compartilha alguns pressupostos teóricos com trabalhos contemporâneos que se debruçaram sobre a questão das identidades regionais e nacionais. Sobretudo as publicações de Anne-Marie Thiesse e Eric Storm são importantes para romper com a ideia de que o regionalismo pernambucano seria um fenômeno muito específico. Dessa forma eu abro mão de encarar o regionalismo como algo singular para pensá-lo em sua dimensão transnacional e moderna tendo em Freyre uma figura central (STORM, 2010; THIESSE, 1993, 1995, 1999, 2006, 2010).

Essa perspectiva teórica só é possível na medida em que se rompe com o nacionalismo metodológico, ou seja, a análise de casos nacionais isolados que tende a identificar especificidades e singularidades nas suas formações. Do ponto de vista da sociologia da cultura e da sociologia da arte, o que parece se constatar nas últimas décadas é uma tendência de aproximação com as abordagens comparativas entre diversos casos nacionais, que permitem identificar algumas semelhanças entre os fenômenos estudados. Alguns exemplos estão em artigos de Franco Moretti, “Conjectures on World Literature”, e Béatrice Joyeux-Prunel, “Graphs, charts, maps: plotting the global history of modern art”, onde os autores propõem um projeto comparativo transnacional, tal qual Eric Storm, com vistas a superar o olhar possivelmente viciado para a singularidade dos casos nacionais pela via daquilo que eles chamam de “leitura distante” (JOYEUX-PRUNEL, 2017, p. 18; MORETTI, 2000, p. 56–57).

Nesse sentido é possível pensar que Freyre teceu uma rede de contatos extremamente complexa, rede esta que esteve acionada na maioria de seus textos. Ela se constituiu de ao menos três níveis: ao nível local Freyre dialogava com intelectuais que residiam ou residiram no Recife, seja aqueles que ele acionava como exemplos daquilo que seria o “bom regionalismo”, seja aqueles que criticavam o Regionalismo Tradicionalista, acusando-o de provinciano e separatista. Outro grupo importante de diálogo estava no eixo Rio-São Paulo, no grupo modernistas. Entre estes intelectuais o regionalismo encontrou muita resistência de início, até que a maioria deles cedeu, especialmente na década de 1930, conforme posso constatar com o sucesso do Romance de 30. Ao mesmo tempo ele tinha alguns simpatizantes, que facilitaram alguns contatos entre Freyre e Mário de Andrade ainda na década de 1920. O terceiro nível estava na rede construída com intelectuais estrangeiros, que Freyre soube aproveitar para alcançar uma proeminência internacional. Ele dialogou especialmente com intelectuais

franceses ligados ao regionalismo, ilustrando, uma vez mais, o caráter transnacional de seu trabalho. Tentarei explorar melhor cada um desses níveis ao longo deste texto, explicitando os nomes relacionados a cada um deles.

Outro eixo de reflexões teóricas que me inspiram está em Eric Hobsbawm, Benedict Anderson e Durval Muniz. Com eles vou dialogar tendo em mente a superação de uma concepção essencialista da identidade nacional, que tem desdobramentos sobre a questão regional. Logo, interessa pensar como os indivíduos constroem representações sociais que são associadas à nação ou à região, mobilizadas em torno de uma identidade que apela para um passado supostamente comum (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, 2008; ANDERSON, 2008; HOBSBAWM; RANGER, 2008).

A estrutura do texto está pensada da seguinte forma: no primeiro capítulo pretendo delinear o panorama histórico e teórico de reflexões sobre identidade nacional e identidade regional. Assim vou abordar os marcos na Europa, com Eric Hobsbawm e Benedict Anderson, além de passar brevemente pelas reflexões sobre regionalismo de Eric Storm e Anne-Marie-Thiesse. Além deles vou dialogar com Antonio Candido, Alfredo Bosi e José Aderaldo Castello para traçar, a partir da literatura, um cenário representativo da condição intelectual brasileira. Por fim vou me valer da pesquisa de Neroaldo Pontes de Azevedo e de Mariana Chaguri para traçar o ambiente intelectual, político e econômico que permitiu um novo fôlego ao regionalismo na década de 1920 em Pernambuco.

No segundo capítulo realizarei a análise do material publicado por Gilberto Freyre na década de 1920, especialmente os artigos publicados no *Diário de Pernambuco* e seus ensaios para o *Livro do Nordeste*. A ideia é constatar a evolução do pensamento freyreano sobre regionalismo, identificando possíveis influências e alterações que o sociólogo pernambucano raramente reconheceu em sua obra. Nesse sentido, terá papel importante o grupo de intelectuais que estava junto com Freyre no movimento regionalista, como seus amigos José Lins do Rego e Moraes Coutinho, além de seu opositor no campo cultural pernambucano, Joaquim Inojosa.

No terceiro capítulo explorarei o impacto que teve a década de 1930 sobre as reflexões de Freyre, seja a partir da Revolução de Vargas ou da política cultural que foi estabelecida até 1945, quando teve fim o Estado Novo. Ao que me parece esse período foi importante no sentido de propiciar uma virada nas preocupações do sociólogo pernambucano, que passou a abordar

mais os temas da formação nacional, haja vista a publicação de obras muito conhecidas como *Casa-Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936), em detrimento da questão regional num primeiro momento. Outro ponto importante foi que o contato com outros intelectuais que estiveram no Rio de Janeiro nos momentos em que esteve lá permitiu a Freyre reconsiderar a questão da cultura popular que ganhou um novo papel nas reflexões sobre regionalismo. Nesse momento serão analisadas obras como *Nordeste e Região e Tradição*.

Por fim, o quarto capítulo vai acompanhar a geração de estudantes da Faculdade de Direito do Recife que, liderada por Hermilo Borba Filho, reorganizou o Teatro dos Estudantes de Pernambuco. Eles se preocuparam em fazer um teatro ligado ao povo, em que o conceito de cultura popular desempenhou um peso central. Há aqui uma hipótese sobre a natureza do impacto que teve a relação entre Freyre e os estudantes envolvidos com o projeto do teatro pernambucano na década de 1940. Ao que me parece este contato levou Freyre mais tarde a empregar mais substancialmente o conceito de “povo” e de “cultura popular” em seus trabalhos, especialmente no *Manifesto Regionalista* (1952), algo que destoaria do universo simbólico centrado no engenho e na cultura da cana, como aparece até o final da década de 1930. Esta hipótese foi levantada por Eduardo Dimitrov em seu trabalho de doutorado, partindo da comparação entre o *Livro do Nordeste* coordenado por Gilberto Freyre na década de 1920 e um artigo publicado já na década de 1940, além do próprio *Manifesto* (DIMITROV, 2013, p. 149–152). Explorando outros textos pretendo ver qual a plausibilidade desta ideia.

1. Identidade, nação e região

O espírito nacional

Há no Brasil, ao menos desde o início do século XIX, um esforço para entender o que seria esta sociedade, qual sua história, sua cultura, suas tradições, seus momentos marcantes. Jorge Coli, por exemplo, afirmou que foi naquele século que se inventou certa história brasileira, criando uma mitologia com pretensão de verdade, e que foi reforçada ao longo do século XX pelo Estado Novo. O autor evidenciou como esse processo se deu através de um esforço da comunidade científica e artística, tendo sido a publicação da carta de Pero Vaz de Caminha em 1817, por historiadores, um marco importante. Para além de um documento histórico, a carta apresenta uma visão de Brasil que foi responsável por fundamentar o romantismo indianista, ao mesmo tempo que constituiu um mito de fundação que recorreu à "descoberta" desse espaço para entender suas origens e conferir sentido ao projeto nacionalista (COLI, 2005, p. 21).

O crítico literário Antonio Candido observou a mesma ebulição de ideias e reflexões em *Formação da Literatura Brasileira: Momentos decisivos 1750-1880* (2017 [1959]). Para ele o que surgiu entre os anos finais do Brasil colônia e o final do Brasil Império foi uma “literatura empenhada”. Havia um projeto de constituição do “espírito nacional” através das artes, especialmente da literatura, que chegou a ser demasiado pragmático em vários momentos. Nas palavras de Candido:

Aliás o nacionalismo artístico não pode ser condenado ou louvado em abstrato, pois é fruto de condições históricas, - quase imposição nos momentos em que o Estado se forma e adquire fisionomia nos povos antes desprovidos de autonomia ou unidade. Aparece no mundo contemporâneo como elemento de autoconsciência, nos povos velhos ou novos que adquirem ambas, ou nos que penetram de repente no ciclo da civilização ocidental, esposando as suas formas de organização política. Este processo leva a requerer em todos os setores da vida mental e artística um esforço de glorificação dos valores locais, que revitaliza a expressão, dando lastro e significado a formas polidas, mas incharacterísticas (CANDIDO, 2017, p. 29).

Entretanto, houve no longo período histórico que sugeriu Candido um momento fundamental de inflexão que conferiu novo fôlego à “literatura nacionalista”: a Independência brasileira, que no campo da literatura levou à constituição do Romantismo (CANDIDO, 2017, p. 327). Apesar deste movimento estar baseado em referências europeias, ele assumiu contornos próprios no Brasil, o que se explica pelo próprio caráter empenhado de nossa literatura.

Empenhado aqui, reforço, tem o sentido de comprometida com o “nacionalismo literário”, ou seja, desejando encontrar, na visão dos românticos, ou construir, para um termo mais sociológico, o Brasil por excelência, agora longe do controle português. Nesse sentido despontam dois autores de destaque: Gonçalves Dias¹, com seus poemas que cantam a beleza ímpar da paisagem natural brasileira, e José de Alencar², este último romancista muito profícuo que foi o maior representante do romantismo indianista, assim como autor de romances regionais (CANDIDO, 2017, p. 401, 536). Cabe indicar que nessa altura Candido não conceitua regionalismo com nada mais que “descrição típica da vida e do homem das regiões mais afastadas”, ou seja, aquelas que estariam fora do centro da vida cultural durante o Império (CANDIDO, 2017, p. 537).

Identities Nacionais e Identidades Regionais

Antes de prosseguir, como o próprio Candido afirmou, o movimento de constituição identitária, para mencionar um conceito que foi utilizado nos estudos históricos e sociológicos posteriores, não esteve restrito ao Brasil. A construção de uma identidade nacional capaz de transcender as diferenças entre os indivíduos, estabelecendo uma homogeneidade coerente para essas pessoas ao requerer a verdade sobre determinado espaço, é um movimento que vai desde o campo científico até o campo artístico deixando marcas ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX em vários países ao redor do globo. Esse fenômeno foi identificado de forma mais ampla por Eric Hobsbawm em *A Invenção das Tradições* (2008 [1983]). Nas palavras do autor britânico:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que

¹ Antônio Gonçalves Dias, poeta, professor, crítico de história, etnólogo, nasceu em Caxias, MA, em 10 de agosto de 1823, e faleceu em naufrágio, no Maixio dos Atins, MA, em 3 de novembro de 1864. É o patrono da cadeira n. 15 da Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador Olavo Bilac. Pela obra lírica e indianista, Gonçalves Dias é um dos mais típicos representantes do Romantismo brasileiro e forma, com José de Alencar na prosa, a dupla que conferiu caráter nacional à literatura brasileira. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/goncalves-dias/biografia>. Acesso em: 7 de dezembro de 2020.

² José Martiniano de Alencar, advogado, jornalista, político, orador, romancista e teatrólogo, nasceu em Messejana (atual bairro de Fortaleza), CE, em 1º de maio de 1829, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 12 de dezembro de 1877. É o patrono da cadeira n. 23 da Academia Brasileira de Letras, por escolha de Machado de Assis. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-de-alencar/biografia>. Acesso em: 7 de dezembro de 2020.

implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. [...] Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele continuidade bastante artificial. [...] É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a ‘invenção das tradições’ um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea (HOBSBAWM; RANGER, 2008, p. 9).

Esta invariabilidade do passado conferiu um tom conservador às tradições, que diferentemente dos “costumes” não abrem qualquer margem à possibilidade de renovação cultural – típica da história humana. Benedict Anderson observou algo semelhante em seu já clássico *Comunidades Imaginadas: reflexão sobre a origem e a difusão do nacionalismo* (2008 [1983]) ao analisar a formação do nacionalismo nos Estados-nação modernos. O autor propôs o conceito de “comunidades imaginadas”, em que há uma criação e invenção da nacionalidade através da seleção de determinados elementos comuns a uma população, ainda que seus indivíduos sequer conheçam todos uns aos outros para confirmar a veracidade. Cabe pontuar que a opção pelo conceito de “imaginar” ao invés de “inventar” se justifica pelo fato de os indivíduos terem um envolvimento com a nação que proporciona uma legitimidade emocional profunda. Ele argumentou que o nacionalismo não é apenas produto da ação do Estado sobre indivíduos passivos. A imaginação se constitui numa solidariedade que sequer tem necessidade da relação face a face, e não no sentido de uma falsa consciência.

Anderson afirmou que a nação, seguindo um “espírito antropológico”, é uma “comunidade política imaginada”, ao mesmo tempo limitada por fronteiras geográficas e pela sua população, bem como soberana na medida em que constrói sua legitimidade em detrimento das justificativas religiosas que haviam vigorado até o século XVIII. Para este autor, é instigante como essas criações, que têm entre cem e duzentos anos, conseguem ser tão coerentes para as pessoas a ponto de fundamentarem sacrifícios descomunais (ANDERSON, 2008). O autor condensou assim as condições para o desenvolvimento do nacionalismo:

Basicamente, sustentei que a própria possibilidade de imaginar a nação só surgiu historicamente quando, e onde, três concepções culturais fundamentais, todas muito antigas, perderam o domínio axiomático sobre a mentalidade dos homens. A primeira delas é a ideia de que uma determinada língua escrita oferecia um acesso privilegiado à verdade ontológica, justamente por ser uma parte indissociável dessa verdade. [...] A segunda é a crença de que a sociedade se organizava naturalmente em torno e abaixo de centros elevados – monarcas à parte dos outros seres humanos, que governavam por uma espécie de graça cosmológica (divina). [...] A terceira é uma concepção de

temporalidade em que a cosmologia e a história se confundem, e as origens do mundo e dos homens são essencialmente as mesmas (ANDERSON, 2008, p. 69).

O historiador britânico defendeu que as “comunidades imaginadas” surgiram inicialmente nas Américas, liderados pelos exemplos da revolução norte-americana e da revolução haitiana. Ou seja, construídas a partir das lutas contra o colonialismo que começaram no final do século XVIII e estenderam-se por todo o século XIX na América hispânica.

Segundo outro referencial, Anne-Marie Thiesse, em *La Création des Identités Nationales* (1999), localizou a origem das identidades nacionais na Europa do século XVIII. Segundo esta autora tais identidades não estavam comprometidas com nenhuma forma de governo, apesar de no geral estarem ancoradas em monarquias cuja legitimidade transferiu-se para a nação e não mais para a dinastia. Ao mesmo tempo ela argumentou que a formação das nações está ligada à modernidade econômica e social, com o capitalismo como sistema e com seus novos grupos sociais. Thiesse ligou esse processo também a revoluções estéticas no mundo das artes, como o romance (em especial o gênero *bildungsroman*), o teatro, os monumentos históricos e as representações oficiais como o hino e a bandeira, o folclore, os museus, a cultura de massa, a educação formal coordenada pelo Estado, a língua comum partilhada pela população, além de símbolos pitorescos de identificação – costumes, especialidades culinárias, animais emblemáticos (THIESSE, 1999, p. 17).

De toda forma, parece evidente que, a despeito das diferenças nos argumentos dos autores apresentados, o nacionalismo como movimento identitário tem uma dimensão global. Por outro lado, ele não se desenvolveu sozinho, ou melhor, sem provocar determinadas reações ou nuances no desenvolvimento. Concomitante ao desenvolvimento da identidade nacional ocorreu o desenvolvimento de identidades regionais. Para Eric Storm, autor de *La Cultura Regionalista em España, Francia y Alemania* (2011), o regionalismo pode ser observado como fenômeno social a partir da segunda metade do século XIX, quando as elites regionais europeias empenharam-se na criação de identidades diferentes daquela homogênea e nacional, ainda que elas viessem refletir, a princípio, justamente o sentimento nacional a partir dos aspectos folclóricos da região. Surgiu então o que o autor identifica como cultura regionalista a partir de eixos bem determinados: o interesse pelo folclore, pelos dialetos, pelos trajes típicos, pelas tradições locais, pelos produtos artesanais, pela cozinha regional e pelos edifícios rurais –

inclusive, a distinção entre o mundo rural e o urbano tornou-se um ponto importante nas reflexões regionalistas (STORM, 2011).

Basicamente a região passou a ser encarada como uma parte da nação, mas para Storm as identidades regionais foram produzidas a partir dos processos de modernização, tanto em aspectos socioeconômicos quanto na democratização da vida pública, que erodiram as estruturas tradicionais da sociedade provinciana. Dessa forma as elites passaram a demandar uma nova consciência coletiva para responder à emancipação das classes médias, dos operários e dos camponeses, antes sob influência direta dos notáveis locais. O fato de ter despontado em vários países europeus relativamente ao mesmo tempo faz Storm questionar-se sobre suas causas e sugerir a natureza transnacional: “El regionalismo fue un fenómeno transnacional. Su ideología, argumentos, retórica y valores eran casi idénticos en Alemania, Francia y España, y su auge, apogeo y desaparición mostró grandes similitudes y paralelismos” (STORM, 2011, p. 183).

Já Thiesse, em outro texto, *“La Petite Patrie enclose dans la Grande”*: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1995), insistiu sobre as interseções entre nacionalismo e regionalismo no caso da França. Para a autora o Estado francês foi exemplo de uma organização extremamente centralizada num processo que se manifestou desde a Revolução Francesa, buscando unidade administrativa. Entretanto, no final do século XIX, um grupo de intelectuais começou a refletir sobre o lugar da região e a possibilidade de ela corrigir as distorções do Estado centralizado. Criaram a “Federação Regionalista Francesa” e publicaram suas ideias no jornal “L’Action Regionaliste”. Embora não tivesse grande impacto para a mudança do Estado, o regionalismo foi assumido pela Terceira República como estratégia na educação primária, apresentando às crianças referências mais próximas de seu cotidiano que permitiram a construção de um sentimento patriótico, o que era difícil com a qualidade abstrata do conceito de “pátria”. Veio daí o conceito de “pequena pátria”, que abriria caminho ao sentimento que as crianças desenvolveriam pela “grande pátria” (THIESSE, 1995, p. 10).

A Tradição Regionalista no Brasil

O olhar panorâmico feito no tópico anterior permite vislumbrar que, mais uma vez como disse Candido, não era exclusividade brasileira o desenvolvimento do “espírito nacional” e muito menos inédito que ele fosse feito através da literatura, sobretudo do Romantismo. Eric

Storm e Anne-Marie Thiesse, por sua vez, ao argumentarem sobre a transnacionalidade do regionalismo, parecem acertar também para o caso brasileiro, que tem no final do século XIX o aparecimento dos primeiros romances regionais.

José de Alencar teve uma parcela de responsabilidade sobre estes romances, como *O Gaúcho* (1870) e *O Sertanejo* (1875). Para o romancista cearense os romances regionais constituiriam parte de seu projeto literário, que era nacional por excelência e pretendia consolidar abrangência geográfica no país, trazendo tanto a paisagem do extremo Sul quanto do extremo Norte do Brasil, descentrando momentaneamente a prioridade dada sobre o Rio de Janeiro nas representações literárias:

Por isso mesmo, o nosso romance tem fome de espaço e uma ânsia topográfica de apalpar todo o país. Talvez o seu legado consista menos em tipos, personagens e enredo do que em certas regiões tornadas literárias, a sequência narrativa inserindo-se no ambiente, quase se escravizando a ele. Assim, o que se vai formando e permanecendo na imaginação do leitor é um Brasil colorido e multiforme, que a criação artística sobrepõe à realidade geográfica e social. Esta vocação ecológica se manifesta por uma conquista progressiva do território. Primeiro, as pequenas vilas fluminenses de Teixeira e Sousa e Macedo, cercando o Rio popular e pícaro de Manuel Antônio; depois, as fazendas, os garimpos, os cerrados de Minas e Goiás, com Bernardo Guimarães. Alencar incorpora o Ceará dos campos e das praias, os pampas do extremo sul; Franklin Távora, o Pernambuco canavieiro, se estendendo pela Paraíba. Taunay revela Mato Grosso; Alencar e Bernardo traçam o São Paulo rural e urbano, enquanto o Naturalismo acrescenta o Maranhão de Aluísio e a Amazônia de Inglês e Sousa. Literatura extensiva, como se vê, esgotando regiões literárias e deixando pouca terra para os sucessores, num romance descritivo e de costumes como é o nosso” (CANDIDO, 2017, p. 432–434).

Esta citação, apesar de longa, mostra a dimensão do empreendimento “topográfico”, nas palavras de Candido. Ela elucida uma ânsia pelo conhecimento do Brasil, fruto do que ele argumentou ao longo de todo livro ser o despertar para uma consciência nacional. O próprio crítico analisa o primeiro caso de regionalismo que surgiu entre nós, com o pernambucano Franklin Távora³, aquele que primeiro propôs um programa a partir do Norte⁴, “que se destaca na geografia, na história e na cultura brasileira com impressionantes autonomia e nitidez”

³ João Franklin da Silveira Távora, advogado, jornalista, político, romancista, teatrólogo, nasceu em Baturité, CE, em 13 de janeiro de 1842, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 18 de agosto de 1888. É o patrono da cadeira n. 14 da Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador Clóvis Beviláqua. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/franklin-tavora/biografia>. Acesso em: 7 de dezembro de 2020.

⁴ Nessa época o Brasil era compreendido somente a partir de Norte e Sul. A ideia de Nordeste, conforme mostra Albuquerque Junior, só foi forjada durante a década de 1910, como orientação administrativa para o governo central estabelecer políticas públicas contra a seca (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999). Entretanto, Candido em alguns momentos intercala em seu texto os termos Norte e Nordeste.

(CANDIDO, 2017, p. 614). No Norte o nacionalismo romântico expressou sua vontade pela terra e pelos feitos brasileiros com autonomia, a mesma que inspirou a Confederação do Equador em 1824, fruto evidente das diferenças que marcaram a colonização do Brasil ao longo de mais de trezentos anos.

Sobre esse episódio, que como veremos adiante é retomado pelo regionalismo pernambucano junto com a expulsão dos holandeses, convém citar o trabalho de Evaldo Cabral de Mello, *A Outra Independência* (2014[2004]). Nele o historiador pernambucano polemiza com a interpretação de que os movimentos políticos acontecidos entre 1817 e 1824 em Pernambuco foram separatistas. Para ele essa percepção foi construída historicamente a partir de um eixo de compreensão do triângulo Rio-São Paulo-Minas, que localizava a Independência como fruto de um Estado unitário, projeto do Império. Entretanto, Mello argumenta que a passagem do *status* de Colônia para o de Império dependeu da contingência histórica que foi a mudança da Corte Real portuguesa para o Rio de Janeiro, inviabilizando o advento do federalismo como ocorreu em outros países da América (MELLO, 2014).

Mello localiza entre esses anos de 1814 e 1824 o anseio de províncias como Pernambuco e Bahia em organizar um sistema descentralizado, proposta avessa aos interesses de centralização do Estado. Entretanto esses grupos foram pintados como separatistas - e não como republicanos federalistas - em oposição aos conservadores do Rio – liderados por José Bonifácio - e aos monarquistas locais, que foram o eixo central de elaboração do pensamento nacionalista nos primeiros anos do Império. A despeito destas controvérsias, Mello ajuda a compreender o sentimento regional que animou os pernambucanos da geração de Freyre. Isso porque a relação com Rio de Janeiro e São Paulo se desdobrou como questão central para as reflexões regionalistas em Pernambuco, que refletiram a relação entre centro e periferia do ponto de vista econômico e cultural, além de demandarem a descentralização política. Daí o recurso constante aos episódios narrados por Mello, recorrendo a uma memória de luta pelo federalismo que possibilitaria maior autonomia para as províncias.

“Conscientes de formarem uma equipe vigorosa, fruto de maturidade da sua região, os escritores nordestinos não se conformaram em ser pássaros do crepúsculo [...]” (CANDIDO, 2017, p. 614) na relação com o centro intelectual do país, desenvolvendo na década de 1870 a Escola do Recife que inspirou posteriormente o próprio “romance nordestino” ou “Romance de

Trinta”, além das reflexões de Gilberto Freyre. Foi nessa relação entre centro-periferia, Sul-Norte, que Távora estabeleceu os elementos que inspiram o regionalismo literário do Nordeste:

Primeiro o senso da terra, da paisagem que condiciona tão estreitamente a vida de toda a região, marcando o ritmo da sua história pela famosa “intercadência” de Euclides da Cunha. Em seguida, o que se poderia chamar patriotismo regional, orgulhoso das guerras holandesas, do velho patriarcado açucareiro, das rebeliões nativistas. Finalmente, a disposição polêmica de reivindicar e preeminência do Norte, reputado mais brasileiro, “onde abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra. A razão é óbvia: o Norte ainda não foi invadido como está sendo o Sul de dia em dia pelo estrangeiro” (CANDIDO, 2017, p. 615).

Nele Candido elogiou o senso de que a ficção se beneficiaria do contato com uma realidade bem localizada no tempo e no espaço. Entretanto, a despeito de ter inaugurado uma tradição potente do romance brasileiro, sua obra tem limitações pelo entendimento circunscrito neste tema: o autor acreditou que a verossimilhança e a postura bairrista bastariam para fazer um bom romance.

Aliás, na crítica literária parece ser consenso o papel de Távora como expoente do regionalismo, aquele que melhor delineou seu programa e que soube valer dos debates com José de Alencar – a quem acusava faltar contato próximo com as regiões representadas nos romances. É o que afirmaram Alfredo Bosi, autor de *História Concisa da Literatura Brasileira* (2006 [1970]), e José Aderaldo Castello, autor de *A Literatura Brasileira: origens e unidade (1500-1960)* (CASTELLO, 1999), endossando a posição de Candido de que o maior nível de realização estética do regionalismo nordestino foi realizado por José Lins do Rego e Graciliano Ramos. Nesta interpretação Távora estaria prejudicado por seu provincianismo (BOSI, 2006, p. 154–155; CASTELLO, 1999).

Regionalismo em Pernambuco: uma história da decadência

Há no campo de estudos sobre o regionalismo pernambucano um consenso a respeito de o fenômeno ter sido produzido a partir da decadência econômica que abateu o Nordeste a partir da segunda metade do século XIX. Logo, o regionalismo como manifestação cultural seria uma reação à posição cada vez mais periférica que a região ocupava do ponto de vista político e econômico no final do Império e durante a Primeira República. Ainda que tal explicação pareça reduzir em demasia o significado do movimento, cabe analisar historicamente o que ocorreu

neste período, uma vez que se trata de uma interpretação que vai ocupar o imaginário de quase todos os indivíduos envolvidos com o movimento em Pernambuco.

Nesse sentido dialogo novamente com Evaldo Cabral de Mello, desta vez partindo de seu *O Norte Agrário e o Império: 1871-1889* (1999[1984]) onde o autor analisou os discursos feitos no parlamento. Nele Mello buscou compreender o discurso de protesto regional dos representantes da região identificada como Norte agrário contra o tratamento discriminatório que seria direcionado a ela.

O conceito de Norte agrário é particularmente interessante porque, ao que me parece, coincide com aquilo que o próprio Freyre imaginava ao se referir ao Nordeste a partir da década de 1920. Com ele Mello se referia às áreas de grandes lavouras que vão do Maranhão ao Recôncavo baiano, especializadas no fabrico de açúcar e no cultivo de algodão. Juntas ao café constituíam os três principais itens de exportação brasileiras durante o Império – até a ascensão da borracha na zona da Amazônia no final do século. Com isso, excluía-se todo setor pastoril e de agricultura de subsistência do agreste e do sertão, bem como a própria região que hoje nós entendemos como Norte (MELLO, 1999, p. 14–15).

O que o historiador observou foram “modificações fundamentais no equilíbrio inter-regional brasileiro” a partir de 1870 (MELLO, 1999, p. 16). Um primeiro motivo foi a transição da mão de obra escravizada para a livre no Norte agrário, que após a proibição do tráfico transatlântico passou a usar o tráfico interprovincial para suprir a necessidade de mão de obra do Sul cafeeiro, repondo parte das perdas financeiras com a crise econômica mundial da década de 1870 (que impactou a exportação de açúcar e de algodão) e com a grande seca de 1877.

Entretanto as disparidades regionais aumentaram ainda em razão da imigração europeia que se concentrou no Sul, atendendo a um projeto de modernização nacional com a implantação do trabalho livre e à inserção do país na então recente divisão internacional do trabalho. Enquanto a Europa enviava seu excedente populacional, o Brasil investiu em seu projeto de embranquecimento, com o governo central não só financiando as viagens como também garantindo acesso à terra (MELLO, 1999, p. 68). Enquanto isso, as províncias do Norte, mesmo as influentes Bahia e Pernambuco, não conseguiram se beneficiar da política federal de incentivo à imigração, muitas vezes com a desculpa de que o “clima do Norte” não era atrativo (MELLO, 1999, p. 69).

Por outro lado, não foi a substituição do trabalho escravo pelo livre que causou problema na grande lavoura do Norte, mas sim a “questão dos auxílios à lavoura”. Mello dividiu-os em dois grupos: a política de crédito e a política fiscal por meio da redução de impostos; a modernização das técnicas de produção do açúcar e a política de investimentos em infraestrutura como ferrovias e portos – esta última capaz de atingir os setores não dominantes da economia, como a pequena lavoura e a atividade pastoril, não integrados no mercado mundial pela exportação. Os “auxílios à lavoura” por meio de crédito e redução de impostos chegaram principalmente aos latifundiários, sobretudo após 1873 com a crise econômica mundial que desvalorizou o preço do açúcar. Ainda assim, no que tange aos impostos provinciais, havia um sentimento de injustiça pairando nas províncias do Norte, expresso em edições do *Diário de Pernambuco*, que sentiam estar financiando através de seus impostos a prosperidade da capital.

São bem conhecidas as grandes linhas do processo de “modernização sem mudança” (Peter L. Eisenberg) por que passou o setor açucareiro do norte agrário no último quartel do século XIX, com a substituição do banguê (fundado na integração da atividade agrícola de cultivo da cana, e da fabril, de manufatura do açúcar) inicialmente pelo engenho central, que as dissociou em nome da especialização, reservando-se a segunda e relegando o primeiro ao engenho transformado em fornecedor da matéria-prima; e posteriormente pela usina, que voltou a integrar as duas etapas produtivas numa mesma unidade de maior eficiência e capacidade (MELLO, 1999, p. 161).

A transição, entretanto, não partiu da iniciativa da açucarocracia nortista, muito menos da elite regional, mas foi parte do empreendimento de modernização que entusiasmava setores no Sul ligados ao café e ao comércio no Rio. A resistência da elite regional se deu a despeito de ser quase senso comum nos debates no parlamento que eram necessárias mudanças no sentimento de aprimoramento técnico dos banguês. Nesse sentido, somando-se ao empreendimento de “melhorias materiais”, boa parte da transição ocorreu pela concessão de crédito estrangeiro, especialmente inglês, que tirou autonomia dos produtores locais e levou à oposição da açucarocracia pernambucana – que receava se tornar meramente fornecedora de cana para os engenhos centrais recém-instalados.

Havendo imposto à modernização do setor açucareiro a separação do cultivo e do fabrico, o Governo imperial, ao passo que entregava a etapa manufatureira, a mais rentável, às inversões estrangeiras, alheou-se de todo da sorte da etapa agrícola, negando apoio às iniciativas individuais de adoção de novas técnicas e deixando estiolarem-se na apatia e na rotina os dois Institutos Imperiais de Agricultura, criados na Bahia e em Pernambuco (MELLO, 1999, p. 171).

Esta transição dos banguês para os engenhos centrais e depois para as usinas foi impactante do ponto de vista econômico. Porém me interessam principalmente as representações culturais criadas a partir deste fenômeno que vão fundamentar um imaginário nostálgico sobre os antigos engenhos, cuja maior expressão foi, provavelmente, o *Ciclo da cana-de-açúcar* de José Lins do Rego⁵, não sem diálogo com seu grande amigo, Freyre.

Ao mesmo tempo, Pernambuco perdeu força politicamente e seus representantes no parlamento não conseguiram fazer valer os interesses da grande lavoura nortista. A correção desses problemas começou a ocorrer na segunda metade dos anos 1880, encabeçada por Pernambuco, com objetivo de restituir a açucarocracia provincial o controle sobre o processo completo de produção. Entretanto, ela só se completou com a proclamação da República, que proporcionou uma descentralização, ainda que tímida, suficiente para que determinados segmentos, por meio de investimentos estaduais, pudessem instalar usinas de açúcar. Foi uma sobrevida social e econômica para o sistema açucareiro, sobretudo aos velhos produtores que haviam se convertido em meros fornecedores de matéria-prima.

O que precede indica à sociedade que a açucarocracia pernambucana não logrou influenciar a política de engenhos centrais; e que só conseguiu encaminhar a solução do seu agrado quando o regime republicano, ao descentralizar o mecanismo das decisões de política econômica, transferiu a responsabilidade pela modernização da agroindústria açucareira ao novo poder estadual, ou ao menos, reconheceu-lhe uma ampla margem de ação (MELLO, 1999, p. 181).

Por outro lado, como demonstrou Robert Levine, embora a Primeira República tenha significado mais autonomia e poder para os grandes latifundiários, os estados da região onde hoje é o Nordeste, mas especialmente Pernambuco e Bahia, tiveram uma diminuição significativa de suas bancadas no Parlamento. Enquanto Minas Gerais e São Paulo juntas passaram de 29 para 59 membros, Pernambuco e os estados mais próximos somavam apenas 43 membros, 20% do total na República (LEVINE, 1980, p. 189–190).

⁵ José Lins do Rego Cavalcanti foi romancista e jornalista. Nasceu no Engenho Corredor, Pilar, PB, em 3 de junho de 1901, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 12 de setembro de 1957. Romancista da decadência dos senhores de engenho, sua obra baseia-se em memórias e reminiscências. Seus romances levantam todo um sistema econômico de origem patriarcal, com o trabalho semiescravo do eito, ao lado de outro aspecto importante da vida nordestina, ou seja, o cangaço e o misticismo. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-lins-do-rego/biografia>. Acesso em: 7 de dezembro de 2020.

Além disso, a competição entre os estados no contexto do federalismo da Primeira República dificultava uma aliança entre aqueles do Norte para que tivessem maior peso no Congresso. Exemplos foram a disputa de divisas que fez o território do São Francisco passar de Pernambuco para a Bahia, ou a busca por recursos que não permitia aos estados menores da região acreditarem na boa vontade de Pernambuco para dividir. De acordo com Levine, “as únicas soluções verdadeiramente regionais para os problemas do Nordeste na república tinham origem no Rio de Janeiro e, em quase todos os casos, foram dadas depois de 1930” (LEVINE, 1980, p. 192).

Ainda sobre a organização federativa:

Os pernambucanos, no século XIX, queixavam-se de muitas das mesmas coisas que ainda enfureciam os seus descendentes na república: os impostos locais eram gastos na modernização e embelezamento do Rio de Janeiro; o Nordeste não estava representado adequadamente no ministério; o governo central recebia mais em impostos de Pernambuco do que gastava no Estado (um argumento pouco lógico, sem dúvida, uma vez que não levava em conta o custo do próprio governo, mas que persistiu década após década) (LEVINE, 1980, p. 199).

Outro motivo frequente de protesto regional foi a divisão das “melhorias materiais”, especialmente o investimento em obras de infraestrutura em ferrovias e portos, que favoreciam mais o Sul. Com a crise a partir de 1873 o investimento estrangeiro necessário naquelas obras minguou, especialmente com a Inglaterra tendo sido a principal afetada. Ainda assim, Pernambuco, com a Great Western, e Bahia concentraram os investimentos em ferrovias nas zonas açucareira e algodoeira (MELLO, 1999, p. 191–192). Tal padrão de implantação da rede ferroviária no Norte “reforçou a estrutura das relações comerciais interprovinciais, a única exceção sendo provavelmente o Ceará” (MELLO, 1999, p. 221). Dessa forma as praças de Recife, São Luís e Salvador concentravam boa parte do comércio da região, não só pelos caminhos de ferro, mas também pela presença de portos capazes de escoar a produção para o mercado externo. Por outro lado, o investimento nos grandes portos regionais para proporcionar a modernização daqueles espaços, seja pela construção de novos ancoradouros em Salvador ou pelas obras de prevenção ao assoreamento no Recife, só iria ocorrer na Primeira República (MELLO, 1999, p. 237–238).

Salto alguns anos adiante para chegar à década de 1920 em Pernambuco. O cenário nacional era o da Primeira República, o projeto do Romantismo havia sido superado pelo

Naturalismo e pelo Realismo, ainda que a preocupação com a integração nacional se mantivesse – o processo de constituição da identidade nacional continuou como empreendimento do Estado. Entretanto, o sentimento de insatisfação em Pernambuco, se não aumentou, pelo menos se manteve.

Atrelado a estruturas arcaicas, sem prenúncios aparentes de ruptura, o Nordeste, no início dos anos 20, viva um momento de falta de perspectiva, decorrente ainda da decadência da economia açucareira. Em contrapartida, o Rio de Janeiro e sobretudo São Paulo cresciam e se modernizavam, impulsionados pelo surto da indústria, pelo fenômeno da imigração e pelo apoio de uma política centralizadora, dominada pelos interesses dos grandes proprietários (AZEVEDO, 1996, p. 25)

Mariana Chaguri, ao trabalhar com o regionalismo de José Lins do Rêgo, evidenciou outras mudanças na paisagem nordestina, intensificadas no começo do século XX, além das usinas que substituíam os antigos engenhos, as grandes avenidas que passaram a ser abertas em Recife, bem como um novo padrão de sociabilidade. Essas mudanças possibilitaram a emergência de um pensamento regionalista - por vezes conservador - que refletiu sobre o que era o Nordeste e no que ele estava se transformando. Esse movimento mais amplo coadunava com a formação de uma identidade regional específica, com projeto e origem semelhante à identidade nacional mais ampla que tentava fundamentar uma cultura nacional (CHAGURI, 2007, p. 17–22).

A menção ao regionalismo de José Lins pede uma ressalva a respeito do chamado “Romance de Trinta”. Ressalto que grande parte dos trabalhos sobre esta tradição literária começam de forma semelhante: partilhando as raízes dos romances com o próprio programa Regionalista Tradicionalista de Gilberto Freyre, mencionando o sentimento de nostalgia de uma elite em decadência. Entretanto, apesar de integrarem uma tradição literária comum, parece-me importante diferenciar o imaginário que constituiria o Nordeste de Freyre e José Lins, situado na zona da mata produtora de açúcar; daquele Nordeste do sertão e das secas. Este último foi representado por Raquel de Queiroz n’*O Quinze* e por Graciliano Ramos em *Vidas Secas*. Outro Nordeste possível seria o baiano do cacau descrito por Jorge Amado, estado que o próprio Freyre imaginava fora do que denominava Nordeste, como demonstrarei no *Manifesto*. Nesse sentido, faço a ressalva de que o regionalismo é algo mais amplo do que as formulações freyreanas, e este ponto será importante para entender as objeções ao regionalismo feitas por Hermilo Borba Filho e Ariano Suassuna.

Em Recife o clima de depressão econômica se somou a manifestações e greves de trabalhadores que forçaram o governo a abrir mão do orçamento proposto para o ano de 1921. Politicamente o clima era de instabilidade. Desde a morte do governador José Bezerra no meio de seu mandato havia disputa entre duas facções: de um lado, o “borbismo” do senador Manuel Borba apoiado pelas bancadas estaduais e pelo professor e advogado que liderou a greve de 1921, Joaquim Pimenta; de outro, o “pessoísmo” liderado pela família Pessoa de Queiroz, com apoio das bancadas federal e respaldo do presidente da república, Epiácio Pessoa. Os “borbistas” protestavam contra a intervenção da administração federal dos “pessoistas” em sua ânsia centralizadora (AZEVEDO, 1996).

José Lins do Rego falou deste ambiente de turbulência política em *O moleque Ricardo* (1935), mostrando sua antipatia pela figura de Joaquim Pimenta. Entretanto o “Recife de qualquer modo era palco de um incipiente desenvolvimento urbano, industrial” (AZEVEDO, 1996, p. 28) demandando uma nova atmosfera política, econômica e social. O ambiente se espraiou pelas artes demandando a propagação de ideias novas, pedindo novas formas de manifestação do ponto de vista cultural e novas representações do ponto de vista artístico. A disputa política teve aderência dos jornais da época, que assumiam posições claras, como a do *Diário de Pernambuco*, crítica às intervenções do governo federal em favor do “pessoísmo”, ou a taxação de “subversivos e agitadores” feita pelo *Jornal do Commercio*, propriedade dos irmãos Pessoa de Queiroz, aos que se opunham à intervenção do governo federal.

José Lins do Rego fundou com Osório Borba⁶ a “revista panfletária” *Dom Casmurro* que foi alvo de constantes ataques, entre vandalismo e intervenções policiais. A revista veiculou críticas ao movimento modernista vindo de São Paulo, oposição literária que se somava à

⁶ José Osório de Moraes Borba nasceu em Aliança (PE) no dia 16 de janeiro de 1900, filho de José Jerônimo da Silva Borba, proprietário do engenho Laureano e líder oposicionista da cidade, e faleceu no Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, no dia 6 de novembro de 1960. Osório Borba foi jornalista dos mais ativos, além de ter tido uma vida política intensa. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-osorio-de-morais-borba>. Acesso em: 7 de dezembro de 2020.

oposição política do “borbismo” de José Lins, enquanto Joaquim Inojosa⁷ se identificava com os “pessoístas” tanto quanto com o modernismo.

A produção literária do período era, para Azevedo, “dominada pelo soneto, quase sempre de má qualidade, e por uma prosa de tom superficial e moralista e de pouca imaginação criadora” (AZEVEDO, 1996, p. 30). Pude observar – em minha pesquisa preliminar feita com os suplementos literários do *Diário de Pernambuco* já na década de 1930⁸ – que a crítica se resumia a comentários elogiosos dos livros que se publicavam. Os autores estrangeiros que apareciam nos jornais não eram os que dialogavam com as recentes vanguardas europeias, mas franceses com um enredo melodramático.

Azevedo resgatou os comentários de Humberto Carneiro na revista *Renascença* em 1921 para entender a “inferioridade dos nossos movimentos literários regionais”: ele citou “a falta de comunicabilidade entre os escritores da província, acentuada pelas enormes distâncias, a precariedade das revistas e das casas editoras, o desinteresse do público, além da corrida para a metrópole, o Rio de Janeiro, dos melhores valores da província” (AZEVEDO, 1996, p. 30). Essas condições se mantiveram na década seguinte com autores como José Lins do Rego e Graciliano Ramos, que foram publicar seus livros pela editora José Olympio (SODRÉ, 2014, p. 21–25).

As principais discussões literárias em Recife eram feitas nos bares e cafés, sendo o mais famoso o “Café Continental” na “Esquina da Lafaiete”, como conta Souza Barros. O termo “modernismo” era utilizado com relativa frequência para se referir ao progresso, sem ressalvas de estilo que ganharia após a Semana de Arte de 1922. Além deste ambiente físico, os jornais e

⁷ Joaquim Inojosa de Andrade nasceu em São Vicente, uma vila às margens do Rio Capibaribe-mirim, na Paraíba, em 1901. Filho da elite rural, ainda jovem foi estudar no Liceu Paraibano de onde saiu para a faculdade de Direito do Recife. Os anos de sua mocidade foram marcadas pelo protagonismo evidente do jovem escritor e jornalista, e sua vida pública foi cheia de emaranhados e de caminhos cruzados com grandes escritores influentes do movimento modernista. Nesse sentido foi um dos principais opositores ao grupo regionalista, publicando a impactante *A Arte Moderna*. Dedicou-se a registrar a história do modernismo pelo Nordeste do Brasil, destacando-se “O Movimento Modernista em Pernambuco” (1968-1969). Morreu em 1987 (BARROS, 2012; SILVA, 2016).

⁸ A ideia original desta pesquisa era explorar no *Diário de Pernambuco* as discussões literárias que ocorreram ao longo da década de 1930. Entretanto o objeto foi alterado justamente em razão dos escassos materiais originais que foram publicados. Uma ou outra coluna ainda pontuava a questão do regionalismo. Já os suplementos literários e a coluna de folhetim eram preenchidos, sobretudo, com romances e contos franceses. Quase todos integravam a coleção Biblioteca das Moças publicada pela Companhia Editora Nacional entre 1920 e 1960. A estrutura comum dos romances era de um herói nobre e rico e uma heroína plebeia e pobre, que durante a trama se apaixonavam e casavam em um final feliz. O casamento era interpretado como redenção da mulher.

revistas foram fundamentais para as discussões à época. Eles assumiram protagonismo nas questões públicas, e mais especificamente articulando projetos culturais e artísticos. Entender Pernambuco do começo do século XX, em qualquer das suas dimensões, não é possível sem uma leitura atenta dos jornais e revistas que circulavam nesse Estado (AZEVEDO, 1996).

A respeito deste ponto, abro um breve parêntesis para dialogar com Anderson. O historiador em sua obra também chamou a atenção para a participação do que ele chama “capitalismo tipográfico” na formação da comunidade imaginada, que chegou através dos jornais nos EUA ainda no século XVIII, e posteriormente na América Latina de modo lento e intermitente (ANDERSON, 2008, p. 101–102). Inicialmente meros apêndices de mercado, orientando a estrutura administrativa e mercantil das colônias, os jornais passaram a apresentar elementos políticos, orientando posturas e lançando ideias, permitindo organizar o próprio campo cultural. Dado o desafio geográfico de um país com extensão continental, como é o caso do Brasil, os jornais possibilitaram um primeiro esforço de divulgação de todo tipo de ideias. Cabe lembrar aqui que o *Diário de Pernambuco* ostenta em sua capa o título de “jornal mais antigo em circulação na América Latina”, tendo sido fundado em 1825.

O ambiente intelectual de Recife também ajuda a compreender os sujeitos que integraram o projeto regionalista. Os círculos intelectuais, por excelência letrados, excluíam a maioria da população à época, configurando um espaço de elite. Sem fotos e entrevistas para ilustrar este ambiente é mais difícil descrever o aspecto racial das pessoas que frequentavam o espaço do Café Continental. Entretanto, fica mais fácil afirmar que era um espaço de corpos masculinos, aparentemente tão avesso à participação de mulheres que, percorrendo o século XX, não se constata entre os nomes mais famosos da cena cultural de Recife nenhum que não seja de homem.

Retomando Azevedo, o autor traçou o campo literário do começo da década de 1920, formado pelos intelectuais “consagrados” e pelas mais novas promessas. Para ele os fundadores da Academia Pernambucana de Letras, em 1901⁹, estavam muito afeitos a questões antigas, seja pelo tema ou pelo preciosismo gramatical, caso de Farias Neves Sobrinho e França Pereira.

⁹ A existência de uma Academia Pernambucana de Letras no Recife é importante na medida em que demonstra a organização de instituições culturais na cidade, que se soma ao Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Pernambuco. Em ambos os casos estavam entre as primeiras instituições estaduais do gênero fundadas no país (LEVINE, 1980).

Já Mário Sette era um intelectual que tinha algum alcance fora do âmbito regional, tendo publicado na prestigiada *Revista do Brasil* em 1920 um conto com temática de engenho. Azevedo, entretanto, o critica pelo “encaminhamento piedoso e moralista dado à narrativa”, além da “linguagem rebuscada do narrador” (AZEVEDO, 1996, p. 32). Sua obra mais importante no período foi *Senhora de Engenho* (1921), recebida com entusiasmo e despertando um interesse nos círculos literários pernambucanos. Ainda para Azevedo se tratava de “romance de páginas amenas sobre a vida dos engenhos em Pernambuco”, em que o autor lançou mão da cidade do Rio de Janeiro como recurso para permitir “um confronto entre o mundo rural e a cidade grande, ou, em outras palavras, entre o ambiente marcado pelo zelo da tradição e aquele caracterizado pelo desejo de mudança, pelo progresso” (AZEVEDO, 1996, p. 106–107). Apesar da boa recepção, e de poder ser considerado um antecedente do “Romance de Trinta” pela temática regional, o livro estava longe das renovações estéticas que proporcionaram os romances identificados como da segunda fase do modernismo.

Entre as promessas Azevedo elencou os contos de Lúcio Varejão e diversos autores que escreviam poemas, como Araújo Filho (elogiado por Freyre como “fino poeta brasileiro”), Esdras-Faria, Enéas Alves, Rodovalho Neves, Gervásio Fioravanti, Silvino Lopes. Alguns esforços de renovação vieram com os poemas de Austro-Costa, que chegou a Recife em 1917, onde teve uma “fertilidade espantosa”, escrevendo sonetos de inspiração parnasiana ou versos em tom simbolista que tomavam como tema “o amor, a mulher, a conquista amorosa” (AZEVEDO, 1996, p. 34).

José Lins do Rego (1901-1957) era então um estudante de direito boêmio e escrevia crônicas para jornais da época, em especial o *Jornal do Recife*. Foi em seu elogio à “maneira simples de escrever de João do Rio e por Lima Barreto” que o autor delineou elementos importantes das discussões ao longo da década, tomando para si a defesa da linguagem cotidiana empregada em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (AZEVEDO, 1996, p. 36). Aí ele lançou indícios, também, para sua obra que seria publicada, majoritariamente, ao longo da década de 1930.

Já Joaquim Inojosa, outro estudante de direito, chegou ao *Jornal do Recife* em 1921 por indicação de José Lins do Rego, onde “escreve crônica social, crônica política e ensaia a crítica literária” travando polêmica com Freyre, e depois deixando de ser colega de José Lins para

assumir como redator do *Jornal do Commercio* onde passou a defender o “pessoísmo”. Em 1922, com o debate político arrefecido, ele viajou para o 1º Congresso Internacional de estudantes no Rio de Janeiro e depois seguiu para São Paulo, onde teve “contato com próceres da Semana de Arte Moderna” (AZEVEDO, 1996, p. 37).

Gilberto Freyre (1900-1987), que estava nos EUA desde 1918 e onde se graduou, conseguiu o título de mestre e publicava artigos no *Diário de Pernambuco* em coluna intitulada “Da Outra América”. Daí emergiram temas importantes para o seu desenvolvimento intelectual, como o zelo pela tradição e “o estilo novo, pela agilidade, pela ironia, pela maneira de pontuar e sobretudo pelo não formalismo, pelo não rebuscamento da frase” (AZEVEDO, 1996, p. 38).

Para Azevedo

Pode-se, em síntese, afirmar que havia em Pernambuco, no início dos anos 20, um espírito predisposto para a valorização das realidades locais. Percebe-se ainda o quanto era difícil, embora houvesse, em germinação, uma abertura para a mudança, o campo para nele se difundir um movimento surgido no Sul, como é o caso do modernismo, em condições totalmente diferentes. E pode-se ainda constatar, e aqui com mais evidência, a necessidade absoluta que se fazia de uma mudança, de uma renovação. Algo de novo era desejado como uma força destinada a sacudir do sono e da inércia a vida cultural provinciana (AZEVEDO, 1996, p. 38).

Críticos literários como Antonio Candido e Alceu Amoroso Lima chamam a atenção para o fato de que a Primeira Guerra Mundial acelerou o processo de renovação da literatura brasileira pelas vias do regionalismo, ideias que ecoaram e chegaram até Pernambuco, ganhando aderência. Neste estado elas encontram Oliveira Lima (1867-1928) como uma figura central, que em seu discurso de posse na Academia Pernambucana de Letras a 13 de maio de 1920 (fundada em 1901 a Academia estava com atividades paradas desde 1907) afirmou que ela era “uma casa destinada (...) a perpetuar tradições”. Tal discurso veiculou ideias que foram posteriormente retomadas por Moraes Coutinho e Gilberto Freyre (AZEVEDO, 1996).

Para Oliveira Lima a base das diferenças regionais estava na paisagem física do Brasil provocando “letras regionais com suas peculiaridade e particularidades”. Lima falou que a poesia foi capaz de aproveitar a paisagem regional, mas a prosa ficcional estava muito influenciada pelo naturalismo, por natureza cosmopolita e avesso a qualquer sentimentalismo, daí a necessidade de superá-lo em prol de uma “ficção de cunho regional”: em seu apelo ele sugeriu “não só recolher e conservar lendas e tradições da mata e do sertão, como também ocupar-se da economia do açúcar, em suas produções ficcionais” (LIMA, 1920).

O discurso trouxe diversos elementos que com certeza inspiraram Gilberto Freyre a abordar a questão regional posteriormente, dentre eles a representação carinhosa da relação entre senhor de engenho e escravizados – melhor que patrão e operário nas indústrias, ao menos – e que esteve presente como argumento na sua dissertação de mestrado. Além disso, o elogio à culinária caseira, que apareceu em diversos momentos como mostrarei adiante. Entretanto, talvez a maior contribuição esteja no emprego do conceito de “tradição” que vai organizar o sentido conferido à postura regionalista. Como sugere Azevedo:

Observe-se também que a recessão na vida econômica em Pernambuco compunha bem a moldura para o quadro de defesa dos valores regionais, quer numa atitude de autocomiseração, quer numa atitude reivindicatória, tendentes ambas a ver no passado da região, marcado pela prevalência dos valores da vida rural em oposição à vida urbana, o ideal que desaparecia e que urgia restaurar (AZEVEDO, 1996, p. 103).

Esta citação de Azevedo menciona os valores regionais quase como reflexos imediatos da situação de decadência econômica. Entretanto o movimento regionalista não pode ser compreendido apenas a partir desta dimensão. Houve, de forma mais ampla, uma decadência do próprio poder simbólico da região que durante bom tempo da colônia concentrou as atividades políticas e a incipiente atividade cultural (BOURDIEU, 1989). Cabe ressaltar que o mal-estar com a decadência econômica, associado a uma preferência pela vida rural, encontra justamente em Pernambuco um espaço para se desenvolver como um movimento simbólico – algo que não ocorreu de forma organizada em outros espaços durante os primeiros anos da República.

Uma última menção importante se faz necessária com relação à *Revista do Norte*, publicada inicialmente em outubro de 1923 em Recife, que foi um “órgão importante de pregação regionalista e tradicionalista”. Souza Barros, autor de *A década de 20 em Pernambuco*, ressaltou a importância da revista, surgida de reuniões noturnas de intelectuais na “esquina da Lafaiete” onde ficava o “Café Continental”. A revista circulou de forma irregular entre 1923 e 1927 com um total de doze números, sendo que ao longo desses anos adquiriu a seguinte indicação em sua capa: “Aspectos da vida regional”. Apesar do título a *Revista do Norte* tratava especificamente do Nordeste, mostrando como este termo não estava consolidado para se referir à região onde vigoravam as plantações coloniais de açúcar (AZEVEDO, 1996, p. 109–110).

2. O Regionalismo Tradicionalista de Gilberto Freyre

Até aqui, a contextualização histórica ajudou a entender melhor o ambiente em que se desenvolveu o movimento regionalista durante a década de 1920. Especial atenção merece o fato de que Freyre não inaugurou nada do zero: o projeto Regionalista Tradicionalista arregimentou uma vontade que perpassava diversos outros intelectuais pernambucanos. Inclusive algumas ideias e sentimentos que seriam mobilizados pela “pregação” regionalista freyreana já haviam sido formulados por outros personagens.

De todo modo, Freyre encabeçou o movimento, levando-o a um nível superior de diálogo com intelectuais ao seu redor e no eixo Rio-São Paulo, valendo-se ainda de seu reconhecimento conquistado com suas obras de interpretação do Brasil publicadas ao longo da década de 1930, a saber, *Casa-Grande & Senzala* (2003 [1933]) e *Sobrados e Mucambos* (2013a [1936]). Cabe, ao longo deste capítulo, acompanhar a evolução do pensamento regionalista freyreano, até chegar em seu *Manifesto Regionalista* (1996 [1952]).

Devo discorrer brevemente sobre a opção pelo termo “Regionalismo Tradicionalista”. Esta foi a forma que o próprio Freyre encontrou de referir-se ao seu movimento, e que apareceu em vários prefácios que foram sendo adicionados às edições do *Manifesto Regionalista* (FREYRE, 1996, p. 87, 88, 95, 235)¹⁰. A opção por empregá-la não foi apenas no sentido de ser coerente com a escolha do próprio Freyre. Esta opção vai ao encontro do que Dimitrov afirmou em sua tese de doutorado, a saber, o movimento regionalista é muito mais amplo e complexo do que aquilo que observamos na cena pernambucana (DIMITROV, 2013, p. 156) – seja porque outras formas de regionalismo foram observadas pelo Brasil e pelo mundo, seja porque dentro de Pernambuco houveram expressões de regionalismo além daquilo que Freyre defendia enquanto região. Como tentarei evidenciar adiante, a concepção de Freyre e de seu grupo é uma entre várias possíveis que constituíram uma identidade regional em torno do Nordeste. Portanto, o uso do termo “Regionalismo Tradicionalista” me permite representar um pouco dessas

¹⁰ Apesar de o primeiro prefácio preferir o termo “Regionalismo do Recife”, o termo “tradicionalista” também aparece. Já os prefácios às quarta e sexta edições trouxeram explicitamente o termo “Regionalistas-Tradicionalista”, por vezes balanceado com o termo “Modernista”. Este último foi efetivamente incorporado no ensaio publicado junto à sexta edição de 1976, intitulado “O Movimento Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista do Recife”.

nuances, e, acima de tudo, permite identificar quando me referirei ao regionalismo em sentido amplo, ou ao movimento organizado por Freyre em específico.

Antes de tratar propriamente da obra de Gilberto Freyre convém indicar alguns aspectos biográficos. Com este intuito vou me ancorar em *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos* (2005), de Maria Pallares-Burke. A opção por esta obra, no universo que configura a fortuna crítica sobre o sociólogo pernambucano, se dá em razão da autora se debruçar sobre o período da vida de Freyre que mais nos interessa aqui, a saber, seus anos de formação, construindo assim sua biografia intelectual (PALLARES-BURKE, 2005, pos. 135).

Freyre nasceu em 1900, filho de Alfredo Freyre, catedrático na Faculdade de Direito do Recife, e Francisca de Mello Freyre, neto e bisneto de senhores de engenho. Estudou em Recife até os 18 anos, quando se mudou para o Estados Unidos, inicialmente na cidade de Waco, ao sul de Dallas, onde cursou graduação na Universidade de Baylor. Ficou fora do Brasil por um período de cinco anos, que foram marcantes na sua trajetória. No final de 1920 saiu de Baylor e foi cursar o mestrado na Universidade de Columbia, onde defendeu sua dissertação intitulada *Social Life in Brazil in the middle of the 19th century*, em 1922 - posteriormente publicada no Brasil com o título de *Vida Social no Brasil nos meados do século XIX* (2013b [1964]). Em Columbia conheceu o historiador Alfred Zimmern, o sociólogo Franklin Giddings e o antropólogo Franz Boas (PALLARES-BURKE, 2005, pos. 880-960)¹¹.

Após completar seus estudos nos Estados Unidos, Freyre viajou pela Europa entre agosto de 1922 e março de 1923 antes de voltar para o Brasil. No “Velho Mundo” ele passou por França, Alemanha, Inglaterra e Portugal, destacando em seus diários a impressão deixada por tal experiência. Freyre sentiu-se impressionado, principalmente, pelo ambiente inglês e pela atmosfera de Oxford, que, segundo ele, teria sido capaz de associar a tradição inglesa com os elementos modernos.

Nesse sentido, e dialogando com Lúcia Lippi de Oliveira, o exílio e a viagem reeducaram o olhar de Freyre, permitindo uma nova visão sobre o familiar e o desconhecido. Com a volta ao Brasil depois de anos de peregrinação Freyre se defrontou com uma Recife diferente de sua infância, um espaço que fez ele sentir-se quase estrangeiro. A cidade passava por um processo

¹¹ Para os casos de obras em versão eletrônica sem paginação optei por referenciar a posição usando a expressão “pos.” seguida do número atribuído no arquivo.

de modernização que envolveu “saneamento, demolição, alargamento no porto e na área central” (OLIVEIRA, 2011, p. 120). Em sentido contrário veio a defesa “do patrimônio arquitetônico colonial, dos traçados urbanos em ziguezague contra o geometrismo, das árvores próprias da região contra a terrível mania de reformismo” (OLIVEIRA, 2011, p. 121). Foi esse o teor dos artigos publicados por Freyre no Diário de Pernambuco entre 1924 e 1925: construir a solução regionalista em oposição ao suposto “cosmopolitismo barato”.

O olhar de Freyre tem outra dimensão importante. Freyre destoa de muitos de seus conterrâneos pois sua obra possui uma dimensão transnacional, complexificando qualquer crítica sobre um suposto provincianismo. Isso porque Freyre não ignorou referências estrangeiras: antes, ele dialogou com elas, inclusive para estabelecer o que seriam exemplos de regionalismo. Como evidenciarei adiante, foi o caso da mobilização de intelectuais franceses, espanhóis, americanos, ingleses. Ele buscou se integrar em redes que iam muito além de Recife, ou mesmo do Brasil, passando pelos Estados Unidos e pela Europa, valendo-se de sua experiência no exterior, dos contatos feitos, daquilo que havia sido lido, para fundamentar melhor seus argumentos¹².

Esse fenômeno não é fortuito. Havia um caráter transnacional nos movimentos identitários que tiveram lugar pelo mundo entre os séculos XIX e XX, especialmente nos países que começaram aquele século como colônias. Sobretudo na forma como esses movimentos se construíram pela circulação. A partir dela é possível citar outro trabalho de Benedict Anderson, *Sob Três Bandeiras* (2014), no qual “ele inova ao se debruçar sobre as experiências transcontinentais de militância política e sociabilidade cultural que alimentam ideias de nação marcadas por uma caracterização identitária internacionalista” (ANDERSON, 2014, p. 16).

O autor mobilizou exemplos de como ideias influenciaram movimentos sociais do outro lado do mundo, como os haitianos na sua revolução cantando a *Marseillaise*, ou a influência do iluminismo escocês na insurreição anticolonial americana, ou o impacto do universalismo

¹² Cabe ressaltar que praticamente todos os intelectuais que despontaram em Recife durante a década de 1920 tiveram como marca o fato de estarem em circulação, algo que não foi exclusividade de Freyre. Muitos deles não nasceram no Recife, mudando-se para a capital de Pernambuco pela atração do cenário cultural. A circulação, por outro lado, não se limitava à região do Nordeste, mas também ao eixo Rio-São Paulo, sendo importante inclusive para entender a influência do modernismo através da propaganda feita por Joaquim Inojosa, que teve contato com alguns organizadores da Semana de Arte Moderna. O que destaca Freyre é seu trânsito transnacional, reforçado pelas muitas citações a intelectuais e movimentos de outros países.

liberal e do republicanismo nas independências hispano-americanas, ou do romantismo, da democracia, do idealismo, do marxismo, do anarquismo e do fascismo que se espalharam pelo mundo e interligaram nações. O esforço do autor esteve em compreender o impacto do anarquismo na formação do nacionalismo anticolonial ocorrido em lados opostos do planeta, a saber, os processos revolucionários em Cuba (1895) e nas Filipinas (1896), último nas Américas e primeiro na Ásia - ambos influenciados pelas leituras de “anarquistas franceses, espanhóis, italianos, belgas e britânicos – cada qual por razões próprias, com frequência não nacionalistas” (ANDERSON, 2014, p. 21).

Conquanto o tema não tenha muito em comum com a trajetória de Freyre, que na realidade estava mais próximo de uma literatura mais conservadora que o anarquismo, interessam-me as condições materiais que possibilitaram, em ambos os casos, a circulação transnacional de ideias. Para entender essas “coordenações”, Anderson mencionou que nas últimas duas décadas do século XIX vislumbrou-se uma “globalização incipiente” com a invenção do telégrafo, a criação da União Postal Universal em 1876, a migração possibilitada pelo navio a vapor e também por uma malha férrea cada vez mais densa. Além disso, o autor identificou uma rede de relações entre os atores, que passaram por diversos países, assim como suas ideias, o que é muito ilustrativo para entender a trajetória do então jovem sociólogo pernambucano.

Já comentei sobre o clima de ideias propícios à reflexão sobre a região e a tradição na cidade do Recife. Ademais, o retorno ao Brasil também fez Freyre se defrontar com as novas ideias que vinham do Sul, inspiradas na Semana de Arte Moderna de 1922. Em Pernambuco elas contaram com o apoio de uma figura-chave: Joaquim Inojosa. O confronto entre as ideias do grupo liderado por Inojosa e o outro em que Freyre despontou como sintetizador foi fundamental para o desenvolvimento das reflexões da década de 1920. Aos poucos Inojosa ganhou a simpatia do poeta Austro-Costa¹³ (1899-1953), enquanto Freyre tinha entre seus

¹³ Austriclínio Ferreira Quirino, mais conhecido pelo pseudônimo Austro-Costa, nasceu em Limoeiro em 1899. Foi jornalista e poeta, tendo publicado seu primeiro poema, *O empata*, em sua cidade-natal aos catorze anos. Na imprensa recifense do início do século XX, onde aportou com 17 anos, atuou como revisor, repórter, cronista, publicando também seus poemas. Teve morte acidental no Recife em 1953. Disponível em: <http://editora.cepe.com.br/autor/austro-costa>. Acesso em: 17 de março de 2021.

simpatizantes José Lins do Rego, Ascenso Ferreira¹⁴, Aníbal Fernandes¹⁵, Odilon Nestor¹⁶. José Lins afirma que o próprio Nordeste foi “descoberto” por Freyre, (AZEVEDO, 1996, p. 132).

As obras e os depoimentos de intelectuais atuantes no período deixam clara a efervescência do momento, ao mesmo tempo em que trazem controvérsias que revelam “o interesse de cada um em salientar o mérito de sua atuação e de seu grupo, em detrimento dos outros, através de enganos propositais e, sobretudo, de omissões” (AZEVEDO, 1996, p. 17). Joaquim Inojosa apresentou nos três volumes de *O movimento modernista em Pernambuco* a repercussão do modernismo, mas o fez sem reconhecer importância à atuação de Gilberto Freyre e seu grupo Regionalista Tradicionalista (INOJOSA, 1968). Já esse último reproduziu textos originários da década de 1920 com acréscimos ou modificações, enquanto negava a repercussão do modernismo no Nordeste. Essa observação é importante na medida em que indica a necessidade de uma leitura crítica e atenta sobre os textos do período.

Cabe lembrar a indicação metodológica que nos fez Bourdieu (2008) ao tratar o tema da “ilusão biográfica”. Ele chamou a atenção para a falsa imagem construída na narrativa autobiográfica segundo a qual a vida caminha em um sentido linear, cronológico, coerente e desde o princípio orientado. Citando Alain Robbe-Grillet,

O advento do romance moderno está diretamente vinculado a esta descoberta: O real é descontínuo, formado por elementos justapostos sem razão, cada um é único, e tanto mais difíceis de entender porque surgem sempre de modo imprevisível, fora de propósito, de modo aleatório (BOURDIEU, 2008, p. 76).

¹⁴ Ascenso Carneiro Gonçalves Ferreira nasceu em Palmares em 1895. Conhecido pela sua poesia e as contribuições para os estudos folclóricos em Pernambuco, escrevia para jornais como o *Diário de Pernambuco* e *A Província*, quando fez amizade com Freyre. Inicialmente opôs-se ao modernismo, mas com o tempo se aproximou de alguns intelectuais paulistas e cariocas, especialmente Mário de Andrade. Faleceu em 1965. Disponível em: https://www.ebiografia.com/ascenso_ferreira/. Acesso em: 17 de março de 2021.

¹⁵ Aníbal Gonçalves Fernandes nasceu em Nazaré da Mata, Pernambuco, em 1894. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, foi professor, jornalista, oficial de gabinete, secretário de justiça e instrução, deputado estadual, mas sua maior paixão foi o jornalismo. Também foi membro da Academia Pernambucana de Letras e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Morreu no Recife em 1962. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=332. Acesso em: 17 de março de 2021.

¹⁶ Odilon Nestor de Barros Ribeiro nasceu em 26 de fevereiro de 1865 na Paraíba. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, onde atuou posteriormente como professor da cadeira de Direito Internacional. Faleceu em Recife em 1939. Disponível em: http://www.antonimiranda.com.br/poesia_brasis/paraiba/odilon_nestor.html. Acesso em: 17 de março de 2021.

Logo, o exercício de tornar-se uma espécie de ideólogo de si mesmo está presente em Freyre e Inojosa. Não só no esforço de estabelecer uma tal linearidade, como também ao selecionar determinados elementos de sua biografia ou reinterpretá-los de forma a estabelecer maior coerência sobre suas ações e seus projetos. Feita esta observação, tomo a liberdade de prosseguir.

Inojosa viajou em 1922 para um congresso de estudantes no Rio, e de lá seguiu para São Paulo, onde teve contato com os modernistas: ele conheceu Menotti Del Picchia na redação do *Correio Paulistano*, que o apresentou a Oswald de Andrade. Inojosa viu-os pregarem o “novo Evangelho de Arte”, defendendo o modernismo, e juntos tecendo críticas ao “passadismo” que predominava em Recife. Conheceu também Guilherme de Almeida¹⁷, Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, além de Mário de Andrade¹⁸. Convencido da importância do movimento, voltou ao Recife com a certeza de difundir suas propostas, atacando o que identificava como passadismo (AZEVEDO, 1996, p. 42). Ainda em outubro de 1922, ele escreveu o artigo “Que é futurismo?”, publicado no jornal *A Tarde*, de Recife.

Foi esse ambiente que Freyre encontrou em seu retorno. Nesse primeiro momento a oposição marcante foi entre os “futuristas” e os “passadistas”, termos que foram moda na imprensa. Os ataques de Inojosa, muitas vezes arrogantes, argumentavam pela destruição do passado em prol da construção de um futuro, o que estariam fazendo os modernistas paulistas (AZEVEDO, 1996, p. 43–44). Entre as várias críticas que recebeu, muitas em tom de ofensa,

¹⁷ Guilherme de Andrade e Almeida nasceu em Campinas (SP), em 1890. Formado em direito na capital paulista, publicou peças teatrais, mas fez sucesso como poeta. Em 1922 participou da Semana de Arte Moderna e passa a divulgar os princípios do movimento. Contribuir com a fundação da revista Klaxon. Em 1925 percorreu o Brasil, visitando estados como Pernambuco e Rio Grande do Sul, fazendo palestras sobre o movimento e lendo poemas de autores modernistas. É o primeiro modernista a ser eleito para a Academia Brasileira de Letras, assumindo sua cadeira em 1930. Faleceu em São Paulo, em 1969. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2894/guilherme-de-almeida>. Acesso em: 27 de abril de 2021.

¹⁸ Mário Raul de Moraes Andrade nasceu em São Paulo, em 1893. Formado em piano, trabalhou como crítico de arte em vários jornais e revistas paulistas. Em 1922 foi um dos organizadores da Semana de Arte Moderna. Musicista, dirigiu seus estudos para pesquisas de nacionalização da música brasileira. De 1928 a 1929 realizou várias viagens para o interior do país, dedicou-se às críticas e às pesquisas folclóricas. Com Paulo Duarte fundou o Departamento Municipal de Cultura de São Paulo em 1935, e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1937 criou a Sociedade de Etnografia e Folclore de São Paulo. Foi para o Rio de Janeiro em 1938 dirigir o Instituto de Artes da UDF. Em 1942 fundou a Associação Brasileira de Escritores para se opor ao Estado Novo. Faleceu em São Paulo, em 1945. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mario_de_andrade. Acesso em: 27 de abril de 2021.

deboche ou menosprezo, estavam as de José Lins do Rego e Gilberto Freyre que se colocaram contrários ao futurismo, entendendo-o como termo que “designa a atitude iconoclasta, destruidora, contrária à tradição” (AZEVEDO, 1996, p. 46).

Inojosa tem uma publicação seminal que foi o ensaio *A Arte Moderna*, escrito como carta literária para a revista paraibana *Era Nova*, publicado posteriormente como livro (INOJOSA, 1984). A carta carregava diversas intenções: fazer um breve balanço do movimento modernista e anunciar seus adeptos no Nordeste (especialmente Austro-Costa e Raul Machado), colocando em Graça Aranha¹⁹ a responsabilidade central pela ânsia de renovação literária da jovem geração de intelectuais – tese que Azevedo mostrou ser uma obsessão nos textos de Inojosa à época. Além disso atacava com “virulência” seus adversários, apesar de colocar Gilberto Freyre na posição de “simpatizante” – algo que é singular, já que os dois vão se digladiar em vários momentos depois, devido a divergências nos seus projetos teórico-estéticos.

Nessa altura Inojosa tentou distinguir modernismo de futurismo, abrindo mão deste último termo, que representou sua posição original, reconhecendo-o como “denominação marinética inaceitável entre nós”. Entretanto, para ele, a Paraíba deveria aderir ao modernismo sob pena de ficar perdida no “Morro do Castelo da antiguidade”. As críticas ao texto foram várias, mas entre as principais estava a visão maniqueísta que definia um passado ruim e um futuro bom quase como projeto estético. Outra crítica foi à própria forma do texto, cheio de erudição e de pomposidade, elementos contra os quais o projeto modernista era incisivamente contrário (AZEVEDO, 1996, p. 65-67).

Azevedo reconheceu que a importância do documento estava antes na sua repercussão do que pelos valores intrínsecos, já que não apresentava nada de novo em seus argumentos. Conforme decorria o ano de 1924 as produções de artistas que somavam ao empreendimento da “arte nova” obtiveram maior alcance nos periódicos, com destaque para as poesias de Austro-Costa e de Ascenso Ferreira. A discussão entre “passadistas” e “futuristas” estava ficando

¹⁹ José Pereira da Graça Aranha nasceu em 1868 em São Luís (MA). Formado em direito pela Faculdade de Recife, trabalho como diplomata, foi dramaturgo e ensaísta, mas destacou-se por sua atuação junto ao grupo modernista. Participou da Semana de Arte Moderna de 1922, onde proferiu uma conferência. Apesar de ter ajudado a fundar a Academia Brasileira de Letras, em 1897, afirmou que “A fundação da Academia foi um equívoco e foi um erro”, tendo anunciado seu desligamento da instituição em 1924. Faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 26 de janeiro de 1931. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa277038/graca-aranha>. Acesso em: 27 de abril de 2021.

saturada, e a solução veio mais uma vez do Sul com a sugestão de Mário de Andrade (1893-1945), delineando como ideal a busca de uma brasilidade que permitisse superar os ideais europeus (ANDRADE, 1925).

Sobre este conceito o autor paulista chegou a publicar um artigo no *Jornal do Commercio de Recife* em 24 de maio de 1925 intitulado *Modernismo e Ação*, onde evidenciou como a questão da brasilidade se tornou o grande tema de discussão dos autores modernistas no período. Mário entendia “a busca do nacional como a forma mais correta de integração no universal. Mas tal busca do nacional não poderia perder-se nas particularidades de uma região. Daí as restrições ao regionalismo. Uma visão crítica e sintetizadora do Brasil como um todo é que permite o diálogo com o universal” (ANDRADE, 1925). Apresentando esta passagem, Azevedo concluiu que Inojosa não percebeu o alcance do nacionalismo crítico de Mário, que de certa forma gerou abertura para o estabelecimento de diálogos dos modernistas com os regionalistas, em especial através de José Lins do Rego e de Gilberto Freyre (AZEVEDO, 1996, p. 85).

Artigos da década de 1920

O “elogio da tradição” foi um elemento insistente na coluna de Freyre para o *Diário*, “Da outra América”. Ele enaltecia “o tempo [que] poetiza as coisas e as pessoas” (11 de setembro de 1921), e se bem que reconhecesse no Brasil apenas uma “leiturazinha crioula”, a culinária brasileira seria original, “brasileiríssima até, de cheiro e sabor muito seus” (13 de agosto de 1922). Nos artigos o nome de Oliveira Lima despertava “verdadeiro fascínio” no jovem Gilberto, como “amigo da tradição” (AZEVEDO, 1996, p. 127).

Freyre reuniu em *Tempo de Aprendiz* os artigos publicados durante seus anos de juventude. Entretanto Neroaldo observou que alguns dos artigos apresentados no livro foram alterados, em alguns casos substancialmente, o que lança um problema sobre sua análise. Consciente destas alterações optei por analisar os textos reproduzidos na íntegra que estão ao final de *Modernismo e Regionalismo*, comparando-os aos originais no *Diário de Pernambuco* quando necessário. O interesse nesse material é analisar a forma como inicialmente Freyre esboçou suas ideias regionalistas que ganharam corpo ao longo da década de 1920.

O sociólogo apresentou suas ideias em “defesa da tradição e dos valores regionais” ao mesmo tempo em que criticou o futurismo e o modernismo. Aí se encontrava a defesa da

paisagem do Recife, com atenção para as árvores, mas sobretudo a defesa dos “valores da arquitetura tradicional, da fisionomia tradicional do Recife, o que corresponde à defesa dos monumentos históricos, do patrimônio artístico em geral”. Freyre também argumentou que a “culinária regional é vista como elemento de nacionalismo”. Tais reflexões levaram-no a fazer proposições que em alguns momentos se tornaram agentes perigosos em função de seu evidente reacionarismo, como foi o caso da defesa do analfabetismo como “papel de agente conservador” (AZEVEDO, 1996, p. 133–135). Fazendo um balanço sobre os artigos, Azevedo afirma:

Fique registrado que no conjunto desses artigos numerados o que aparece são propostas amplas no domínio cultural, marcadas todas elas pelo desejo de conservação das práticas e costumes tradicionais. Daí o caráter saudosista na observação do presente, o que leva Gilberto Freyre a ver Pernambuco como “triste sombra do passado”. Um tal conceito de tradição leva a uma postura restrita do regionalismo, vizinha do “bairrismo”, na medida em que o Nordeste é considerado como sendo mais brasileiro do que outras regiões, exatamente enquanto pode conservar intactas as suas características (AZEVEDO, 1996, p. 137).

O artigo “A democracia nos Estados Unidos”, por exemplo, foi apresentado no *Diário de Pernambuco* em 3 de abril de 1923 – sua versão original foi escrita para o *Correio da Manhã* de Lisboa - e descrevia a relação do norte americano com a tradição. Havia um claro elogio à forma como o problema teria sido equacionado, já que lá “a ânsia de modernismo, a vontade de adaptar-se a condições novas de vida, não exclui o respeito pelas experiências prévias, sem o qual as aventuras passam a perigosas e as vezes trágicas alucinações”, fazendo referência ao caso da Rússia revolucionária (FREYRE, 1923, p. 3).

Freyre argumentava que lá o “espírito histórico” adquiriu caráter dinâmico na medida em que reconheceu a base de sua força na tradição, por sua vez “longe de ser um saudosismo coletivo, vago e passivo, é ativo, dinâmico, pragmático”. Mais ainda, lá o povo foi capaz de reconhecer “a influência dos mortos sobre os vivos”, e a despeito de ser contemporâneo “volta-se constantemente para o passado, como para um velho mestre” (FREYRE, 1923, p. 3)²⁰.

Já em outubro de 1924 ele retomou o tema do regionalismo de forma muito consistente, assumindo um empreendimento claro de teorização sobre o fenômeno. Este esforço ocorreu em artigo publicado na *Revista do Norte* em outubro. Freyre conferiu o título de “Do bom e do mau

²⁰ Minha opção, nesta passagem e em outras que se seguem, foi atualizar as citações de acordo com a gramática contemporânea da língua portuguesa, ainda que preservando o sentido original.

regionalismo”. No início ele citou o regionalista francês Lafcadio Hearn que contou sua surpresa ao chegar numa ilha na Martinica e ver que “faltava àqueles ilhéus [...] o senso, a consciência ou o sentimento local que os animasse para o gozo e para o aproveitamento dos valores próprios, das coisas da ilha, das beleza que ali se revelaram [...]” (FREYRE, 1924).

Com este exemplo Freyre direcionou a crítica a seus conterrâneos, para os quais “só o remoto os interessa e os apaixona: as coisas de perto são como se não existissem”, pensando especificamente nas referências europeias importadas pelos pernambucanos. Ele argumentou que o problema não estaria no contato com as referências estrangeiras – inclusive o autor sempre que possível deu crédito a suas experiências no exterior sobre sua formação. O perigo estaria no que ele chamava “tirania mística do exótico” que prejudicaria as “boas tradições locais” (FREYRE, 1924).

O conceito de tradição foi mobilizado nesta altura como algo que necessitava, ao mesmo tempo, ser valorizado e protegido, daí o propósito da “reação regionalista”. De pronto, tão logo mencionou-a, ele defendeu: “Não me parece que seja mau o regionalismo ou o patriotismo regional cuja ânsia é a defesa das tradições e dos valores locais, contra o furor imaginativo”. É interessante ressaltar que o conceito de pátria foi utilizado para caracterizar uma faceta do regionalismo, já que Freyre tentou indicar que “as diferenciações regionais” poderiam ajudar o Brasil a ser “uma pátria independente na suficiência econômica e moral do seu todo”. Assim ele citou as reflexões de Sílvio Romero: “A grandeza futura do Brasil virá do desenvolvimento autônomo de suas províncias”, ideia muito influente para o sociólogo (FREYRE, 1924).

Logo, o “bom regionalismo” descendia de Sílvio Romero e se caracterizava por “permitir a diversidade de aptidões” dentro do Brasil. Ele estaria “longe” do “mau” regionalismo, aquele que advogaria “separatismo” e “imposição dos interesses locais sobre os gerais”, todos termos utilizados por Freyre. Nesse sentido “Pernambuco ou, antes, o Nordeste, deve trazer à cultura brasileira uma nota distinta, um impulso original, uma criação sua”, que poderia vir com a “paisagem nos seus valores naturais” ou com a “arquitetura portuguesa”, um pouco prejudicada pelos “caprichos de simetria e de modernismo”. O que não impedia o sociólogo de acreditar na capacidade de que “Recife volte ao espírito e às sugestões do seu passado”.

Nesta altura, ficava expresso o elogio à tradição por ela mesma, como um valor que remete ao passado. Ao mesmo tempo Freyre se antecipou a alguns críticos que entendiam o

elogio à tradição como sinônimo de passadismo: para Freyre tratava-se de algo dinâmico, capaz de contribuir com o presente pelo exemplo do passado. O regionalismo aparecia como chave para estabelecer a grandeza nacional, na linha do que propôs Sílvio Romero. As imagens mobilizadas para construir tal grandeza, por sua vez, eram da arquitetura e da culinária, algo que se repetiu ao longo dos textos de Freyre. Apesar das menções à Pernambuco, e ao Nordeste, não havia ainda a sugestão de primazia dessa região, algo que abordarei adiante.

Esta proposta será desenvolvida nos próximos anos, até ganhar a cara que tem no *Manifesto Regionalista*, como ainda evidenciarei. Entretanto, cabe apontar que o tema da primazia do Nordeste surgiu no artigo de Freyre quatro meses após ter sido publicado um texto de Moraes Coutinho, que abordava temática semelhante.

O artigo de Coutinho foi publicado na revista carioca *Ilustração Brasileira* em junho de 1924 com o título “Pernambuco e o regionalismo Nordestino”. Nele o autor afirmou que a “diferenciação regionalista da nação brasileira” ainda não tinha a atenção necessária. Na sua concepção ela se constituía em “processo espontâneo de evolução antropogeográfica”, e faltava ao regionalismo “um sentido político e social ou mesmo simples inspiração estética” para aproveitá-lo. Para ele o regionalismo brasileiro não era um fruto ideológico, mas “simples fato de vida”. O sentido de algo criado sem interferência humana consciente era fundamental para o argumento geral do texto. Nesse sentido o regionalismo era algo “natural” de certa forma, portanto positivo (COUTINHO, 1924).

Entretanto Coutinho argumentou em tom crítico que “aos fenômenos naturais o pensamento dos homens termina por acrescentar uma face nova. E a transfiguração é que prevalece por fim”. Daí provinha a crítica ao federalismo da Primeira República, “que não é viável e morrerá um dia”. O autor anunciou seu fim justamente pelo seu caráter supostamente fictício, sem lastro na história nacional, cuja natureza “fragmenta, dissocia, desvirtua e individualiza”. Chamo a atenção para o fato de que expressões ligadas à própria reflexão sobre a modernidade estão relacionados com esse federalismo fictício, como a noção de individualidade (COUTINHO, 1924).

Contudo ele vislumbrava no regionalismo uma saída: “obra do crescimento natural, o regionalismo vencerá por fim o federalismo artificial, mera fórmula administrativa, refratária à realidade”. Ele defendeu que “a evolução regionalista criará um novo federalismo, real,

eficiente, dentro dos quadros da vida. Um *federalismo regionalista* será, então, a forma da unidade nacional”. A promessa de unidade nacional sairia assim dos discursos, que vinham desde o Império e prosseguiram na República, para se fundamentar nas bases históricas e geográficas do regionalismo, de “regiões brasileiras autônomas e convergentes”. Isso porque o regionalismo não necessitaria de elaboração, de construção, ele seria uma realidade concreta, natural (COUTINHO, 1924).

Nesse processo “espontâneo” e “embrionário” marchariam na frente cinco estados, os “mais orientais do Nordeste brasileiro. Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará constituem, com efeito, o núcleo de mais intensa diferenciação natural” e onde se definia “um verdadeiro pensamento regionalista”. A sugestão de uma suposta “prioridade do Nordeste” é muito interessante. Coutinho argumenta pela existência de uma “unidade fundamental do elemento geográfico”, bem como “a solidariedade nos grandes acontecimentos históricos”, além de “uma constituição étnica uniforme” (COUTINHO, 1924): paisagem, história e população se reuniriam assim para cristalizar uma estrutura própria²¹. Está aí outro elemento do qual Freyre se valeu no *Manifesto Regionalista* e que vou explorar em seu devido tempo.

O Nordeste seria, portanto, o resultado da composição de quatro tipos de “paisagem geológica” que são as praias, a planície verde do açúcar, o sertão e as serras. Entretanto as praias com ressalvas, pois eram onde estavam “os grandes centros urbanos das capitais” o que levava a “quase deplorável desfiguração pelo progresso cosmopolita”. É nítido o tom de lamento e de saudosismo nessas afirmações, que criaram uma tensão entre cosmopolitismo e pitoresco que orientou a leitura regionalista (COUTINHO, 1924). Encontramos aqui uma das referências caras ao pensamento de Freyre. Para Coutinho, o regionalismo típico do Nordeste seria fruto de sua paisagem típica, que quanto mais intocada melhor, algo próximo ao núcleo do argumento ecologista de Freyre (vou me aprofundar adiante com o auxílio da obra de Ricardo Benzaquen).

Tomando essa “unidade geográfica, étnica e econômica do Nordeste” seria necessário ir além e construir a mais alta expressão do movimento regionalista “na sua unidade espiritual-política, social e estética”, que se apresentava como um “bloco indissolúvel”. Coutinho citou

²¹ Coutinho repetiu nessa altura os elementos de Hypolite Taine que também influenciaram Euclides da Cunha. No caso do autor francês a história nacional seria constituída pelo tripé meio ambiente, raça e momento histórico, enquanto o autor brasileiro trabalhou com terra, homem e guerra em *Os Sertões*.

exemplos disso: na história e na vida cotidiana, no organismo coletivo e na sensibilidade individual, no espírito público e no idealismo dos homens, nas requintadas criações literárias e na poesia popular, nas famílias, nas tradições cívicas e na sensibilidade estética. Faltaria apenas “a clara consciência disso” que seria resolvida com um programa voluntário, “tarefa dos filhos do Nordeste” para desvelar a “alma do nordestino”. Teria vindo do Nordeste, inclusive, “alguns dos mais belos atributos da brasilidade” que se opunha à “civilização sem forma e sem cor que ameaça submergir o Brasil” (COUTINHO, 1924).

Para Coutinho, a ação humana estava permitida se fosse no sentido da verdadeira vocação geográfica, histórica e étnica do povo. E mais uma vez o Nordeste foi exaltado à mais nobre posição, aquela capaz de fazer descobrir a própria brasilidade. Era mister, ao mesmo tempo, combater a influência europeia, a civilização burguesa, urbana e industrial à qual Coutinho se referiu lembrando muito a Freyre em *Sobrados e Mucambos*, evidenciando uma percepção estética comum.

Encerrando o artigo, Coutinho deu novas pistas sobre sua visão que se aproximava de um bairrismo. Pois para além do Nordeste, já tão elogiado e exaltado, Pernambuco teria uma posição de liderança justificada pelo seu passado. O autor faz questão de retomar o passado colonial e imperial, citando em especial os acontecimentos de 1817 e 1824 para argumentar pela vocação do estado, alimentando o “pensamento político da região”, além da vida “na sociedade e na cultura”. O “patriotismo regional” recebeu seus elogios. E Recife, como não poderia deixar de ser, foi colocada à frente, “a capital moral do Nordeste, seu grande centro econômico, seu foco de cultura e de vida política” (COUTINHO, 1924).

Esse artigo nos diz muito sobre o sentido do conceito de tradição que foi operado para fundamentar o pensamento regionalista na década de 1920. Essa concepção está ancorada em um apego com o passado demasiado estático. Embora houvesse alguma tentativa de Freyre e seu grupo se desvencilharem dela, parece que eles ainda operavam com ela. Em alguns momentos soa como se a experiência histórica tivesse em si *status* para negar a ânsia de renovação que a jovem geração modernista expressava. Ainda mais quando esta geração, à exemplo do texto de Mário de Andrade publicado no *Jornal do Commercio* de Recife em 1925, abandonou a chave maniqueísta que dividia passado e futuro para criar novos projetos estéticos com vistas à questão da brasilidade (ANDRADE, 1925).

No dia 5 de abril de 1925 um artigo salta aos olhos, publicado na primeira página do *Diário de Pernambuco*: “Einstein, Regionalista”. Assinado por Gilberto Freyre o tom geral é divertido, com uma nova interpretação da chegada do físico alemão ao Brasil para os experimentos de Sobral. Freyre se regozijou pelos elogios que, nas suas palavras, haviam sido feitos por Einstein sobre o sol, as árvores e as velhas ruas do Rio de Janeiro. Para o sociólogo pernambucano foi uma clara “apologia do nacionalismo e até do regionalismo” de um “homem tão universal e tão sem pátria nas suas preocupações” que poderia desejar a homogeneidade para todos lugares que visitasse (FREYRE, 1925a).

Freyre simulou uma conversa entre Einstein e Assis Chateaubriand, em que aquele lamentaria por um “mundo tristemente homogêneo”. Ele desejaria uma “Europa unida”, mas com “uma homogeneidade como a do Império Norte-Americano, restrita à esfera econômica e política”, em que “cada país conservaria as peculiaridades e aptidões nacionais, cultivando mesmo o seu regionalismo, o qual contribui tanto para dar a cada povo sua fisionomia própria, característica e interessante”. A “homogeneidade espiritual” seria descartada (FREYRE, 1925a).

Einstein teria gostado das ruas antigas do Rio, as ruas do Ouvidor e de Gonçalves Dias, elogiadas pelas suas sombras – que Freyre afirmava estarem mais ajustadas ao calor dos trópicos. O sociólogo usou os comentários de Einstein, todos lidos pelos artigos do próprio Chateaubriand, para encontrar no estrangeiro, “Rei da Matemática”, apoio a suas teses regionalista. Inclusive não perdeu tempo em criticar a arquitetura do Rio e suas novas avenidas, largas e sem arborização adequada (FREYRE, 1925a).

Deste artigo em diante, Freyre pareceu estagnar-se na defesa às acusações de separatismo que pendiam sobre seu movimento, além da tentativa de dar novos ares mais dinâmicos ao regionalismo. Apesar de não acrescentar novos elementos à sua argumentação, porquanto tenha tentado explicitar melhor o projeto regionalista, Freyre se esforçou em estabelecer diálogos e se aproximar de intelectuais que tinham simpatia por suas ideias – daí ter citado as impressões de Einstein. Algo semelhante aconteceu no artigo “A propósito de regionalismo no Brasil”, publicado em 11 de outubro de 1925 no *Diário de Pernambuco*, onde tentou estabelecer um diálogo com o grupo de Minas Gerais que organizava *A Revista*, constatando um “vivo sentimento regionalista” (FREYRE, 1925b). O tom geral foi de confronto e provocação, ao

mesmo tempo em que ele identificou a necessidade de construir alianças além de seu grupo pernambucano, ou ao menos achar pautas comuns – dessa vez em intelectuais brasileiros, mais próximos que o elogio daquele físico alemão.

As críticas foram dirigidas a Coelho Neto, a Medeiros de Albuquerque, a Graça Aranha, os “israelitas de espírito” ou “cosmopolitas [...] sem raízes” que supostamente não aceitariam uma literatura a partir da “experiência vivida” que não seja alheia “à experiência e ao sentimento local”. O argumento neste artigo, em específico, esteve na chave do choque geracional, e Freyre afirmou que encarava a esses intelectuais “com a melancolia de sobrinhos que descobrem nos tios sentenciosos e sabedores de tudo, adorados como heróis na meninice, simples mediocridades” (FREYRE, 1925b).

Com o “jovem grupo de *A Revista*”, citando “Martins de Almeida, Carlos Drummond²², Emílio Moura, Gregoriano Canedo”, Freyre se solidarizava pela proposta semelhante a do Centro Regionalista do Nordeste (o qual tratarei melhor adiante), de “uma Minas mineira, que se desenvolva dentro do espírito do seu passado, contribuindo com a sua forte originalidade local para a riqueza do conjunto brasileiro; para a harmonia do todo brasileiro”. É importante ressaltar como o projeto regionalista foi colocado aqui não só com vistas à questão da identidade nacional, mas como condição *sine qua non* para a realização desse conjunto brasileiro (FREYRE, 1925b).

No texto Freyre destacou o uso do conceito de “tradição” no programa da revista mineira e elogiou seu emprego, pois enxergava que “não têm da tradição o sentido passivamente necrófilo dos Institutos Históricos”. A partir desta crítica Freyre arriscou o conceito de “neotradicionalistas”: “uma força viva e plástica a ser desenvolvida em valores novos, atuais, ativos – nunca um peso morto a ser tristemente arrastado pela vida” (FREYRE, 1925b). O

²² Carlos Drummond de Andrade nasceu em 1902, em Itabira do Mato Dentro (MG). Poeta, iniciou sua atividade literária escrevendo artigos e crônicas para jornais, onde defendia as posições de vanguarda face à literatura vigente. Nesse sentido foi importante sua contribuição para fundar *A Revista* em 1925. Íntimo colaborador de Gustavo Capanema, trabalhou ao seu lado desde 1930, até ser seu chefe de gabinete entre 1934 e 1945, durante a gestão no Ministério da Educação e Saúde. A carreira burocrática não o impediu de continuar a escrever seus poemas. No período de 1945 a 1962, atuou como chefe de seção no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Manteve-se como jornalista e poeta até a sua morte no Rio de Janeiro, em 1987. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/carlos_drummond_de_andrade. Acesso em: 29 de abril de 2021.

termo “neotradicionalistas” não foi repetido em outros artigos, deixando em aberto as proposições mais práticas para se solucionar o problema da tradição vista como prisão face ao passado.

No ano seguinte, em 7 de fevereiro de 1926, Freyre publicou o artigo “Ação regionalista do Nordeste”²³ no dia de abertura do 1º Congresso Regionalista. Nele o autor polemizava com Gilberto Amado, Guilherme de Almeida, além de Campos Medeiros e Albuquerque, sobre a possibilidade de se “sentir e criar ‘regionalisticamente’” no Brasil. O debate com Guilherme de Almeida foi especialmente caro à Freyre, já que este último tentou contornar as confusões que levariam, no limite, a enxergar uma “expressão artística do regionalismo” como aquilo que o primeiro acusava ser “literatura caricaturesca do ‘caipirismo’ ou do ‘Jeca Tatu’”. Nesse sentido Freyre defendeu a importância do Congresso para “clarificar a ação regionalista”, que seria ao mesmo tempo “mal compreendida” e “superficialmente julgada”. Com esse fim ele reforçou sua defesa sobre o movimento, que, nas suas palavras, não configuraria qualquer espécie de “separatismo, caipirismo, bairrismo” (FREYRE, 1926).

No argumento do sociólogo, regionalismo e nacionalismo seriam complementares. E onde Freyre buscou exemplo de harmonia na arte e na vida entre os níveis “regionalista, até o municipalista e o universalista”? Na Idade Média. Para ele a Igreja ergueu as catedrais como “instituições complexas”, ou seja, capazes de reunir funções místicas e litúrgicas com funções sociais de caridade e solidariedade, além da complexidade artística que associava o trabalho arquiteto ao do escultor e do pintor. Entretanto o recurso à Idade Média pode ser entendido, em certa leitura, como indício do passadismo que foi diversas vezes criticado no movimento regionalista, e que o próprio Freyre tentou responder a Guilherme de Almeida. O pernambucano parece, em realidade, fornecer elementos que endossam esta crítica.

Para concluir seu argumento ele afirmou que “Um Brasil regionalista seria um Brasil não dividido, mas respeitando-se nas suas diversidades e coordenando-se num alto sentido de cultura nacional. Um Brasil livre de tutelas que tendem a reduzir a feudos certas regiões”, evidenciado seu desconforto com o lugar de segundo plano legado à Pernambuco e ao Nordeste

²³ Apesar de não fazer nenhuma referência no texto a intelectuais franceses, a opção pelo nome “ação regionalista” desperta curiosidade sobre uma possível associação com a “Action Française”, o grupo conservador cujo tradicionalismo e cujas reflexões regionalistas devem ter exercido algum tipo de influência em Freyre.

no cenário nacional. E mais uma vez, tal qual havia feito em artigo para a *Revista do Norte*, Freyre retomou Sílvio Romero como “intelectual nordestino” que havia percebido há vinte anos essa ideia de regionalismo, ao citar o trecho que aludia à “grandeza futura do Brasil” como resultado do desenvolvimento de suas províncias (FREYRE, 1926).

Com o tempo, o esforço do grupo regionalista pernambucano conquistou a simpatia de alguns intelectuais que estavam no eixo Rio-São Paulo. Começando pelo poeta Manuel Bandeira²⁴ que escreveu para Carlos Drummond em fevereiro de 1926 elogiando Freyre e outros “passadistas” como seu xará, o pintor Manoel Bandeira, e Joaquim Cardozo que “parecem muitíssimo mais interessantes do que os ‘modernistas’ de lá [de Recife], todos muito fraquinhos”, crítica direcionada ao grupo de Joaquim Inojosa. A ligação com Bandeira abriu portas para Freyre fazer outros contatos no Rio e em São Paulo, incluindo Mário de Andrade alguns anos depois (AZEVEDO, 1996, p. 141–142).

Até aqui o que observamos foi um elogio da tradição, que deixou de ser irrestrito para pensar uma tradição “moderna”, ou ao menos viva, diferente daquela construída nos Institutos Históricos como memória morta. Este ponto parece ser importante nas reflexões de Freyre, motivo pelo qual sua defesa da culinária e dos monumentos históricos e prédios de arquitetura antiga se dava nos termos de preservação, pois tais elementos permitiriam vantagens reais para o mundo do século XX. Nos artigos ele também tentou evidenciar como os sentimentos e os valores regionalistas não eram exclusivos aos pernambucanos, tratando-se de algo que se opunha, antes de tudo, ao futurismo enquanto movimento que elogiava o novo pelo novo. Naquele momento as posições e os debates pareciam muito mais polarizados e incapazes de dialogar do que viriam a ser ao longo das próximas décadas. Vejamos quais outros momentos de reflexão sobre a região estiveram presentes na década de 1920.

²⁴ Manuel Carneiro de Souza Bandeira Filho nasceu no Recife em 1886. Foi poeta, cronista e ensaísta. Em uma passagem pela França teve contato com as vanguardas literárias, e no Brasil aproximou-se do modernismo pelo contato com Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda – apesar de não ter participado da Semana de 22. Em 1940 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Morreu no Rio de Janeiro em 1968. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1381/manuel-bandeira>. Acesso em: 29 de abril de 2021.

Livro do Nordeste

O *Livro do Nordeste* é de 1925, publicado em comemoração ao centenário do *Diário de Pernambuco*, saudosamente lembrado como o “mais antigo da América Latina”. Organizado por Gilberto Freyre atendendo ao pedido de Carlos Lyra Filho, a obra foi ilustrada por Manoel Bandeira e trouxe ensaios de uma série de intelectuais da época nos mais diversos temas: relações internacionais, história de Recife e Olinda, agricultura e pecuária, medicina e higiene, secas, arte de renda e cantadores, pintura, música, teatro e literatura. Importante também foi o poema “Evocação do Recife” escrito por Manuel Bandeira. Gilberto Freyre assinou três ensaios: “Vida social no Nordeste: aspectos de um século de transição”, “A pintura no Nordeste” e “A cultura da cana no Nordeste: aspectos do seu desenvolvimento histórico”. Nos parágrafos que se seguem vou me dedicar à análise dos dois primeiros.

Em 1975 foi publicada uma edição fac-similada, coordenada por Mauro Mota, que fez a introdução, e prefaciada por Freyre, textos em que os dois trocam elogios mútuos. Vale a pena dar uma olhada mais atenta sobre este prefácio no sentido de perceber algumas mudanças ao longo dos anos, e, mais especificamente, o direcionamento dado por Freyre a sua própria obra, tentando controlar as interpretações sobre ela.

No texto de Freyre ganharam destaques alguns elementos que não apareciam na década de 1920, principalmente o esforço por entender o Brasil cultural a partir do complexo transnacional hispânico ou ibérico no qual ele se inscreve – bandeira de Freyre na década de 1970 (BASTOS, 1998, 2006). Ele sugeriu que ali estariam as bandeiras freyreanas dos anos 1970 em defesa da hispano-tropicologia ou da luso-tropicologia, extensões transnacionais do estudo sobre os trópicos, como “uma valorização de tipos euro-tropicais de beleza de mulher da qual se esboça antecipação no *Livro do Nordeste*” (FREYRE, 1979, p. 3)

Então Freyre igualou os conceitos de regionalismo e ecologia para tratar desta tropicologia que estaria presente no *Livro do Nordeste*. Ao mesmo tempo tentou defender suas influências na pintura, o que teria repercutido em Portinari, além de Cícero Dias, Lula Cardoso Ayres e Francisco Brennand no Recife. Clamou para si também a ascendência de vir “continuando José de Alencar” e contribuir para

[...] abrasileirar a seu modo a língua portuguesa com um estilo como que nordestino, com variantes que se afirmariam, através dos José Américo, dos José Lins do Rego,

dos Jorge de Lima, das Rachel de Queiroz, dos Jorge Amado, dos Ariano Suassuna, dos João Cabral de Mello, dos Mauro Mota, dos Aníbal Fernandes, dos Luís Jardim, dos Renato Campos, dos Maximiano Campos. Marcariam eles uma renovação estética, psicológica e sociológica dessa língua (FREYRE, 1979, p. 3)

Efetivamente expressou em “ritmo, uso de repetições, pontuação, forma, musicalidade, sem sacrifício de precisão e evitada a eloquência convencional”. Ele reconheceu também os herdeiros desse movimento de “renovação da língua literária do Brasil” que representou *Evocação do Recife* em Ariano Suassuna, José Carlos Cavalcanti Borges e o próprio Nelson Rodrigues, “genial (...) brasileiro tão do Recife” (FREYRE, 1979, p. 3).

Entretanto, Suassuna tinha uma relação no mínimo ambígua com o regionalismo, e mesmo quando reconheceu sua importância não se filiou ao grupo. Já Rodrigues se mudou para o Rio de Janeiro quando ainda era muito novo, construindo toda sua carreira por lá. Essas duas observações levam a refletir sobre o que de fato caracterizaria a herança do regionalismo além do movimento em si. O regionalismo estaria mais ligado a um essencialismo em torno do nascimento no Nordeste ou seria algo desenvolvido culturalmente? Ao que me parece Freyre tentou nesse ponto generalizar tanto o significado daquilo que seria regional que o próprio conceito acabou se esvaziando.

Freyre aproveitou para citar o movimento modernista em tom de elogio pelo empreendimento de renovação da cultura erudita – o que contrasta com aquilo que apresentei anteriormente a respeito de sua postura com relação aos paulistas e cariocas, ilustrando sua mudança de posição. Entretanto ele reclamou ao movimento regionalista o empenho em “pesquisar, reinterpretar, valorizar inspirações vindas das raízes telúricas, tradicionais, orais, populares, folclóricas, algumas como que intuitivas, da mesma cultura” e desprezadas pela cultura erudita (FREYRE, 1979, p. 5). Freyre, por outro lado, afirmou que “o *Livro do Nordeste* não traçou normas à modernização da literatura brasileira como fez, na década 20, o Movimento de São Paulo. Ou como fez, na mesma década, o do Rio”, pois “Dos Regionalistas do Recife nenhum se arvorou em mestre ostensivamente didático. Nem o *Livro do Nordeste* se caracteriza por qualquer empenho doutrinário”. Ainda segundo o antropólogo de Apipucus: “A verdade é o que o *Livro do Nordeste* evitou ser dirigista. Procurou antes suscitar, provocar, estimular inteligências e sensibilidade para as quais abriu perspectivas porventura novas, com seu

inquérito à vida e à cultura regionais” (FREYRE, 1979, p. 4). Afirmção que, dado o teor dos artigos analisados até aqui e o que analisarei adiante, soa no mínimo curiosa.

Passo para “Vida Social no Nordeste: aspectos de um século de transição”²⁵, o primeiro ensaio de Freyre para o livro original. Com este ensaio o objetivo do autor foi comparar “o Nordeste de 1825 com o de 1925”, com o que ele constatou duas paisagens completamente diferentes, “perdeu a paisagem aquele seu ar ingênuo (...) para adquirir o das modernas fotografias de usinas e avenidas novas” (FREYRE, 1979, p. 75). Segue ainda

Beirando os canaviais e algodoads e pastagens correm linhas telegráficas, fios de telefone, vias férreas; pelo barro mole e por essa como areia de praia que, no litoral, e às vezes no ‘agreste’, range sob os pés e pelo gneiss duro em que se acinzentam os caminhos mais para o interior, em vez de carros de boi levando aos engenhos cana madura e liteiras conduzindo sinhazinhas para as festas de batizado e carruagens a trote doce – rodam autos, espadanando areia, roncando (FREYRE, 1979, p. 75).

O conceito de “ingênuo” empregado pelo autor é interessante na medida em que estabelece conexão com seus artigos anteriores e com toda uma tradição de olhar sobre a região que associa ao mundo rural agrário e sertanejo tal característica. Seria o contato com o mundo moderno, urbano, europeu que levaria a perder a ingenuidade e, com ela, as raízes e tradições que caracterizariam, em última instância, o Nordeste. As tendências europeias mudaram o cenário de Recife e também a “paisagem social”:

[...] este século tem sido de verdadeira transmutação. Há que fixar principalmente a ação direta ou indireta: da nova técnica de produção ou utilização econômica; da nova técnica de transporte; do mais íntimo e mais largo contato com o estrangeiro; de crises e perturbações do clima que, nestes cem anos, dançou verdadeira dança de São Guido; de crises e perturbações nos mercados consumidores dos nossos produtos, destacando-se a guerra de secessão nos Estados Unidos e a guerra europeia de 1914 (FREYRE, 1979, p. 75).

O primeiro tema sobre o qual Freyre se dedicou foram as secas no Nordeste, começando pela de 1825, passando pela de 1845 e depois a de 1877 – esta seguindo os apontamentos feitos por José Américo de Almeida em “A Paraíba e seus problemas”: secas que obrigavam os sertanejos a descer para o brejo e os engenhos, indo contra seu “gosto” pela “fixidez”,

²⁵ A reconstituição do ensaio foi feita a partir da versão publicada no livro *Região e Tradição* cotejada com fotografias feitas pelo meu orientador, Eduardo Dimitrov, do fac-símile publicado em 1975. Não pude utilizar apenas as fotografias já que alguns arquivos estavam corrompidos e a pandemia de COVID-19 impediu-me de recorrer ao exemplar físico que está na Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Foi possível, no entanto, acompanhar o texto e vislumbrar possíveis modificações na versão que Freyre apresentou no livro de 1941. No caso deste primeiro ensaio, nada de substancial foi encontrado

obrigando-os a romper com “suas raízes” em função da necessidade promíscua e dispersiva da migração (FREYRE, 1979, p. 75). Apesar de fixar aqui uma certa interpretação sobre o sertanejo, Freyre não se aprofundou e não retomou o tema adiante. Afinal seu tema predileto não era o sertão nordestino, mas sim a zona da mata, a região dos engenhos que ocupou a maior parte de suas reflexões. Foi para ela que seguiu adiante.

Na interpretação de Freyre a região dos engenhos foi enfraquecida após a abolição, especialmente na sua estrutura patriarcalista. Os trabalhadores rurais passaram a deslocar-se entre fazendas que ofereciam trabalho, sem ter um lugar fixo. Para o autor esse deslocamento seria natural se considerado o desenvolvimento de comunicação e de interdependência entre os engenhos, impactando sobre sua sedentariedade e sobre sua autossuficiência do período colonial.

Freyre aproveitou para descrever a paisagem desse engenho e falar das festas e das mesas fartas, que para ele duraram até a abolição. Este processo que acometeu os engenhos aconteceu antes no Recife: “No Recife a vida social como que se europeizou, ou antes afrancesou, com o Conde da Boa Vista” (FREYRE, 1979, p. 76). Um primeiro elemento importante da mudança foi o piano, que agregou um tipo diferente de música aos engenhos, e que mudou a relação entre homens e mulheres na cidade – antes estas ficavam separadas e não participavam de festas além das quatro mais importantes do ano.

Mais adiante Freyre mencionou a decadência que ocorreu no século XVIII, segundo ele em razão do excesso de impostos sobre os senhores de engenho, que impactou sobre a vida luxuosa que eles tiveram até então, de acordo com as descrições dos viajantes. Ele aproveitou também para falar sobre os talheres de prata e os pratos de porcelana vindos da China, artigos que impressionavam de acordo com as descrições dos diários de viagem, compondo aquele ambiente luxuoso (FREYRE, 1979, p. 77), assim como os móveis das casas-grandes feitos com a madeira regional, algo que rende elogios, até o ponto em que ele afirma “Nos tempos patriarcais de antes da abolição vivia-se mais do que hoje vida de família. E nada o prova melhor que o mobiliário de então – um mobiliário rebelde à muita mudança de casa”. Para ele o mobiliário mais recente não guardaria a mesma fixidez e conforto, (FREYRE, 1979, p. 78).

Algo que chama a atenção do leitor é quando Freyre se dedicou a tratar das mudanças na paisagem social de Recife durante a gestão de Boa Vista, o enfraquecimento das referências

orientais, o afrancesamento dos trajes, os sobrados, as calçadas e ruas estreitas – algo que seria explorado com afinco em *Sobrados e Mucambos*. O tema da culinária, abordado em diversos momentos de sua obra, estava aqui, mas pela via das receitas da senhora, e não das negras que vendiam nas ruas, a culinária popular e de origem africana que ganharia destaque no *Manifesto*, que nessa altura só aparece com a menção as receitas de alguns negros para tratar de doenças (FREYRE, 1979, p. 80). Como exemplo posso citar:

Também em casa se preparavam, nos engenhos, sob a economia patriarcal, o charque, a manteiga, o queijo, os vinhos de caju e jenipapo, tudo dirigido pela senhora, que era ainda quem provava o ponto dos doces e geleias de araçá e goiaba, descia à cozinha nos dias de festa para preparar algum quitute de preceito, trazia a roupa branca em baús de couro felpudo e arcos de pau, numa alvura de fazer gosto e cheirando a sândalo, e uma vez por mês, ou de dois em dois meses, administrava aos meninos e crias da casa, algum purgante seguido de goles de [ilegível] de mel ou tamarindo ou alguma [ilegível] para o mal das lombrigas (FREYRE, 1979, p. 80).

Esta passagem, que curiosamente não apareceu na edição de *Região e Tradição*, demonstra o protagonismo atribuído às senhoras de engenho, que segue por alguns parágrafos. Entretanto não há qualquer tipo de menção à presença de escravizados realizando os trabalhos descritos, evidenciando o tom geral de abordagem sobre a culinária que se dava pela preferência à figura da elite açucareira para ilustrar a cultura autenticamente regional.

Ao se aprofundar no ambiente doméstico Freyre enfrentou uma discussão com Oliveira Lima segundo a qual o fim da escravidão colocou também fim à convivência mundana das senhoras, já que estas precisariam coordenar o serviço doméstico. Seu argumento denotou não só o desdém com esse tipo de serviço, que ele entende ser “simples”, como também um certo saudosismo da época da escravidão e algumas afirmações estranhas de entender, sem muito aprofundamento ou justificação, como: “E os escravos tomavam-lhes (às senhoras) o tempo quase tiranicamente” (FREYRE, 1979, p. 81). Ainda assim, ele argumentou que para as senhoras era fácil administrar os negros e que elas eram caridosas para cuidar deles quando ficavam doentes, ainda que, nas suas palavras, às vezes “O chicote se fazia às vezes necessário. O chicote e o grito”. A visão romântica da sociedade escravista esteve explícita nesses termos.

Ele tratou com aparente alegria do amor pela rua e da camaradagem entre os homens do Nordeste, e concluiu que o “declínio da convivência mundana” estava ligado “a alteração que vem sofrendo o mobiliário entre nós”, pois para ele “a vida de sociedade dos nossos avós –

sobretudo a que floria no meado do século décimo nono – deve-se atribuir a superioridade dos interiores de então sobre os de hoje”.

A partir disso o autor enveredou por um estudo sobre os meninos de Pernambuco, algo que Freyre pretendia levar adiante como um livro sobre a infância no Brasil, projeto que foi abandonado para dar lugar a outras pesquisas como a que levou a *Casa-Grande & Senzala* (PALLARES-BURKE, 2005, pos. 3683-3694). Nas suas reflexões Freyre concluiu que, à época, era melhor ser menino que ser velho, o que não ocorreria há cem ou cinquenta anos. No argumento de Freyre essa vantagem seria explicada pela “mudança do tipo de família do patriarcal para o particularista”, quando a família deixaria de ser a “grande família” cheia de parentes e agregados que girava em torno dos avós para ser compreendida como o núcleo formado por “marido, mulher e filhos”, sendo que estes últimos passam a ser atendidos por uma legislação social seguindo o modelo francês pós-revolucionário (FREYRE, 1968, p. 163).

O autor rebateu as críticas contra as histórias contadas aos meninos pelas escravizadas: ao invés de prejudiciais por estarem carregadas de superstições e suspense, as superstições seriam fundamentais para difundir “a poesia popular e nosso folclore” e “o melhor fecundante para a imaginação e até para a espiritualidade”. Freyre argumentou que por trás das superstições há algo de “subterraneamente verdadeiro”, enquanto “livros de botânica e história natural estão sempre mudando” (FREYRE, 1968, p. 171–172). Sendo justo com ele, essa abordagem sobre o que seria cultura popular ou folclore foi desenvolvida posteriormente ao *Livro do Nordeste*, evidenciando uma continuidade na sua reflexão, que foi aprofundada e encontrou maior diálogo na década de 1930, como procurarei explorar adiante.

Por fim, no que tange ao tema da infância, se os meninos sertanejos vinham perdendo sua pureza e inocência no contato com o litoral – ao leitor cabe atentar-se sobre a escolha das palavras, mais uma vez a ideia de uma natureza pura e inocente se fez presente, longe da influência negativa da modernidade –, os meninos de engenho eram precoces na sua iniciação sexual: “como todo o tropical, o brasileiro do Nordeste é um antecipado nas experiências do amor físico, aqui favorecidas também, primeiro pela escravidão, depois pela influência da escravidão que ainda hoje se projeta sobre a vida regional”(FREYRE, 1968, p. 173), tema que foi aprofundado adiante na obra do autor, ganhando destaque em *Casa-Grande & Senzala* (FREYRE, 2003).

O tema dos casarões antigos ressurgiu na defesa deste tipo arquitetônico, que em Recife foi derrubado por Boa Vista para introduzir “o estilo toscano, o chalé suíço e outros tipos de casa em que se antecipou o bricabraque de hoje” (FREYRE, 1968, p. 177). Se por um lado o “popular” não apareceu enaltecido tal qual seria no *Manifesto*, salvo raras menções às doceiras que não têm protagonismo em meio aos inúmeros elogios às senhoras, aqui Freyre tomou a arquitetura como tema para tratar de dominação: “A mais se estendia a conjugação do verbo mandar pelos senhores de engenho do Nordeste de antes da Abolição. Mandavam expulsar, castigar, sangrar, matar. ‘Novos barões feudais’” (FREYRE, 1968, p. 179). O domínio que era sentido nos casarões estava ligado a seus donos, “homens que sabiam ser donos de suas terras; mandar; multiplicar-se em filhos e escravos” (FREYRE, 1968, p. 178).

O Nordeste de Freyre parece ser, mais que nunca, o Nordeste dos senhores e da escravização: daí a repetição constante de “antes da Abolição” como marco central para sua reflexão. Mais adiante Freyre retomou esta temática pela chave da relação entre o senhor e o escravo, que para ele não era “o fácil esforço mecanizado por meio de botões elétricos, em que se deliciam os milionários de hoje”, mas antes “exigia uma superior tensão de vontade e também uma constante ação direta”, pois “nem sempre eram dóceis os escravos, provam-no os castigos às vezes julgados necessários por senhores não de todo sadistas” (FREYRE, 1968, p. 182–183). Crítica da sociedade moderna, elogio da sociedade escravagista.

Adiante, falando sobre escravidão, Freyre criticou o “palavrório teatral” de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, inspirados nas críticas inglesas à escravidão no Brasil e na Jamaica: “discursos segundo os quais a escravidão teria sido, no Brasil, verdadeiro inferno para os pretos. Exagero que eles próprios corrigiram em escritos mais serenos e mais sóbrios” (FREYRE, 1968, p. 184). Freyre argumentou que a escravidão no Nordeste raras vezes vislumbrou excessos de crueldade ou de trabalho, ainda que convenha lembrar que nessas afirmações o respaldo factual do autor torna-se menor, senão inexistente. Ele aproveitou para fazer uma comparação com o trabalho servil, coisa que aparece em outros momentos de sua obra “É a condição do escravo, valorizado pelo senhor patriarcal, que contrasta com a dos trabalhadores de eito e operários de fábrica de hoje, mal alimentados, mal dormidos e [...] expostos nos engenhos e usinas à ‘comum indiferença e estupidez dos administradores sem misericórdia’” (FREYRE, 1968, p. 186).

Freyre defendeu que os escravizados eram bem alimentados, que podiam exercer suas práticas religiosas e culturais, como dançar e cantar, que os jovens não eram sobrecarregados de trabalho.

Então seguiu com sua famosa tese, desenvolvida alguns anos adiante em *Casa-Grande & Senzala*, que dialogava com Nina Rodrigues sobre o caráter mestiço da sociedade brasileira, mas que atribuía as patologias vislumbradas pelo médico baiano à problemas sociais e não às patologias genéticas – elemento que ele tomou emprestado não só de boas, como muitas vezes Freyre afirmou, mas também de seu conterrâneo Joaquim Nabuco. Logo ele lançou a questão: “Não terá, ao contrário, o mestiçamento trazido à plástica brasileira uma nota de beleza nova – como Sílvio Romero supunha? Não terá o mestiçamento dado ao brasileiro uma resistência especial ao clima [...] hostile aos brancos e favorável às gentes de cor? ” (FREYRE, 1968, p. 191). Para fundamentar tais hipóteses ele citou exemplos sobre a adaptação do mulato aos serviços rurais.

O último tópico do ensaio retomou a questão regional lançando luz sobre alguns elementos importantes. Como já havia afirmado a Abolição foi um episódio que ocupou no texto mais espaço que em outras publicações de Freyre. Para ele “Foi o Nordeste a parte do Brasil onde se fez sentir mais profundamente o golpe da Abolição contra a economia patriarcal-escravocrata e a ordem social, a cultura, a moral, a estética, que sobre ela se baseavam: houve senhores de engenho que se arruinaram de todo” (FREYRE, 1968, p. 197).

Por outro lado, para Freyre os cafeicultores de São Paulo “tiveram onde fazer finca-pé contra a violência de 88”, substituindo os escravizados por colonos, sobretudo com políticas voltadas para incentivar a imigração de europeus especificamente para São Paulo (FREYRE, 1968, p. 197). Assim a rivalidade estava explicada em termos econômicos, ainda que esta explicação não esgotasse a questão. Entretanto, Freyre argumentou que, por não contar com a imigração em massa, o Nordeste tornou-se “refúgio da alma do Brasil” tal qual havia afirmado Oliveira Lima (FREYRE, 1968, p. 198).

Nesse sentido Freyre mencionou o termo “brasilidade” e argumentou que a endogamia foi fundamental neste momento para preservar a cultura no Nordeste de uma descaracterização face aos “valores industriais europeus e norte-americanos” aos quais ela não conseguiria resistir (FREYRE, 1968, p. 198). Para não perder o costume ele afirmou que, a despeito das

[...] alterações sofridas na sua ordem social e que o separam tanto do seu passado, o Nordeste continua a parte, sob mais de um aspecto, mais brasileira do Brasil; a mais característica da civilização patriarcal-escravocrata fundada pelos portugueses na América tropical (FREYRE, 1968, p. 198).

Isso não significava que ela estivesse livre de problema: Freyre admitia a necessidade de superar os arcaísmos em nome de um “tradicionalismo criador” e de abrir mão do provincialismo: “Mas não lhe faltam elementos para voltar a ser uma região ativamente criadora dentro da economia brasileira e da cultura nacional e americana” (FREYRE, 1968, p. 198). O ensaio encerrou-se retomando as mudanças no “ritmo [de] sua vida social”, na cadência do trabalho, na substituição de construções quase medievais de pedra “pelos furores ianques das modernas empreitadas de cimento armado”, e nessa pressa Freyre desafiou seus contemporâneos a conseguirem construir “alguma coisa de superior ao que criaram os antepassados” abrindo mais de sua tradição (FREYRE, 1968, p. 199).

No ensaio “A pintura no Nordeste”²⁶ Freyre mobilizou novamente Lafcardio Hearn e seu exemplo na Martinica. Além disso, ele afirmou que no Brasil não houvera ainda pintor capaz de representar os “valores íntimos”. Sua grande crítica foi à pintura nacional que estaria muito dependente de tendências europeias, como o impressionismo, que impossibilitariam pintar a paisagem local “sem dúvida pela dessemelhança de cor e de luz da Europa” (FREYRE, 1979, p. 126). Ele mencionou que faltaria tinta para representar as “rudezas do alto sertão e do agreste”. Nesse sentido, não poderia perder o elogio da especificidade do Nordeste: “Não haverá, talvez, paisagem como a nossa, tão rica de sugestões: nem animada de tantos verdes, tantos vermelhões, tantos roxos, tantos amarelos” (FREYRE, 1979, p. 126).

Apenas a “mata” teria tido um pintor para representa-la, ainda que de maneira insuficiente, na perspectiva do autor. Foi Jerônimo José Telles Junior, que não teria sido capaz de interpretar a paisagem, mas tão somente fixá-la em caráter de documentação. Seu retrato fora exclusivamente da paisagem física, aparecendo os homens apenas tangencialmente: “Nos seus quadros [...] a vida de engenho apenas se adivinha de longe, pelos sulcos das rodas dos carros de boi no vermelho mole das ladeiras”, afirmou Freyre (FREYRE, 1979, p. 126).

²⁶ Ao contrário do ensaio anterior, “A pintura no Nordeste”, se comparadas as versões do fac-símile e de *Região e Tradição*, tem modificações importantes, sobretudo em parágrafos inteiros que foram inseridos e que aprofundam algumas discussões ou trazem informações totalmente novas. Em razão disso, e aproveitando a melhor qualidade dos arquivos de imagem que tinha à disposição, fiz a leitura focada no fac-símile.

Coube ao neerlandês Frans Post representar o trabalho nos engenhos, e Freyre estranhou que “A técnica da produção do açúcar oferece elementos para uma pintura tão nossa que é verdadeiramente espantoso sempre lhe terem sido indiferentes os pintores da terra”. Estava evidente na cabeça do autor os rumos que deveria tomar a pintura no Nordeste: “Imagino uma decoração mural de proporções épicas que nos recordasse os quatrocentos anos de produção de açúcar” indo a ‘fase primitiva’ até “às usinas de hoje, grandes, formidáveis, com as máquinas monstruosas” (FREYRE, 1979, p. 127). Mais uma vez foi o Nordeste do açúcar colocado em destaque, e o apelo por um quadro épico parece guardar no fundo uma dimensão saudosista sobre o lugar que tinha a própria região na história brasileira.

Ele estranhou que tenha sido necessária a guerra do Paraguai para que se tenha produzido um grande pintor no Nordeste, Pedro Américo²⁷. Afinal de contas, para Freyre, “O Nordeste da escravidão... Era um luxo de matéria plástica” (FREYRE, 1979, p. 127). Nesse sentido Freyre descreve, com certa volúpia e sensualidade, o ambiente que na sua cabeça eram os navios negreiros e os mercados de escravos, que supostamente guardavam formas estéticas que deveriam ter sido captadas. Ao leitor fica uma impressão romantizada da escravização, uma abordagem que Freyre tornaria mais ambígua em obras posteriores, mas que por ora é, no mínimo, problemática, como em:

Também os mercados de negros, no Recife sobretudo, deviam ser de um vivo pitoresco ao lado de revelações de forte beleza. Porque entre negros esverdeados de doenças se exibiam corpos de uma deliciosa plástica, belos animais de dentuças tão brancas a ponto de parecer postiças, negras ainda moças, todo em fêmeação de boas formas, molecas aos lotes – todas deixando-se passivamente apalpar pelos compradores, moles as suas exigências, saltando, tossindo, rindo, escancarando as teclas de piano das magníficas dentuças, mostrando a língua, estendendo o pulso – tudo isso como se fosse bonecos, desses que guincham e sacodem os braços ao menor aperto dos dedos (FREYRE, 1979, p. 127).

Ou ainda

A técnica da produção diante as fomalhas onde arde a lenha para avivar o fodo cor de sangue. E esses corpos meio nus em movimento, dorsos pardos e roxos, oleosos de

²⁷ A menção a Pedro Américo é interessante tal qual aquela feita a Nelson Rodrigues. Também no caso do pintor oitocentista a carreira foi feita majoritariamente no Rio de Janeiro, na Escola de Belas Artes. Tanto Américo quanto Rodrigues têm uma identificação mínima com os símbolos culturais apontados por Freyre sobre o que seria o Nordeste. De forma que ele parece reclamar que seriam nordestinos todos aqueles nascidos na região, ignorando elementos de construção identitária com os quais o próprio Freyre se esforçou por definir, como a arquitetura, a gastronomia, a paisagem, a língua.

suor, todos se doiram ou se avermelham à luz das fornalhas; e assumem na tensão dalgumas atitudes relevos estatuescos (FREYRE, 1979, p. 127).

Por outro lado, Freyre vislumbrou com bons olhos a nova geração de pintores, e argumentou que eles não deveriam ter receio de assumir temas regionais como se essa escolha fosse prejudicar a possibilidade de temas humanos. Com esse intuito ele dialogou com o francês Jacques Maritain, sobretudo nas afirmações de que a arte pertenceria a um tempo e um país específico. Seguindo citação de Freyre, “Les oeuvres les plus universelles et les plus humaines sont celles qui portent le plus franchement la marque de leur patrie”²⁸(FREYRE, 1979, p. 128), o que ele usou para interpretar obras como as do inglês Thomas Hardy, para ele maior exemplo de realização literária de seu país, que tratava justamente de temas regionais. Recurso presente em muitos de seus textos, o diálogo com intelectuais estrangeiros seguia o mesmo padrão: a busca por uma legitimidade de suas reflexões, pelo apoio que ele não encontraria entre parte seus contemporâneos brasileiros.

Freyre buscou exemplos na família Rego Monteiro, Fédora, Vicente e Joaquim. Ele citou também Manuel Bandeira e Joaquim Cardozo, Euclides Fonseca e Mario Nunes, Rosalvo Ribeiro – apenas o nome de Bandeira permaneceu na versão publicada em *Região e Tradição*, tendo os outros sido simplesmente apagados, talvez em prol de uma insatisfação com a previsão. Permaneceu também o nome do jovem Luiz Costa, morto aos 16 anos, nunca podendo avançar além do rótulo de promessa.

Como sugeri na introdução, dialogando com Dimitrov, o interesse nos ensaios analisados acima foi identificar quais eram os elementos levantados pelo sociólogo pernambucano para fundamentar sua imagem de região, e se eles estavam mais próximos da elite dos engenhos que do “povo” que ganhou protagonismo nos textos posteriores (DIMITROV, 2013). Pude confirmar esta hipótese, considerando que o conceito de popular não tem qualquer centralidade nos dois ensaios, ainda mais se comparado à dimensão que ganharia no *Manifesto*. Por outro lado, o elogio à sociedade da cana, aos engenhos, à cozinha das senhoras das casas-grandes, o incentivo à pintura sobre esse Nordeste das elites, foram elementos que rechearam o texto de Freyre. Ainda, se considerarmos que “Vida Social no Nordeste” foi o primeiro texto fôlego do

²⁸ Em tradução livre, “As obras mais universais e mais humanas são aquelas que carregam mais francamente a marca de sua pátria”.

autor desde sua volta dos Estados Unidos, e que sua temática estava muito próxima de sua dissertação de mestrado defendida nos Estados Unidos, podemos estender essas características do pensamento de Freyre sobre tudo aquilo que foi publicado até então.

Outro elemento importante foi a presença marcante de uma linguagem racializada, que perdeu fôlego em seus escritos da década de 1930 (PALLARES-BURKE, 2005, pos. 4722-4730). A própria abordagem sobre a escravização e sobre a população negra foi feita sem os atenuantes que viriam na década seguinte, de forma que o autor expressou em diversos momentos um evidente lamento com relação à Abolição, às descrições romantizadas do tráfico negreiro, ao elogio das relações entre senhores e senhoras de engenho e seus escravizados.

Sobre essa forma de Freyre lidar com o passado patriarcal e escravocrata, convém uma breve ponderação a respeito da relação do autor com suas fontes primárias, de onde advêm suas conclusões. O que me parece é que faltou, em boa parte das vezes, um distanciamento sobre o material lido e uma análise crítica sobre as figuras que não estavam representadas ali. Para ser mais inteligível, o que proponho é a necessidade de ler criticamente os relatos de viagem, diários, processos, estudos, documentos jurídicos produzidos sobretudo por europeus estrangeiros e por homens brancos que estavam nas posições de poder do Brasil colonial e imperial, identificando o claro viés presente ao atenuar as consequências do processo de escravização sobre as subjetividades e sobre as relações sociais entre senhores e escravizados.

Dito isso, passo para outro momento que foi importante para a formação intelectual de Freyre na década de 1920, a organização do Centro Regionalista do Nordeste.

Centro Regionalista e Congresso Regionalista

Durante a década de 1920 houve ainda dois momentos marcantes para a “arregimentação regionalista”. O Centro Regionalista do Nordeste foi fundado em 1924, e apesar de muitas controvérsias sobre sua inauguração e atuação, parece inegável sua importância na reunião do grupo regionalista. Azevedo, ao expor as diferenças nos testemunhos sobre o Centro, recorreu ao *Diário de Pernambuco* para reconstruir sua história. Em 30 de abril de 1924 o jornal informou sobre a criação do Centro na casa de Odilon Nestor, a convite dele próprio, tendo sido aclamado presidente pelos presentes: Amauri de Medeiros, Alfredo Freyre, Antonio Inácio, Moraes Coutinho e Gilberto Freyre (AZEVEDO, 1996, p. 144).

O programa do Centro foi redigido por Moraes Coutinho e apresentado em 5 de maio. Consistia em quatro itens: “desenvolver o sentimento de unidade do Nordeste” que já existiria “na sua condição geográfica e evolução histórica” além de “trabalhar em prol dos interesses da região nos seus aspectos diversos: sociais, econômicos e culturais”; o Centro tomaria a comunhão regional aproveitando “os bons elementos da inteligência nordestina” mas evitando “qualquer particularismo provinciano”; o Centro estaria “livre das injunções das correntes partidárias”; com relação à União o Centro defenderia “os interesses do Nordeste na sua solidariedade” mais que quaisquer interesses particulares de um ou outro estado (AZEVEDO, 1996, p. 146). Para esse fim o Centro assumiria uma série de atividades como organizar conferências e exposições de arte, manter em sua sede uma biblioteca com sala de leitura, realizar anualmente ou bienalmente um congresso regional e editar uma revista própria chamada *O Nordeste*. Nenhum objetivo vingou.

As reuniões se seguiram com adesão de novos intelectuais, como Aníbal Fernandes, Luís Cedro, Ulisses Pernambucano, além de França Pereira e Gervásio Fioravanti, imortais da Academia Pernambucana de Letras. Em novembro do mesmo ano o Centro realizou uma Semana das Árvores, na esteira de reflexões que Gilberto Freyre já vinha fazendo sobre a “árvore regional”. Entretanto já nesse momento suas atividades parecem ter sofrido uma arrefecida, com reuniões mais escassas e cada vez menos atividades, até que Freyre propõe sua dissolução em reunião a 5 de março de 1925. A ideia encontrou resistência e foi confrontada com a sugestão de Moraes Coutinho para a realização do 1º Congresso Regionalista. Então “o Congresso será a grande preocupação e grande atividade do grupo” (AZEVEDO, 1996, p. 148–149). Após a realização do Congresso não houve muitas menções sobre as atividades do Centro no *Diário de Pernambuco*, datando a última da convocação de uma reunião em 10 de agosto de 1927.

Sobre o Congresso²⁹, Azevedo esclareceu algumas informações desconstruídas. Primeiro foi denominado à época “1º Congresso Regionalista do Nordeste” e não “1º Congresso Brasileiro de Regionalismo” como Freyre sugeriu a Diogo de Melo Menezes em sua biografia

²⁹ A realização de um congresso não era de forma alguma óbvia. Como demonstrou Levine em *A Velha Usina*, a realização de congressos só proliferou após a Proclamação de República. Nesse sentido é possível refletir sobre o impacto desse fenômeno no sentido de uma integração regional pelo contato e troca de ideias que foi possibilitado aos intelectuais daquela região (LEVINE, 1980, p. 213–216).

de 1944. Depois a data foi confundida em vários momentos, já que o programa-convite inicial falava que seria realizado em 1925, mas “o Congresso realizou-se em fevereiro de 1926, entre os dias 7 e 11” (AZEVEDO, 1996, p. 151), após duas vezes ter sido adiado, como constatou Neroaldo em pesquisa detalhada no *Diário de Pernambuco*.

O programa do Congresso estava dividido em dois eixos, “Problemas econômicos e sociais” e “Vida artística e cultural”, evidenciando o caráter ambicioso e de longo alcance das reflexões. As únicas fontes disponíveis e confiáveis sobre as atividades do Congresso são os artigos dos jornais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* e *A Província*. Eles anunciaram o evento e convidaram para sua abertura entre os dias 4, 5 e 6 de fevereiro, sendo que o *Diário* cita o pronunciamento de abertura de Moraes Coutinho, criticando o federalismo e defendendo sua tese sobre a superioridade do regionalismo. Já Freyre é citado no segundo dia, com um discurso sobre “a estética da cozinha nordestina e as suas tradições”, tema que posteriormente vai constar no *Manifesto* publicado em 1952. Freyre defendeu as mesmas ideias em artigo de 7 de fevereiro no *Diário* - artigo que reproduz em *Tempo de Aprendiz* com algumas alterações, que acabam diminuindo a importância do discurso de Moraes Coutinho, como Neroaldo Azevedo indica em nota de rodapé.

O Congresso foi encerrado no dia 11 de fevereiro, tendo o *Diário* elogiado o evento e falado que ele afastou “qualquer ranço bairrista”, embora tais acusações perdurarem (AZEVEDO, 1996, p. 160–164). O próprio Joaquim Inojosa, representante do estado da Paraíba, elogiou o Congresso que “não se limitou à ideia de regionalismo, antes a uniu à de brasilidade e patriotismo” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926, p. 3). A repercussão nos jornais não durou muito, e o “*Jornal do Commercio*, que abrigava a propaganda modernista, não deixou de registrar o tom de hostilidade à pregação regionalista”. Reproduzo parte da análise de Neroaldo sobre o congresso:

As propostas em torno da revalorização da tradição, pelo apreço e defesa dos valores regionais, são marcadas por uma visão conservadora, tendo no passado o seu ponto de referência, como ideal perdido a ser recuperado. Tal é a perspectiva, por exemplo, do trabalho de Gilberto Freyre sobre a cozinha regional, um ponto alto da defesa da tradição no Congresso. Por outro lado, deve ser apontado o efeito positivo da defesa da cozinha regional, na medida em que significa a valorização e preservação de elementos da cultura popular, em meio ao acanhamento do espírito provinciano, tendente a desprezar as realidades locais, para voltar-se, sem espírito crítico, à imitação do que é de fora (AZEVEDO, 1996, p. 161–162).

Conquanto Azevedo use o termo “cultura popular”, ele não apareceu explicitamente nos textos de Freyre. Não apenas isso, como a abordagem sobre a culinária, que se tornou um tema característico do sociólogo pernambucano, estava mais ligada ao ambiente da Casa-Grande, dos livros de receitas e da cozinha das senhoras, e não dos doces feito pelas negras e vendidos nas ruas, seja para comprar a liberdade ou para sustentar seu lar. Passado o Congresso e sua repercussão o próprio movimento regionalista viu suas empreitadas esfriarem, tal qual o movimento de Inojosa alguns anos antes. Parece que as discussões sobre os projetos estavam saturadas, e seus protagonistas assumiram outras prioridades. Freyre, por exemplo, começou a desempenhar atividade política no estado de Pernambuco, o que culminou com seu exílio em 1930 após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder (MEUCCI, 2006, p. 88–89).

O final dos anos 1920

Antes do episódio revolucionário em 1930, entretanto, Freyre teve uma experiência na cadeira de sociologia da Escola Normal de Pernambuco. Tratava-se de uma das primeiras experiências no Brasil de inserção da disciplina na formação de professores para a educação básica. Simone Meucci afirmou a importância da experiência em razão da aliança entre educação e sociologia ainda na década de 20, antes da institucionalização da disciplina nos cursos superiores da Escola Livre de Sociologia e Política (1933), da Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do Distrito Federal (1935). Assim ela permitiu a crítica do bacharelismo e a análise da realidade social brasileira, abrindo caminho não só para a sociologia como para sínteses sobre a realidade nacional, sendo a Escola Normal uma porta de entrada para a síntese de teorias e conceitos, bem como para a realização de pesquisas sociais, ambiente que Freyre pôde aproveitar (MEUCCI, 2006, p. 86–87).

Freyre foi nomeado para a cadeira de sociologia em 4 de fevereiro de 1929, tendo permanecido até outubro de 1930, quando foi exonerado após a revolução e partiu em viagem-exílio. Apesar de curto, o período se somou aos anos de formação de Freyre que proporcionaram as condições para a escrita de *Casa-Grande & Senzala*, sejam elas intelectuais, mas também sociais e políticas. Simone Meucci, tal qual Maria Pallares-Burke, defendeu que os anos entre 1923 e 1933 foram mais importantes nesse sentido do que a passagem pelos Estados Unidos

(PALLARES-BURKE, 2005; MEUCCI, 2006). Quando foi nomeado para a cátedra de sociologia Freyre afirmou surpresa, pois, nas suas palavras, pensou que não soubessem de sua formação como cientista social nos EUA – formação que ele não havia exercido desde o retorno.

Uma vez na Escola Normal, Freyre valeu-se da sociologia para abordar questões regionais, foi o que constatou Meucci analisando seus planos de curso e o discurso na aula inaugural: “Aos seus olhos [de Freyre], a sociologia era um saber privilegiado, capaz de colocar os alunos em contato com o que denominou no texto da aula inaugural de ‘aspectos ignorados das existências regionais do Brasil’” (MEUCCI, 2006, p. 76). O que a autora propôs foi que o aparecimento da disciplina de sociologia na educação secundária em Pernambuco esteve ligado justamente à “questão regional”, ou seja, a consciência da decadência econômica e a contraposição à hegemonia política e econômica do centro-sul tornou possível uma consciência também sobre a diversidade regional e cultural que se fez presente no programa sociológico de Freyre.

Meucci retomou Pontes Miranda, autor do primeiro manual de sociologia publicado no Brasil, e encontrou elementos semelhantes com Freyre, como a proposta de retomar o passado, enquanto tradição, para entender os problemas do presente e fundamentar um projeto de nação. A sociologia teria o papel de ir além da história, para buscar os invariantes do povo brasileiro, ou, nas palavras de Freyre, as “formas essenciais” sobre as quais deveria ser constituída nossa sociedade. Segundo a autora “Freyre procurou no funcionamento íntimo da sociedade, na família, na criança, nas formas originárias de sociabilidade encontrar a chave, o segredo para o encaminhamento mais ponderado e racional do destino nacional” (MEUCCI, 2006, p. 85).

Nesse sentido o pouco mais de um ano passado na Escola Normal proporcionou uma revisão das teorias e dos conceitos da sociologia com os quais o sociólogo teve contato ao longo da formação nos Estados Unidos. Além disso, permitiu que ele se aprofundasse nessa temática e sistematizasse boa parte do conhecimento que ele mobilizou para criar *Casa-Grande & Senzala*. Com a revolução de 1930 Freyre se exilou para acompanhar Estácio Coimbra, permanecendo fora do país até 1932, já com a ideia de escrever aquela que seria sua obra mais famosa. Ele passou ainda um período no Rio de Janeiro para acessar a Biblioteca Nacional, só então retornando ao Recife para escrever o livro. Na análise de Meucci tratava-se de síntese das

tensões ao longo da década de 1920, mas com a inflexão que demandava a década de 1930 em torno da questão nacional que retomava o passado colonial.

Em *Casa-Grande & Senzala* Freyre, afinal, conseguiu articular – sob a afirmação sociológica do fenômeno do patriarcalismo – estrutura social e identidade nacional. Sugeriu assim as relações existentes entre Estado & Sociedade no Brasil. Decifrou o dilema dos anos 20 e deu um salto para uma nova etapa dos estudos sociais, já que ultrapassou o modelo da ideologia do Estado Autoritário. Ultrapassou também um modelo de ação cultural regionalista (MEUCCI, 2006, p. 92)(p. 92).

O tema do regionalismo não seria retomado em elaborações teóricas nas suas principais obras da década de 1930, como *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*³⁰. Ainda que se fizesse presente em alguns detalhes e posturas que já haviam aparecido na década de 1920, o foco estaria justamente na questão nacional, com Pernambuco e o Nordeste tendo menos centralidade. Entretanto ele assumiu mais força em outros textos menos conhecidos, como *Nordeste* (2013c [1937]), *Mucambos do Nordeste* (1937), *Assucar: uma sociologia do doce* (1939a), *Guia Prático, Histórico e Sentimental da cidade do Recife* (1939b), *Olinda: 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira* (1939c). Como buscarei demonstrar adiante, nos textos da década de 1930 é possível observar algumas transições na reflexão de Freyre que teriam desdobramentos no *Manifesto Regionalista*. Por ora, convém explorar alguns dos fenômenos que ajudam a compreender sobre qual cenário tais mudanças ocorreram, ou, para dialogar com Mannheim, qual foi a nova “constelação intelectual” não restritas à obra de Freyre que gerou tais mudanças.

³⁰ Não pretendo afirmar que o regionalismo estava alheio a estas obras. O fato de algumas críticas encaixarem-nas como sociologia regional, ainda que Freyre pretendesse falar sobre o cenário nacional, como foi explorado por Gustavo Sorá (1998), evidencia que havia imagens e argumentos que remetiam mais ao Nordeste que a outras regiões. Entretanto, em *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos* conceitos como região, tradição e regionalismo não são empregados como em outras obras, menos ainda havia um esforço de elaboração teórica sobre eles, o que justifica minha preferência pela análise das obras menos conhecidas.

3. De 1930 a 1945: impactos culturais da Era Vargas

Não faça escritos ao vai-vem da rede, faça escritos caídos das bocas e dos hábitos que você foi buscar na casa, no mocambo, no antro, na festança, na plantação, no cai, no boteco do povo. Abandone esse ânimo aristocrático que você tem e enfim jogue todas as cartas na mesa [...]
(Carta de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo,
9 de junho de 1937)

O que o leitor pôde perceber até aqui foi como o grupo de intelectuais organizado por Gilberto Freyre e outros amigos próximos a ele, como José Lins do Rego e Moraes Coutinho, produziu reflexões sobre conceitos como “região” e “tradição”. Fundamentalmente o grupo se deteve em (re)construir a imagem do Nordeste, mais especificamente aquele da sociedade do açúcar, que entrou em decadência desde a segunda metade do século XIX. Com isso em mente eles mencionaram a relação tensa e desgastada com o governo central, desde a Coroa Portuguesa, passando pelo Império até chegar à Primeira República – por vezes retomando o período da invasão holandesa a Pernambuco para justificar as especificidades da província, ou mesmo os movimentos revoltosos entre 1817 e 1824. Alguns elementos regionais foram constantemente mobilizados para criar uma identidade específica, como a gastronomia, a arquitetura, os traçados urbanos, a economia e a história, empreendimento sobre o qual Freyre se dedicou com entusiasmo. Entretanto, o conflito entre a província pernambucana e a capital no Rio de Janeiro teve como principal teórico no período Coutinho, que questionou a centralização de poder e a divisão federalista que se deu por estados, desrespeitando as regiões enquanto espaços com unidade física, histórica, cultural e econômico. Esse conflito é um ponto central para entender que tipo de mudança se processou entre a década de 1920 para 1930.

A Revolução de 1930

A hipótese que trabalharei ao longo deste capítulo é que a Revolução que ocorreu em outubro de 1930, que significou o início da Era Vargas, foi um momento central de inflexão para os intelectuais brasileiros. Ela impactou a forma como estes intelectuais se relacionavam com o Estado, atribuindo a eles novos papéis institucionais, ligados à sua capacidade de interpretar o espírito da nação. Ao mesmo tempo na década de 1930 houve maior destaque para

as discussões sobre a formação nacional brasileira e a existência de uma cultura popular nacional, dois aspectos que impactaram sobremaneira a obra de Gilberto Freyre no período. Porém, antes de me aprofundar no impacto cultural, convém questionar no que efetivamente consistiu esse episódio histórico de ruptura com a Primeira República. Meu principal objetivo com este movimento é compreender o tipo de relação se estabeleceu entre sociedade e Estado a partir do episódio revolucionário, mais especificamente para entender como os intelectuais se inseriram naquela relação.

De acordo com o historiador Boris Fausto, para compreender a Revolução de 1930 é necessário contar com o auxílio da história econômica para entender o subdesenvolvimento dos países da América Latina, em sua maioria exportadores de matéria-prima. Essa situação não adveio de uma contradição com o sistema capitalista, mas sim de uma relação criada pelos países colonizadores e que permaneceu, de algum modo, no contexto nacional que culminou na Revolução de 1930 (FAUSTO, 1997, p. 116–117).

Nesse sentido a economia brasileira estava organizada em torno da “burguesia do café”, conceito que incorpora não só os produtores, como também os setores comerciais e financeiros envolvidos com a exportação de um produto que era quase monopólio brasileiro para um mercado em franco crescimento desde a metade do século XIX. Assim é possível entender, durante a Primeira República, a política dos governadores, que elegeu representantes de São Paulo ou de Minas desde 1894. Mesmo os governos militares de Deodoro e Floriano respondiam aos anseios dessa elite agroexportadora, e os acordos feitos com outros estados vinham pelo benefício de proximidade com o núcleo central ou pelo papel secundário (FAUSTO, 1997, p. 120–121). As disputas regionais, ainda que presentes, não afetavam diretamente o governo federal, mas serviram como uma disputa pelas preferências deste poder.

A crise que pesou sobre o sistema na década de 1920 partiu da insatisfação das classes médias e da “antecipação revolucionária dos ‘tenentes’”, críticos tanto da Primeira República quanto de seus chefes militares imediatos que pactuavam com as oligarquias. Num cenário pós Primeira Guerra, com a ascensão do protecionismo a nível global, a dependência do café como principal produto de exportação gerava instabilidade e insegurança dentro do país. Entretanto, cabe ressaltar que, apesar do cenário de revoltas contra os pactos oligárquicos e contra a

hegemonia da burguesia do café, mesmo a Aliança Liberal não se propunha a abandonar a política econômica de incentivo à grande lavoura (FAUSTO, 1997, p. 127–128).

A origem da contenda que culminou no episódio revolucionário estava na insistência do presidente Washington Luís em lançar como candidato o paulista Júlio Prestes, à época governador de São Paulo. Esta atitude levou mineiros e gaúchos a realizarem um acordo que lançaria Getúlio Vargas como candidato à presidência e João Pessoa, então governador da Paraíba, como vice.

Eles concorreram pela Aliança Liberal, cujo “programa (...) refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média” (FAUSTO, 1995, p. 319). Daí adveio a crítica à hegemonia do café como se fosse o único produto de exportação nacional, a proposta de alguns direitos trabalhistas (como extensão do direito à aposentadoria, regulamentação do trabalho de menores e mulheres, assim como acesso às férias), o aceno ao tenentismo como a abertura para anistia e a proposição de uma reforma política que impactasse, sobretudo, o processo eleitoral. Vargas não se mostrou animado com a campanha a princípio, mas a Aliança Liberal fez enorme sucesso com uma caravana percorrendo estados do Centro-Sul e do Nordeste, havendo relatos de que ela inspirava simpatia das classes proletárias de São Paulo.

A chapa de Vargas saiu derrotada, mas as jovens gerações do partido não aceitaram muito bem a derrota. Entretanto, o estopim para a revolução só ocorreu com o assassinato de João Pessoa, morto por João Dantas, seu inimigo político desde as disputas familiares que remontam ao final do século XIX e que foram muito bem trabalhadas por Linda Lewin (1993). O assassinato de João Pessoa é um entre uma sequência de mortes em uma briga de família envolvendo complexas configurações de alianças das oligarquias paraibanas e pernambucanas, um complexo caso de entrelaçamento entre história política regional e nacional. De todo modo, a Aliança soube explorar politicamente o acontecimento de forma a mobilizar a opinião pública a seu favor, ao mesmo tempo em que utilizou o apoio de parte significativa das Forças Armadas. O Nordeste foi um espaço importante de disputa militar durante a revolução, com o centro de operações na Paraíba e apoio de uma significativa base popular e de operários no Recife. A dimensão regional do conflito foi importante, já que os oligarcas podiam, então, manter milícias particulares.

Nas palavras de Fausto

Em síntese, a crise de hegemonia da burguesia cafeeira possibilita a rápida aglutinação das oligarquias não vinculadas ao café, de diferentes áreas militares onde a oposição à hegemonia tem características específicas. Essas forças contam com o apoio das classes médias e com a presença difusa das massas populares. Do ponto de vista das classes dominantes, a cisão ganha contornos nitidamente regionais, dadas as características da formação social do país (profunda desigualdade de desenvolvimento de suas diferentes áreas, imbricamento de interesses entre a burguesia agrárias e a industrial nos maiores centros), e as divisões “puras” de fração – burguesia agrária, burguesia industrial – não se consolidam e não explicam o episódio revolucionário (FAUSTO, 1997, p. 135–136).

A crise de 1929 somada às disputas regionais ajuda a entender o processo revolucionário. As decisões sobre controle de câmbio, queima de estoques de café, dentre outras, contribuíram para uma maior centralização e concentração de poder no Estado. Essas tendências continuaram com o Governo Provisório e, após a “guerra paulista” de 1932, levaram ao reforço do poder central e à reconstrução deste Estado, seguindo, muitas vezes, um modelo autoritário. Este modelo, por sua vez, dialogava com o mundo pós crise de 1929, em que parecia ter havido uma falência do livre mercado e das democracias liberais. No Brasil esse contexto se refletiu num período majoritariamente autoritário entre 1930 e 1945, seja informalmente, no Governo Provisório, ou formalmente, no Estado Novo (FAUSTO, 1997, p. 22–23).

Por outro lado, tudo se deu de forma processual. Ou seja, o Governo Provisório tateou caminhos após 1930 e só com o tempo conseguiu estabelecer as políticas que lhe deram a cara que vemos ao olhar o passado. Ao mesmo tempo, os diferentes grupos que estavam dentro do Estado disputavam preferências e tinham avanços e retrocessos – informação importante para não encarar essa instituição política como um bloco homogêneo. Nesse sentido, a afirmação de que a revolução teria marcado a transição de uma sociedade agrária e exportadora para uma sociedade urbana e industrial é equivocada na medida em que se faz genérica e com pouco valor explicativo (FAUSTO, 1997, p. 25).

Ainda assim, o que se observou após 1930 foi um novo tipo de Estado e uma nova forma de relação da sociedade com ele:

Um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos. Devemos acentuar pelo menos três dentre eles: 1. a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2. a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-

os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3. o papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército – como suporte da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia da ordem interna (FAUSTO, 1995, p. 327).

Uma vez explorada a Revolução não fica difícil entender como Freyre esteve no grupo oposto ao de Vargas no início. Entretanto, sua postura com relação ao governo federal foi, no mínimo, ambígua. Além da participação no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)³¹, Freyre integrou o projeto educacional do Ministério da Educação. Quando não esteve diretamente trabalhando com a máquina pública esteve próximo de intelectuais que o faziam. Para compreender melhor tais ambiguidades e o impacto delas sobre as reflexões de Freyre faz-se necessário aprofundar na dimensão cultural do período em que Vargas esteve no poder.

O impacto sobre a vida cultural

No intuito de explorar melhor a hipótese levantada no tópico anterior, sobre o impacto que tiveram os acontecimentos da década de 1930 sobre os intelectuais brasileiros e, em especial, Freyre, pretendo dialogar com a interpretação de Antonio Candido sobre o período. Ele, ao que me parece, empreendeu uma das principais sínteses sobre o período do ponto de vista cultural. Nas suas palavras: “Quem viveu nos anos 30 sabe qual foi a atmosfera de fervor que os caracterizou no plano da cultura, sem falar de outros” (CANDIDO, 1984, p. 27). Para interpretar o momento o crítico literário usou a metáfora do eixo e do catalisador, segundo a qual o movimento de 1930 organizou a cultura brasileira em torno de um eixo específico, catalisando elementos que estavam antes dispersos. Tratou-se da integração que permitiu uma unificação cultural, enquanto o que havia antes acontecia “no âmbito das regiões” e as aspirações da década de 1920 ainda não tinham encontrado condições de se realizar.

Fenômenos que aconteceram de forma isolada e arbitrária nos anos 20 se tornaram “normais”, passando pelo que Candido chamou de “rotinização”. Apesar de reconhecer que a cultura erudita no Brasil continuava extremamente restrita à época que foi escrito o texto, o autor afirmou que era inegável a ampliação de acesso que ocorreu, um “alargamento de

³¹ A respeito da história do SPHAN, ver Chuva (2009).

participação”. Essa ampliação se deu tanto na instrução pública quanto na vida artística e literária, nos estudos históricos e sociais, nos meios de difusão cultural através do livro e do rádio (CANDIDO, 1984, p. 27).

A metáfora de Candido interessa na medida em que proporciona elementos para compreender o que aconteceu com os intelectuais durante o período, e com Freyre em especial, no que interessa a este trabalho. Dialogando com o crítico literário, movimentos difusos ou restritos a uma ou outra região, como o próprio modernismo e o regionalismo, alcançaram o âmbito nacional. Organizou-se uma nova dinâmica de relação entre intelectuais e Estado, e no caso de Freyre, por exemplo, observamos uma transição que levou a preocupação com questões de formação nacional e o estabelecimento de novos diálogos com intelectuais de outras regiões – como buscarei evidenciar adiante.

A partir de 1930 ocorreu uma nova correlação entre intelectuais e artistas, além de sociedade e Estado, em razão das novas condições econômicas. A começar pelo sistema de ensino, embora tenham ocorrido algumas reformas isoladas ainda na década de 1920 em São Paulo, em Minas e no Distrito Federal, ou mesmo em Pernambuco (MEUCCI, 2006), Candido argumentou que após 1930 generalizou-se o processo de modernização nas bases da “Escola Nova”, que pensava um sistema público e leigo capaz de formar cidadãos, bem como a criação de universidades para formar as elites dirigentes e os quadros técnicos do país.

Retomando Fausto, “Os vencedores de 1930 preocuparam-se desde cedo com o problema da educação. Seu objetivo principal era o de formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada” (FAUSTO, 1995, p. 336), na esteira das reformas que vinham desde a década anterior. Nesse contexto despontam alguns nomes importantes, como

Francisco Campos³² e Fernando de Azevedo³³. A criação do Ministério da Educação e da Cultura, em novembro de 1930, foi um marco fundamental, passando por ele políticos mineiros como o próprio Campos, entre 1930 e 1932, e Gustavo Capanema³⁴, entre 1934 e 1945 – este último com uma relação próxima com Freyre.

Sob influência da Escola Nova, “Os educadores liberais sustentavam o papel primordial do ensino público e gratuito, sem distinção de sexo” (FAUSTO, 1995, p. 339). Por outro lado, a pressão da Igreja era por uma educação prioritariamente privada e feita por base no ensino religioso, preferencialmente evitando temas como educação sexual e a teoria da evolução das espécies, polêmica pela qual passou Meucci ao tratar a reação em Pernambuco às reformas educacionais (MEUCCI, 2006, p. 41).

Entretanto, seria engano achar que o impacto do sistema educacional se estendia para a maioria da população, quando os mais altos índices de escolarização primária não passavam de 40%. Isso a despeito do peso político intrínseco ao projeto educacional da Era Vargas, no sentido de produzir eleitores para o sistema de votação. Talvez o maior impacto tenha sido sobre o ensino superior, experiência da qual o próprio Freyre fez parte ao longo desta década.

Por outro lado, foram nas artes e na literatura que ocorreram os processos mais evidentes de “normalização” e de “generalização”, de acordo com Candido. Para ele nos anos 30 processou-se uma incorporação dos hábitos artísticos e literários, retirando a aura vanguardista

³² Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dores do Indaiá (MG), em 1891. Advogado e jurista, formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, tendo posteriormente sido eleito deputado estadual e deputado federal. Foi um dos principais ideólogos do governo Vargas, tendo papel fundamental na redação da Constituição do Estado Novo em 1937. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco_campos. Acesso em: 19 de janeiro de 2021.

³³ Fernando de Azevedo nasceu em São Gonçalo de Sapucaí (MG), em 1894. Graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi um dos expoentes do movimento da Escola Nova, tendo também participado intensamente do processo de formação da universidade brasileira. Faleceu em São Paulo, em 1974. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/fernando_de_azevedo. Acesso em 19 de janeiro de 2021.

³⁴ Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG), em 1900. Formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1923. Partidário decidido do movimento revolucionário que conduziu Vargas ao poder, foi designado pelo presidente para dirigir o Ministério da Educação e Saúde em julho de 1934, e permaneceria no cargo até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945. Sua gestão no ministério foi marcada pela centralização, a nível federal, das iniciativas no campo da educação e saúde pública no Brasil. Outra importante iniciativa do ministério foi a criação do SPHAN. Capanema buscou, como ministro, estabelecer um bom relacionamento com os intelectuais brasileiros, tendo sido auxiliado pelo poeta Carlos Drummond de Andrade. Morreu no Rio de Janeiro, em 1985.

do modernismo que aderiu ao projeto de Estado – como Villa-Lobos³⁵, que compôs o hino da revolução e foi incorporado oficialmente ao projeto cultural do Estado através do projeto de inserção da música nas escolas com vistas a inspirar sentimentos patrióticos (OLIVEIRA, 2007), ou Lúcio Costa³⁶ e Oscar Niemeyer³⁷ participando da construção de prédios públicos, e ainda Cassiano Ricardo³⁸, ligado ao movimento Verde e Amarelo durante o modernismo e depois diretor do jornal de situação *A Manhã*.

Já na literatura Candido encarou em grande medida como atualizações de 1920 o que ocorreu na década de 1930: “É o caso do enfraquecimento progressivo da literatura acadêmica; da aceitação consciente ou inconsciente das inovações formais e temáticas; do alargamento das ‘literaturas regionais’ à escala nacional; da polarização ideológica” (CANDIDO, 1984, p. 29).

³⁵ Heitor Villa-Lobos nasceu no Rio de Janeiro, em 1887. Considerado uma das figuras mais importantes da história da música no Brasil, aprendeu a tocar violoncelo aos seis anos de idade com o pai, músico amador. Em 1922, participou da Semana de Arte Moderna de São Paulo, apresentando no Teatro Municipal obras de sua autoria em primeira audição. A partir de 1922, seu trabalho revelou crescente afinamento com a temática nacionalista e modernista que presidiu a Semana. Durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), organizou, com o apoio do presidente Getúlio Vargas, grandiosas concentrações orfeônicas que chegaram a reunir cerca de 40 mil escolares sob sua batuta. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1959, deixando cerca de 1.500 peças, nos mais diversos gêneros e para as mais diversas formações instrumentais e vocais. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/heitor_villa_lobos. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.

³⁶ Lúcio Ribeiro da Costa nasceu em Toulon, na França, em 1902, e fez seus estudos primários na Inglaterra e na Suíça. Veio para o Brasil em 1916 e em 1923 diplomou-se em arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA). Após a Revolução de 1930 foi nomeado diretor da ENBA e integrou o projeto de construção do Ministério da Educação e da Cultura (MEC). Lúcio Costa pode ser considerado o principal expoente do movimento moderno da arquitetura no Brasil, apesar de sua obra arquitetônica não ter sido volumosa, pois com sua entrada no SPHAN acabou pôr abandonar o escritório profissional. Seus projetos são essencialmente marcados pela mistura entre o racionalismo corbusiano e a arquitetura colonial. Morreu no Rio de Janeiro em 1998. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lucio_costa. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.

³⁷ Oscar Niemeyer Soares Filho nasceu no dia 15 de dezembro de 1907 e diplomou-se arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes em 1934, iniciando sua carreira no escritório de Lúcio Costa. Sua obra, juntamente com a de Lúcio Costa, representa a mais alta expressão da moderna arquitetura brasileira. Niemeyer recebeu influências do arquiteto suíço Le Corbusier, mas a originalidade de seus projetos reside na integração da arquitetura moderna com elementos da arte colonial brasileira, incluindo o uso decorativo de azulejos. Faleceu em 5 de dezembro de 2012. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/oscar_niemeyer. Acesso em 21 de janeiro de 2021.

³⁸ Cassiano Ricardo Leite nasceu em São José dos Campos (SP), em 1895. Poeta, crítico, ensaísta, historiador, jornalista e advogado, no movimento modernista paulista, integrou a vertente conservadora dos verde-amarelos, ao lado de Menotti del Picchia e Plínio Salgado, entre outros. Eleito em 1937 para a Academia Brasileira de Letras, durante o Estado Novo (1937-1945) ocupou diversos postos importantes, dirigindo o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo, o departamento cultural da Rádio Nacional e o jornal *A Manhã*, porta-voz governamental. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1974. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/cassiano_ricardo. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.

As inovações formais e temáticas do modernismo foram incorporadas em um nível mais específico, mudando a fisionomia da obra, e em um nível genérico pela rejeição dos velhos padrões, simbolizados pelo purismo gramatical dos membros da Academia Brasileira de Letras. Na poesia o impacto foi ainda maior, com os poetas mais relevantes lançando mão do verso livre ou da livre utilização dos metros, com poetas como Manuel Bandeira e Mário de Andrade. As reformas educacionais tiveram algum impacto aqui, pela divulgação dos autores vanguardistas na educação secundária.

Na prosa Candido destacou o “romance do Nordeste” que na década de 1930 era considerado o romance por excelência. Seu impacto se deu tanto pela liberdade na narração quanto na linguagem, ao mesmo tempo que se valeu da “tomada de consciência” no centro do país sobre uma de suas províncias que representava “uma parte vital, o Nordeste” (CANDIDO, 1984, p. 30). Cabe pontuar que o autor evita o termo “regionalista”, que para ele ainda indica algo de pitoresco, preferindo falar em “ficção regional”. De toda forma, significou uma vitória para o grupo capitaneado por Gilberto Freyre, rompendo parte das barreiras inicialmente colocadas pelos modernistas de Rio e de São Paulo à questão regional, bem como tendo em José Lins do Rego, integrante do movimento modernista, um dos autores mais lidos no período (SODRÉ, 2014, p. 42). Ao mesmo tempo, processou-se uma espécie de consciência nacional através da divulgação de literaturas regionais que abrangiam praticamente todo o Brasil:

Foi com efeito notável a interpenetração literária em todo o Brasil depois de 30, quando um jovem, digamos do interior de Minas, ia vivendo numa experiência feérica e real a Bahia de Jorge Amado, a Paraíba ou o Recife de José Lins do Rego, a Aracaju de Amando Fontes, a Amazônia de Abguar Bastos, a Belo Horizonte de Ciro dos Anjos, a Porto Alegre de Érico Veríssimo ou Dionélio Machado, a cidade cujo rio imitava o Reno, de Viana Moog. Foi como se a literatura tivesse desenvolvido para o leitor uma visão renovada, não-convencional, do seu país, visto como um conjunto diversificado mas solidário (CANDIDO, 1984, p. 30).

Por outro lado, o novo lugar da literatura que se popularizou entre os estratos médios da população dependeu de uma reorganização das editoras brasileiras, estabelecendo uma nova relação com os autores e com o público leitor. Nas palavras de Candido, “Mas só depois de 1930 se generalizaria em grande escala este desejo de nacionalizar o livro e torná-lo instrumento da cultura mais viva do país” (CANDIDO, 1984, p. 33). O novo sistema que se criou utilizou estímulos como a crise de 1929 e o processo de inflação que levou os livros estrangeiros a ficarem mais caro, bem como o próprio aumento do público leitor médio que se interessava pela realidade nacional

– talvez, com maior ênfase, pela decadência da aristocracia rural dos engenhos do Nordeste, justificando o sucesso do “Romance de 30”. (OLIVEIRA, 2007).

Nesse sentido é possível destacar o aumento da tiragem da Companhia Editora Nacional, o prestígio conquistado pela gaúcha Livraria Globo, o impacto de pequenas livrarias como a de Augusto Frederico, organizadora da *Coleção Azul*, e a Ariel, além obviamente da José Olympio, uma das que teve maior impacto à época. Esta última mereceu destaque por ter revolucionado o campo editorial, pagando adiantado os direitos autorais de forma a atrair muitos dos principais escritores do período, retroalimentando seu prestígio. Ela publicou boa parte dos escritores nordestinos, como José Lins, Graciliano Ramos e Jorge Amado. Ao mesmo tempo que publicava autores já consagrados lançou muitos outros, cabendo ressaltar que sua sede era um importante ponto de encontro desses intelectuais (OLIVEIRA, 2007; SODRÉ, 2014). Além disso, seu diretor tinha ótimas relações com o governo, sendo admirador de Vargas e tendo publicado os onze volumes de *A ação política no Brasil*, além de ser amigo próximo de Lourival Fontes³⁹, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Já os esforços de análise e de crítica da realidade brasileira podem ser exemplificados pelas coleções lançadas por editoras como a Companhia Editora Nacional, com a *Coleção Brasileira*, que inspirou a José Olympio a lançar em 1936 a *Coleção Documentos Brasileiros*, além da *Coleção Problemas Políticos Contemporâneos*, de Plínio Salgado, fazendo sucesso na onda do movimento integralista, bem como a *Civilização Brasileira*. Estes esforços, progressistas no geral, traziam uma ânsia de reinterpretar o passado nacional, seja pela publicação de novas obras ou pela reedição dos livros de viajantes estrangeiros no Brasil, pensando fatos políticos contemporâneos e explorando o lugar do negro – este último tendo destaque na formação da Frente Negra Brasileira, em *Casa Grande & Senzala* e no 1º Congresso Afro-brasileiro em 1934.

³⁹ Lourival Fontes nasceu em Riachão do Dantas (SE), em 1899. Foi jornalista e partidário da Aliança Liberal, tendo apoiado o movimento revolucionário comandado por Vargas. Em 1931, fundou e dirigiu, no Rio de Janeiro, as revistas Política e Hierarquia - esta última de tendência fascista. Dirigiu o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) entre 1934 e 1937. No ano seguinte o DPDC transformou-se no Departamento Nacional de Propaganda e em 1939 no Departamento de Imprensa e Propaganda. Lourival Fontes permaneceu à frente do órgão até 1942. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1967. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lourival_fontes. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

Candido destacou *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, primeiro volume da *Coleção Brasileira*, prefaciado por Freyre, então organizador da coleção; e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior. Para ele, trata-se de duas obras que constituíram pilares intelectuais das mudanças culturais à época. Este fenômeno, para ser melhor compreendido, também precisa ser pensado a partir da institucionalização dos cursos de superiores de filosofia, ciências humanas e sociais, além da presença da sociologia no nível secundário.

Essas mudanças no mercado editorial, seja pela via da literatura ou dos ensaios de interpretação do Brasil, levaram a novas condições para os intelectuais. Sergio Miceli (1979) em trabalho já clássico argumentou que o mercado do livro foi um dos três fatores que impactou a mudança na relação entre intelectuais e classes dirigentes, especialmente a partir da década de 1930. Isso porque permitiu para uma série desses intelectuais dedicarem-se exclusivamente à atividade de escrita. Ainda que tenha mencionado especialmente o caso de literatos, é possível refletir especificamente sobre Freyre e as condições financeiras e de reconhecimento que ele pôde criar a partir da publicação de suas obras mais conhecidas ao longo daquela década.

Refletindo sobre o impacto positivo da revolução de 1930 sobre a cultura, apesar de ele não ter afetado a maioria da população brasileira, Candido afirmou:

Além disso, depois de 1930 se esboçou uma mentalidade mais democrática a respeito da cultura, que começou a ser vista, pelo menos em tese, como direito de todos, contrastando com a visão de tipo aristocrático que sempre havia predominado no Brasil, com uma tranquilidade de consciência que não perturbava a paz de espírito de quase ninguém (CANDIDO, 1984, p. 34).

Para encerrar, o crítico literário abordou o tema da “consciência social” que estava presente em autores e intelectuais do período. De acordo com ele, apesar desses indivíduos passarem a integrar o aparelho burocrático do Estado, não havia alinhamento direto e cooptação imediata da jovem geração de 1930. Por outro lado, ele criticou os literatos que confundiram a preocupação com temas de crítica social com o desprezo por questões formais. Nas suas palavras “O que houve mais foi preocupação de discutir a pertinência dos temas e das atitudes ideológicas, quase ninguém percebendo como uma coisa e outra dependem da elaboração formal (estrutural e estilística), chave do acerto em arte e literatura” (CANDIDO, 1984, p. 36).

Dado o pano de fundo que tentei delinear até aqui, algumas dimensões merecem ser brevemente retomadas. A primeira delas é a organização do sistema editorial na década de 1930,

com a qual o próprio Freyre esteve envolvido, seja como autor, seja como editor, publicando as famosas coleções de ensaios críticos sobre o Brasil, num esforço de entendê-lo em suas origens e criando projetos de desenvolvimento nacional. Elas ilustram um novo anseio por entender o país como um todo, ainda que considerando as diferenças regionais, porém integrando projetos de nível federal. É possível observar esta transição na obra de Freyre, que passou a se aproximar cada vez mais das discussões sobre identidade nacional.

A respeito disso convém lembrar que suas obras mais conhecidas, *Casa-Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936), foram recorrentemente identificadas como regionalistas. Gustavo Sorá explorou esta condição, com ênfase especial na disputa que Freyre travava pela interpretação *Casa-Grande & Senzala* através dos prefácios publicados. Logo, as novas edições vinham com propósito de atualizar a obra para inscrevê-la nos debates mais recentes, e especialmente ao longo das décadas de 1930 e 1940 tentaram se opor às críticas que tentaram enquadrá-la como sociologia regional (SORA, 1998). Algo semelhante se deu com *Sobrados e Mucambos*, como busquei evidenciar em trabalho anterior ao explorar o prefácio à segunda edição. Neste último caso, contrariando as críticas de que estaria preso ao exemplo do Nordeste e que sua obra não explicaria o que se passou em outras regiões, Freyre se valeu dos conceitos de “forma” e “conteúdo” para argumentar que, a despeito da diversidade de exemplos empíricos, o que se constataria no Brasil era a mesma estrutura de transição entre a sociedade patriarcal para a sociedade moderna (BARBONI JUNIOR, 2017, p. 29). Ambos os casos revelam o desejo de Freyre em escapar ao rótulo de regionalista para se lançar como intérprete não só do Nordeste, mas do Brasil.

A segunda dimensão é a relação complexa e ambígua entre intelectuais e Estado. Vargas integrou boa parte daqueles que estiveram ligados ao movimento modernista na década de 1920 ao aparato governamental por meio de seus Ministros e Secretários. Entretanto, ao mesmo tempo em que eles entraram como parte de um esforço mais amplo de constituição de uma história nacional, valendo-se de momentos marcantes, da elaboração de imagens e símbolos da pátria, da narrativa sobre heróis que fizeram parte da história brasileira, houve também projetos que envolviam a pesquisa e o desenvolvimento de elementos ligados aos estudos folclóricos e à reflexão sobre cultura popular. Nesse sentido, interessa perceber que, não obstante a existência de um projeto centralizado, o corpo de intelectuais que compunha o governo Vargas não era nem de longe homogêneo, e por isso mesmo a política cultural não foi uniforme e pode ser percebida através de disputas internas aos grupos intelectuais e ao próprio Estado como representante e como integrador destes grupos.

A terceira dimensão refere-se ao papel que Freyre desempenhou, a partir do sucesso de *Casa-Grande & Senzala*, como ideólogo da mestiçagem, o que o levou a alcançar destaque dentro do Estado Novo – especialmente como um intelectual que tratava da essência mestiça nacional e a partir dela tentava construir uma identidade que se coadunava com o projeto do governo federal. Abordarei a questão da mestiçagem e a relação de Freyre com alguns ideólogos do Estado Novo adiante, no tópico “A política cultural da Era Vargas”. Por ora, interessa aludir brevemente a um evento que teve lugar um ano depois da publicação de *Casa-Grande & Senzala*, o 1º Congresso Afro-Brasileiro.

Antes de sua experiência no Rio de Janeiro, Freyre organizou junto com seu primo Ulysses Pernambucano, no Recife, entre 11 e 16 de novembro de 1934, o evento que teve por objetivo “sublinharas misturas, pontes e miscigenações entre negros e brancos como característica fundamental da nação”, a despeito das “separações, muros e desencontros sociais do racismo, fenômeno igualmente fundante do país”, como afirmou Hélio Menezes (MENEZES NETO, 2017, p. 90). Nas palavras deste autor, a despeito de suas muitas contradições, o 1º Congresso Afro-Brasileiro foi um marco nos estudos afro-brasileiros⁴⁰, especialmente por reunir alguns intelectuais que mantinham uma agenda de pesquisa semelhante, e que contribuíram juntos para a construção de uma narrativa sobre a constituição mestiça da sociedade brasileira como uma chave positiva da identidade nacional. Além disso, o Congresso revelou uma aproximação que seria comum pelos próximos anos, aquela entre a cultura afro-brasileira e a cultura popular. Nas palavras de Hélio Menezes:

Digna de nota também é a procedência das obras selecionadas, identificadas como do terreno do *popular*. “Ao lado da exposição de pintura, haverá curiosa amostra de arte popular brasileira, que acuse influência africana”, noticiava o *Diário de Pernambuco* (na edição de 11 de novembro de 1934, p. 2) a respeito da exposição do Congresso, numa fusão entre arte afro-brasileira e o difícil (e impreciso) conceito de arte popular. “Tem sido muito apreciada a exposição de arte do Congresso”, avaliou o mesmo periódico em matéria de capa (edição de 14 de novembro de 1934), “além dos objectos de arte popular afro-brasileira, como figas, bonecas e bichos de barros, estandartes de maracatu há pinturas de Lacão (sic) Segall, destacando-se as cabeças de negras, trabalhos de Noemia, Di Cavalcanti, Santa Rosa, M. Bandeira, Cícero Dias, Helio Feijó (...)”. Uma mistura entre arte sem autoria (porque “popular”) e outra nominada (porque “erudita”). A subsunção da categoria arte afro-brasileira às noções de artefato,

⁴⁰ Apesar de ser um marco, houve um embate, tanto em escala regional quanto nacional, pela primazia dos estudos afro-brasileiros. Esta disputa pode ser percebida no tom dos prefácios que abriram os anais do 1º Congresso Afro-Brasileiro, de Recife, e do 2º Congresso Afro-Brasileiro, de Salvador. O que se percebe é o confronto entre a escola pernambucana, de Gilberto Freyre, e a baiana, de Arthur Ramos e Edison Carneiro (SKOLAUDE, 2016, p. 19 e 32).

arte popular ou arte *naif* –i.e., como algo à margem da história da arte oficial, que perdura ainda hoje em alguns círculos críticos e expositivos de arte –, já encontrava no congresso do Recife um incômodo precedente (MENEZES NETO, 2017, p. 92).

A questão da cultura popular me interessa especialmente, uma vez que, como já busquei evidenciar, ela não estava presente nos textos de Freyre da década de 1920, apesar de ter despontado como elemento central no *Manifesto Regionalista* em 1952. Nesse sentido, o 1º Congresso Afro-Brasileiro foi um momento interessante e que pode ter influenciado na percepção do sociólogo pernambucano. Entretanto, trata-se de um evento ainda pouco estudado, e os poucos trabalhos que existem não se preocuparam com o debate sobre cultura popular e sua equiparação com cultura afro-brasileira. No geral eles passam pelo congresso, como afirmou Mateus Skolaude, tentando entender a questão da mestiçagem na história nacional, seja para revelar sua vinculação com o projeto de construção da identidade nacional pela reconstrução histórica que se valia das narrativas raciais, seja para apontar o impacto de Freyre, pela via do congresso, na construção do mito da democracia racial, vindo assim num tom de crítica (SKOLAUDE, 2016, p. 28–29). Em ambos os casos o congresso foi encarado como mero desdobramento da interpretação de Freyre veiculada em *Casa-Grande & Senzala*.

Conquanto eu considere o valor desses trabalhos, me parece que eles deixam passar algumas nuances que me interessam, como o caráter não absolutamente acadêmico do evento. Nesse sentido, além da participação de nomes conhecidos nos círculos intelectuais, como José Lins do Rego, Jorge Amado, Mário de Andrade, Câmara Cascudo⁴¹, Roquette-Pinto, Arthur

⁴¹ Luís da Câmara Cascudo nasceu em Natal, RN, em 1898. Folclorista, professor, historiador e jornalista. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1928, mas destacou-se pelos estudos folclóricos. Fundou a Sociedade Brasileira de Folclore em 1941. Morreu em Natal em 1986. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1772/luis-da-camara-cascudo>. Acesso em 3 de maio de 2021.

Ramos⁴² e Edison Carneiro⁴³, os organizadores convidaram quatro babalorixás locais. Eles eram conhecidos de Ulysses Pernambucano, que se punha em favor dos cultos afro-brasileiros num período em que a polícia costuma invadir e proibir suas manifestações religiosas (SKOLAUDE, 2014, p. 5–6). Se, como gosta de afirmar Durval Muniz (2021), houvera muita comilança no 1º Congresso Regionalista, no 1º Congresso Afro-Brasileiro o que se constata foi a presença de figuras que até então não vislumbravam muitas oportunidades de participar dos círculos e dos eventos da elite intelectual – ainda que não tenham faltado neste último congresso os “quitutes afro-brasileiros” (SKOLAUDE, 2014, p. 7).

Ainda assim faltam pesquisas que possibilitem perceber qual o teor das reflexões sobre cultura popular tecidas durante o congresso, de que forma elas destoavam ou não daquilo que observei com relação a Freyre na década de 1920, e o quanto o contato com outros intelectuais ao longo dos seis dias de encontro pode ter impactado o pensamento do sociólogo pernambucano. Por conseguinte, gostaria de mais material para compreender a constatação de Mateus Skolaude quando este afirmou que

A perspectiva inovadora e integradora do Congresso, valorizando a presença negra e mestiça na história do Brasil, articulando aspectos científicos com cultura popular, assim como, a participação de intelectuais, estudantes com trabalhadores de baixa renda e moradores dos bairros populares, gerou revolta e indignação por parte dos setores mais tradicionais da imprensa nacional. Esses acusavam Gilberto Freyre e seu grupo de comunistas (SKOLAUDE, 2014, p. 8).

Com essas relações complexas em mente, envolvendo as duas obras mais conhecidas de Freyre e o rótulo regionalista inicialmente imposto a elas, a relação ambígua entre intelectuais e

⁴² Arthur de Araújo Pereira Ramos nasceu no município de Pilar, atual Manguaba, em Alagoas, em 1903. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1926 com uma tese na área de psiquiatria. Além das atividades de médico, publicou artigos sobre folclore. Mudou-se para o Distrito Federal em 1934, para assumir um cargo para o qual foi nomeado por Anísio Teixeira na Secretaria de Saúde e na UDF. Participou, em 1936, do 2º Congresso Afro-Brasileiro da Bahia, e a partir de 1937 especializou-se na antropologia, realizando estudos sobre a cultura e o folclore brasileiros. Em 1941, fundou a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia tornando-se seu primeiro presidente. Arthur Ramos morreu em Paris em 1949. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=787&Itemid=1. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

⁴³ Edison de Souza Carneiro nasceu em 1912, em Salvador. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Bahia. Jornalista, poeta, jurista e folclorista, dedicou-se desde cedo aos estudos sobre o negro brasileiro, tornando-se uma das maiores autoridades nacionais sobre os cultos afro-brasileiros. Organizou, junto com Arthur Ramos, o 2º Congresso Afro-Brasileiro. Morreu no Rio de Janeiro em 1972. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/edison_carneiro. Acesso em 3 de maio de 2021.

Estado, e o impacto que teve a realização do 1º Congresso Afro-Brasileiro em 1934, posso seguir para a experiência de Freyre como professor da Universidade do Distrito Federal (UDF).

Freyre no Rio de Janeiro

A história de Freyre como professor da UDF começou tumultuada em 1935. Antes de ir ao Rio de Janeiro ele pareceu ter hesitado, considerando que sua nomeação fora feita por Anísio Teixeira⁴⁴ em julho e ele só se mudou em setembro. Entre um problema de saúde e a escrita de *Sobrados e Mucambos*, foi o contato com a Faculdade de Direito de Recife que causou o atraso. Freyre vinha lutando pela implementação de uma cadeira de sociologia no curso, que só ocorreu quando ele já tinha aceitado o projeto de ser professor na UDF. Entretanto ele decidiu dar a aula inaugural do curso, que era uma introdução à sociologia regional, e continuou como professor durante todo o mês de agosto, à despeito das cartas enviadas por Anísio Teixeira e outros amigos do Rio para que assumisse com urgência a cadeira de sociologia e antropologia (MEUCCI, 2006, p. 100–102).

Freyre passou duas temporadas no Rio, entre setembro de 1935 e abril de 1936 e entre abril e junho de 1937, solicitando desligamento do cargo em dezembro de 1937. Sobre os motivos que atraíram Freyre, Meucci destacou a “densidade intelectual” do Rio de Janeiro:

Na Universidade, durante este período, manteve contato com importantes intelectuais, músicos e pintores brasileiros da época. De fato, num inventário das razões que podem explicar a aceitação do convite de Anísio Teixeira, deve-se considerar o cálculo de Freyre acerca possibilidade de criar e manter contatos e laços profissionais importantes para sua carreira intelectual. Era evidente que a dinâmica da vida intelectual no Rio de Janeiro permitiria contatos promissores para sua carreira. Pois o próprio José Olympio transferiu sua editora de São Paulo para o Rio em 1934 por considerar a capital do país mais adequada para seu empreendimento editorial. Era, afinal, ali que se concentravam os maiores escritores, editores e editoras do Brasil ainda que São Paulo e Porto Alegre também tivessem notável vida editorial (MEUCCI, 2006, p. 103).

⁴⁴ Anísio Espínola Teixeira nasceu em Caetité (BA), em 1900. Formou-se em ciências jurídicas e sociais no Rio de Janeiro em 1922. Trabalhou no recém-criado Ministério da Educação e Saúde em 1931, dedicando-se à tarefa de reorganização do ensino secundário e foi - junto com Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros - um dos mais destacados signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, documento que defendia uma escola pública gratuita, laica e obrigatória. Sua iniciativa mais ousada foi a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), que gerou forte reação do ministro da Educação Gustavo Capanema e de expoentes do pensamento católico conservador, como Alceu Amoroso Lima. Durante a ditadura do Estado Novo, Anísio Teixeira dedicou-se exclusivamente a seus negócios privados. Morreu no Rio de Janeiro, em 1971. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/anisio_teixeira. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.

Por outro lado, um dos motivos significativos para Freyre querer deixar o Rio foi a tensão social entre grupos que faziam oposição ao governo Vargas, com uma consequente resposta autoritária que acabou afetando os intelectuais que integravam o projeto da UDF. É importante lembrar que este foi o período de maior instabilidade desde a revolta constitucionalista em São Paulo, com as disputas entre a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora acontecendo nas ruas do Rio de Janeiro. Entre outros acontecimentos, posso mencionar a Intentona Comunista e o consequente acionamento da Lei de Segurança Nacional. Freyre, enquanto isso, pensava na criação de um centro de pesquisa social no Recife – projeto que só veio a cabo em 1949 com a fundação do Instituto Joaquim Nabuco⁴⁵, criado a partir de uma coalização política que havia levado Freyre à câmara dos deputados (MEUCCI, 2006, p. 104).

O ano de 1936 foi especialmente atribulado, Freyre concluiu seus cursos em março, retornando ao Recife depois de ter viajado a Portugal e Espanha. Voltou ao Rio para o lançamento de *Raízes do Brasil*, primeiro livro da coleção organizada por ele para a editora José Olympio, *Documentos Brasileiros*. Lançou também por essa época seu *Sobrados e Mucambos*, parte da *Coleção Brasilianas* da editora Civilização Nacional. Veio, também pela mesma época, um convite de Fernando de Azevedo, amigo próximo, para que Freyre lecionasse na Universidade de São Paulo e colaborasse com o jornal *O Estado de São Paulo*. O convite foi recusado, Freyre se sentia desapontado com o Rio e desejava voltar a sua província, a despeito do esforço de amigos que tentavam convencê-lo a ficar.

Ele prosseguiu na UDF no ano de 1937 com um curso sobre pesquisa social. Meucci também sugeriu que ele estava inspirado pelo ambiente de democratização, com a previsão de eleições onde concorreria José Américo de Almeida – a possibilidade era de um governo que não castigasse tanto a UDF como ocorria com Vargas e seu ministro da educação, Gustavo Capanema. Após ter se dedicado ao curso entre abril e junho, Freyre viajou a Portugal, voltou para lançar *Nordeste*, e foi ao Recife contribuir para a campanha do amigo José Américo. Entretanto, não houve eleição, Vargas deflagrou um golpe que daria início ao Estado Novo.

⁴⁵ Hoje Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais foi fundado em 1949 por Gilberto Freyre – ano de comemoração do centenário de nascimento do famoso político e diplomata pernambucano. A proposta do instituto era preservar o legado de Nabuco, principalmente pela via dos estudos sobre o Nordeste.

Neste contexto Freyre se demitiu, e parece também ter deixado de contribuir como técnico do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (MEUCCI, 2006, p. 109).

A partir de então Freyre passou por períodos turbulentos e de incerteza profissional, posicionando-se muitas vezes de forma ambígua entre o desejo de trabalhar no Rio e seu apego com o Recife (MEUCCI, 2006, p. 111). Ao mesmo tempo recebeu convites e lecionou cursos em Columbia e em Michigan, além de receber honrarias tanto nos Estados Unidos como em Portugal a partir de 1938 – o mesmo aconteceria na França alguns anos depois. Ele se fixou definitivamente no Recife em 1940, saindo apenas para viagens. No entanto, ele desenvolveu uma relação mais íntima com Capanema a partir de 1941, sendo um de seus maiores correspondentes, a despeito da experiência ruim na UDF, da qual Capanema foi algoz e grande responsável pelo fechamento em 1939.

Ao analisar as anotações de aula, datilografadas pela secretária de Freyre, Meucci percebeu alguns temas centrais nas exposições do sociólogo, especialmente a questão do desequilíbrio regional. Freyre explicou este fenômeno pelo processo de urbanização que deixou em condições muito diversas o campo e a cidade, assim como o sertão e o litoral. Para ele era um problema dos mais centrais e graves a tendência de predomínio da cultura urbana sobre a cultura rural no mundo contemporâneo, solapando a diversidade regional, processo que contaria, na sua compreensão, com a ajuda do capitalismo.

Na sua aula de estreia na Universidade do Distrito Federal, Freyre dedicou-se à apresentação do conceito de Ecologia. Além do destaque que ele conferiu a este conceito, chamou a nossa atenção a presença da noção de equilíbrio. Na discussão acerca da relação entre cidade e campo (que ocupou sistematicamente as sete aulas seguintes), Freyre pareceu reivindicar um reajustamento das relações inter-regionais no Brasil fundamentado numa noção de equilíbrio regional (MEUCCI, 2006, p. 145).

Entretanto, para além do debate em torno da questão regional, que claramente dialoga com elementos do regionalismo trabalhados no primeiro capítulo, ainda que aparentemente mais sistematizados e melhor teorizados em torno da sociologia ecológica, há um outro tópico que me interessou. Ele envolveu as anotações encontradas sobre outra disciplina ministrada por Freyre, “Pesquisas e inquéritos sociais”, ao que tudo indica voltada ao estudo de métodos de pesquisa social. Para isso ele tomou como objeto o morro carioca, tendo as pesquisas desenvolvidas no morro da Mangueira (MEUCCI, 2006, p. 157).

O estudo dos morros permitiria não só a aplicação de conceitos sociológicos que Freyre encarava como centrais, como a pesquisa debruçada sobre problemas reais da cidade. Em especial os desafios urbanos que provieram do crescimento do Rio de Janeiro, cuja população saltou em 600 mil habitantes entre 1920 e 1935 em razão, principalmente, da migração interna. De acordo com Meucci,

Na época, os morros eram representados pela elite da cidade e pelo setor público como um ambiente de desordem, sujeira e culto ao irracionalismo. Exemplo disso: é conhecido o combate dos governantes e da igreja ao samba exatamente neste período (MEUCCI, 2006, p. 158)

A escolha de Freyre demonstra sua preocupação com um tema caro à sociologia norte-americana, a saber, os problemas da ocupação urbana. Ao mesmo tempo ele estava alinhado com a política do prefeito Pedro Ernesto⁴⁶, de aproximação com as camadas populares e uso da pesquisa social em problemas práticos da cidade (MEUCCI, 2006, p. 158). Nesse sentido, ele encontrava um exemplo perfeito daquilo que chamou de “desequilíbrio regional”, ao mesmo tempo em que se esforçava para construir uma inteligibilidade para os morros como fenômenos sociais, em oposição às críticas da elite, modernizante porém descaracterizada de tradição, no entender de Freyre, à falta de civilidade nos morros (MEUCCI, 2006, p. 159).

O que me parece interessante é que, no caso do Rio de Janeiro, Freyre não conseguiu perceber na elite qualquer vínculo com a tradição, o que para ele existia em Pernambuco, ao menos na elite rural dos velhos senhores de engenho. No caso do Rio a única solução seria olhar para as camadas populares em busca de soluções opostas à modernidade burguesa.

A propósito, notemos que nas proposições teóricas e empíricas apresentadas aos seus alunos da UDF, Freyre formulou duas críticas à elite do país: uma à concentração do

⁴⁶ Pedro Ernesto Batista nasceu em Recife, em 1884. Médico, iniciou seus estudos universitários na Bahia e concluiu-os no Rio de Janeiro, em 1908. Fixou-se, então, nessa cidade, onde alcançou grande reputação como cirurgião. Associou-se, em 1922, às conspirações empreendidas contra o governo federal, que deu início às revoltas tenentistas. Em 1930, participou da campanha de Getúlio Vargas à presidência da República e teve participação ativa na preparação do movimento político-militar de 1930. Após a posse do novo governo, foi nomeado diretor da Assistência Hospitalar do Distrito Federal e tornou-se o médico particular de Vargas e sua família. Em setembro de 1931 foi nomeado por Vargas interventor no Distrito Federal, e em 1934 foi o primeiro governante eleito da história da cidade, ainda que de forma indireta. Marcou seu governo por uma atenção especial às áreas de saúde e educação, essa última dirigida pelo educador Anísio Teixeira. Acusado de participação na Intentona Comunista, em abril de 1936 foi preso e afastado da prefeitura carioca. Foi solto em setembro de 1937 e passou a fazer oposição ao governo federal, tendo sido novamente preso no mês seguinte. Após três meses, já no Estado Novo, foi solto, mas se afastou das atividades políticas e morreu no Rio de Janeiro em 1942. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pedro_ernesto. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

desenvolvimento econômico e das decisões políticas na região sudeste; outra ao modo negativo de representação das classes populares.

As duas críticas têm como fundamento o esboço de um projeto nacional distinto, um projeto de modernidade igualmente distante do progressismo-liberal-americano e do anti-modernismo. Em certo sentido, Freyre evocou, em suas notas de aula, um modelo ibérico de ajuste social e de acomodação de forças contraditórias, ainda que não possa ser definido como um anti-modernista radical (MEUCCI, 2006, p. 164).

Cabe observar que a primeira crítica estava presente no grupo regionalista desde bem antes de Freyre, com uma clara insatisfação ao privilégio de estados como Rio de Janeiro e São Paulo na política federal. Como exemplo posso mencionar as reflexões de Oliveira Lima e de Moraes Coutinho, para além do próprio sociólogo pernambucano. Entretanto, a segunda, a defesa dos “valores” das classes populares, expressão que apareceria adiante no *Manifesto Regionalista*, como ainda demonstrarei, não havia sido desenvolvida em nenhum texto, ao menos nessa altura. Foi o que despertou meu interesse, sendo possível supor que a aproximação de Freyre com o conceito de cultura popular guardava coerência com sua crítica ao desenvolvimento moderno brasileiro, que desprezava não só as tradições regionais que datavam da colonização como também aqueles que comporiam o “povo” – no caso, a população das classes economicamente mais baixas que habitavam os morros.

Diante disso, a ideia de Meucci segundo a qual Freyre conferiria “inteligibilidade à cultura popular” tem a ver com uma resposta às críticas da elite que enxergavam nas classes mais baixas um obstáculo ao desenvolvimento social ou político. Por outro lado, talvez mais conservador, vinha a proposta de que essa cultura popular fosse assimilada e incorporada à construção nacional. Tal projeto só seria possível numa universidade com a estrutura da UDF, daí a recusa de Freyre para o convite de outras instituições, que demandavam uma adequação maior às formalidades acadêmicas. A USP, utilizada como contraponto, representaria um projeto mais elitista, criado após a revolta de 1932 em São Paulo para levar o estado de volta à posição de destaque no âmbito nacional.

Por outro lado, Rio de Janeiro e São Paulo representariam experiências distintas de como lidar com a modernidade, em especial na forma de lidar com a pressão homogeneizadora que vinha do mercado capitalista para outras instâncias da sociedade, como a política e a ciência. O Rio seria mais avesso a esta pressão, daí a necessidade de um pacto populista que levou a experiências como a da UDF, mais democráticas em determinado sentido, e com certeza mais

populista. Veio daí a brecha para Freyre promover a valorização da cultura popular na medida em que reconheceu os morros cariocas como objeto digno da investigação científica. A citação a seguir, de Meucci, me parece ilustrativa:

Isso fazia da cidade carioca um universo múltiplo de interações, de contradições entre o tradicional e o moderno, de lutas políticas. A fragmentação social estava impressa na cidade, em seus bairros, subúrbios e morros. Daí a solução populista para estabelecer um acordo entre a esfera social e política fazer enorme sentido no contexto carioca. Ao passo que, em São Paulo, onde era mais aceita a homogeneização modernizadora, ser possível um elitismo autoritário e uma assepsia científica que, em certa medida, representava a força unívoca da ação modernizadora. Tal ação, a propósito, resultaria, no campo das ciências sociais, na instituição de um padrão teórico e conceitual rígido, cujo maior representante seria Florestan Fernandes (MEUCCI, 2006, p. 167).

Freyre encontrou, nesse sentido, um ambiente intelectual extremamente favorável ao desenvolvimento de suas reflexões sobre um projeto nacional, a despeito dos problemas políticos. Entretanto, é inegável o movimento que houve de integração das camadas populares à vida pública pelo reconhecimento de suas manifestações culturais, processo que pode ser ilustrado pela legalização das escolas de samba durante o mandato de Pedro Ernesto como prefeito – ele próprio entusiasta, frequentador do morro da Mangueira. Ao mesmo tempo, foi a sociologia que proporcionou a Freyre mais ferramentas para pensar a questão nacional, daí uma explicação hipotética para sua recusa a dirigir o Museu Nacional, ligado no período à antropologia física.

Já a Universidade do Brasil, outro projeto para o qual Freyre foi convidado, iria inicialmente desapropriar todo o espaço da Mangueira, por ordens do Ministro da Educação, Gustavo Capanema. A relação dos intelectuais com o ministro acabava sendo ambígua, como Meucci evidenciou. Para ela estava evidente como os projetos nacionais destoavam, na medida em que a busca pelas “raízes populares” era substituída pelo catolicismo e pelo culto aos heróis e aos símbolos da pátria, pilares de um Estado centralizado e forte (MEUCCI, 2006, p. 170).

De outro lado, o DIP tinha uma orientação diferente sob o comando de Lourival Fontes, voltada à cultura de massa e as manifestações da cultura popular. Entretanto a proposta, em ambos os casos, era de mobilizar a cultura, seja ela erudita ou popular, como ferramenta de manipulação e dominação ideológica por parte do Estado. Em nenhum dos casos a proposta era

buscar as raízes genuínas da cultura brasileira; Freyre teve dificuldades para se associar completamente com quaisquer dos projetos:

O que podemos agora sugerir é que, as ideias de Freyre, se levadas ao limite, poderiam entrar em colisão com algumas das ações dos órgãos governamentais. Além disso, Freyre parecia não se acomodar institucionalmente em torno destes grupos de intelectuais e de suas ideias: nem no grupo que orbitava em torno de Capanema, nem no grupo de Lourival Fontes. Com isso, nosso autor ficou à margem do processo de definição da ossatura e das estratégias do Estado brasileiro. E principalmente: ao não se acomodar no interior de nenhuma instituição universitária, acabou por não desempenhar um papel notável na constituição do campo sociológico propriamente dito (MEUCCI, 2006, p. 172).

Ainda que a relação de Freyre com o desenvolvimento da sociologia como disciplina científica nas universidades brasileiras não seja um foco deste trabalho, outro ponto interessa na citação acima. Trata-se da relação ambígua com o Estado, sobre a qual Meucci citou no seu trabalho a proteção que Freyre recebeu de amigos que estavam diretamente ligados ao governo, como Carlos Cruls e Rodrigo de Melo Franco⁴⁷, além do próprio Capanema, como já foi mencionado. Em 1942, quando Agamenon Magalhães⁴⁸ mandou prender o sociólogo, eles influenciaram nas cartas que foram assinadas pelo próprio Vargas questionando sobre a prisão e exigindo a libertação.

Fora a proteção, Meucci mencionou também o papel que desempenhou o método sociológico de Freyre, voltado ao passado onde se buscava uma singularidade que sustentaria a

⁴⁷ Rodrigo Melo Franco de Andrade nasceu em Minas Gerais em 1898. Formou-se em direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Trabalhou na Revista do Brasil na década de 1920 e foi chefe de gabinete de Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde Pública. Chefiou o SPHAN, desde a fundação do órgão até 1968. Morreu na cidade do Rio de Janeiro, em 1969. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/rodrigo_melo_franco_de_andrade. Acesso em: 24 de abril de 2021.

⁴⁸ Agamenon Sérgio de Godói Magalhães nasceu no município de Vila Bela (PE), em 1893. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife em 1916, foi eleito deputado estadual e federal durante a Primeira República. Apoiou a candidatura de Getúlio Vargas e participou em Recife do movimento revolucionário em 1930. Elegeu-se deputado federal constituinte em 1933, foi nomeado ministro do Trabalho, Indústria e Comércio em 1934 e apoiou o Estado Novo. Com o golpe tornou-se interventor federal no estado de Pernambuco. Em 1945 coordenou o projeto de redemocratização, articulou a candidatura de Dutra e a fundação do Partido Social Democrático (PSD), elegendo-se novamente constituinte. Em outubro de 1950, elegeu-se governador de Pernambuco, mas morreu em Recife em 1952, no exercício do governo estadual. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/agamenon_magalhaes. Acesso em: 24 de abril de 2021.

ideia de harmonia na população brasileira. Nas mãos de Almir de Andrade⁴⁹ suas teses foram rotinizadas em torno da ideia de “democracia racial”, especialmente na revista *Cultura e Política*, editada pelo DIP mas ligada diretamente à Presidência da República. Nesse sentido cabe ressaltar que foi um período de popularização de Freyre e suas ideias. Para entender melhor esse processo, vou explorar com mais profundidade a política cultural durante o governo Vargas, com vistas à forma como ela pode ter impactado Freyre, sobretudo nas reflexões que envolviam o conceito de “cultural popular”.

A política cultural da Era Vargas

Os anos em que Vargas permaneceu no governo federal levaram a uma reorganização de diversas esferas do Estado brasileiro, como busquei evidenciar. Do ponto de vista cultural havia especial interesse na constituição de políticas voltadas para a formação de uma consciência nacional, apelando, ainda que não uniformemente, para imaginários comuns capazes de formar uma identidade nacional consolidada. Daí o esforço deliberado, próprio do regime Vargas, em cooptar intelectuais para comporem a burocracia estatal, formando uma espécie de *intelligentsia*. Este foi, para Miceli, o terceiro pilar que caracterizou as mudanças no papel dos intelectuais brasileiros, especialmente através da sua relação com o Estado, formando aquilo que ele chamou de “mercado central de postos público” (MICELI, 1979, p. 131–133). Logo, o que se deu foi uma associação entre as elites intelectuais e as elites políticas que se encontraram no Estado e tentaram estruturar uma nova política cultural.

Tratava-se de uma mudança no papel dos intelectuais, ainda que seu lugar de destaque na sociedade estivesse mantido. O grande contraponto foi a “torre de marfim”, ideia empregada por Machado de Assis na ocasião de fundação da Academia Brasileira de Letras. Para Machado os intelectuais deveriam observar à distância a vida social para poder fazê-lo, porém a ideia

⁴⁹ Almir Bonfim de Andrade nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1911. Formou-se em ciências jurídicas e sociais em setembro de 1931 pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, mas atuou como jornalista na maior parte de sua vida, especialmente em revistas literárias. Como professor universitário atuou em cursos de filosofia, psicologia e direito. Considerado um dos principais ideólogos do Estado Novo, ao lado de Francisco Campos e de Antônio José Azevedo do Amaral. Em março de 1941, a convite de Lourival Fontes, diretor do DIP, fundou *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, da qual foi diretor até outubro de 1945. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 23 de agosto de 1991. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almir-bonfim-de-andrade>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

passou a ser criticada desde a década de 1920, com a geração modernista opondo-se ao modelo institucional da Academia que estaria muito apartada da sociedade. Cassiano Ricardo, em texto de 1943, elogiou a superioridade de Euclides da Cunha sobre Machado, tanto pela sua dimensão de ação quanto pela representação do “Brasil real” no sertão, e não apenas o cosmopolitismo do litoral; movimento semelhante ocorreu no discurso de posse de Vargas na Academia, quando afirmou que os intelectuais deveriam assumir a vanguarda social no intuito de pensarem sobre a questão da nacionalidade (VELLOSO, 2007, p. 154).

O período do Estado Novo foi particularmente fecundo na relação entre intelectuais e Estado, encontrando “os intelectuais na qualidade de participantes de um projeto político-pedagógico, destinado a popularizar e difundir a ideologia do regime” (VELLOSO, 2007, p. 149). A ideia de “Novo” como qualificação do Estado entre 1937-45 se justificou pela oposição ao liberalismo e às ideias importadas da Europa que teriam impedido ao Brasil encontrar-se consigo mesmo. Nesse sentido os intelectuais seriam responsáveis por assumirem o papel de intérpretes da vida social, como porta-vozes dos anseios populares deveriam captar o “subconsciente coletivo” da nacionalidade, unindo o povo ao governo, permitindo ao Estado uma ação de disciplinar e coordenar a partir de suas reflexões, fornecendo material aos “homens de ação” para construírem os mecanismos de persuasão ideológica através da propaganda de Estado.

Ainda, levando em consideração a hipótese de Ângela Gomes (1996), o Estado Novo foi um momento central e sem precedentes na construção da imagem nacional, provendo um mecenato que só se compararia ao Segundo Império. Ao mesmo tempo que arregimentou uma burocracia estatal ligada a intelectuais que levaram adiante o projeto – sobre estes, ela afirma que não são meras marionetes que um aparato ideológico usado para “manipular as massas”. Dessa forma a política cultural do Estado Novo não foi homogênea, mas sim formada por uma pluralidade de pontos de vistas que se efetivaram de forma contraditória e que não foram recebidos com passividade, já que existem efeitos não pretendidos sobre a ação política.

Do ponto de vista da organização institucional, o projeto educativo se deu no nível do Ministério da Educação e da Cultura (MEC) e no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O MEC, por exemplo, reunia um grupo de intelectuais que fizeram parte da vanguarda do modernismo, como Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Candido

Portinari e Mário de Andrade. Já o DIP reunia nomes como Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Candido Mota Filho, mais próximos do centro e com tendências autoritárias.

Assim, é possível identificar dois empreendimentos diferentes: o primeiro, a construção de mitos consagrados a partir da tradição, de símbolos e heróis da pátria que se atrelavam a um Estado forte, narrando grandes momentos históricos da formação nacional brasileira, preocupado com a formação de uma cultura erudita e muitas vezes assumindo uma perspectiva ufanista, tendo como principal figura Gustavo Capanema; o segundo, em diálogo próximo com os estudos folclóricos, pela via daquilo que foi sendo definido como “cultura popular”, muitas vezes uma política diametralmente oposta às décadas anteriores, sob a liderança de Lourival Fontes. Nesse processo, algumas manifestações culturais foram elevadas ao nível de símbolo da nação, como o samba e o carnaval, enquanto outras eram classificadas com o rótulo de regionais ou folclóricas.

Sobre a ideia de “cultura popular”, havia uma ambiguidade constituinte da noção de popular, que era visto ao mesmo tempo como a expressão mais autêntica da alma nacional, expressão direta da brasilidade, e, por outro lado, inconsciente, analfabeto e inadequado. Nesse sentido, o que se observou durante o governo Vargas foi que inverteu-se a perspectiva de que o povo era a origem dos problemas nacionais: o povo é a “alma da nacionalidade”, e o problema estaria nas elites que se distanciaram daquilo que seria popular, abraçando formas alienígenas da Europa (VELLOSO, 2007, p. 174). Por outro lado, se o povo era “potencialmente rico em virtudes” como pureza, espontaneidade e autenticidade, ele precisaria da intermediação de instâncias superiores, especialmente a expressão dos intelectuais e a organização e a ordem do Estado.

Com isso em mente, retomo a hipótese de que Freyre estava sendo anacrônico com relação a sua própria obra quando assumiu no *Manifesto Regionalista* conceitos como “cultura popular”. Deste modo ele escondeu o impacto que o ambiente intelectual das décadas de 1930 e 1940, ou a “constelação intelectual”, para dialogar com Mannheim, teve sobre ele. A questão da “cultura popular”, ainda que aparecesse nos anos anteriores, é própria da década de 1930, pois foi onde encontrou condições políticas para se organizar.

Ao que me parece a carta de Mário de Andrade escrita a seu amigo, Luís da Câmara Cascudo, em 9 de junho de 1937, é especialmente ilustrativa sobre esse período. Cascudo havia

escrito a Mário pedindo qualquer tipo de serviço no jornal *Estado de S. Paulo*. O amigo lhe respondeu que fizesse dois artigos por ano, mas a despeito do delicado momento, Mário comentou: “Prefiro trabalhos sobre folclore. E, apesar da tristeza não ser momento bom para rispidez, você vai me permitir, duma vez por todas, que fale com franqueza sobre os seus artigos. Geralmente não gosto abertamente deles [...]” (ANDRADE, 1937 apud MORAES, 2012, p. 139). As ressalvas de Mário caíram sobre “a falta de paciência e o desprezo da medida” de Cascudo, e para ilustrar ele citou a monografia naquele momento recente sobre o Conde d’Eu: “Mas franqueza, por que você atacou um assunto tão desimportante, uma figura de nenhum alcance fundamental pra pesquisar tantos dados e dadinhos sobre ela!”.

A recomendação de Mário vai ao encontro das mudanças que pude observar na obra de Freyre. Não pretendo dizer com isso que ele passou a abordar a cultura popular como mero reflexo ao ambiente externo, uma resposta passiva que configurava uma dívida com os intelectuais paulistas, em especial Mário de Andrade. O que argumento é que a passagem da preferência por temas aristocráticos dos senhores de engenho, que de forma alguma foram abandonados, para as referências a cultura popular, com ênfase no tema da miscigenação, está de acordo com todo o ambiente intelectual da década de 1930.

Dessa forma pode ser interpretada mais essa passagem de Mário dirigida a Cascudo, ainda na mesma carta, sugerindo a substituição de temas aristocráticos por temas mais ligados ao “povo”:

Sei que você pode fazer isso e mais. Você tem a riqueza folclórica aí passando na rua a qualquer hora. Você tem todos os seus conhecidos e amigos do seu Estado e Nordeste para pedir informações. Você precisa um bocado mais descer dessa rede em que você passa o tempo inteiro lendo até dormir. Não faça escritos ao vai-vem da rede, faça escritos caídos das bocas e dos hábitos que você foi buscar na casa, no mocambo, no antro, na festança, na plantação, no cais, no boteco do *povo*. Abandone esse *ânimo aristocrático* que você tem e enfim jogue todas as cartas na mesa, as cartas de seu valor pessoal que conheço e afianço, em estudos mais necessário e profundos. Disso é que eu quero como Diretor, e exijo como amigo, pra minha revista que está sendo citada na Áustria, na França, nos Estados Unidos e mais (ANDRADE, 1937 apud MORAES, 2012, p. 139, grifos meus).

Com isso em mente interessa explorar outros elementos históricos do período que suponho terem impactado Freyre. Retomando Meucci,

Sobretudo a leitura contextual exige que se definam algumas características fundamentais do ambiente social no qual surgiram as ideias. Trata-se de entender, ainda que de modo geral, a ambiência política, social e intelectual na qual emergem as

formulações de um determinado autor. O essencial é, pois, compreender os temas e problemas fundamentais de cada período histórico para os quais são mobilizadas as forças intelectuais. Nos termos de Mannheim, trata-se de compreender a constelação de questões que se constituem como problemas e desafios de uma determinada época (MEUCCI, 2006, p. 14).

Sobre o DIP, órgão especialmente importante no desenvolvimento de uma ideia de “cultura popular”, suas raízes são anteriores a sua fundação em 1939, remontando a 1934, ainda com o nome de Departamento de Propaganda e de Difusão Cultural (DPDC), quando Vargas defendeu a necessidade de associar rádio, cinema e esportes num sistema de educação moral (OLIVEIRA, 2007, p. 336–337). O decreto que criou o DIP colocou nas mãos do Estado toda a imprensa nacional, o que, segundo Fernando Campos, permitiria a centralização das informações e o contato direto do povo com o governo. Também permitia controle e censura sobre o rádio, o cinema, o teatro, os esportes. O DIP cumpria a dupla função de promover a imagem do Estado Novo e de protegê-la de qualquer tipo de crítica ou ataque, tendo a sua frente Lourival Fontes, desde 1934 até março de 1942 (GOMES, 1996).

O jornal *A Manhã* e a *Rádio Nacional* também foram órgãos importantes de propaganda, incentivando valores patrióticos, ao mesmo tempo em que tentavam passar a impressão de diálogo direto com o povo na medida em que tinham espaço para depoimento de pessoas – o que expressaria o Estado refletindo a vontade popular. Naquele momento, a música popular foi um dos veículos centrais de comunicação e educação com as camadas populares e não alfabetizadas, ainda que houvesse um controle para impedir que as músicas divulgassem “temas imorais” (OLIVEIRA, 2007; VELLOSO, 2007, p. 164).

Consequentemente, havia uma ambiguidade entre a liberdade dos intelectuais para investigar o folclore e a cultura popular, enquanto a divulgação para a massa estava interdita, ou ao menos passava por censura para impedir a sátira, a paródia e a caricatura, para citar elementos caros ao samba e às suas escolas. O DIP impunha sobre essas produções a necessidade de abordar temas nacionais e patrióticos, o que permitiu a liberalização do carnaval de rua desde que feito nesse sentido, como preocupações pedagógicas. No teatro a diretriz era de produção de peças voltadas ao público operário, com concursos incentivando a composição de textos sobre essa temática, financiados tanto pelo MEC, e posteriormente MES, quanto pelo Ministério do Trabalho - influência que chegou em Recife a partir de 1946, como abordarei adiante.

Por outro lado, o Estado Novo atraiu para próximo de si uma rede vasta e heterogênea de intelectuais que publicavam na revista *Cultura Política*, dirigida por Almir de Andrade, e no jornal *A Manhã*, dirigido por Cassiano Ricardo. Boa parte deles esteve envolvida com a vanguarda modernista da década de 1920, e alguns não só aderiram como se comprometeram profundamente com o governo, especialmente o já mencionado grupo dos verde-amarelos. O Estado Novo pretendeu se identificar com esses grupos:

A ideia é de que a revolução literária, pondo em xeque os movimentos estéticos importados, estaria completa com a revolução política do Estado Novo, cujo objetivo seria o de combater os modelos políticos tidos como alienígenas, como o liberalismo e comunismo. O ideal da brasilidade e da renovação cultural é, então, apresentado como o elo das duas revoluções: a artística e a política (VELLOSO, 2007, p. 171).

Ainda sobre a revista *Cultura Política*, é importante lembrar que ela foi lançada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, em março de 1941, com objetivo de “divulgar a proposta política do novo regime” (GOMES, 1996, p. 16). Junto com o jornal *A Manhã*, garantiram um apoio na mídia que Vargas não tinha mesmo durante o Estado Novo, a despeito da censura exercida, e mantiveram um projeto de traçar o sentido do Estado-nação e de traçar vínculos com a criação cultural e com a escrita da história. O próprio governo subsidiava a publicação da revista, que era circulada em todo o país por um preço que correspondia a menos de um terço de seu valor real de custo.

O editor da revista, indicado pelo próprio Lourival Lourenço, foi Almir de Andrade, que assumiu um compromisso de permitir à revista expor as mais diferentes perspectivas ideológicas, justificando aí o convite de autores como Graciliano, críticos ao regime. Por outro lado, a proposta era que “A ela cabia definir e esclarecer, para um grande público, o curso das transformações que se vinham processando na política, na economia, nas artes, nas letras, nas ciências etc., e debater constantemente os valores que orientavam tais mudanças” (GOMES, 1996, p. 127), ao mesmo tempo em que defendia o Estado Novo, visto como representante da nacionalidade brasileira.

Até a saída de Lourival do DIP em março de 1942 a revista seguiu uma estrutura de seis seções: a primeira “Problemas políticos e sociais” trazia textos densos e complexos para a explorar a situação brasileira e sugerir um enfrentamento das questões pelo espírito nacional, explorando conceitos como nação, povo, Estado, e encabeçada por intelectuais como Almir de

Andrade, Francisco Campos e Cassiano Ricardo. A seção “O pensamento político do chefe de governo” explorava os discursos de Vargas, apresentando-os ao povo, por meio dos textos de Azevedo Amaral e Rosário Fusco⁵⁰. “A estrutura jurídico-política do Brasil” trazia textos de juristas importantes ligados ao governo e explicando elementos da constituição de 1937 que instituiu o Estado Novo. Já “Atividade governamental” informava sobre as ações do governo nos mais diversos campos de atuação – pelo seu caráter pragmático nela publicaram diversos membros da burocracia civil e militar.

Interessam particularmente a este trabalho as duas últimas seções que eram de conteúdo bem diverso, cabendo a “Textos e documentos históricos” retomar momentos considerados marcantes da história nacional e “Brasil social, intelectual e político”, sob responsabilidade de Rosário Fusco, trazia textos que diziam respeito à política cultural do governo Vargas. Com várias subseções, nesse espaço que publicavam intelectuais como Graciliano Ramos, falando sobre costumes regionais do Nordeste, e Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré, falando sobre literatura. Especialmente “Brasil social, intelectual e artístico” reflete a pluralidade de agentes que publicaram na revista, desde funcionários ligados ao Estado Novo até intelectuais que não tinham vinculação com o regime.

As fontes por excelência apontadas como capazes de promover tal conhecimento são as fontes literárias: romances, crônicas, folhetins e memórias. No caso de “Quadros e costumes regionais”, os textos são escritos pelos próprios responsáveis pelas “regiões” — Graciliano Ramos, Raimundo Pinheiro e Marques Rebelo. O aspecto fundamental de todo esse conjunto é, por conseguinte, o caráter testemunhal. Os autores fixam os quadros e costumes da vida do povo com que conviveram (GOMES, 1996, p. 174).

Não foi o Freyre Regionalista Tradicionalista o intelectual convidado para pintar os aspectos regionais do Nordeste, que aliás foi a região mais representada naquela subseção. Ele apareceu na seção “História” como um dos três autores centrais, recorrentemente tomados como argumento de autoridade, ao lado de Euclides da Cunha e Oliveira Viana. Ângela Gomes

⁵⁰ Rosário Fusco de Souza Guerra nasceu em São Geraldo, Minas Gerais, em 1910. Foi romancista, poeta, dramaturgo, jornalista, crítico literário e advogado. Em 1925, iniciou intensa correspondência com o grupo modernista de São Paulo, sendo responsável pelo lançamento da *Verde*, importante publicação modernista editada entre 1927 e 1929. Em 1932, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde concluiu, em 1937, o curso de direito na Universidade do Brasil, e realizou intensa atividade na imprensa como crítico e jornalista. De 1941 a 1943, dirigiu, ao lado de Almir de Andrade, a publicação *Cultura Política*. Morreu em Cataguases, em 1977. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa211044/rosario-fusco>. Acesso em: 26 de janeiro de 2021.

explicou que houve um novo esforço interpretativo sobre a questão racial, que já tomava a intelectualidade brasileira ao menos desde o Império:

Ou seja, perceber como o Estado Novo foi um momento estratégico para a construção do mito da democracia racial brasileira e, mais precisamente ainda, de que maneira tal mito se articulou a uma certa versão da história do Brasil (GOMES, 1996, p. 192).

A operação central foi de abrir os braços para a ideia de que a cara do Brasil era mestiça, formada por uma fusão de raças, princípio que seria semelhante ao de democracia racial, uma herança que nos chega até os dias de hoje. Entre os teóricos do Estado Novo era comum a defesa de que o Brasil teria esse elemento democrático intrínseco a sua sociedade, o que o tornaria mais potente que as ideias supostamente artificiais de liberdade e cidadania vindas da Europa, sobre as quais o país não teria nada a dever. Euclides da Cunha era uma figura central por ter sido o primeiro a indicar o impacto dessa mistura racial em diversos elementos, pela raça, mas também no clima e na geografia, mas cabia a Freyre o papel da reflexão mais acabada sobre o tema.

Nesse sentido, eu retomo o tópico anterior para lembrar que a década de 1930 foi um período de popularização das ideias de Freyre, sobretudo pela publicação de *Casa-Grande & Senzala*, mas também de *Sobrados e Mucambos*. Isso porque o autor estava no momento certo para divulgação de suas ideias sobre a harmonia racial e sobre a composição mestiça da sociedade brasileira. Como afirmou Schwarcz:

Prevalecia, portanto, a noção de "uma troca aparentemente livre de traços culturais entre vários grupos étnicos" (FRY, 1982, p. 52 apud SCHWARCZ, 1994), que ia de par com as teorias de Freyre, o qual nesse momento saudava o que dizia ser um modelo harmônico e democrático de convivência racial. Estava aí exposta e oficializada a nossa mais sublime virtude, nossa suprema singularidade (SCHWARCZ, 1994, p. 8).

Freyre participou de um empreendimento intelectual que não era homogêneo, porém em geral se prestava à criação e à consagração de momentos, figuras e heróis ligados à República como marcos de legitimidade não só do regime, mas também de fundamentação da pátria. Enquanto isso, seus conterrâneos em Pernambuco prestaram um papel importante por meio do Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Pernambuco, coordenado à época por Mário

Melo⁵¹. O grupo insistia sobre as conexões entre os movimentos republicanos desde antes da Independência e sua importância para a formação do país, clara alusão ao movimento revolucionário que ocorreu no próprio estado entre 1817 e 1824, remetendo mesmo à Guerra dos Mascates, todos interpretados na chave da oposição ao “absolutismo” – o que indica que o grupo de regionalistas pernambucanos continuou, em certo sentido, atuante, ainda que expressando uma guinada para reflexões no âmbito da nação.

Já o jornal *A Manhã* foi fundado em agosto de 1941 por Cassiano Ricardo, perdendo protagonismo ao final da ditadura Vargas, por mais que só fosse encerrado em 1953. Nele interessa o suplemento chamado “Autores e Livros”. Ângela Gomes, que explorou com minúcia as publicações do jornal, afirmou que o complemento tinha duas partes, sendo a primeira mais bem definida, com objetivo de apresentar um autor e suas obras, como “uma galeria de nomes e de obras indicativas ‘do que se deveria ler para conhecer o Brasil’” (GOMES, 1996, p. 29), boa parte dos nomes ligados de alguma forma à Academia Brasileira de Letras.

O que um breve olhar sobre esses órgãos de comunicação revela é uma mudança importante do ponto de vista da política cultural. Durante a década de 1920 os intelectuais brasileiros, influenciados pelo pós-guerra e pela ascensão dos nacionalismos, voltaram seu esforço de esclarecimento para a ideia de brasilidade, pensada através da arte, porém sem um eixo centralizador claro. Já na década de 1930 os projetos voltam-se ao Estado, entendido como instituição capaz de coordenar a nação, e com o Estado Novo os intelectuais das mais diferentes correntes viram nele o “cerne da nacionalidade brasileira”, encontrando respaldo para fundamentar uma identidade nacional específica (VELLOSO, 2007, p. 148).

Essa questão foi especialmente cara ao Estado Novo, que apesar de vislumbrar no povo pureza, espontaneidade e autenticidade, entendia a necessidade de uma ação tutelar sobre essa população que, mais uma vez, também era vista como analfabeta, imatura e inconsciente. Nesse

⁵¹ Mário Carneiro do Rego Mello nasceu no dia 5 de fevereiro de 1884, na casa-grande do engenho Barbalho, no Recife. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1907, mas durante a vida atuou principalmente como jornalista. Além de jornalista foi também historiador, geógrafo e músico. Participou de várias instituições histórico-geográfico-culturais, como o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, do qual foi sócio durante 50 anos e secretário perpétuo; a Academia Pernambucana de Letras; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; a Comissão Nacional de Folclore, entre outras. Era um grande defensor das coisas da sua terra, como o folclore, o carnaval, o frevo e as tradições. Morreu no Recife em 1959. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=708. Acesso em: 26 de janeiro de 2021.

sentido os intelectuais tiveram um papel fundamental para construir a imagem do Estado como um ente tutelar. Eles resgataram o espírito crítico da Semana de Arte Moderna, estabelecendo-se como herdeiros daquela tradição, refletiram e formularam políticas no sentido de articular tradição e modernidade (OLIVEIRA, 2007, p. 329–330). Articularam-se também ao projeto de educação das classes mais baixas, para quem os bons hábitos deveriam ser transmitidos não só através das escolas, mas também do rádio, do cinema, do esporte, da música popular.

O mal-estar com a cultura nacional, de acordo com Lilia Schwarcz, em *Complexo de Zé Carioca: Notas sobre uma identidade mestiça e malandra* (1994), fazia os intelectuais acreditarem numa falta de originalidade, e cada geração sentia a necessidade de se lançar num empreendimento de fundar esta cultura do zero. Entretanto, Freyre e o grupo de intelectuais ao seu redor encontraram naquela década uma nova formulação pela valorização da cultura mestiça brasileira.

Assim Schwarcz observou uma transição em torno do conceito de mestiçagem, passando de uma imagem “racial e detratada” para “moral e nacional”. Foi o caso da figura do malandro, que entre as décadas de 1920 e 1930 se converteu em ícone nacional, seja pela figura preguiçosa do Macunaíma, de Mário de Andrade, seja pelo Zé Carioca, criado por Walt Disney em 1942 para o filme *Alô; amigos* – este último interessante por estar associado a outros elementos populares, como a cachaça e o samba (SCHWARCZ, 1994, p. 3).

Porém não é preciso retornar tanto para perceber a imagem negativa que envolvia o conceito de mestiçagem e que entre os intelectuais brasileiros muitas vezes significou um imbróglio para a constituição de uma nação moderna. Desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1844, estava dada a orientação sobre a história do Brasil passar pelas três raças: brancos, negros e indígenas – foi o que sugeriu Karl von Martius no seu *Como escrever a história do Brasil?*.

Se de um lado estavam as reflexões ancoradas no paradigma monogenista, segundo o qual as raças eram todas humanas e, portanto, a miscigenação não levaria à degeneração, de outro estavam as reflexões racialistas ancoradas no paradigma poligenista, que entendiam a mestiçagem como uma forma de degeneração das raças, inspiradas por diversos estrangeiros que aqui estiveram, sendo o grande representante nacional o médico Nina Rodrigues. Por outro lado, a mestiçagem continuava operando como signo de distinção nacional, a despeito da crença

de que haveriam características ontológicas de cada raça: Silvio Romero foi um intelectual que apostou na possibilidade de a mistura ser positiva e defendeu-a como marca da originalidade brasileira. Ao mesmo tempo emergiram as teorias que argumentavam em torno do embranquecimento do país:

Entretanto, a partir da década de 1920 essas concepções foram criticadas, seguindo o movimento intelectual que já se dava pelo mundo. As explicações pelas diferenças biológicas e somáticas caíram em desuso, abrindo espaço para explicações de ordem social, econômica e cultural. A ponto de o antropólogo Arthur Ramos, ao prefaciá-lo livro de Nina Rodrigues, afirmar que a obra do médico baiano poderia ser atualizada substituindo o conceito de raça pelo de cultura.

Já na década de 1930 houve criação e aprimoramento de instituições culturais do Estado, voltadas a “resgatar’ nosso folclore, nossa arte e nossa história” (SCHWARCZ, 1994, p. 5). Nesse contexto ocorreu a publicação de *Casa-grande & Senzala*, obra que, sem abandonar totalmente as reflexões sobre raça, lidou com a miscigenação desde um novo paradigma, estendendo o fenômeno para todos os brasileiros e entendendo-o como valor nacional.

Isso evidencia o impacto importante dos intelectuais da geração de Freyre na transição para o olhar positivo sobre a constituição mestiça da população brasileira, o que permitiu uma inserção do conceito de “cultura popular” na agenda política cultural da nação. Embora houvessem referências esparsas em outros momentos, foi durante o Estado Novo que foram instituídas políticas oficiais para desenvolver uma cultura nacional pensada a partir da mestiçagem. O “mestiço vira nacional”, ao passo que houve o que Schwarcz identificou como “desafricanização” de elementos culturais adotados como símbolos nacionais (SCHWARCZ, 1994, p. 7).

Por exemplo, a feijoada, apresentada como marca da culinária nacional, como se seus elementos falassem sobre elementos do Brasil: o negro do feijão e o branco do arroz, o verde das matas na couve e o laranja das riquezas na fruta de acompanhamento. Além disso, outros fenômenos associados à cultura popular foram ressignificados pelo próprio Estado, como foi o caso do futebol, da capoeira, do samba. Algo que não se deu de forma espontânea, mas pela pressão dos próprios setores populares, como contou Rachel Soihet:

Afinal, nos primeiros anos da República predominava um quadro em que tais segmentos, excluídos de participação política, rejeitaram a segregação que se lhes pretendiam impor e, a partir de suas manifestações, desenvolveram formas alternativas de organização vinculadas ao terreno da cultura, através da qual edificaram uma cidadania (SOIHET, 2007, p. 290).

No caso do futebol, trazido da Inglaterra por imigrantes, no começo foi um esporte de elites, utilizado como forma de distinção e carregando a ideia de um esporte civilizado, cuja prática era identificada com “a imagem de refinamento e de cosmopolitismo” (SOIHET, 2007, p. 291). Praticado por técnicos de fábricas em São Paulo, no Rio de Janeiro era a preferência de jovens de elite, filho de imigrantes que iam estudar na Inglaterra e traziam o esporte como hobby. O Fluminense, o Botafogo e o América surgiram com essa composição nos primeiros anos do século XX, sendo a exceção o Bangu, formado por técnicos ingleses que trabalhavam numa fábrica de tecidos que tinha o mesmo nome. Com o tempo acabaram sendo aceitos trabalhadores não necessariamente especializados, como operários.

Entretanto, foram nítidos os esforços da elite no sentido de “higienização” do esporte, a despeito dos incentivos à atividade física no período. Nesse sentido ocorreu a criação da Liga Metropolitana, em 1905, com objetivo de congregar os clubes de maior expressão, estabelecendo regras para as disputas, ao mesmo tempo em que restringia a participação de “pessoas de cor”. Esta discriminação vinha na contramão da popularização do esporte entre as camadas populares, que assistiam aos jogos e também o adotavam como prática de lazer em campos improvisados. O Bangu não aderiu à Liga, considerando que era formado em sua maioria por operários, muitos deles negros, e a criação de ligas alternativas foi inevitável.

Com essa pressão a Liga Metropolitana acabou liberando algumas restrições, tentando manter os times “operários” na segunda divisão. Entretanto, com o sucesso de alguns destes clubes, que empurraram para as divisões inferiores outros times tradicionais, a Liga criou em 1916 a Lei do Amadorismo, que afirmava não serem amadores pessoas que exerciam “profissão braçal”, ou seja, qualquer emprego que não estivesse relacionado ao trabalho intelectual, além de ter barrado pessoas analfabetas ou qualquer “posição, profissão ou emprego, a seu juízo, abaixo do nível moral e social exigido pelo *sport* do amadorismo” (SOIHET, 2007, p. 294). A despeito das críticas dos cronistas da época que lamentavam a perda de distinção, e de todas as contradições que envolveram o processo, o esporte foi se popularizando entre as camadas mais populares da sociedade.

A década de 1920 representou um momento chave, com várias discussões sobre a participação de pessoas negras nos selecionados carioca e brasileiro que disputavam competições, já que o time “deveria simbolizar a imagem da nação, que se pretendia revelar como civilizadas e tributária da cultura europeia” (SOIHET, 2007, p. 296). A pressão dos torcedores foi significativa, levando ao surgimento de clubes como o Vasco da Gama, formado majoritariamente por pessoas negras, como também pedindo que Domingos da Guia e Leônidas da Silva integrassem o selecionado brasileiro em jogos disputados contra o Uruguai.

O profissionalismo foi ponto central para contribuir com a presença de jogadores provindos de origens pobres, boa parte deles negros, nos clubes. Foi uma conquista encabeçada por jornalistas como Mário Filho, que argumentavam sobre a necessidade de pagamento de salários e de regulamentação da relação entre os clubes e seus sócios, tornando o esporte atrativo e evitando a ida de jogadores para o Uruguai ou para a Europa. Essa foi a cara do time que disputou o mundial de 1938, boa parte composta de jogadores já profissionalizados. Foi com o sucesso do mundial de 1938 entre o público que o Estado vislumbrou o futebol como ideia chave para construção de sua proposta ideológica.

O próprio Gilberto Freyre deve ser lembrado pela publicação à época de seu artigo “Foot-ball mulato”, reforçando seu argumento acerca da centralidade do elemento negro na formação nacional brasileira. Em meio ao entusiasmo com a campanha brasileira no mundial disputado na França, Freyre afirmou que “uma das condições dos nossos triunfos, este ano, me parecia a coragem [para] mandar à Europa um *team* fortemente afro-brasileiro” (FREYRE, 1938, p. 4). Com esta afirmação ele se colocou em oposição aos intelectuais do começo do século, como exemplo a mencionada no texto política externa coordenada pelo Barão do Rio Branco, que empreendiam o que ele identificou como “critério antibrasileiro de Brasil”, ou seja, a tentativa deliberada de passar a imagem de um país branco no exterior através dos diplomatas.

O sociólogo tentou definir um estilo específico de jogar dos brasileiros, diferente dos europeus, “um conjunto de qualidade de surpresa, de manha, de astúcia, de ligeireza e ao mesmo tempo de espontaneidade individual” (FREYRE, 1938, p. 4). Nesse sentido, o que ele passou a chamar “mulatismo brasileiro”, que favoreceria os indivíduos a se destacarem, foi oposto ao “arianismo europeu”, que obrigaria os indivíduos a integrarem o todo. Entretanto, conquanto usasse termos raciais na descrição, Freyre teve o cuidado de afirmar que o uso foi feito “não

como expressões étnicas mas como expressões psicossociais condicionadas por influência de tempo e de espaço sociais” (FREYRE, 1938, p. 4).

Isso distingue este texto dos artigos da década de 1920, onde não foi possível observar a mesma atenção ou mesmo preocupação em se distinguir de posturas que explicavam características humanas através de elementos raciais. Apesar de, provavelmente, desde aquela época o autor discordar delas em prol de uma abordagem mais culturalista, a mudança indica uma adequação ao próprio tempo, e um compromisso com o projeto de identidade nacional em voga.

O mesmo compromisso pode ser percebido nos constantes elogios ao “mulatismo” ou a “malandragem” presentes no estilo de jogo brasileiro, “mulatismo ágil em assimilar, dominar, amolecer em dança, em curvas ou em músicas técnicas europeias ou norte-americanas mais angulosas para o nosso gosto: sejam elas de jogo ou de arquitetura”. A discussão de Freyre em torno da mestiçagem durante a década de 1930, como já argumentei, leva a esse tipo de movimento, o elogio antes restrito a representações regionais, a cozinha e a arquitetura nordestina, ganhou maior alcance como um elogio ao jeito de ser do brasileiro. A metáfora do “arredondamento” é muito coerente com outros adjetivos presentes nas obras de Freyre daquela década, como os já citados “assimilar” e “amolecer”, na capacidade supostamente plástica que remeteria aos anos de colonização portuguesa e ao encontro “harmônico” das três raças.

Por outro lado, o empreendimento teórico do autor foi ainda mais pretencioso: ele acionou outras manifestações culturais para identificar uma coerência no próprio brasileiro, já que haveria “alguma coisa de dança e de capoeiragem que marca o estilo brasileiro”. Por sua vez, o “foot-ball mulato” teria seu correspondente no espírito político nacional, através de uma “formação social democrática avessa à ordenação interna e externa; a excessos de uniformização, de geometrização, de standardização; a totalitarismos que façam desaparecer a variação individual ou espontaneidade pessoal” (FREYRE, 1938, p. 4). Como mencionei, ao contrário dos europeus, os brasileiros prefeririam seu estilo com correspondência na dança, o que explicaria o emprego da expressão “bailarinos da bola” para descrever os jogadores brasileiros.

A menção à capoeira é interessante porque trata-se de uma manifestação cultural que passou por uma intensa resistência das elites, movida pelo preconceito com as manifestações

culturais negras. Entretanto, ele foi integrada como signo de identidade nacional brasileira durante a década de 1930 no esforço político, cultural e intelectual de “imaginação e ritualização da identidade brasileira como uma nação mestiça” (ACUÑA, 2010, p. 46). Criminalizada no Código Penal de 1890, enquadrada na Lei de Vadiagem, porém regulamentada como prática esportiva em 1937.

Aproveito também a menção à dança, pois é possível analisar como um fenômeno semelhante ocorreu com o carnaval e o samba, este último taxado de “música de negro” no começo do século. Apesar de inicialmente ter sido inspirado nas festas de máscaras de Paris e de Veneza, o samba se popularizou e se transformou no Brasil. A festa passou a ser encarada de duas formas. De um lado, intelectuais como João do Rio⁵² e Coelho Neto⁵³ elogiavam as manifestações populares, e outros como Afonso Arino de Mello Franco⁵⁴, em razão da proximidade com os estudos do *folk-lore*, elogiavam e incentivavam as manifestações, ainda que sob o signo do exótico, e a despeito da estranheza que inspiravam aos círculos das elites. De outro lado, cronistas e intelectuais criticavam o carnaval brasileiro por vislumbrarem nele a

⁵² Pseudônimo de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, jornalista, cronista, contista e teatrólogo, nasceu no Rio de Janeiro em 1881, e faleceu na mesma cidade em 1921. Aos 16 anos, ingressou na imprensa, notabilizando-se como o primeiro jornalista brasileiro a ter o senso da reportagem moderna e granjeou enorme popularidade, sagrando-se como o maior jornalista de seu tempo. Foi o criador da crônica social moderna. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/paulo-barreto-pseudonimo-joao-do-rio/biografia>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

⁵³ Henrique Maximiano Coelho Neto nasceu no município de Caxias, no Maranhão, em 1864. Profissionalmente foi político, mas também professor e homem de letras, dedicado a romances, contos e crítica literária, além de artigos para jornais. Com estes últimos conseguiu grande sucesso, manifestando suas ideias abolicionistas e republicanas. Foi professor na Escola Nacional de Belas Artes e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Em toda a sua obra revela-se uma inquietação com a questão nacional, que deveria ser constituída pela educação, voltada para os ensinamentos cívicos, a política, através de uma ação política que valorizasse a história e os símbolos nacionais e, por fim, o esporte, cuja principal qualidade seria a disciplina. Foi duramente criticado por Lima Barreto e pela geração modernista. Faleceu em 1934. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COELHO%20NETO.pdf>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

⁵⁴ Afonso Arinos de Melo Franco nasceu em Belo Horizonte em 1905. Formado em direito, também exerceu carreira de político, trabalhou como professor de história na UDF e no Instituto Rio Branco, além de ter feito crítica literária. Durante o Estado Novo esteve entre o grupo de intelectuais que se contrapôs ao governo através do “Manifesto dos Mineiros”. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e ganhou destaque pela autoria da lei contra discriminação racial de 1951 que ficou conhecida como Lei Afonso Arinos. Morreu no Rio de Janeiro em 1990. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/afonso-arinos-de-melo-franco>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

“selvageria” estaria relacionada à presença da população negra, algo que em tese se opunha aos ideais civilizadores inspirados na cultura francesa e inglesa.

As camadas populares, por sua vez, não esmoreceram às pressões de segregação, e no período do carnaval deixavam as periferias e os morros não apenas para ocupar a Praça Onze, como também outros lugares centrais no Rio de Janeiro, a exemplo da Rua do Ouvidor, principal via da então capital federal ao final do século XIX e começo do século XX, além de, mais tarde, a Avenida Central, após as reformas urbanas de Pereira Passos⁵⁵. Cabe mencionar que o fizeram contrariando o próprio projeto do prefeito, que tentou “civilizar o Rio” com o esforço de “iluminar as vielas escuras e esburacada, controlar as epidemias, eliminar os cortiços e remover as camadas populares do centro da cidade” (OLIVEIRA, 2007, p. 325). A despeito das críticas e reprimendas ao carnaval popular nos jornais, esses grupos prosseguiram sua festa, marcada pela irreverência, pelo deboche, pela paródia, instrumentos utilizados como forma de crítica social às condições da população mais pobre.

A Praça Onze, especificamente, passou a atrair alguns estratos médios entusiastas das manifestações populares, como Villa-Lobos. A década de 1920 foi um período importante para o samba pela mudança na imagem que teve na imprensa, aparecendo como “atração turística” num projeto de construção da imagem nacional que passava por agregar as diferentes culturas regionais do Brasil, mas também suas manifestações populares. Além do samba, a figura do malandro ganhou importância, associado à música e à dança, com boas conversas e avesso ao trabalho – esta última característica foi revista pelo aparelho ideológico do Estado Novo, em que o ideal do trabalhador deveria ganhar mais importância.

Ainda assim, a malandragem representava por excelência a imagem contraditória do período. De um lado era encarada como algo negativo, associada à falta de trabalho, à vagabundagem, à criminalidade, e perseguida pela polícia através das leis contra a vadiagem.

⁵⁵ Francisco Pereira Passos nasceu em São João do Príncipe, província do Rio de Janeiro, em 1936. Estudou engenharia na Escola Militar do Rio de Janeiro, e teve papel importante na segunda metade do século XIX, contribuindo para o esforço de planejamento urbano exigido pelo acelerado processo de urbanização da capital. Foi nomeado prefeito do Distrito Federal entre 1902 e 1906, quando implementou reformas urbanas inspiradas em Paris, que ficaram conhecidas como “o bota-abaixo”: construiu largas e extensas avenidas, uniformizou fachadas no centro da cidade, derrubou cortiços com justificativas de que não tinham condições higiênicas e que espalhavam doenças. Faleceu em 1913 a bordo de um navio que ia para a Europa. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PASSOS,%20Pereira.pdf>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

Por outro lado, era pensada na chave da figura famosa de Zé Carioca, o malandro bem-humorado, bom de bola e de samba, que ajudou a formar o mito do “jeitinho brasileiro”. A malandragem converteu-se em espécie de *ethos nacional*, recorrentemente acionado nas artes e nos esportes, revelando “uma certa maneira específica de lidar com a ordem e a desordem, com o espaço público e o espaço oficial de atuação” (SCHWARCZ, 1994, p. 9–10).

Vargas percebeu uma oportunidade de integrar a música popular e as agremiações carnavalescas ao projeto de construção da nacionalidade. Com a oportunidade de legalização, a década de 1930 foi importante para a consolidação de algumas escolas de samba tradicionais, como a Mangueira e a Portela. Excluídos dos processos políticos de constituição da cidadania, as camadas populares transferiam, no argumento de Soihet (2007), seus anseios e demandas para a rivalidade no futebol ou nas escolas de samba, uma vez que não encontrava espaço nos partidos políticos. Esse elemento é significativo para romper com a imagem de que os movimentos populares eram homogêneos:

Sob o rótulo do “popular” oculta-se um amplo espectro de diferenças étnicas, religiosas, sexuais, geracionais, às quais eu acrescento as festivas, todas, enfim, culturais... devendo-se fugir das armadilhas de uma definição uniformizadora daquela noção (SOIHET, 2007, p. 313).

A autora ressaltou que a consolidação das escolas de samba se deu a despeito da violência policial contra os grupos periféricos, além das muitas críticas dirigidas a eles por intelectuais e pelas elites políticas. O que mudou com o período Vargas e o Estado Novo foi a visão de que o liberalismo deveria ser superado junto a outras referências estrangeiras que haviam sido importadas, e um caminho possível seria a associação entre as elites e a massa da população pela via da cultura popular. A legalização das escolas de samba na gestão do prefeito Pedro Ernesto veio na esteira de determinadas concessões, especialmente no investimento sobre um novo tipo de imagem para o samba e o carnaval, agora relacionado com valores como a disciplina, a harmonia, a compostura (SOIHET, 2007, p. 317). Ressalto também o direcionamento para que os desfiles tivessem como inspiração os “temas nacionais”.

Cabe mencionar, ainda que brevemente, que a música popular nem sempre se confundia com a dinâmica das festas de carnaval. Neste caso é necessário explicar o fenômeno pela presença das principais rádios e gravadoras no Rio de Janeiro. A capital deteve durante praticamente toda a primeira metade do século XX o monopólio sobre a enunciação daquilo que

seria a cultura brasileira, sendo o principal polo de construção da cultura nacional. Isso, obviamente, não se deu sem inspirar determinados conflitos com as realidades locais e regionais.

Seria difícil supor que Freyre não estivesse atento para essas dinâmicas culturais que se passavam no Rio. Mais ainda, a opção por uma etnografia do Morro da Mangueira na sua aula de métodos e técnicas de pesquisa ganha mais sentido. O sociólogo foi um intelectual engajado com as mudanças culturais, ainda que nem sempre estivesse diretamente integrado ao aparato estatal. Ainda assim, foi importante em diversos sentidos, seja na construção da ideia de uma “democracia racial” através da revista *Cultura Política*, e nesse sentido como historiador da nação; seja na defesa e na construção de uma identidade nacional, ancorada no reconhecimento e no elogio ao Brasil como um país mestiço, e a partir disso a elementos que enfatizassem tal imagem, como a capoeira, o samba, o futebol, o candomblé. Passo, então, para a análise de *Nordeste*, livro publicado em 1937, ano de imposição do Estado Novo, com vistas a compreender quais elementos podem ter mudado na reflexão de Freyre, nesta que provavelmente é a obra mais “regionalista” publicada pelo sociólogo durante aquela década.

Nordeste

O livro *Nordeste* foi publicado por Gilberto Freyre em 1937, após suas duas principais obras, *Casa-Grande & Senzala* (2003 [1933]) e *Sobrados e Mucambos* (2013a [1936]). Nele Freyre retomou o empreendimento regionalista, que não havia sido central em suas obras mais famosas. No contexto deste trabalho, a obra interessa justamente por tentar explorar a região nordestina da cana-de-açúcar, contando sua história através de uma interpretação sobre o sentido que a região assume, seus valores econômicos, culturais e sociais, estruturando um imaginário sobre o local que está centrado em seus engenhos e na cultura da cana.

O livro é mais extenso que as obras apresentadas até aqui. Ele está dividido em capítulos que tematizam a relação da cana-de-açúcar com os diversos elementos que compõem a paisagem do Nordeste: a terra, a água, a mata, os animais e o homem. A fórmula é semelhante àquela usada em *Sobrados e Mucambos*, que opera tipos ideais como “a casa e a rua” ou “o sobrado e o mucambo”, relacionando dois por vez de forma a orientar a argumentação de cada capítulo (FREYRE, 2013a).

Entretanto pretendo reorganizar os argumentos de Freyre em três eixos centrais que respondem mais à preocupação com a região que à preocupação com a cana. O primeiro diz respeito às críticas de Freyre ao desequilíbrio do sistema de exploração organizado pela civilização do açúcar. O segundo trata da superioridade desta civilização sobre a sociedade moderna, urbana e industrial, a despeito de seus problemas. O último se concentra nos elogios que Freyre fez a essa mesma civilização, que tem um recurso sempre repetido: a tentativa de destacá-la com relação ao restante do Brasil, achando especificidades para torná-la única, buscando sempre aquilo que é “o maior” ou “o melhor” ou “nenhuma outra foi assim”.

Passo ao texto. Além da dedicatória feita a amigos, Freyre apresentou o poema *Um Nordeste*: escrito por Carlos Pena Filho. Ele pintou a paisagem nordestina que Freyre pretendeu tratar, em passagens como “onde nunca deixa de haver uma mancha d’água”, “Um Nordeste da terra”, “dos homens que trabalham/ dentro do mar e dos rios,/ na bagaceira dos engenhos,/ no cais do Apolo,/ nos trapiches de Maceió” (PENA FILHO, 2000 apud FREYRE, 2013, pos. 14)

⁵⁶. No prefácio à primeira edição Freyre, afirma que:

Este ensaio é uma tentativa de estudo ecológico do Nordeste do Brasil. De um dos Nordeste, acentue-se bem, porque há, pelo menos, dois, o agrário e o pastoril; e aqui só se procura ver de perto o agrário. O da cana-de-açúcar, que se alonga por terras de massapê e por várzeas, do norte da Bahia ao Maranhão, sem nunca se afastar muito da costa” (FREYRE, 2013c, pos. 437).

A perspectiva ecológica foi central, além de nova para os textos trabalhados até aqui, e Freyre tentou explicá-la como uma visão sobre o Nordeste, que tenta “esboçar a fisionomia”, sobretudo pensando no homem colonizador e em suas relações “com o nativo, com as águas, com as plantas, com os animais da região ou importados da Europa ou da África”. Esse Nordeste foi caracterizado pela “monocultura latifundiária e escravocrática e, ainda, monossexual”, controlada pelo senhor de engenho, o que além de aristocrático explicaria seu caráter mórbido e de cavalheirismo sádico (FREYRE, 2013c, pos. 447-460).

Freyre reconheceu que o Nordeste foi definido a partir das políticas contra a seca do governo federal, mas defende que essa representação político-administrativa só reflete uma imagem que é muito mais antiga (FREYRE, 2013c, pos. 532-540). Essa colocação é muito

⁵⁶ A versão utilizada do texto foi digital e estava no formato “.mobi”, por isso as referências não remetem às páginas, e sim à posição, abreviada nas referências pelo termo “pos”, dentro do arquivo digital.

interessante, sobretudo considerando o trabalho de Albuquerque Junior que analisarei adiante. Como sugeri numa nota de rodapé nas primeiras páginas, Albuquerque Junior também localiza a origem do termo Nordeste na década de 1910. Entretanto, entre eles há discordância sobre a existência ou não de um Nordeste real por trás da representação criada inicialmente pelo Estado. Freyre, como veremos, se propôs a conferir substância concreta para este Nordeste.

Para o sociólogo o sistema açucareiro responderia pela degradação da região, afirmação que é interessante na medida em que retira parte da responsabilidade em geral maciçamente atribuída ao estilo de vida moderno importado da Europa burguesa. Freyre culpou em especial a monocultura, que eliminou algumas fontes de vida, devastou matas e degradou as águas. Há um aspecto de “patologia social da monocultura” esquecido, e que se mostra curioso ao leitor, pois o autor afirmou que o trabalhador ficava ocioso boa parte do ano, o que o obrigava a preencher o tempo com cultivo de tabaco e de maconha para consumo. Além disso, a expansão horizontal da cana foi um impulso sem limites, que superou tudo pelo caminho: homem, mata, água, tomando boa parte da área cultivável da zona da mata.

Parte considerável do esforço no livro foi de denúncia ao sistema açucareiro, baseado na monocultura, no latifúndio e na escravidão. Este empreendimento foi interessante por revelar uma ambiguidade no olhar sobre a tradição construída a partir dos engenhos de cana, que não foi vista somente como algo positivo para a história do Nordeste. Nesse sentido Freyre criticou o “sistema engenho, casa-grande (com senzala) e capela” por vir “quebrando as linhas virgens da paisagem, tão cheia de curvas às margens dos rios, mesmo quando povoadas de tabas de caboclos. E introduzindo, nessa paisagem desordenada, aqueles traços novos de ordem e de regularidade. A geometria da colonização agrária” (FREYRE, 2013c, pos. 770). Ele se opôs à monocultura e seu emprego do fogo pela devastação e erosão provocadas às margens dos rios.

Ele identificou nas matas do Nordeste “um arvoredo ‘tanto e tamanho e tão basto e de tantas prumagens que não podia homem dar conta’”, mas o “canavial desvirginou todo esse mato grosso” através da queimada, um “canavial civilizador, mas ao mesmo tempo devastador” (FREYRE, 2013c, pos. 1142). Falando no desmatamento, que ganhou força com a cana, Freyre argumentou que “nunca foi mais violento nos seus começos o drama da monocultura que no Nordeste do Brasil. Nem mais ostensiva a intrusão do homem no mecanismo da natureza” (FREYRE, 2013c, pos. 1159). A monocultura absoluta desequilibra tudo ao seu redor, daí a

explicação para as “fomes, algumas de suas secas e revoluções” (FREYRE, 2013c, pos. 1163). Aqui o elogio à paisagem natural ganhou um sentido novo: Freyre aludiu à vegetação nativa mais que à ação antrópica do português, capaz de desfigurar tal paisagem e desequilibrá-la.

Nesse sentido outro problema foi a civilização do açúcar ter repellido “o gado para os sertões” onde gerou a “civilização do couro”, de acordo com Capistrano de Abreu: “Daí o desequilíbrio profundo na vida e na alimentação da gente do ‘litoral’ e da ‘mata’, sobretudo da gente das casas de barro, a gente pobre e aparentemente livre” levando à “falta de carne, de leite, de queijo, de legume, de fruta na mesa de grande parte da gente do Nordeste açucareiro” (FREYRE, 2013c, pos. 1667). Tudo porque não interessavam à plantação canvieira. O pastoreio foi reduzido a “trechos quase saarizados da região” o que leva em tempos de seca que a morte entre os bovinos seja de quase 90%, problema que Freyre lembrou de estar presente no *Livro do Nordeste*, sem dispensar o elogio de “primeiro esforço que já se tentou entre nós de estudo das condições e dos característicos da região” (FREYRE, 2013c, pos. 1682).

Entretanto Freyre afirmou que o problema não era a cana em si, que se adaptou muito bem a zona da mata do Nordeste, mas o sistema de exploração “por ganância de lucro”, gerando possíveis “alterações de clima, de temperatura e certamente de regime de águas”, o que foi desfavorável “à própria cana e ao próprio senhor de engenho, [...] à vida do homem e dos animais da região”. O autor criticou essa “guerra entre o homem e a mata” que não permitiu “aquelas relações líricas, aquele sistema meio misterioso de proteção recíproca [...], aquele amor profundo [...] que os sociólogos e os economistas estão fartos de nos apontar como característico das sociedades *verdadeiramente rurais*”, o que é extremamente interessante. A crítica de Freyre ao sistema de exploração foi muito mais por ela contrariar um tipo regional idealizado. Assim ele lançou pistas sobre a natureza da região idealizada, uma região harmônica, rural, com uma bela paisagem, que se opõe a valores do mundo urbano, capitalista, moderno.

Para ele a prática gerou tal nível de alienação que “o brasileiro das terras de açúcar quase não sabe os nomes das árvores [...] – fato constatado por tantos estrangeiros”, o que só se conseguia com “o caboclo, o descendente de caboclo, [...] ou então do quilombola” (FREYRE, 2013c, pos. 1191). Freyre lamentou o distanciamento do branco e da mata que “explica o nosso quase nenhum amor pela árvore ou pela planta da região, quando se trata de arborizar as ruas das cidades do litoral [...], deixamos a arborização das cidades do Nordeste vá se

estandardizando no fico benjamim e no eucalipto australiano” (FREYRE, 2013c, pos. 1215). O brado contra a inserção indiscriminada de plantas estrangeiras continua: “que não se brinca em vão, ou sem correr algum risco sério, com a vida vegetal de uma região”, pois plantas e animais estranhos podem gerar desequilíbrio a ponto de perturbar o homem e a economia, uma “lição dos ecologistas, e não simples grito de alarme dos *sociólogos românticos*” (FREYRE, 2013c, pos. 1222).

Em outros momentos do texto, Freyre deixou de lado à crítica sobre o sistema de exploração da cana para enveredar em temas mais atuais, preocupando-se mais com as novas formas de exploração da terra e do trabalho. O autor afirmou que “O sistema de latifúndio moderno é o da usina: sua ânsia, a de ‘emendar’ os campos de plantação da cana, uns com os outros, formando um só campo, formando cada usina um império; seu espírito, aquele militar, a que já se fez referência” (FREYRE, 2013c, pos. 1273). Isso o levou a refletir sobre a decadência dessa sociedade aristocrática que os europeus instalaram no Nordeste, que parecia dar em Pernambuco e no Recôncavo Baiano seus últimos suspiros. Tema importante nas reflexões regionalista de sua geração, a usina apareceu como último suspiro da sociedade patriarcal, mas uma deformação híbrida, do capitalismo que se imiscui no campo e prejudica sua dinâmica. Inseriu-se aqui, inclusive, o polêmico argumento que sugere serem as condições de vida dos escravos melhores que dos operários:

[...] a verdade é que talvez em nenhuma outra região do Brasil a extinção do regime de trabalho escravo tenha significado tão nitidamente como no Nordeste da cana-de-açúcar a degradação das condições de vida do trabalhador rural e do operário. A degradação do homem. Da assistência ao escravo – assistência social, moral, religiosa e até médica (FREYRE, 2013c, pos. 2932).

As modernas usinas foram afetadas pela industrialização e pela comercialização a ponto de serem chefiadas a distância, sem que o empregado pudesse entrar em contato mais íntimo com seu patrão, casos que “vêm retratados magnificamente por José Lins do Rego, em *Banguê* e em *Usina*; e por Júlio Belo, nas suas reminiscências do velho senhor de engenho no sul de Pernambuco” (FREYRE, 2013c, pos. 2942).

Criticando sua época, Freyre afirmou que

Há nesta nova fase de desajustamento de relações entre a massa humana e o açúcar, entre a cana-de-açúcar e a natureza por ela degradada aos últimos extremos, uma deformação tão grande do homem e da paisagem pela monocultura – acrescida agora

do abandono do proletariado da cana à sua própria miséria, da ausência da antiga assistência patriarcal ao cabra de engenho – que não se imagina o prolongamento de condições tão artificiais de vida (FREYRE, 2013c, pos. 2945).

E seguiu ainda

O açúcar de usina parece que deixou de entrar com qualquer contingente na valorização da vida e da cultura do Nordeste, para ser apenas o sinal de – em tudo: a diminuição da dignidade e da beleza da paisagem; a diminuição da inteligência, da sensibilidade, ou da emoção da gente do Nordeste, que hoje quando se manifesta é quase sempre em atitudes de crispação, de ressentimento e de revolta (FREYRE, 2013c, pos. 2950).

Para ele “Desapareceu do Recife todo o sentimento de expressão regional que chegou a ter como poucas cidades na América” (FREYRE, 2013c, pos. 2957) o que estava expresso:

Sem arquitetura característica ou, simplesmente, de acordo com as condições regionais de clima. Sem mobiliário sólido e feito com as boas madeiras da terra. [...] Sob o seu império [da usina] degradou-se o estilo dos móveis, como o das casas. As casas estão ficando todas cinzentas. Os estetas paleotécnicos do Recife chegaram a proibir casas pintadas de azul, de encarnado, de amarelo. Do mesmo modo a cozinha. Degradou-se. Em vez de açafão, a comida parece que leva cinza (FREYRE, 2013c, pos. 2964).

Ricardo Benzaquen de Araújo, em seu *Guerra e Paz* (1994), afirmou que Freyre viu na transição para as usinas a união de excessos. O primeiro foi o próprio excesso da casa-grande em seu sistema de exploração latifundiário baseado na monocultura. O segundo foi o excesso dos sobrados e da vida urbana, “um processo que une a estandardização e a estetização das cidades ao dramático e destrutivo movimento de ocupação do campo, ambos obcecados pela imposição de uma única planta — a cana — e de uma única regra — a europeia — sobre a variedade tanto da vida natural quanto da social” (ARAÚJO, 1994, p. 163). Esse tema retornará adiante, sobretudo um elemento criticado na obra de Freyre que foi a sugestão de uma vida mais solidária no antigo sistema escravista, quando o senhor de engenho “cuidava” de seus escravos.

Freyre tentou rastrear os tipos sociais que constituíram a zona da mata nordestina. Especialmente uma figura:

Pode-se atribuir à monocultura da cana a formação – pela sedentariiedade, pela endogamia profunda, pela especialização regional de condições de vida, de habitação e de dieta, e ainda, pelas restrições sociais à seleção sexual entre a gente das casas-grandes – do tipo mais puro de aristocrata brasileiro: o senhor de engenho. Principalmente o senhor de engenho pernambucano, misto de ‘baiano’ de cidade e de gaúcho (FREYRE, 2013c, pos. 1889).

Deste sistema também adveio o “homem do povo do Nordeste” que descendia de várias figuras:

“[...] o cabra de engenho, o moleque da bagaceira, o capanga (de ordinário caboclo ou mulato), o mulato vadio caçador de passarinho, o malungo, o pajem, o branco pobre, o ‘amarelo’ livre, a mãe preta, a mucama, o negro velho, o curandeiro, o caboclo conhecedor da mata e dos seus bichos, a ama de leite tapuia ou negra, a ‘cabra-mulher’” (FREYRE, 2013c, pos. 1896).

Freyre enxergou neste “brasileiro mestiço” a estabilidade de traços que configuraria um tipo brasileiro típico, “uma raça ou quase raça brasileira de homem moreno do Nordeste”, caracterizando a “miscigenação dos elementos tradicionais” (FREYRE, 2013c, pos. 1900). Para o autor a monocultura de cana criou condições de vida uniformes o suficiente para gerar esses dois tipos: “o aristocrata e o homem do povo”. Convém ressaltar aqui, mais do que as condições de possibilidade para uma suposta raça, a própria busca por tipos, elementos específicos da realidade nordestina. Apesar de sugerir um povo próprio, o empenho de Freyre ainda não era sustentar neste grupo a identidade regional. Ele o fez adiante, mas resalto que a menção ao “homem do povo” é um elemento, nesta altura, novo na argumentação freyreana que construiu o Regionalismo Tradicionalista.

Foi o mesmo esforço que levou o autor a insistir sobre “o seu tipo de escravo, o seu sistema regional de relações entre senhores e escravos”, onde retomou seu criticado argumento de *Casa-Grande & Senzala* afirmando que

Estas [relações entre senhor de engenho e escravos] tudo indica que foram mais doces nos engenhos – sobretudo nos grandes, onde os escravos eram numerosos e passavam de pai a filhos – do que nas Minas, do que no Pará, do que entre paulistas. [...] o escravo se especializou na figura do negro fiel, capaz de dar a vida pelo seu branco. Na figura da mãe-preta. Da mucama quase pessoa de casa. Do malungo quase membro da família (FREYRE, 2013c, pos. 2062).

Dessa estrutura rígida de senhores e escravos Freyre argumentou que transbordaram outros tipos, seja

pela fuga ou pela ascensão social, na gente livre das casinhas de taipa, dos casebres de barro, dos mucambos de palha; nos ‘sertanejos’ pobres – tanto deles louros, como se esta circunstância influísse no fato de evitarem mais do que os outros, a zona escravocrata onde quase teriam de confraternizar com os negros ou com os mulatos livres; nos quilombolas; nos ‘matutos’; nos mucambeiros dos arredores do Recife e das outras cidades da região, tipos que [...] configuraram no Nordeste uma especialização regional de gente do povo, às vezes trepidante (FREYRE, 2013c, pos. 2066).

Ou seja, num primeiro momento ele defendeu uma suposta amenidade nas relações entre senhor e escravizado, para logo adiante identificar nas figuras mestiças, especialmente os mulatos, um grupo social que seria capaz de retomar a harmonia perdida com a decadência do patriarcalismo – o que, por sua vez, apareceu em *Sobrados e Mucambos* (ARAÚJO, 1994; FREYRE, 2013a).

Ao final de *Nordeste* Freyre revelou com maior clareza o que pretendia dizer na medida em que viu que

[...] o pernambucano foi a especialização mais intensa das qualidades e dos defeitos dessa organização monocultora, monossexual, e principalmente aristocrática. Organização cheia de contrastes. Inimiga do indígena. Opressora do negro [...]. Opressora do menino e da mulher [...]. / Com todos os seus defeitos, a civilização do açúcar que se especializou, ou antes, se exagerou no Nordeste do massapê, e dentro do Nordeste, em Pernambuco – seu foco, seu centro, seu ponto de maior intensidade –, em civilização aristocrática e escravocrática, deu ao Brasil alguns dos maiores valores de cultura, hoje caracteristicamente brasileiros, dissolvidos em outras civilizações, distribuídos por outras áreas, diluídos em outros estilos de vida, mas com a marca de origem ainda visível a olho nu. Outros valores não sofreram transformação e morreram; ou existem só em resíduos muito vagos (FREYRE, 2013c, pos. 3236).

Araújo, ao analisar *Casa-Grande & Senzala*, também observou esse elogio ambíguo da escravidão, um sistema que era ao mesmo tempo tenso e equilibrado (ARAÚJO, 1994, p. 52). Assim o senhor de engenho ocuparia a posição de “pai”, o que lembra a relação patriarcal descrita por Freyre, em que pese a dimensão “despótica” observada. Freyre insistiu, sempre que pode, na existência de uma ampla troca de experiências, com papel ativo da senzala, contribuindo não só com a língua, o folclore, a higiene, como também “uma experiência social marcadamente aberta, capaz de aproximar antagônicas influências culturais sem, contudo, procurar fundi-las em uma síntese mais totalizante” (ARAÚJO, 1994, p. 56)

Se por um lado Freyre se regozijou com a ascensão do bacharel, do mulato e da mulher, por outro ele abordou em tom de lamento a acentuada “*distância* que separa brancos e negros no mundo dos sobrados” (ARAÚJO, 1994, p. 133). O argumento de Araújo é interessante porque mostra que

quando Gilberto defende a nacionalidade, o que está efetivamente em jogo não é uma substância específica, mas aquela maneira particularmente híbrida e plástica de combinar as mais diferentes tradições sem pretender fundi-las em uma síntese completa e definitiva: “antagonismos em equilíbrio”, sendo o maior problema o fato de que essa Europa moderna tem uma vocação “inflexível e acima de tudo excludente que define essa reconquista, incapaz de conviver, de forma mais ou menos harmônica,

com o que quer que se desvie do seu linear e metódico padrão” (ARAÚJO, 1994, p. 137).

O “povo” se inseriu na argumentação de Freyre justamente por corresponder a este ideal híbrido e plástico. Por esse motivo ele lembrou os portugueses que vieram ao território que viria a ser o Brasil para torna-lo colônia. Nesse sentido, a despeito de todas as críticas que elenquei no primeiro eixo deste tópico, o sociólogo pernambucano em última instância encontrou pontos positivos que compensavam os “defeitos desta organização monocultora, monossexual, e principalmente aristocrática”. E foi justamente no elogio às qualidades deste sistema de exploração que ele se propôs a conferir um novo nível de importância para aquele grupo que começou a delinear como “povo”.

Passo ao último eixo, que se concentra no elogio à unicidade da civilização do açúcar. Talvez seja desnecessário, mas reforço que Freyre assumiu em alguns momentos do texto, que no geral tem um tom saudosista e apologético do mundo no qual o autor cresceu, uma postura demasiadamente bairrista. O que se deu na medida em que ele buscou qualidades que não visavam apenas distinguir elementos positivos, e sim fundamentar a superioridade geral do Nordeste, e de Pernambuco em particular, algo que estava presente nas reflexões do grupo que formou o Centro Regionalista.

Freyre se propôs a investigar esse Nordeste que lhe era mais próximo, e o fez descrevendo sua paisagem natural, passando pelos tipos sociais que lhe pareciam característicos (pescadores, senhores de engenho, lavadeiras, mucambos), apresentando ainda a arquitetura, e concluiu afirmando que tratava “O Nordeste que vai do Recôncavo ao Maranhão, tendo o seu centro em Pernambuco” (FREYRE, 2013c, pos. 547). A primazia sobre Pernambuco não era novidade, considerando o que já apresentei até agora. Para Freyre era importante reconhecer que há mais de dois Nordestes, muito mais do que o único e simples que persistia na representação paulista, e que devia ser estudado pela ecologia e pela sociologia regional, evidenciando que para além da “unidade essencial” havia “diferenças as vezes profundas”.

Especial destaque ganhou o “massapê do Nordeste”, argila rica que beneficiava a cana e cobria os pés de homens, patas de bois, rodas de carros, raízes de mangueiras, base de casa e igreja, “deixando-se penetrar como nenhuma outra terra dos trópicos pela civilização agrária dos portugueses” (FREYRE, 2013c, pos. 559); era acomodatório, receptivo, continuou Freyre

na construção de uma imagem superior para sua região, opondo ao solo arenoso do sertão “A doçura das terras de massapê [que] contrasta com o ranger da raiva terrível das areias secas dos sertões”; além de doce era terra firme, diferente do barro do mangue, e permitia a “solidez” de “engenho, casa e capela”. Aí fundou-se a “civilização moderna mais cheia de qualidades, de permanência e ao mesmo tempo de plasticidade que já se fundou nos trópicos” (FREYRE, 2013c, pos. 564), que mesmo na monocultura permitiu que se fixassem, sem necessidade de nomadismo.

Para Freyre as condições favoráveis de solo, de atmosfera, de situação geográfica permitiram a mudança na paisagem do Brasil e a riqueza dos primeiros colonos; somou-se a proximidade da Europa e da África, pela qualidade do elemento europeu (acostumado ao trabalho agrário) que ele especulou ser “geneticamente superior” aos artesãos, burgueses cristãos-novos e aventureiros. Assim proporcionou o massapê o estabelecimento da “civilização moderna mais sedentária que o português fundou nos trópicos” (FREYRE, 2013c, pos. 605).

Ele ainda reivindicou que “Durante o período decisivo da formação brasileira, a História do Brasil, foi a história do açúcar”, sem argumentar muito sobre porque o momento foi mais decisivo que outros: na terra “de massapê, de barro, de argila, de húmus” houve as maiores lutas e o derramamento de sangue, já que os colonizadores cobizavam essa terra, “tanto luso-brasileiro, tanto preto, tanto caboclo, tanto mulato morreu em luta com invasores louros” (FREYRE, 2013c, pos. 613). A luta contra os holandeses, como aparece aqui, foi muitas vezes mobilizada pelo autor como signo de identidade pernambucana, sustentando a partir deste acontecimento histórico motivo de orgulho à região, mobilizando ideias como autonomia e plasticidade. Ele, por outro lado, se defendeu das críticas de bairrismo, pois para ele possibilitar a fixação do português foi elemento fundamental:

A verdade é que foi no extremo Nordeste – por extremo Nordeste deve entender-se o trecho da região agrária do Norte que vai de Sergipe ao Ceará – e no Recôncavo Baiano – nas suas melhores terras de barro e húmus – que primeiro se fixaram e tomaram fisionomia brasileira os traços, os valores, as tradições portuguesas que junto com as africanas e as indígenas constituiriam aquele Brasil profundo, que hoje se sente ser o mais brasileiro. O mais brasileiro pelo seu tipo de aristocrata, hoje em decadência, e principalmente pelo seu tipo de homem do povo, já próximo, talvez, de relativa estabilidade (FREYRE, 2013c, pos. 621).

Deste conjunto nasceu o “produto caracteristicamente regional” que foi o “cabra”; “cheios de possibilidades eugênicas”. O desenvolvimento aí teria sido tamanho que “desde o

século XVII os povos das capitanias do Nordeste [...] se revelavam capazes de defender-se por si”, e “Quando em 1710, em 1817 e em 1824 tentaram constituir-se em república, já foi sobre esse sentimento de suficiência a esse desejo de estabilidade que lhes davam as terras férteis de cana” (FREYRE, 2013c, pos. 641-646).

Prosseguindo com seu raciocínio Freyre afirmou que “O massapê raramente deu desses homens zangados e agrestes, sem plasticidade e quase sem doçura nenhuma, que foram antes filhos dos sertões ou de engenhos de terras ásperas” (FREYRE, 2013c, pos. 660) e daí em diante ele se pôs a exemplificar a influência da terra sobre o temperamento plástico e macio: os baianos maneirosos que se tornam um estereótipo, as iaiás dengosas que foram umas criaturas diabólicas pelas graças do sexo, suavizando estadistas e diplomatas de Pernambuco e de Alagoas. Ele comparou ainda os senhores de engenho e os fazendeiros de café: “O naturalista norte-americano chegou a contrastar os senhores de engenho do Nordeste com os fazendeiros de café do Sul – que eram então a força nova e triunfante do império – para concluir pela superioridade dos aristocratas das terras de cana” (FREYRE, 2013c, pos. 706).

Também ao pensar a relação do homem com a água Freyre constatou reflexos na personalidade: a temperança de chuvas e de ventos explicaria a atitude da região, “Esse equilíbrio parece explicar certa temperança de atitudes e de gestos no pernambucano da área do açúcar” (FREYRE, 2013c, pos. 753).

É conveniente retomar nesse ponto Ricardo Benzaquen para explorar um pouco mais a relação que Freyre faz entre o meio físico e as personalidades regionais, que em alguns momentos causa estranheza no leitor pelo uso de termos que parecem racializados, mas que Freyre afirmava estarem mais ligados ao culturalismo de Boas. De acordo com Benzaquen essa ambiguidade fez alguns sociólogos, como Luiz Costa Lima e Maria Alice Medeiros, afirmarem que Freyre nunca chegou a abandonar a ideia de raça, o que estava endossado por “todo um vocabulário, marcado pelo louvor à biologia, que parece muito mais compatível com o determinismo racial do século XIX que com o elogio da diversidade cultural” (ARAÚJO, 1994, p. 32).

Entretanto, Araújo argumentou que o “meio físico” não entra para aumentar a imprecisão conceitual, mas

Na verdade, em vez de ser percebida como um terceiro elemento isolado, que poderia unicamente se somar aos anteriores, esta noção deve ser compreendida como uma espécie de intermediária entre os conceitos de raça e de cultura, relativizando-os, modificando o seu sentido mais frequente e tornando-os relativamente compatíveis entre si. Isto só é possível porque Gilberto trabalha com uma definição fundamentalmente neolamarckiana de raça, isto é, uma definição que, baseando-se na ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientais, enfatiza acima de tudo a sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características adquiridas na sua — variada, discreta e localizada — interação com o meio físico [...] (ARAÚJO, 1994, p. 39).

Nesse sentido, do ponto de vista da compreensão sobre a formação racial, Freyre dialogava não apenas com a proposta culturalista de Boas, mas também com o sociólogo norte-americano Franklin Giddings. O que Araújo afirmou, e que eu pretendo endossar, é que a aproximação com Giddings não significava para Freyre abrir mão do paradigma culturalista. Algo que ocorre a despeito do possível estranhamento que um leitor teria sobre o trabalho do sociólogo pernambucano por trazer alguns conceitos racializados.

Encerrando o livro, Freyre elogiou mais uma vez a civilização da cana-de-açúcar, revelando sua perspectiva regionalista:

Abaixo da grega, outras civilizações parece que têm produzido, em termos maciços, o caso estranho dos gênios individuais, tanto deles como as ostras: doentes é que dão pérolas. [...] A antiga civilização do açúcar no Nordeste, de uma patologia social tão numerosa, dá-nos essa mesma impressão, em confronto com as demais civilizações brasileiras – a pastoril, a das minas, a da fronteira, a do café. Civilizações mais saudáveis, mais democráticas, mais equilibradas quanto à distribuição da riqueza e dos bens. Mas nenhuma mais criadora do que ela, de valores políticos, estéticos, intelectuais (FREYRE, 2013c, pos. 3252).

Este último eixo argumentativo, ilustrado pelo último parágrafo, revela uma postura mais aberta de Freyre no elogio à civilização do açúcar, por excelência desigual, aristocrática, patológica. Apesar de a preferência por sua região de nascença, a paisagem dos engenhos, estar presente nas obras da década de 1920, ele apresentou nesta altura uma posição que estava mais próxima do que encontramos no *Manifesto Regionalista*, onde a defesa da superioridade cultural do Nordeste estava evidente. Isso se deu na esteira da reflexão de Moraes Coutinho segundo a qual caberia a esta região coordenar uma nova forma de federalismo para o Brasil. Daí a necessidade em identificar aspectos únicos na região, que fossem ao mesmo tempo superiores e exemplares para o restante do país. Tudo foi feito em consonância com um ideal de tradição que estava baseado no elogio à plasticidade e à hibridização, valores supostamente próprios do

sistema patriarcal brasileiro, como busquei demonstrar ao longo do segundo eixo. Esta noção de tradição avançou com relação ao elogio do passado feito por Freyre nos artigos de 1920: ele elucidou com o que o passado podia ensinar ao presente, qual tipo de exemplo ele podia proporcionar.

Antes de prosseguir para *Região e Tradição*, há uma observação importante. Enquanto Freyre organizou e publicou *Nordeste*, outra obra foi preparada como complemento e publicada na mesma editora, ainda em 1937. Ela foi lançada na sequência para compor a coleção “Documentos Brasileiros”. Trata-se de *O Outro Nordeste: formação social do Nordeste* (1937) escrito por Djacir Lima Menezes, que abordava a Civilização do Couro, aquela mesma que Freyre reconhecia não explorar. Essas duas publicações são interessante na medida em que indicam a percepção da existência de dois Nordeste, que não são de forma alguma homogêneos⁵⁷. De alguma forma esta divisão entre dois Nordeste estava ilustrada no Romance de 30. Nesta tradição se constatava a presença do sertão, via de regra representado pelo tema da seca, em livros como *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. Por outro lado, estava representado o Nordeste da zona da mata no *Ciclo da cana de açúcar*, de José Lins do Rego, ou em *São Bernardo*, também de Graciliano. Essa divisão ainda será explorada adiante, quando tratarei da geração do Teatro dos Estudantes de Pernambuco (TEP).

Região e Tradição

Região e Tradição foi publicado em 1941, com um prefácio famoso de José Lins do Rego, amigo íntimo de Freyre, no qual o literato reconhece sua dívida intelectual para com o sociólogo pernambucano. O livro constitui-se de uma série de ensaios, muitos deles já publicados em outro momento, como o caso daqueles que estavam no *Livro do Nordeste*. Como estes já foram analisados, sigo para os outros, que também traziam aspectos regionalistas tradicionalistas. Desde já, é possível afirmar que a relação construída pelo sociólogo com os modernistas nestes textos era totalmente outra, a ponto de ele próprio se afirmar modernista a sua maneira. Esse tipo de afirmação permite, mais uma vez, testar a hipótese sobre o impacto

⁵⁷ Para um estudo comparativo entre as duas obras ver Arcanjo (1996).

que teve a década de 1930 sobre Freyre, não só devido à revolução, mas também a sua passagem pelo Rio e seu contato com aqueles intelectuais que antes pareciam os mais ferrenhos opositores.

Na introdução, Freyre explicou a origem dos textos, alguns escritos quando estava no colégio, outros presentes no *Livro do Nordeste* ou ensaios ainda inéditos. Entretanto, a publicação naquela altura me faz ter suspeitas sobre quais alterações Freyre pode ter colocados nestes textos. Como já busquei evidenciar, havia um esforço constante de Freyre em criar uma linearidade que de fato nunca existiu em seu pensamento. Na introdução, por exemplo, ele retomou a polêmica com os modernistas de São Paulo e do Rio, lembrando as críticas maciças à sua obra que era então encarada como “passadista”, algo a ser superado:

O “regionalismo tradicionalista” que desde 1923 se afirmou no Recife chocou-se em mais de um ponto – desde aquele ano ao de 1930 – com o “modernismo” oficial do Rio e de São Paulo. Teve entretanto com o mesmo “modernismo” afinidades, ou antes, coincidências, quanto à técnica experimental: um tanto como o “modernismo” das duas metrópoles do Sul, aquele movimento de província foi também, e por si mesmo, uma reação contra as convenções do classicismo, do academicismo e do purismo lusitano” (FREYRE, 1968, p. 52).

Como afirmei anteriormente, apesar de certo tom de defesa, Freyre flexibilizou sua posição a ponto de reconhecer as semelhanças que existiam entre o modernismo paulista e carioca e o regionalismo pernambucano, sobretudo estéticas. Contudo, para além da experimentação formal, o avanço estético foi acompanhado de uma tentativa de “caracterização histórico-social da região” que para Freyre teria sido inédita na literatura e nas artes brasileiras (FREYRE, 1968, p. 54). Esse esforço responderia a um anseio de tematizar o “assunto vivo”.

De acordo com Freyre, o risco de “bairrismo”, embora presente em alguns autores menores que caíram na armadilha da “endogamia intelectual e artística”, não se concretizaria em obras como *A Bagaceira*, de José Américo, ou nos poemas de Jorge de Lima e na prosa de José Lins do Rego: neles Freyre notou “uma tendência para conciliarem o regional com o humano, a tradição com a experimentação, o gosto pela renovação com o método literário, científico ou artístico com a simpatia humana pelo assunto regional e pelo público brasileiro” (FREYRE, 1968, p. 55). Este argumento, na defesa do regionalismo, foi novo nos textos analisados de Freyre até aqui. Dessa forma o regionalismo, quando bem feito, estaria resolvendo o dilema entre particular e universal, entre regional e humano. Os “renovadores” do Nordeste, forma como Freyre passou a chamar seu grupo Regionalista Tradicionalista, conseguiram inovar

tanto na escrita, rompendo com o português erudito que estava longe da língua falada, quanto nos temas, buscando elementos mais “populares” para suas representações literárias e artísticas.

Um primeiro ensaio que chama a atenção no livro, para além daqueles que compuseram o *Livro do Nordeste, é Região, tradição e cozinha*, o qual Freyre afirmou ter apresentado no Congresso Regionalista e publicado ao longo daquele ano no *Diário de Pernambuco*. Entretanto, pelas páginas do jornal não vi mais que notícias do Congresso Regionalista, entre elas a que comprovava a apresentação que Freyre fez de um trabalho com a temática da cozinha regional. Entretanto, este artigo não foi escrito pelo próprio Freyre: trata-se de uma descrição, que não veio assinada por nenhum jornalista do *Diário*, das atividades do Congresso pela via de um observador externo, não de um orador. Admito que há alguns artigos assinados por Freyre ao longo de 1926, mas nenhum deles coincide com o tema da culinária que foi descrito no *Diário* ou que apareceu no *Manifesto Regionalista*: tratavam sobre urbanismo a partir do porto do Recife, criticavam a presença de mendigos na capital pernambucana, falavam sobre a ação da polícia, mas não sobre a cozinha. Minha intenção aqui não é, portanto, negar a existência de um trabalho apresentado por Freyre sobre culinária regional no Congresso Regionalista: isso está bem registrado. A questão é sobre a publicação deste trabalho ainda no ano de 1926 no *Diário*, o que não aconteceu.

Sobre o texto em si, Freyre retomou a chegada dos portugueses ao continente americano e seu primeiro contato com os povos nativos do que viria a ser o Brasil por vias de um elemento que ele considera fundamental para a colonização: a culinária. Na compreensão de Freyre ela proporcionou a adaptação dos colonos ao território americano, somando-se ao “engenho de açúcar, da igreja, do colégio de padres, da casa meio mourisca e até com sugestões orientais” (FREYRE, 1968, p. 202). O autor pernambucano elogiou a suposta sensibilidade dos invasores para aproveitar os valores da culinária indígena, trazendo daí um elogio da própria “mestiçagem” que foi integrante do processo de constituição dos portugueses:

Gente experimentada ou, antes, especializada na assimilação do exótico, os portugueses encontraram muito que anexar dos índios e da natureza tropical da América à sua tradição de regalões; muito que incorporar ao seu patrimônio culinário já enriquecido pelo contato com o Oriente, pelo intercuro com a África e pelas relações com os mouros (FREYRE, 1968, p. 202).

Freyre identificou os brasileiros como “herdeiros” da cozinha portuguesa, que para ele foi à época da colonização uma das melhores do mundo, fundamentado nas palavras de suas fontes bibliográficas. Na compreensão do autor, “aos portugueses é que devemos, principalmente, a excelência da mesa brasileira” (FREYRE, 1968, p. 204), tendo origem aí as culinárias regionais que se fizeram tão presentes no argumento de Freyre: a cozinha mineira, a cozinha baiana, a cozinha nordestina, a cozinha amazônica, a cozinha gaúcha.

Polemizando com os modernistas, Freyre afirmou que “a arte da cozinha [é] a mais brasileira das nossas artes” e adiante “o temperamento brasileiro se revela mais artisticamente no tempero das comidas patriarcais e de rua que na poesia, em geral destemperada e só de escândalo, dos ‘modernistas’ e ‘universalistas’” (FREYRE, 1968, p. 205). No argumento de Freyre escapariam apenas artistas como Manuel Bandeira, que à época já havia demonstrado sua simpatia pelo sociólogo pernambucano. Assim ele se permitiu admitir que “há um modernismo que acha jeito de se conciliar com o tradicionalismo”, tal qual o francês Maritain havia expresso e com o qual Freyre já havia dialogado em seu texto sobre a pintura escrito para o *Livro do Nordeste*.

Freyre buscou distinguir os “fios de tradições regionais” (FREYRE, 1968, p. 206) na cozinha brasileira: colonial mineira (com sopa de legumes, lombo de porco, doce de leite e requeijão), colonial baiana (com os sabores africanos), açoriano-brasileira no Sul (com uso de carne fresca e temperos espanhóis), colonial paulista (com herança indígena via bandeirantes), do Pará e do Amazonas (com influência indígena ainda mais forte), e a colonial pernambucana, sobre a qual ele deteve seu interesse. Essa “cozinha dos senhores de engenho” foi a que esteve mais próxima do autor, destacando-se o uso do coco e da mandioca, dos peixes e frutos do mar do litoral, além dos doces feitos a partir da cana e das frutas regionais – estes últimos prendem a atenção de Freyre por algumas páginas, o que não causa surpresa, dado que a temática dos doces parecia provocar saudosas lembranças, estando presente em muitas de suas obras, incluindo o *Manifesto*.

Entretanto ele reconheceu que de início a cozinha dos engenhos estava repleta de elementos importados da Europa e do Oriente, e não só as louças. A menção a iguarias trazidas de Portugal e das Canárias parece ter vindo em tom de elogio, alusão à formação brasileira que bebeu de diferentes culturas. Entretanto, houve uma crítica ao sistema monocultor que impedia

algumas casas-grandes, especialmente aquelas que não eram as mais prósperas, de plantarem o que consumiam, a ponto de comprarem de outros produtores locais. A seguinte passagem ilustra o tom geral da crítica:

Vários engenhos de tal modo se foram limitando à cultura da cana e ao fabrico do açúcar, que precisavam de valer-se dos lavradores distantes, para o milho e para a mandioca. Daí a campanha do conde Maurício de Nassau, quando governado desta parte do Brasil, nos princípios do século XVII, para generalizar entre os engenhos, grandes e pequenos, a cultura de cereais e legumes. É o próprio Capistrano de Abreu quem nos informa que “entre os agravos dos pernambucanos contra os holandeses capitulava-se o de por estes terem sido obrigado a plantar certo número de covas de mandioca”. A indignação dos *maníacos da monocultura* [grifo meu] contra o bom-senso da policultura, encarnado então num estrangeiro que se enamorou da terra: Nassau (FREYRE, 1968, p. 211).

A menção crítica ao impacto da monocultura sobre a cozinha regional faz-me lembrar *Nordeste*. Entretanto, é bom pontuar que a crítica não foi tão enfática quanto fora no livro de 1937, sequer estendendo-se para os “engenhos privilegiados”, nas palavras do próprio Freyre, elogiados pela variedade produzida para sua mesa (FREYRE, 1968, p. 210). Ainda assim devo refletir, novamente, sobre o fato deste ensaio ter sido ou não escrito na década de 1920, uma vez que, dado o que foi analisado até aqui, não havia indícios de qualquer crítica ao latifúndio monocultor nas obras daquele período – com a ressalva de que aqui a crítica ainda não foi contundente. Por outro lado, o detalhe da crítica à monocultura pode muito bem ter sido então exposto pela primeira vez, para ser desenvolvido adiante, ou pode ser um pequeno acréscimo no texto do trabalho apresentado para o Congresso Regionalista – ainda que no *Manifesto Regionalista*, texto que, em tese, tem como base este trabalho, essa crítica tenha sido omitida.

Freyre mencionou ainda o esforço de Nassau, quando da invasão holandesa, para fazer os engenhos diversificarem sua produção, o que foi criticado pela ânsia monocultora. O autor refletiu sobre o impacto irrisório da presença holandesa na culinária, contrastando com o impacto na arquitetura, na política, no urbanismo, e concluiu que se devia à falta de uma tradição culinária alemã ou holandesa forte capaz de fazer frente à culinária portuguesa, que seria não só mais plástica como também ajustada, durante mais de um século, aos ingredientes tropicais.

A partir do material analisado por Freyre, o autor identificou que os séculos XVII e XVIII não foram bons para os senhores de engenho, especialmente do ponto de vista econômico, o que levou a não haver grandes novidades na cozinha. Esse cenário teria mudado no século

XIX com o retorno de mesas fartas em jantares e festas, bem como nos conventos pernambucanos. Esta era a imagem que ele usava para contrastar com a cozinha contemporânea, uma cozinha tradicional da região que estaria ameaçada de desaparecer e que refletiria a decadência da própria sociedade açucareira do Nordeste, em especial de Pernambuco. O argumento de Freyre era que não havia casas de engenho, conventos, prédios públicos que se destacassem pelos valores gastronômicos. O argumento sobre o desinteresse das moças pelos livros de receitas e pelos missários apareceu aqui, ainda que sem o tom machista que adquiriu no *Manifesto*.

De outro lado, a seguinte passagem sugere novamente possíveis alterações no texto que supostamente fora escrito em 1926: “Desapareceram as negras doceiras. Os mestres cozinheiros pretos tornaram-se raros. As senhoras brancas já não descem à cozinha”. (FREYRE, 1968, p. 215). Como busquei evidenciar até aqui, a menção à culinária durante os textos da década de 1920 tendia à cozinha da casa-grande, coordenada pela senhora. Não pude identificar qualquer menção às “negras doceiras” e aos “cozinheiros pretos”, salvo quando aquelas estavam a mercê das ordens das senhoras.

Adiante, o apelo pela sobrevivência da cozinha regional, semelhante ao que mostrei no *Manifesto*, estava já neste ensaio: “Uma cozinha regional que desaparece é sinal de alguma coisa de podre no reino da Dinamarca” (FREYRE, 1968, p. 215). Ele conclamou o “bom regionalismo” a garantir a preservação desta culinária, a “valorizar a tradição da boa cozinha nordestina” (FREYRE, 1968, p. 216), o que deveria ser feito apreciando os ingredientes locais, evitando que eles fossem abandonados em detrimento da culinária importada da Europa, especialmente da França e da Itália. Freyre identificou e tentou combater, na sua compreensão, uma vergonha que seus conterrâneos tinham pelos valores nativos, que para ele eram “superiores a quanto mestre-cuca estrangeiro, a quanto pasteleiro francês ou italiano” (FREYRE, 1968, p. 216). Na sua visão, estes personagens não eram melhores que “as negras cozinheiras”. Citando Eduardo Prado o autor pernambucano afirmou que “a tradição brasileira do paladar” é “a última coisa no homem que se desnacionaliza”, e encerrou o texto recriminando seus compatriotas que viajavam ao exterior e voltavam com hábitos mudados para a comida:

É a atitude, ainda hoje, no Brasil, dos que, em poucos meses na França, na Inglaterra, na Suíça, na Alemanha, na Itália, nos Estados Unidos, adquirem de tal modo o gosto pelos pratos estrangeiros, que tomam vergonha de quanta sopa de vaca, de quanto

mocotó de colher, de quanta moqueca à baiana comeram na sua meninice brasileira (FREYRE, 1968, p. 217).

Outro ensaio importante para evidenciar o desenvolvimento da reflexão regionalista de Freyre foi *Região, tradição e casa* que reuniu, nas palavras do próprio autor, alguns artigos publicados no *Diário* daquela época e no *Correio da Manhã* do Rio em 1939. Este artigo tratava de tema caro, tal qual a culinária, ao argumento regionalista de Freyre, a saber: a arquitetura. O autor dialogou com o arquiteto mexicano Contreras, para somar com ele a crítica a uma espécie de “solução falsamente ‘universalista’ de problema de habitação popular”. Ou seja, ambos criticavam a adoção de prédios para abrigar várias famílias, como se fosse resolver o problema higiênico de habitações populares como os cortiços (FREYRE, 1968, p. 219). Por outro lado, a questão fundamental seria que esse tipo de “solução universal” ignorava os “elementos psíquicos e culturais, ou, se quiserem, morais, que constituem a atitude de um povo diante da vida” (FREYRE, 1968, p. 220). Cabe um adendo por, mais uma vez, Freyre se valer do diálogo com intelectuais estrangeiros, mostrando suas redes transnacionais de reflexão, que entravam, na maioria das vezes, como argumento de autoridade para fazer peso às suas próprias reflexões.

Criticando este tipo de universalismo e aproveitando para direcionar seu “poder de fogo” a Graça Aranha, alvo que a essa altura já nos parece o espantalho oficial para o autor, Freyre afirmou que seus colegas “regionalistas e tradicionalistas” defendiam justamente que a adoção de soluções habitacionais não poderia demandar que fossem as pessoas a se adequarem a elas. Isso dado que a arquitetura não deveria considerar apenas soluções higiênicas e questões técnicas: sobretudo no que tange à casa popular haviam desdobramentos geográfico-culturais, sociológicos e estético-paisagísticos. Uma solução comum aos países tropicais, por indicação de Contreras, seria que as casas não tivessem muitos vidros, já que o excesso de luz nessa região do globo demandava sombras.

No caso específico do Brasil, Freyre viu na luta contra os mucambos e as casas de palha, contra as favelas e os cortiços, muito mais uma atitude contra aquilo que doía “à vista do estrangeiro, do viajante, do turista”. No seu argumento o fundamental seria resolver “o problema da miséria ou simplesmente da pobreza que se exprime nas ‘favelas’ e ‘cortiços’” (FREYRE, 1968, p. 222). Lembro aqui do texto de Meucci e da passagem de Freyre pelo Rio, evidenciando que não foi uma bandeira apenas no Recife. Interessa especialmente a proposta de trabalho final

de disciplina feita aos estudantes para que pesquisassem a realidade dos morros e fossem capazes de constatar tais complexidades sobre a questão urbana da então capital federal (MEUCCI, 2006).

Nessa altura Freyre inseriu seu argumento conhecido e que está presente também em *Sobrados e Mucambos* que “o chamado ‘mucambo’ do Nordeste, em si, não é habitação má: ele é geralmente mau pelas suas condições anti-higiênicas de situação (mangue, lama, alagados) e pela sua falta de piso e de latrina” (FREYRE, 1968, p. 222). Para ele, com as devidas condições de higiene, os mucambos seriam tipos de habitação popular ajustados às condições do Nordeste.

Seguindo as implicações desse raciocínio e no intuito de solucionar a miséria que era o real problema dos “mucambos” e dos “cortiços” Freyre recorreu ao exemplo dos Estados Unidos. Ele argumentou que lá os negros saíram da condição de miserabilidade aumentando seu poder aquisitivo e participando mais diretamente da vida econômica do país. Para ele o mesmo deveria ocorrer no Brasil, superando os problemas da abolição sem respaldo de políticas públicas. Abolição que, cabe mencionar, então não aparecia mais no tom de lamento com vistas ao impacto negativo sobre a elite rural, latifundiária e branca, mas sim em diálogo com os debates da época.

O tema que encerra o artigo é o “da conservação de restos de casas-grandes com valor artístico ou, antes, histórico e cultural” (FREYRE, 1968, p. 227). Freyre busca exemplos desses esforços de conservação em Pernambuco e no Rio de Janeiro, e conclama o “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” a se empenhar no estabelecimento de outros lugares que realizem essa conservação. Cabe lembrar que o próprio Freyre integrou o SPHAN, provavelmente sendo este seu vínculo mais explícito com o Estado Novo – ainda que não ajam informações suficientes sobre a atuação do sociólogo no órgão.

Há ainda nesta edição de *Região e Tradição* outros três ensaios que tocam na questão do regionalismo cada qual à sua maneira. *Fidalgos Pernambucanos*, publicado em dezembro de 1937 no periódico carioca *Correio de Manhã*, que lembra dois amigos de Freyre, elevados ao patamar de uma espécie de tipo-ideal dos senhores de engenho; *Narcisismo Gaúcho*, também publicado no *Correio*, mas em 1939, tratando do que Freyre percebeu como a tradição regional gaúcha e sua contribuição para a pátria; *Regresso à Província*, discurso publicado no *Diário de Pernambuco* em 1936 na ocasião de uma festa organizada pelos amigos do sociólogo

pernambucano quando de seu retorno ao Recife, onde ele rememorou seu empreendimento regionalista. Entretanto, por não apresentarem elementos novos ou não revisarem aspectos anteriores da obra de Freyre vou me eximir de uma análise mais extensa que os breves comentários tecidos neste parágrafo.

4. O Pós-Guerra até 1952: A geração do TEP e o *Manifesto Regionalista*

Neste capítulo, agora mais próximo da data de publicação do *Manifesto Regionalista*, vou explorar um outro ponto que me parece ter tido influência sobre as reflexões regionalistas de Gilberto Freyre. No capítulo anterior busquei demonstrar como o ambiente intelectual dos anos 1930 impactou em ao menos dois aspectos, no sentido da reflexão sobre cultura popular e numa preocupação de Freyre mais voltada a questões nacionais que a defesa apaixonada da questão regional. Aqui vou me debruçar sobre o período pós-1945, quando se encerrou não só a 2ª Guerra Mundial, como também o Estado Novo, até chegar em 1952, quando foi publicado o *Manifesto*. Freyre já estava há algum tempo estabelecido no Recife, sendo seu contato com o Rio somente por viagens e por correspondência trocada com seus amigos na capital federal. Então passaram a despontar no cenário local um grupo de jovens envolvidos com a reorganização do Teatro dos Estudantes de Pernambuco, liderado por Hermilo Borba Filho. Dentro deste grupo destaco dois pontos que, ao que me parece, impactaram Freyre: a questão da cultura popular aparece com centralidade ao mesmo tempo em que houve um afastamento da herança Regionalista Tradicionalista por meio da crítica ao conceito de “regional”, dando preferência pelo que seria um teatro popular.

Teatro dos Estudantes de Pernambuco: regionalistas sem regionalismo

Tendo em mente os pontos acima, proponho analisar a geração dos estudantes da Faculdade de Direito que reorganizou o Teatro dos Estudantes de Pernambuco (TEP) na segunda metade da década de 1940. A referência fundamental será o livro *Por um Teatro do Povo e da Terra* (2011) de Luiz Carvalheira, que me ajudou a compreender a trajetória do grupo e suas reflexões teóricas sobre o fazer teatral, mas também sobre o que seria cultura popular. Além

disso, a conferência apresentada por Hermilo Borba Filho⁵⁸ na ocasião de lançamento do TEP constitui elemento importante para captar o espírito que movimentava os jovens ligados à Faculdade de Direito de Recife. Ele foi a principal figura naquele momento - a despeito de Ariano Suassuna⁵⁹ integrar o TEP, o dramaturgo paraibano só iria alcançar protagonismo alguns anos depois.

Hermilo nasceu em 1917 no Engenho Verde, município de Palmares, zona da mata ao sul de Recife, onde morreu em 1976. Ele foi filho de um senhor de engenho que entrou em decadência financeira por volta de 1930. Numa entrevista publicada n’*O Globo* poucos dias depois de sua morte, o autor falou na sua cidade natal em termos que lembram o saudosismo de Freyre:

Palmares é a origem e isso marca. Não mais a Palmares de agora, claro, desfigurada, irreconhecível, sem caráter; mas a Palmares que nem eu mesmo cheguei a conhecer; aquela referida por pais e tios velhos, quando a decadência ainda não se instalara na família, onde o açúcar comandava as ações, os atos e fatos, a cidade comandando os engenhos da redondeza, num dos quais nasci para a vida, na boca o gosto de mel e do capim-gordura, que ruminante sou (BORBA FILHO apud CARVALHEIRA, 2011, p. 41).

Interessante foi o fato de ele admitir que também não conheceu essa Palmares quase mítica. Essa afirmação evidencia, ao que me parece, a construção de um passado que não pode ser alcançado, salvo pelas vias da ficção ou de alguns poucos sobreviventes que ainda podem

⁵⁸ Hermilo Borba Filho nasceu em Palmares (PE) em 1917. Passou pelo Recife em 1946, como secretário da Prefeitura e estudante da Faculdade de Direito. Na década de 1950 mudou-se para São Paulo, buscando mais chances de se profissionalizar trabalhando com teatro. Veio desta década seus primeiros prêmios em São Paulo e no Rio de Janeiro em reconhecimento ao trabalho como diretor. Ao final da década de 1950 ele retornou ao Recife para lecionar na Escola de Belas Artes, hoje parte da Universidade Federal de Pernambuco. Na década de 1960 se envolveu com o Movimento de Cultura Popular e com a Associação Brasileira de Folclore. Integrou também projetos sobre a música popular, especialmente do Nordeste, aproveitando recursos do Departamento de Extensão Cultural da UFPE. Morreu no Recife em 1976 (CARVALHEIRA, 2011).

⁵⁹ Ariano Vilar Suassuna nasceu em Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa (PB), em 1927. Com a Revolução de 30, seu pai foi assassinado por motivos políticos no Rio de Janeiro e a família mudou-se para Taperoá. A partir de 1942 passou a viver no Recife, onde terminou os estudos secundários e ingressou na Faculdade de Direito Lá conheceu Hermilo Borba Filho e ajudou a fundar o TEP – no grupo escreveu suas primeiras peças. Trabalhou por um tempo como advogado enquanto escrevia algumas peças, até abandonar a advocacia para tornar-se professor de Estética na Universidade Federal de Pernambuco. Em 1959, em companhia de Hermilo Borba Filho, fundou o Teatro Popular do Nordeste (TPN). Foi membro fundador do Conselho Federal de Cultura e diretor do Departamento de Extensão Cultural da UFPE. Ligado diretamente à cultura, iniciou em 1970, em Recife, o “Movimento Armorial”, interessado no desenvolvimento e no conhecimento das formas de expressão populares tradicionais. Faleceu no Recife em 2014. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/ariano-suassuna/biografia>. Acesso em: 17 de março de 2021.

partilhar suas memórias, algo que aparece muito forte ainda na geração de Hermilo, que compartilha com Freyre e José Lins as origens no engenho.

As origens da experiência teatral de Hermilo estavam na sua cidade natal. Lá ele participou do grupo de teatro da cidade, onde chegou a se profissionalizar com um salário semanal. As relações com este pequeno grupo foram mantidas mesmo após dirigir-se ao Recife, na década de 1940. A partir de 1941 participou do Teatro de Amadores de Pernambuco (TAP), primeiro como tradutor de peças estrangeiras, depois como ator. Já em 1943 passou a colaborar com o Teatro Operário do Recife, dirigido por Valdemar de Oliveira⁶⁰, fazendo apresentações em fábricas e sindicatos. Oliveira, em depoimento reproduzido por Carvalheira, mencionou o alinhamento com a política cultural do governo Vargas para educação dos operários. Valdemar e Hermilo chegaram a ser premiados em um concurso de peças promovido pelo Ministério do Trabalho. Entretanto, havia uma discordância entre os dois, já que Valdemar vislumbrava no teatro uma forma de educar os proletários com sentimento cívico e conformismo às condições do Capital, sintonizado com a política do Estado Novo (CARVALHEIRA, 2011, p. 104). Já Hermilo era simpatizante do Partido Comunista, e seus textos abrem brecha em vários momentos para se pensar o teatro numa chave totalmente oposta (DIMITROV, 2013, p. 147).

O jovem Hermilo trabalhava em jornais de Recife, redigindo críticas de teatro e de literatura para periódicos como o *Jornal do Commercio*, o *Diário da Manhã*, a *Folha da Manhã* e a *Folha da Tarde*. Ele conciliava esta intensa atividade intelectual com seus estudos universitários, inicialmente num curso de medicina, que ele abandonou para estudar química industrial – e que abandonaria ainda para estudar direito.

A produção da primeira metade da década de 1940 não agradava ao próprio Hermilo, era “mais tentativa que realização” (BORBA FILHO apud CARVALHEIRA, 2011, p. 109) e, segundo análise de Carvalheira, faltava-lhe o contato com os temas da terra, com a região como paisagem humana, o Nordeste brasileiro como “cenário de um drama” (CARVALHEIRA, 2011, p. 111):

⁶⁰ Valdemar de Oliveira nasceu em Recife em 1900. Estudou na Faculdade de Medicina da Bahia entre 1917 e 1922 e bacharelou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1928. Escrevia crítica de arte para jornais, especialmente sobre música e teatro, tendo se popularizado no *Jornal do Commercio*. Fundou em 1941 o Teatro de Amadores de Pernambuco inspirado pelo grupo carioca Os Comediantes e pelo Teatro do Estudante do Brasil. Morreu em Recife em 1977. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa427524/valdemar-de-oliveira>. Acesso em: 17 de março de 2021.

Esta descoberta de uma realidade própria, situada nos limites de uma paisagem humana precisa, repercute fundamente no teatro que propõe a partir de 1945. É, de fato, com o Teatro de Estudantes de Pernambuco que ele irá formar uma concepção convincente acerca dessa arte e do seu papel social (CARVALHEIRA, 2011, p. 111).

Para isso, Carvalheira entendeu que ele deveria evitar alguns caminhos que seriam “fantasmas que precisam ser exorcizados” (CARVALHEIRA, 2011, p. 111) como a ideia de um teatro regionalista. Uma afirmação interessante que me leva a refletir sobre o tipo de relação estabelecida com Freyre, já que, ao que parece, boa parte da geração de Hermilo tinha dificuldades com o Regionalismo Tradicionalista – negando, assim, o próprio termo “regionalismo”, como se só pudesse ser pensado como Freyre o fazia. Minha hipótese para este caso é de que havia uma disputa simbólica entre Freyre, intelectual consolidado não só no campo simbólico pernambucano, como também nacional, e o grupo de estudantes, sendo que estes últimos, a despeito de reconhecerem a importância da produção intelectual do sociólogo, lidavam de forma ambígua com sua herança. O mesmo se observou com Ariano Suassuna ao longo de sua carreira, já que sempre que pode fez questão de distanciar-se do Regionalismo Tradicionalista de Freyre (DIMITROV, 2013, p. 155).

Por outro lado, como afirmou Dimitrov,

O discurso regionalista mostra-se mais amplo do que apenas o regionalismo tradicionalista freyreano. Por vezes, as diferenças são mais claras; em outros momentos, menos. De toda forma, não é possível considera-lo como um movimento exclusivamente ligado à Gilberto Freyre ou aos seus seguidores (DIMITROV, 2013, p. 156).

Hermilo chegou a propor um teatro formado pelos universitários pernambucanos, nos moldes do Teatro do Estudante do Brasil, formado à época por estudantes cariocas. A experiência da capital federal foi um referencial importante, na medida em que o dramaturgo elogiou o adensamento das atividades teatrais que se dava por lá, bem como as peças de Nelson Rodrigues representadas pelo grupo *Os Comediantes*.

De acordo com Carvalheira, inicialmente Hermilo acreditou que contribuição para o teatro nacional, no caso pernambucano, deveria vir acompanhada do título “regional”. Entretanto, ele substituiu este termo pela defesa do conceito de “popular”. Nas suas palavras: “Não se deve confundir o teatro popular com o teatro regional. Grandes peças de sentido

essencialmente popular pertencem hoje à cena do mundo: *Yerma*, de Garcia Lorca⁶¹, para exemplificar” (BORBA FILHO apud CARVALHEIRA, 2011, p. 112). Mais uma vez estava posta a relação ambígua com o movimento encabeçado por Gilberto Freyre na década de 1920, e mais interessante ainda era a sugestão em torno de uma não equivalência entre “regional” e “popular”. Nessa altura, em 1944, Hermilo buscou em João Martins de Ataíde⁶² um caminho para o teatro popular, que teria como fonte o romanceiro popular do Nordeste.

De acordo com Carvalheira havia relatos de manifestações teatrais organizadas por estudantes desde 1916. Entretanto o primeiro registro data de 1940, com ajuda de Valdemar Oliveira, quando ocorreu uma apresentação de estudantes no Teatro Santa Isabel, o que convencionou-se chamar de primeira fase do Teatro de Estudantes de Pernambuco. O grupo só retornou em 1943 com apresentações em Centros Educativos operários— em ambos os casos os estudantes provinham da Faculdade de Direito do Recife.

Contudo houve um momento importante em setembro de 1945, com a organização da “2ª Semana de Cultura Nacional”, encabeçada pela Campanha do Ginásio Pobre. Foi aí que Hermilo proferiu uma palestra no dia 28 sobre o caráter democrático do teatro, já fazendo menções à cabana de Garcia Lorca (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1945a) – discurso este que trabalharei adiante. Ele discursou um dia antes de Gilberto Freyre apresentar a conferência “Povo, província, estudante e arte”⁶³. Apesar de ter tido poucos ouvintes, Hermilo teve a

⁶¹ Federico García Lorca nasceu na Espanha, em 1898. Atuou na música, como pianista; nas artes plásticas, como desenhista; nas letras, como poeta; no teatro, como ator e dramaturgo. Exerceu profunda influência sobre Hermilo, não só através de seus textos, como também da experiência com *La Barraca*. Foi brutalmente assassinado em 1936, durante o início da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), e na Espanha sua obra foi censurada durante toda a ditadura de Franco. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/garcia-lorca-elegia-do-silencio/>. Acesso em: 29 de abril de 2021.

⁶² João Martins de Ataíde nasceu em Cachoeira de Cebolas, povoado de Ingá do Bacamarte, Paraíba, em 1880. Devido à seca de 1898, migrou para Pernambuco, radicando-se no Recife. Lá teve destaque escrevendo cordéis e contribuindo para a divulgação deste tipo de literatura. Faleceu em Limoeiro (PE), em 1959. Disponível em: http://www.casarui Barbosa.gov.br/cordel/JoaoMartins/joaoMartinsdeAtaide_biografia.html. Acesso em: 17 de março de 2021.

⁶³ De acordo com o *Diário de Pernambuco*, na conferência Freyre distinguiu a arte erudita ou acadêmica da arte popular ou provinciana, associando à segunda as pinturas de Cícero Dias e Lula Cardoso Aires e a literatura de José Lins do Rego e Luiz Jardim. Apesar do artigo não trazer uma definição clara do que Freyre teria indicado como arte popular, a sugestão feita por ele para que os estudantes se aproximassem dos artistas populares veio acompanhada de exemplos como fabricantes de bonecos de pano e de bichos de barro, de rede e de renda, de cachimbos e de santos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1945b).

oportunidade de conhecer Joel Pontes⁶⁴, que lhe fez o convite para participar do grupo de estudantes de direito que compunham o TEP. O grupo materializou as insatisfações com o teatro pernambucano, sobretudo pela contraposição ao TAP que, a despeito das renovações proporcionadas sobre o teatro pernambucano, preferia a encenação de textos estrangeiros.

Antes de explorar um pouco mais a disputa entre TAP e TEP, vou passar sobre alguns elementos do discurso de Freyre para a “2ª Semana de Cultura Nacional”. O discurso foi publicado em texto ao longo de três edições da revista *Nordeste*, em dezembro de 1945 e janeiro e fevereiro de 1946. Um primeiro ponto interessante, que reflete em parte o espírito do tempo, foi o esforço do sociólogo em distinguir a “valorização da arte popular e de província no Brasil” do medo que algumas parcelas da população tinham, refletido em jornais e livros, sobre o socialismo, levando-as a sentirem “em tudo isso cheiro de enxofre comunista, soviético, moscovita”. Este ponto esteve presente no artigo de dezembro, onde Freyre argumentou não só que o socialismo soviético em seu processo de internacionalização proletária sufocou as manifestações culturais populares e regionais, como clamou aos estudantes para se atentarem mais à cultura popular brasileira. Nas suas palavras:

Venho, na verdade, pedir aos estudantes de Pernambuco que se voltem para a arte do seu povo e da sua província não para simplesmente se regalarem com o encanto estético ou com o pitoresco nem sempre artístico, às vezes apenas etnográfico, que se possa encontrar nessa mesma arte, mas porque aí se acha uma zona necessária de confraternização de intelectuais com o povo, de metrópole com província (FREYRE, 1945, p. 1).

Esta citação tem ao menos dois aspectos interessantes. O primeiro é que Freyre demonstrou conhecer e tentou responder à crítica sobre o exotismo por trás dos estudos envolvendo cultura popular e folclore. A resposta para essa crítica esboça o segundo ponto, a saber, a convicção de que a cultura popular teria potencial estético que estava sendo “um tanto abandonado”. Esta forma de compreender a cultura popular apareceu adiante em seu *Manifesto Regionalista*, como ainda irei demonstrar. Por ora cabe perceber como Freyre já encarava a

⁶⁴ Joel Albuquerque Pontes nasceu em Caruaru em 1926. Formou-se na Faculdade de Direito de Recife em 1948. Integrou vários grupos de teatro como ator e diretor, como o TEP (1946-48), o TAP (1958-59) e o TPN (1960-61). Dedicou-se à crítica literária e teatral, além do magistério e da pesquisa acadêmica sobre dramaturgia. Estudou a dramaturgia brasileira e estrangeira, bem como a história do teatro moderno em Pernambuco. Morreu em Recife em 1977. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa511078/joel-pontes>. Acesso em: 17 de março de 2021.

cultura popular na sua relação com a cultura erudita e com os intelectuais, não apenas como objeto de estudo exótico, mas como fonte inspiradora para as reflexões e capaz de ensinar. Esta perspectiva pode ser percebida nesta outra passagem:

Não estou aqui para exaltar a arte popular nem para considera-la mãe da erudita e, por isso, merecedora de um culto ou objeto de uma mística. Do que se sabe das duas artes, nem a erudita é sempre original, nem a do povo é sempre imitadora. Elas se interpretam e se completam com a tendência para a do povo selecionar e guardar da erudita o que encontra nela de congenial: uma seleção em que se exprime, como alguém já acentuou, “o espírito” ou o “gênio” da província, da região, da comunidade da “raça” no sentido social da raça. Desse espírito é que as chamadas elites precisam de se conservar próximas para que às suas letras, à sua música, à sua pintura, à sua escultura, à sua arquitetura, às suas modas e estilos, de vestido, de calçado, de mobiliário, de confeitaria não falte a base ou a inspiração ou experiência regional ou provincial ou da sabedoria do povo ou de camponês. Pois região, província, povo, camponês ou matuto, guardam em sua experiência, mesmo quando analfabeto o matuto ou o povo, uma forma de sabedoria que até quando envolvida por superstições, é, algumas vezes, mais valiosa como força criadora de valores e estilos para as comunidades, que o saber guardado nas academias (FREYRE, 1945, p. 1).

O que me parece que salta aos olhos neste artigo é uma perspectiva ligeiramente distinta daquela que apareceu nos artigos da década de 1920. Freyre já não abordava tanto a sociedade patriarcal açucareira, também mencionava menos as imagens da escravização. Sua compreensão sobre a cultura popular parece ter vindo para ancorar o próprio Regionalismo Tradicionalista ao explorar o que seria a “sabedoria do povo”. Ainda que ele não defina com maior precisão o que ele entendia por povo naquela altura, o sociólogo evidenciou o porquê do foco distinto, que estava em consonância com as preocupações advindas após 1930. Isso porque em alguns momentos do artigo Freyre identificou a origem da cultura popular na miscigenação, no encontro cultural entre portugueses, ameríndios e africanos. Miscigenação que foi o tema protagonista de suas obras desde *Casa-Grande & Senzala*, usada como chave para compreender as formações regional e nacional. Daí a justificativa para o estudo da cultura do povo e para a crítica sobre os intelectuais que preferiam a aproximação com a Europa moderna, deixando de lado suas “raízes culturais”.

No segundo artigo, publicado em janeiro de 1946, Freyre deu nova pista sobre o que ele fazia referência ao falar em arte popular. Nesse sentido,

Há pelos subúrbios do Recife, de Maceió, de Fortaleza e pelo interior das velhas províncias do Norte, muita família pobre que sabe fazer renda e bico, espanador, vasilhames de barro, boneca de pano, cachimbo de madeira, rede, santo de cajá, esteira, chapéu, sandália, bolsa, bordado, balaio, cesto, doces secos, cuja situação econômica

e mais do que econômica, social, melhoraria grandemente, se encontrasse melhor colocação para os produtos de sua arte doméstica que a encontrada atualmente (FREYRE, 1946a, p. 3).

Popular então foi equiparado às classes economicamente menos privilegiadas. Ainda para Freyre, os estudantes deveriam ir “fraternalmente ao encontro dessa gente” com o objetivo de melhorar “sua situação moral e material”. Esta melhora seria possível pela “venda de objetos de arte popular ou regional”, contribuindo, ao mesmo tempo, “para a valorização das artes populares e de província (FREYRE, 1946a, p. 3). Tal sugestão veio acompanhada pela demanda de que o poder público atuasse no sentido de incentivar o contato do povo com a arte, especialmente dos garotos mais jovens. Daí o elogio feito por Freyre a Mário de Andrade e Paulo Duarte pela “obra interessantíssima de coleção de documentos folclóricos e de estímulo à dança, à música e folguedos populares”, referindo-se as políticas públicas feitas pela dupla durante sua participação no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo.

Já no artigo publicado em fevereiro, o terceiro, Freyre deu nova pista sobre a mudança de tom nas suas obras. Tencionando a relação entre arte erudita e arte popular, o sociólogo trouxe o exemplo de sua família para criticar a elite aristocrática – algo que, como procurei evidenciar ao longo deste trabalho, não era de forma alguma comum. Para ele:

Sabemos todos a que extremos chegou essa degradação. Vários brasileiros de minha geração se lembram de avós de unhas orientalmente compridas ou de dedos sempre cheios de anéis: sinal de que não trabalhavam com as mãos. Em minha família, há a tradição, decerto comum [...] a grande número de famílias antigas da região [...] que, senhor de engenho, passava horas inteiras na sua rede, no copiar da casa grande [...]. O fato me parece quase dramático, em sua grande melancolia: o homenzarrão que poderia encher seus ócios fazendo senão mesas e cadeiras com as boas madeiras das matas do seu engenho, ao menos santos de cajá, limitava-se aquilo: àquela caricatura de arte – fazer palito de dente (FREYRE, 1946b, p. 17).

Arte erudita e arte popular poderiam, nesses termos, ser equiparadas à arte de elite e arte das camadas economicamente menos privilegiadas. Nas palavras de Freyre, “A maioria da gente senhoril deixava aos escravos quase tudo que fosse arte útil e mesmo recreativa. Daí o abismo entre arte erudita e arte popular entre nós [...]” (FREYRE, 1946b, p. 17). Na minha forma de entender esta passagem expressa, explicitamente, alterações que não podem ser compreendidas senão a luz dos acontecimentos que explorei desde 1930, que levaram a uma nova forma de vislumbrar a cultura popular e seu papel para a constituição da identidade nacional. Freyre com isso não abriu mão de enxergar a importância de elite patriarcal, mas inseriu algumas nuances,

especialmente no que tange a participação desses estratos que antes, na sua obra, não tiveram qualquer protagonismo.

Assim, artistas que tinham seu apreço, como Pedro Américo, Portinari, Cícero Dias, Lula Cardoso Aires, Luiz Jardim, Villa-Lobos, José Lins do Rego, foram elogiados justamente por terem algum tipo de ligação com a “arte do povo”, conforme indicou no mesmo artigo (FREYRE, 1946b, p. 17). Além deles, Freyre citou Lucio Costa para evidenciar o impacto que teve no Brasil a arquitetura popular. Citando o arquiteto, Freyre afirmou que os “antigos mestres e pedreiros portugueses ‘incultos’” foram capazes de criar uma obra de “saúde plástica perfeita” (COSTA apud FREYRE, 1946b, p. 17). Tratando de arquitetura, ele não perdeu a oportunidade de mencionou seu amigo Rodrigo de Melo Franco, diretor do SPHAN, para endossar o elogio aos mucambos como estruturas arquitetônicas adaptadas.

Esses artigos adiantaram elementos que apareceriam no *Manifesto Regionalista* alguns anos depois. Ao mesmo tempo, explicitam reflexões que destoam daquelas feitas por Freyre na década de 1920, evidenciando mudanças substantivas no seu pensamento. Mais ainda, revelam o ambiente intelectual que estava instalado nos anos 1945, impactado pelo cenário pós-guerra, pelo receio do socialismo, mas também pelo acúmulo de discussões que vinham sendo feitas desde a década passada, especialmente no que tange à reflexão sobre cultura popular. Retomarei adiante este ponto; por ora, retorno à história do TEP, grupo que também expressava a vontade de se vincular ao que seria cultura popular, agitando o cenário cultural de Recife.

A comparação e a disputa entre o TEP e o TAP no espaço da província eram inevitáveis, e Carvalheira resgatou registros do Rotary Club de Recife de 7 de novembro de 1945 para ilustrá-las. Na ocasião ocorreu um debate entre Hermilo, que realizou uma palestra sobre o caráter popular que seria essencial ao teatro, e Valdemar de Oliveira, membro do Rotary, que se opôs a tal concepção. Ainda ligado ao TAP, Oliveira e seu grupo não buscavam as áreas mais periféricas de Recife ou as cidades do interior do estado, como o TEP faria adiante. Nas palavras de Carvalheira:

Atuante há mais de quarenta anos, o TAP caracterizou-se, desde o início, pelo seu elitismo. É um grupo de elite para a elite, fato que seus diretores e demais participantes nunca esconderam (CARVALHEIRA, 2011, p. 131).

Entretanto, esta afirmação de Carvalheira revela muito sobre a simpatia do autor pelo TEP. É possível compreender a disputa entre o TAP e o TEP a partir de outra perspectiva, como revelou Dimitrov:

O TAP notabilizou-se por encenar peças de diferentes autores estrangeiros, criando um repertório eclético e classificado por esses intelectuais jovens como cosmopolita, importado e um tanto postiço. Apesar de, sobretudo nos anos seguintes à criação do TEP, o TAP ter se empenhado significativamente na modernização das formas de encenação – contando com o auxílio de diretores imigrantes experientes, do exterior ou do eixo Rio-São Paulo, tal como Zygmunt Tukow, em 1944, Adacto Filho, em 1948, Ziembinski, em 1949, seguidos por Jorge Kossowski, Willy Keller, Flaminio Bolloni Cerri, Graça Melo, Bibi Ferreira -, ele sempre foi associado, pelos integrantes do TEP, ao teatro “burguês” e ultrapassado (DIMITROV, 2013, p. 148).

Hermilo, tal qual Gastão de Holanda⁶⁵, tinha cerca de dez anos a mais que os outros estudantes, o que lhes proporcionava uma bagagem intelectual já bem consolidada. Entretanto, ambos retornaram aos estudos na Faculdade de Direito do Recife em 1946 para justificarem a participação no grupo do TEP, especialmente Hermilo, que assumiria a direção. Nesta turma entraram também Ariano Suassuna, Aloísio Magalhães⁶⁶ e José Laurênio de Melo⁶⁷. Joel Pontes, Genivaldo Wanderley, José Guimarães Sobrinho e Galba Pragana já estavam por lá desde 1945.

Carvalheira chamou a atenção para o papel da Faculdade de Direito como instituição que, por tradição, era um centro cultural que fomentava ideias inovadoras. Especialmente nos anos de 1945 e 1946, quando se encerrou a ditadura do Estado Novo e instaurou-se o processo de redemocratização. Pelos depoimentos de estudantes da época, o autor reconstrói um grupo

⁶⁵ Gastão de Holanda nasceu em Recife em 1919. Participou do Teatro do Estudante de Pernambuco, quando ainda era universitário. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1951. Foi professor de História do Teatro Brasileiro e Artes gráficas na Escola de Belas Artes do Recife e História da Arte no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco. Fundou no Recife a editora O Gráfico Amador, em 1954. Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1972, onde também exerceu a função de editor, e onde veio a falecer em 1997. Disponível em: <http://editora.cepe.com.br/autor/gastao-de-holanda>. Acesso em: 17 de março de 2021.

⁶⁶ Aloísio Barbosa Magalhães nasceu em Recife em 1927. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1950. Nessa época, participou do (TEP), onde exerceu as funções de cenógrafo e figurinista, além de ser responsável pelo teatro de bonecos. Estudou museologia em Paris, entre 1951 e 1953, e artes gráficas no Estados Unidos, entre 1956 e 1960. Em 1960 voltou ao Brasil e abriu um escritório voltado à comunicação visual, campo no qual foi pioneiro no país. Em 1979 foi nomeado diretor do IPHAN. Faleceu em Pádua, na Itália, em 1982. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10144/aloisio-magalhaes>. Acesso em: 17 de março de 2021.

⁶⁷ José Laurênio de Melo estudou na Faculdade de Direito do Recife e participou do TEP. Também se destacou por ter ajudado a fundar a editora Gráfico Amador, marco importante no design gráfico brasileiro. Disponível em: <https://www.atelie.com.br/publicacoes/autor/jose-laurenio-de-melo/>. Acesso em 17 de março de 2021.

de posicionamento democrático, por vezes pendendo à esquerda, muitas vezes assim caracterizado pela temática que privilegiava as massas.

Cabe uma ressalva sobre o curso de direito, que para Carvalheira era muitas vezes um caminho de jovens que não haviam decidido o que fazer profissionalmente e se matriculava na faculdade para não parar os estudos. Muitas vezes sequer assistiam as aulas, reunindo-se no pátio para debater reflexões sobre a filosofia, a literatura, o teatro ... foi o caso de muitos estudantes da geração que aqui me interessa. Além disso, eles se reuniam à noite na casa de Hermilo, onde podiam prosseguir as discussões e ter contato com muitas obras contemporâneas, especialmente de literatura. A biblioteca de Hermilo foi lembrada em alguns depoimentos que o autor analisou como caminho para se encontrar com publicações recentes num período que o fôlego editorial, especialmente para obras estrangeiras, não era tão grande:

Hermilo, intelectual estudioso, preocupado com a arte e o teatro, com a literatura, mantendo-se a par dos problemas culturais da atualidade, traz ao TEP uma estética (não impositiva); propõe os princípios básicos e um programa de ação, que – repensando o teatro e o fazer artístico de modo brasileiro e universal – gerassem uma arte que transcendesse o *particular* e o *local* sem perder sua peculiaridade (CARVALHEIRA, 2011, p. 140).

O contexto histórico do período de 1945-46 é importante para entender a mobilização do TEP e algumas das ideias que eram compartilhadas por seus integrantes. Deve ser mencionado o espírito de redemocratização do país, além do cenário internacional com o fim da segunda guerra mundial. Nesse sentido, as mudanças que se passavam a nível federal tinham desdobramentos nas regiões provinciais, sendo que Recife não esteve fora, e junto com São Paulo e Rio de Janeiro registrou manifestações de estudantes contra o Estado Novo e contra uma possível candidatura de Vargas.

Caminhando para o final de 1945 dois artigos foram publicados no *Diário de Pernambuco*, adiantando alguns elementos que constituiriam o objetivo do TEP. O primeiro foi uma entrevista que saiu na edição de 20 de outubro de 1945, “Teatro de Graça para o Povo”, tratando do ressurgimento do TEP e descrevendo sua proposta em pontos que Hermilo aprofundaria adiante. Para citar alguns: a concepção do teatro como arte popular, a oposição à mercantilização e ao aburguesamento da arte, a oposição à arte acadêmica (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1945c). O segundo foi assinado por Hermilo e publicado em 23 de dezembro de 1945, “Teatro do Estudante”. Nele o dramaturgo anunciava a preparação do grupo para se

apresentar em 1946. Além disso explorava a proposta de apresentar na Praça 13 de Maio um teatro gratuito e voltado para uma “consciência de sentido popular”, revolucionário por ser avesso à comédia burguesa (BORBA FILHO, 1945).

A estreia se deu com duas peças de um ato apresentadas no dia 13 de abril de 1946. Foi utilizada a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. Hermilo Borba Filho dirigiu as peças, e contou com a colaboração de Lula Cardoso Ayres para criar os cenários e os figurinos. A maioria dos atores eram estudantes de direito, ainda que tenham participado um estudante da Escola de Belas Artes, dois estudantes de medicina e um outro da Academia de Comércio.

Cabe mencionar que a escolha dos textos que foram encenados não foi de forma alguma arbitrária. Primeiro, a peça “O Segredo” de Ramón Sender, profundamente antifascista e crítica do regime franquista espanhol, atendia politicamente ao período, que o próprio Hermilo identificou como tempo de crise numa conferência-depoimento mencionada por Carvalheira. Já a peça de Anton Tchekhov, “O urso”, proporcionava a beleza estética do ponto de vista artístico, com “a tradição do bom teatro”, nas palavras do autor (CARVALHEIRA, 2011, p. 148).

A Conferência de Hermilo em 1946

Foi antes das apresentações que Hermilo leu “Teatro: Arte do Povo”, sua conferência-manifesto. Nela o dramaturgo desenvolveu sua ideia chave de que o teatro é uma arte do povo, termo que ele repetiu à exaustão. Nesse sentido ele estabeleceu que

O que o *Teatro do Estudante* pretende realizar é a redemocratização da arte cênica brasileira, partindo do princípio de que, sendo teatro uma arte do povo, deve aproximar-se mais dos habitantes dos subúrbios, da população que não pode pagar uma entrada cara nas casas de espetáculos e que é apática por natureza, de onde se deduz que os proveitos em benefício da arte dramática serão maiores levando-se o teatro ao povo em vez de trazer o povo ao teatro (BORBA FILHO, 1947, p. 5).

Logo o povo era entendido, ao menos no artigo de Borba Filho, como a população marginalizada do ponto de vista econômico, que habitava as periferias da cidade ou o interior do estado, que não conseguia pagar, tal qual a elite, pela entrada no Teatro Santa Isabel, e sequer tinha a formação educacional completa das pessoas que frequentavam esse espaço. Entretanto, estando o teatro ligado em sua origem ao povo, ele deveria responder às suas aspirações e ser levado a ele. Foi com isso em mente que, nas palavras de Hermilo, ressurgiu o TEP, e para o

grupo não adiantaria o apoio do governo ao teatro de “pequenos casos sentimentais burgueses” que não refletia o “pensamento do povo” e o “desejo do povo” (BORBA FILHO, 1947, p. 5).

Por outro lado, na argumentação de Hermilo “arte do povo” não significaria o mesmo que “arte popular”, como seria a cerâmica feita pelo povo; era, antes de tudo, um compromisso do teatro em representar o povo e ser feito para o povo. O autor mencionou o espanhol Federico Garcia Lorca, referência importante do TEP, bem como o teatro que nasceu na Grécia, identificado como “festa pagã”, além da dramaturgia moderna de Shakespeare, Molière e Eugene O’Neill, todos identificados por ele como “homem do povo” (BORBA FILHO, 1947, p. 6). Cabe notar que, como observou Carvalheira, naquela altura Hermilo ainda não tinha conhecimento dos “espetáculos populares” como o bumba meu boi, o mamulengo, os pastoris, que então ele identificaria como “verdadeiro teatro do povo: feito pelo povo e para o povo” (CARVALHEIRA, 2011, p. 156).

O recurso à origem do teatro, tal qual já havia aparecido em seus artigos para o *Diário*, era um elemento importante na argumentação de Hermilo: a arte dramática nasceu nas camadas populares, tratando-se de fenômeno popular, ainda que essa herança tenha se perdido. Entretanto me parece possível questionar se a ideia de popular tinha o mesmo significado em todas as ocasiões mobilizadas pelo conferencista, a despeito da ideia de que, em todos os casos, se trataria de uma arte que não era erudita, ou seja, apenas voltada para a elite política e econômica.

O elogio à arte popular foi feito como contraponto à compreensão da “arte pela arte” e à ideia da “torre-de-marfim” já questionada pela geração modernista na oposição à Academia Brasileira de Letras. Na concepção de Hermilo o artista não deveria se apegar apenas à erudição sem ter como finalidade às lutas sociais, estando “indiferente às aspirações da humanidade”. Nas palavras do autor: “A função do artista, na hora que passa, é despertar nacionalidades, lutar pelos oprimidos, amenizar o sofrimento, expondo-o sem subterfúgios para que mais facilmente sejam encontrados os remédios” (BORBA FILHO, 1947, p. 7–8). Aí uma associação que fez Freyre, apesar da simpatia, enxergar no grupo “Estudantismo do bom. Populismo ou socialismo do melhor” (FREYRE, 1947, p. 12). Ao mesmo tempo, Hermilo demonstrava consciência do processo de constituição da nacionalidade. Se por um lado “despertar” não é sinônimo de “inventar”, como encarariam os teóricos mais contemporâneos sobre o assunto (HOBSBAWM;

RANGER, 2008; THIESSE, 1999), por outro lado evidencia que a nacionalidade não é um *status* espontâneo, mas sim algo que deve ser provocado, instigado afim de poder se manifestar.

Hermilo vislumbrava a possibilidade de maior aceitação do teatro como arte que compusesse a própria literatura. Nesse sentido ele demonstrou entusiasmo ao mencionar grupos como *Os Comediantes*, o TAP e o *Teatro do Negro*. Só que nestes grupos ainda restava um salto importante, em direção a um “teatro genuinamente brasileiro”, representado para o “grosso do público” com “assuntos exclusivamente nacionais que, bem tratados, tornar-se-iam universais” (BORBA FILHO, 1947, p. 8–9). Algumas sugestões foram feitas: “O teatro brasileiro deve atuar sobre o público com a exaltação do carnaval e do futebol. É preciso lutarmos para que o teatro se torne também profundamente popular. E para isto um dos meios é buscar os temas e assuntos do povo” (BORBA FILHO, 1947, p. 9).

O autor citou ainda os exemplos de histórias como as de Maria Bonita e Antônio Conselheiro, que, segundo ele, forneceriam material dramático que aguardaria ser representado. Histórias que os cantadores contavam e que atraíam a atenção do povo nas feiras, que ouviam falar sobre Manuel Izidoro, Zumbi dos Palmares e Lampião. Ainda, “Todo o Nordeste é um drama de primeira grandeza, com a tragédia das secas a escravidão do açúcar e o cangaceirismo. É o povo sofrendo, é o povo sendo explorado, é o povo lutando. São dramas do povo, que a ele interessam, que a ele compreende” (BORBA FILHO, 1947, p. 9).

Mais especificamente, os cangaceiros seriam um exemplo com potencial dramático pelos destinos trágicos. Nesse sentido contribuiria também a história dos negros além da escravidão, em suas festas e manifestações religiosas. O principal contraponto do autor era o teatro voltado exclusivamente para as elites, que seria alheio ao povo; para ele, os temas mencionados acima eram próximos da vida do grande público, o que lhes interessava.

Este aspecto é interessante na medida em que expressa o desejo que moveu o grupo a organizar, mais adiante, o concurso de peças escritas por autores locais. Ao mesmo tempo, ajuda a tencionar a relação estabelecida pelo grupo de estudantes que reorganizou o TEP com o regionalismo. Nesse sentido não seria um absurdo imputarmos o rótulo de regionalismo a partir dessa preocupação com temas locais, a despeito da oposição de Hermilo e, mais adiante, de Ariano, que queriam evitar qualquer nível de exotismo e bairrismo que eles acreditavam inspirar o Regionalismo Tradicionalista de Freyre.

Soma-se a essa visão negativa do Regionalismo Tradicionalista uma expansão dos temas regionais que estão além do Nordeste açucareiro, sempre privilegiado por Gilberto Freyre. Além da representação de Zumbi dos Palmares para falar sobre a escravização na sociedade do açúcar, Hermilo sugeriu outros personagens como Lampião e Maria Bonita, para tratar do cangaço, ou Manuel Izidoro e Antônio Conselheiro, para falar do drama das secas e do misticismo messiânico. Assim o teatro seria capaz de tocar a sensibilidade de todo o povo brasileiro, não apenas do Nordeste, representando algumas questões comuns à nação (CARVALHEIRA, 2011, p. 167).

Especialmente o tema do sertão tem uma presença mais marcante, o que ajuda a compreender a separação, por via dos temas, entre Freyre e Hermilo ou Ariano. Trata-se, em última instância, de imagens diferentes sobre o que seria efetivamente o Nordeste: eles falavam de espaços geográficos diferentes, com representações simbólicas que não coincidiam. Tomo como exemplo outra passagem da conferência de Hermilo, que retratava imagens jamais acionadas pelo sociólogo de Apipucos:

Os cavalos correm em disparada pelas caatingas do Nordeste, as noites de lua cheia iluminam uma cruz de Estrada, os cangaceiros são heróis e são bandidos, a seca queima a terra e devora tudo, os homens descem para a zona do açúcar e são explorados. Um caboclo se levanta, mata um ricaço, rouba uma moça, morre lutando, os cantadores improvisam cantigas, os cegos de feira contam as histórias, o povo ouve tudo com a alma nos olhos e no coração. É o seu drama. No Nordeste isso pode acontecer a qualquer um (BORBA FILHO, 1947, p. 11).

Dada a pregação em torno de uma arte popular, Hermilo delineou alguns caminhos para o TEP. Dizendo inspirar-se na Europa e na América do Norte, ele propõe sair de dentro das casas de espetáculo: “O nosso teatro precisa de umas férias no campo, no pátio das fábricas, no pátio das feiras, precisa tomar ar, respirar a plenos pulmões” (BORBA FILHO, 1947, p. 12). A primeira proposta foi a montagem de um palco no Parque 13 de Maio com espetáculos gratuitos para o povo, representando “as grandes peças do repertório universal” até que fosse lançado um concurso para obras dramáticas “com obrigatoriedade de assuntos nacionais” (BORBA FILHO, 1947, p. 12). Também neste momento foi mencionado o sonho de montar uma barraca como havia feito Garcia Lorca, que possibilitasse um teatro ambulante capaz de ser levado para os subúrbios e as cidades do interior.

Por fim, Hermilo se dedicou à crítica daquilo que considerava os dois principais entraves do teatro, a saber, a mercantilização e o aburguesamento da arte dramática. Sobre o primeiro ponto ele criticou os empresários que diziam representar aquilo que o povo desejava, acreditando que este último seria incapaz de entender as obras de arte mais refinadas. O que se fazia era “mau teatro”, movido meramente por interesses financeiros voltados ao lucro. Aqui o autor se contrapôs a enxergar no teatro uma fonte de renda à despeito da qualidade artística: para ele o artista poderia ter uma renda para bancar a montagem da peça e a sua subsistência, mas deveria, acima de tudo, valorizar a peça em si. No que diz respeito ao aburguesamento o problema estaria na construção de cenários artificiais, uma *mise-en-scène* com fundo muito elaborado e enfeitado que tirava o foco da atuação, algo que o autor considerava o mais essencial da peça. Para Hermilo o público não deveria esperar por uma representação mecanizada, que parecesse mera continuação da vida.

A atuação do TEP

Desde sua estreia o TEP se esforçou em descentralizar a atividade teatral do Recife, que se concentrava no Teatro Santa Isabel. Os estudantes buscaram espaços do subúrbio, como centros operários, hospitais, asilos, penitenciárias, onde poderiam encontrar seu público e contracenar. Em 31 de janeiro de 1947 foi encenada pela primeira vez “A sapateira prodigiosa”, de Garcia Lorca, autor que desempenhou influência decisiva nas reflexões de Hermilo até então. A escolha teve a ver com a simplicidade da peça para um grupo que ainda não era tão experiente, mas também com a temática popular e folclórica que marcou a obra de Lorca, interesse compartilhado com os estudantes pernambucanos.

Em outubro de 1946 foi lançado o primeiro “Concurso de peças”, cujo resultado só seria anunciado em janeiro de 1948 – Ariano Suassuna foi o vencedor. O objetivo era incentivar a escrita de peças que tratassem de temas nacionais. Sobre esse empreendimento, Carvalheira comentou o regulamento: “Os autores deverão pensar alto e livremente, apresentando de preferência, os problemas brasileiros, através de personagens e situações, sem medo ou vergonha deles e aproveitando os motivos humanos e telúricos regionais do Brasil” (CARVALHEIRA, 2011, p. 194). Na banca julgadora estiveram nomes como Gilberto Freyre, Hermilo Borba Filho e Valdemar de Oliveira. As peças deste concurso nunca foram montadas,

mas a partir daí tanto Ariano quanto seu colega José de Moraes Pinho passaram ao rol de autores do grupo, escrevendo outras peças que foram encenadas pelo TEP. Cabe mencionar que Ariano, entrevistado à época, afirmou que sua inspiração foi o romanceiro popular do Nordeste.

Em outubro de 1947 o TEP organizou a 1ª Mesa-Redonda de Representações Populares, com a intensão de debater temas populares que eram representados em manifestações como o bumba meu boi, o mamulengo, o pastoril, o fandango. Os temas dos estudos folclóricos estiveram presentes através de Ascenso Ferreira, que na ocasião criticou o rádio e a divulgação do samba como deturpação da cultura popular. A defesa dos “brinquedos” e da “brincadeira” como forma de encenação popular esteve presente, contando inclusive com uma apresentação de mamulengo do mestre Cheiroso. Houve também apresentação do bumba meu boi Misterioso dos Afogados (CARVALHEIRA, 2011, p. 205). Carvalheira analisou:

De fato, o programa cultural que o TEP promove, levando a efeito palestras, debates e apresentações de espetáculos populares, reveste-se da maior importância. Significa o encontro, não somente *afetivo* como também *efetivo*, de estudantes, jornalistas, intelectuais e do público em geral com a cultura popular da região, fase – de redescoberta e alumbramento – que para muitos de seus participantes e, de modo especial para Hermilo, permanece e se desdobra através dos anos (CARVALHEIRA, 2011, p. 206).

Nesse sentido, é possível refletir sobre como o TEP, em seus anos de atuação, movimentou a cena cultural pernambucana da forma como Freyre e seu grupo Regionalista Tradicionalista haviam feito duas décadas atrás.

Entretanto, aquele que seria o projeto mais radical do grupo só foi realizado ao longo do ano de 1948: a Barraca. Ela foi inspirada em “La Barraca” de Garcia Lorca, como “um teatro ambulante que carregasse consigo palco, camarins e todos os outros apetrechos necessários ao espetáculo, dando condições ao grupo de representar em qualquer lugar onde chegasse” (CARVALHEIRA, 2011, p. 226). A ideia era que ela fosse capaz de alcançar lugares de aglomeração mais espontânea que aqueles em que o grupo vinha encenando até então, atingindo assim um público mais amplo: “Em síntese: um teatro de massas, teatro para multidões, só poderia acontecer, a contento, se fosse realizado ao ar livre, nos lugares públicos” (CARVALHEIRA, 2011, p. 227).

Apesar da ajuda da Base Naval, que construiu toda a estrutura de ferro e madeira e só não forneceu a lona, Carvalheira apresentou os inúmeros relatos de dificuldades com a

experiência, incluindo a pouca praticidade de uma estrutura tão grande que acabou sendo fixada no Parque 13 de Maio. A inauguração contou com a presença de três mil pessoas, de acordo com a imprensa da época.

Em 1949 o TEP passou a cobrar entrada em seus espetáculos, fato que Hermilo justificou em artigo publicado no *Diário de Pernambuco* em razão do desinteresse do setor público por incentivar as atividades dos estudantes. Desde a montagem da peça de Lorca, Hermilo realizava empréstimos para poder bancar as apresentações, o que o levou a uma situação financeira insustentável. Também nessa esteira o grupo do TEP restringiu suas apresentações ao Teatro Santa Isabel, com dificuldades para ir a periferia ou a espaços abertos.

No primeiro semestre de 1949 o grupo encenou a peça *Édipo Rei*, de Sófocles – ao que tudo indica a primeira montagem no Brasil. Ela foi feita a partir do texto trazido do Rio de Janeiro por Eros Gonçalves⁶⁸, que na tradução contou com o auxílio de Hermilo. Antes de estreiar a peça, entretanto, o TEP realizou uma série de palestras sobre o teatro grego, com foco na tragédia, que ficaram a cargo de Gastão de Holanda, Eros Gonçalves, José Laurênio de Melo e Hermilo Borba Filho. Esse esforço evidenciava, nas palavras de Carvalheira, o comprometimento do grupo do TEP com a formação pedagógica do elenco e do público. Este ano viu concorrência na cena teatral, com o surgimento do Teatro Universitário de Pernambuco (TUP) e do Teatro Experimental, que se somaram ao já tradicional TAP. Ainda assim a recepção da peça foi boa na crítica local, e mesmo fora da província (CARVALHEIRA, 2011, p. 250–251). Apesar de não conseguir se dirigir aos círculos operários, houve distribuição gratuita de ingressos nesses espaços, de forma a atrair o público popular para o Teatro Santa Isabel.

O ano de 1950 foi decisivo, tendo marcado o esvaziamento do grupo do TEP, muito em razão do fato de seus membros estarem se formando. Só neste ano concluíram o curso de direito Hermilo, Ariano, Aloísio Magalhães, José Laurênio e Gastão de Holanda. Vários projetos foram propostos, mas nenhum deles foi levado adiante. A formação de um selo editorial do TEP foi concretizada com o lançamento de um livro de poemas de José Laurênio, mas além disso só foi

⁶⁸ Eros Martim Gonçalves nasceu no Recife em 1919. Foi cenógrafo, figurinista e diretor de teatro com sua estreia em 1944. Estudou teatro em Oxford entre 1944 e 1946. Voltando ao Brasil trabalhou com o grupo Os Comediantes e o Teatro de Marionetes, no Rio de Janeiro, além do TAP e do TEP em Recife. Lecionou teatro na UFBA, mas dedicou a maior parte da vida como diretor de teatro no Rio, onde fundou o Teatro Novo. Morreu no Rio de Janeiro em 1973. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22993/eros-martim>. Acesso em: 17 de março de 2021.

publicado um livro de contos de Gastão e, dois anos depois, três peças de Hermilo – conquanto vários outros integrantes do grupo tivessem pensado em publicar. Ainda neste ano foi montada uma peça de Ibsen e outra de Hermilo, “O vento do mundo”, que culminaram, tal qual a peça de Sófocles, em prejuízo financeiro para o grupo.

Carvalho argumentou sobre o papel decisivo que teve o TEP na constituição do que ficou conhecido “Teatro do Nordeste”, expressão utilizada pela primeira vez numa entrevista quando foi inaugurada a Barraca (CARVALHEIRA, 2011, p. 267). A questão aqui foi pensar um teatro que dialogasse com a região nordestina, tendo desempenhado um papel importante o Concurso de Peças do TEP, que incentivou os jovens pernambucanos a escreverem inspirados pelos temas populares.

Com o *Auto de João da Cruz*, Suassuna ganha o primeiro lugar no concurso promovido pela Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, através da Divisão de Extensão Cultural e Artística. Da comissão julgadora fazia parte Hermilo Borba Filho. O autor inicia um gênero novo: a comédia sacramental nordestina. Enquanto Hermilo tentava uma recriação dos mitos gregos, as peças de Suassuna “desaguavam” na corrente ibérica, continuamente recriada pelo cancionário do Nordeste (CARVALHEIRA, 2011, p. 268).

O TEP passou quase um ano e meio sem se apresentar desde a montagem de “O vento do mundo” em junho de 1950. O grupo só retornou em novembro de 1951 para apresentar “Otelo”, de Shakespeare, a primeira vez que uma peça do dramaturgo britânico foi encenada no Recife. Dessa vez receberam recursos do Serviço Nacional de Teatro, permitindo, nas palavras de Hermilo, que pela primeira vez não houvesse prejuízo com a montagem, mas pelo contrário, proporcionando um pequeno lucro (CARVALHEIRA, 2011, p. 274). Entretanto foi a última vez que Hermilo dirigiu o TEP.

Já em 1952, ano “derradeiro” do TEP, houve apresentações ao longo do mês de abril, dirigidas por Genivaldo Wanderley, um dos atores de maior destaque do grupo, recorrentemente elogiado pela crítica. Tratavam-se de adaptações feitas a peças que originalmente foram pensadas para serem interpretadas com bonecos. A última peça foi dirigida pelo colombiano Enrique Buenaventura em setembro daquele mesmo ano.

Em fevereiro de 1953, Hermilo publica na imprensa uma série de sete artigos – subordinados ao título “Vida e morte do Teatro do Estudante” – onde comunica ao público o encerramento das atividades do TEP, fala dos acertos e das dificuldades do conjunto por ele dirigido, historiando a trajetória do grupo durante os sete anos de sua existência (CARVALHEIRA, 2011, p. 279).

O autor encerra o capítulo abordando a relação de Hermilo e Ariano

Em certa medida e no que diz respeito ao teatro, não se pode separar Ariano Suassuna de Hermilo Borba Filho. Diz-no Suassuna: “Hermilo desempenhou em relação a mim o papel que normalmente seria destinado à Universidade, e que esta não cumpriu” (CARVALHEIRA, 2011, p. 285–286).

Uma última coisa me chama a atenção no texto: na conclusão Carvalheira se deteve, ao longo de um parágrafo, em justificar porque o que ele identificou como *Teatro do Nordeste* não era regionalista. *Teatro* tomado em sentido amplo, referindo-se às produções locais que teriam sido influenciadas diretamente pelas experiências com o TAP e o TEP. Portanto o autor, além de resgatar a história do TEP, tinha em mente a necessidade de se posicionar a respeito de uma disputa simbólica que me parece mais significativa do que ele fez crer, já que de outro lado estava Gilberto Freyre. Para ele o termo implicaria em algum nível de exotismo e de separatismo. Nesse sentido o autor argumentou em prol de um teatro de(s)-semelhante, e não regionalista, ainda que construído sobre os alicerces da cultura popular nordestina:

O segundo ponto é o que se refere ao termo *Teatro do Nordeste*, que muitas vezes tem sido interpretado como sendo um teatro regionalista, marcado por algo de diferente, no sentido do exotismo. Acreditamos que, em parte, o fato deve-se a uma interpretação distorcida da cultura popular que lhe serve de suporte, em parte também é devido a uma fração da dramaturgia originária do Nordeste trazer em seu bojo, pelo mesmo motivo, as características apontadas. Preferimos, portanto, nomear como sendo não algo de diferente mas de(s)-semelhante. Esta *dessemelhança*, no contexto brasileiro, não implica em exclusivismo nem significa fatos separatista (CARVALHEIRA, 2011, p. 290).

Entretanto, apesar do descrédito em que o regionalismo parecia ter caído entre as gerações mais jovens, seu principal idealizador continuava vivo e atuante. Nesse contexto Freyre lançou, depois de mais de dez anos, desde *Região e Tradição*, um novo livro que buscava pensar a questão regional. Só que o fez afirmando ser fruto dos manuscritos daquilo que ele teria apresentado quase trinta anos antes, no Congresso Regionalista, com alguns elementos, sobretudo a questão da cultura popular, que despertam dúvidas sobre a data original do texto.

Manifesto Regionalista (de 1926?)

Nos textos que analisei até aqui a perspectiva regionalista foi sendo construída a partir de diálogos e de algumas novas proposições, ou revisão de ideias, que configuram um imaginário sobre o Nordeste. Boa parte destas ideias está presente no *Manifesto Regionalista*,

que pode ser entendido como um texto de síntese. Fora o impacto que esta publicação teve, pois aparece citada em inúmeros trabalhos acadêmicos que se debruçaram sobre o regionalismo pernambucano ou sobre o Regionalismo Tradicionalista de Freyre. Entre os argumentos que se repetem estão, por exemplo, o elogio ao Nordeste como região única e que pode ensinar ao Brasil como lidar com a questão da tradição. Esta postura passa a ser interpretada como uma forma de lidar com o passado que responde aos anseios de que ele esteja associado ao presente. Daí o elogio aos monumentos arquitetônicos, à literatura regional, à culinária e a outras manifestações culturais que estabelecem uma especificidade da região. Outro elemento chave é o lugar conferido à sociedade da cana-de-açúcar, aos engenhos e à relação entre senhores e escravizados como exemplo do que seria uma harmonia racial no Brasil. A região está constantemente associada à vida rural.

Existe uma controvérsia importante sobre o Congresso Regionalista de 1926 e que influenciou boa parte das análises posteriores sobre sua realização e sobre o movimento regionalista: o *Manifesto* teria sido lido no Congresso por Gilberto Freyre? Neroaldo Azevedo afirmou que:

Os jornais da época não fizeram qualquer referência ao fato. Nem se encontra qualquer alusão ao Manifesto durante os vinte e cinco anos que se seguiram ao Congresso. Mas, exatamente a 20 de março de 1951, ao comemorar, no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em Recife, os 25 anos do Congresso, Gilberto Freyre fez leitura do texto que, segundo ele, teria lido em 1926, no Congresso. Em 1952, o texto é publicado pela editora Região, de Recife, com o título *Manifesto Regionalista de 1926* (AZEVEDO, 1996, p. 152).

Wilson Martins em *O Modernismo* de 1965 foi o primeiro a questionar essa história, lançando dúvidas sobre a data de elaboração do Manifesto tanto pelo estilo do texto quanto pelo longo período de negligência a um documento histórico tão importante (MARTINS, 1965, apud AZEVEDO, 1996). Entretanto foi Joaquim Inojosa quem conferiu à suspeita tom de denúncia em *O movimento modernista em Pernambuco*, onde sempre que possível polemiza com os regionalistas (INOJOSA, 1968). Ainda em 1967 a quarta edição do *Manifesto Regionalista de 1926* eliminou a data de 1926 de seu título sem maiores explicações, retirando o prefácio anterior e acrescentando um outro em que “Gilberto Freyre procura acentuar o caráter moderno e modernista, dos tradicionalistas de Recife, além de apontar simpatizantes e seguidores do movimento regionalista” (AZEVEDO, 1996, p. 154). Além disso:

Em artigo mais recente, de 1980, Gilberto Freyre fala claramente em “redação de 1952 de pronunciamentos feitos em 1926”, referindo-se ao Manifesto. Também esclarece que o título de *Manifesto Regionalista* (sic) foi dado em 1952. Mas, ao referir-se à documentação do Congresso diz ter ela desaparecido “no saque e incêndio brutais” da residência de seu pai, Alfredo Freyre, em 1930, em contradição com a afirmação de 1952, de que “a papelada existe” (AZEVEDO, 1996, p. 154).

Para não ser injusto, muitas das ideias contidas no *Manifesto* estavam nos artigos que apareceram na imprensa à época sobre o Congresso. O próprio Freyre, no prefácio à segunda edição de *Região e Tradição*, afirmou que o que fez foi uma síntese do que se apresentou no grupo heterogêneo do Congresso, além do que já estava no *Livro do Nordeste*. Ainda assim, ressaltou que o *Manifesto* deve ser encarado mais como um texto de síntese do movimento Regionalista Tradicionalista do que como um documento ilustrativo da agitação regionalista que ocorreu na década de 1920. Coaduno, então, com Azevedo, pois:

Assim, as ideias de Gilberto Freyre, expressas na década de 20, devem ser buscadas nessas colaborações e não no *Manifesto Regionalista de 1926*, que é texto de 1952. Consequentemente, a avaliação do Congresso Regionalista do Nordeste não pode ser feita a partir de um Manifesto que não existiu (AZEVEDO, 1996, p. 154).

Um cuidado metodológico deve ser especialmente assumido no trato com os textos de Freyre que ocasionalmente são alterados ao longo das edições, inclusive em ideias centrais. Justifico, desse modo, minha opção por analisar a esta altura o *Manifesto*, como um documento de 1952, e que sintetiza algumas posições de Freyre e de outros intelectuais com os quais ele dialogou na década de 1920. O que se segue é o desafio de identificar quais ideias ele tomou emprestado.

Ainda a título de introdução à obra, me interessa mais uma questão. Por que publicar o *Manifesto* depois de mais de duas décadas? A apresentação do texto foi feita por Freyre no dia 20 de março de 1951, no Instituto Joaquim Nabuco, durante um evento em comemoração aos vinte e cinco anos da realização do Congresso Regionalista (FREYRE, 1996, p. 87) – o que seria, efetivamente, sua primeira leitura. Um ano depois ele foi oficialmente publicado pela Edições Região. Em que pese o significado simbólico da data e do evento, é possível especular sobre outras razões que impactaram sobre a decisão de Freyre.

No meu entender existem duas que se destacam. A primeira é um desdobramento do que eu tenho explorado desde o início deste tópico. Freyre com certeza estava atento para o distanciamento que intelectuais mais jovens guardavam com relação ao Regionalismo

Tradicionalista. Como afirmei, embora Hermilo e seu grupo no TEP possam ser identificados com o regionalismo em sentido geral, eles evitaram o emprego deste termo como se tivesse uma carga necessariamente exótica ou separatista. Nesse sentido Freyre tentou defender sua posição mostrando não apenas tudo aquilo que havia sido feito, como também o potencial de sua interpretação sobre a região para se pensar a identidade local. Não parece demais afirmar que ele enxergava muita atualidade no texto que fora lido então, e chegou a reconhecer seu herdeiro no texto que foi publicado como prefácio à 1ª edição do *Manifesto*:

Porque o Instituto [Joaquim Nabuco] é de algum modo filho ou neto do Movimento Regionalista. Filho ou neto com deveres de gratidão para com o um tanto esquecido pioneiro, em dias remotos já voltado para a necessidade de estudos sistematicamente regionais de antropologia, história, sociologia e economia brasileira (FREYRE, 1996, p. 90).

Além da busca por estabelecer a continuidade do movimento Regionalista Tradicionalista, está explícito também o tom de lamento pelo “esquecido pioneiro”. Esta passagem me leva a outra razão para a publicação do texto, que foi fazer frente ao movimento modernista que se estabeleceu em São Paulo e no Rio de Janeiro. Albuquerque Júnior (2021), em palestra proferida sobre o movimento Regionalista Tradicionalista, atentou para o fato de que a publicação do *Manifesto* teria sido um esforço de Freyre para se contrapor à narrativa modernista paulista, que teve a sua frente Mário de Andrade. Para Albuquerque Junior, o objetivo foi evidenciar o impacto que outras regiões brasileiras tiveram sobre as renovações estéticas alcançadas a partir da década de 1920, compensando assim um desequilíbrio na narrativa paulista. Este esforço de compensação também estava explicitado no prefácio à 1ª edição:

Igual destino teve o Regionalismo do Recife, quase sumido ao lado do Modernismo do Rio e do de São Paulo, seus parentes ricos e aparecidos um pouco antes dele. É que ao Regionalismo do Recife, a seu modo também modernista, mas modernista e tradicionalista ao mesmo tempo, faltou, na sua época heroica, propaganda ou divulgação na imprensa metropolitana, então indiferente, senão hostil, ao que fosse ou viesse de Província (FREYRE, 1996, p. 90).

Evidente que a publicação do *Manifesto Regionalista* não foi apenas uma reação a essas duas frentes. O que sugiro é que sem ter consciência sobre elas a compreensão sobre o contexto de publicação do texto em 1926 não pode estar completa. Ao mesmo tempo as passagens citadas ilustram que, pelo menos no que tange ao regionalismo, Freyre estabelecia uma complexa rede

de diálogos. No caso específico da publicação do *Manifesto*, posso mencionar o diálogo com os intelectuais que estavam no Recife, fossem eles simpatizantes ou não do Regionalismo Tradicionalista; com os intelectuais residentes em São Paulo e no Rio de Janeiro, que tinham alguma relação com o modernismo, não apenas aqueles que atacavam ou tinham ressalvas ao regionalismo; com intelectuais estrangeiros, especialmente franceses, evidenciando a consciência de Freyre sobre o fato de o regionalismo ser um movimento transnacional, como exemplificarei agora.

No início do *Manifesto* Freyre mencionou a simpatia de intelectuais estrangeiros como o norte-americano Francis Butler Simkins, do francês Regis de Beaulieu e do alemão Ruediger Bilden, pelo seu movimento. Estes nomes ainda não haviam aparecido em seus artigos, o que lança desde já um indício de o texto não ser de 1926, mas estar atento às mais recentes repercussões do movimento regionalista. Por outro lado, estas menções evidenciam um movimento que em si não é novo: é importante lembrar que Freyre fez sua formação superior no exterior, que ele empreendeu várias viagens aos Estados Unidos, à França, a Portugal, e a tentativa de aproximação com intelectuais estrangeiros pela via do diálogo nas suas obras é um aspecto marcante dos textos do sociólogo pernambucano. Além deles Freyre citou o poeta francês Charles Maurras, intelectual monarquista e conservador, ligado à ideia de decadência do mundo moderno e ao movimento “Action Francese” (THIESSE, 1995).

O autor defendeu que o objetivo do movimento regionalista não era “desenvolver a mística de que, no Brasil, só o Nordeste tenha valor” (FREYRE, 1996, p. 49)⁶⁹. Entretanto ao longo do texto o autor trouxe argumentos que remetem às já mencionadas posturas bairristas dos regionalistas. Por exemplo:

Talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter. Vários dos seus valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores. Alguns até ganharam renome internacional [...]. Como se explicaria, então, que nós, filhos de região tão criadora, é que fôssemos agora abandonar as fontes ou as raízes de valores e tradições

⁶⁹ Encontrando novamente o problema de acesso à bibliografia em razão da paralisação nos últimos meses, a versão utilizada estava no formato “.pdf” e a paginação não corresponde ao original, presente na sétima edição do *Manifesto Regionalista*. Esse imprevisto será corrigido futuramente, quando tiver acesso ao livro físico.

de que o Brasil inteiro se orgulha ou de que se vem beneficiando como de valores basicamente nacionais? (FREYRE, 1996, p. 52).

Está explícito o orgulho na forma como Freyre escreveu sobre a história nordestina. Ao mesmo tempo seu esforço em exaltá-la foi feito em perspectiva comparada com outras regiões do Brasil, colocando o Nordeste não só em posição ímpar como acima das demais – sempre com algo especial, “o mais”, “o melhor”, “nenhum outro”, tal qual observei em *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Ele afirmou que “o Nordeste tem o direito de considerar-se uma região que já grandemente contribuiu para dar a cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade e não apenas doçura ou tempero” (FREYRE, 1996, p. 52).

O autor saudou o fato de que “Durante a ocupação holandesa, outros valores aqui surgiram ou foram aqui recriados para benefício do Brasil inteiro” mas admitiu que “nos últimos decênios é que o Nordeste vem perdendo a tradição de criador ou recriador de valores” e se mostra informado com a situação de “população quase parasitária ou uma terra apenas de relíquias: o paraíso brasileiro de antiquários e de arqueólogos” (FREYRE, 1996, p. 53). O *status* de cultuar num sentido quase necrófilo, como ele já havia criticado em artigo anterior, incomodou-o.

Se a defesa de que o regionalismo não privilegiou o Nordeste soa pouco convincente, as críticas ao movimento ter caráter separatista foram respondidas com contundência: “A maior injustiça que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria confundi-lo com separatismo ou com bairrismo. Com anti-internacionalismo, anti-universalismo ou anti-nacionalismo”. O que o regionalismo estaria combatendo, antes de tudo, o “estadualismo” da República “para substituí-lo por novo e flexível sistema em que as regiões, mais importantes que os Estados, se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional”; logo adiante abandonou o termo “sistema” para falar em “trocar as vestes que usa a república por outras mais apropriadas à nossa história” (FREYRE, 1996, p. 50).

Se bem lembra o leitor, esse argumento não é novo. E se acompanharmos a notícia do *Diário de Pernambuco* sobre a abertura do Congresso podemos refrescar a mente. Não foi Freyre quem defendeu essa tese naquela noite de 7 de fevereiro de 1926, mas seu amigo Moraes Coutinho, que inclusive foi o primeiro a apresentá-la – no artigo “Pernambuco e o regionalismo

nordestino”, de junho de 1924 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926, p. 3). Freyre não fez menção a Coutinho quando lhe tomou de empréstimo a ideia.

Já Neroaldo Azevedo afirmou reconhecer diferenças substanciais entre o artigo de Freyre publicado em defesa do Congresso no *Diário* em 1926 e a versão que se encontra em *Tempo de Aprendiz*, justamente tirando o protagonismo de Coutinho com seu discurso de abertura (AZEVEDO, 1996, p. 160). Alguém poderia argumentar que se trata de uma negligência que reflete a inexistência, à época, de preocupação ligada a plágio. Entretanto é mais provável que o fato de não haver qualquer crédito seja mais proposital que qualquer tipo de falta de costume com explicitação da bibliografia. Como já indiquei anteriormente, citando Azevedo, Freyre publicou em *Tempos de Aprendiz* seu artigo do dia de abertura do Congresso Regionalista com alterações substanciais do original, principalmente retirando o protagonismo que Coutinho teve no discurso de abertura do Congresso.

Retomo o argumento de Freyre, resgatado justamente de Coutinho, onde ele identificou que é comum na história brasileira a tentativa de criar divisas imaginárias. A Corte já o havia feito quando delineou as províncias, “uma Corte afrancesada ou anglicizada”, tal qual a República, “ianquizada”, substituiu as províncias pelos “Estados grandes e ricos” que necessitam disputar protagonismo entre si (FREYRE, 1996, p. 50). Nesse momento, Freyre se esqueceu de mencionar a divisão colonial em capitânicas hereditárias, que foi tema de sua análise em *Casa-Grande & Senzala* para abordar seu caráter feudal sem criticá-la como divisão artificial (FREYRE, 2003, p. 270–271). O mesmo não acontece em seu ensaio de 1936, já que ele critica o período imperial em *Sobrados e Mucambos* (ARAÚJO, 1994). Causa estranhamento esta falha em um especialista da história brasileira, fazendo crer que ela é muito bem calculada de forma a se adequar ao argumento geral.

Para Freyre “Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de ‘Estados’, uns grandes, outros pequenos, a se guerrearem economicamente [...] – São Paulo contra Minas, Minas contra o Rio Grande do Sul – num jogo perigosíssimo para a unidade nacional”. Mais uma vez o olhar político-administrativo parece gerar brechas importantes para o conceito de “região” em Freyre, que ignorou disputas no período colonial de forma muito conveniente, já que foi um momento de prevalência para o Nordeste e de total domínio econômico. Logo o tom pende para o inconformismo pela situação periférica pernambucana,

mais que propriamente a inviabilidade da República. Ele insistiu que “Regionalmente é que deve o Brasil ser administrado. É claro que administrado sob uma só bandeira e um só governo, pois regionalismo não quer dizer separatismo”(FREYRE, 1996, p. 51).

Seguindo seu raciocínio, Freyre fez sua “pregação regionalista” nos termos da defesa de valores e tradições contra a ameaça externa:

Procuramos defender esses valores e essas tradições, isto sim, do perigo de serem de todo abandonadas, tal o furor neófilo de dirigentes que, entre nós, passam por adiantados e "progressistas" pelo fato de imitarem cega e desbragadamente a novidade estrangeira. A novidade estrangeira de modo geral. De modo particular, nos Estados ou nas Províncias, o que o Rio ou São Paulo consagram como "elegante" e como "moderno": inclusive esse carnavalesco Papai Noel que, esmagando com suas botas de andar em trenó e pisar em neve, as velhas lapinhas brasileiras, verdes, cheirosas, de tempo de verão, está dando uma nota de ridículo aos nossos natais de família, também enfeitados agora com arvoretinhas estrangeiras mandadas vir da Europa ou dos Estados Unidos pelos burgueses mais cheios de requififes e de dinheiro (FREYRE, 1996, p. 51–52).

Num esforço de conferir concretude ao seu argumento, Freyre selecionou uma série de elementos que ele acreditava serem regionais, de forma a convencer o leitor sobre a importância da defesa mencionada na última citação. O primeiro foi o mucambo, elogiado em diversos momentos, entre *Sobrados e Mucambos* e *Nordeste*, “É que o mucambo se harmoniza com o clima, com as águas, com as cores, com a natureza, com os coqueiros e as mangueiras, com os verdes e os azuis da região como nenhuma outra construção”. Tal elogio traduz muito da perspectiva de sociologia ecológica freyreana, da adaptação às condições naturais, pois apesar de reconhecer nesta construção arquitetônica “toda a sua primitividade”, ele vislumbrou “um valor regional e por extensão, um valor brasileiro, e, mais do que isso, um valor dos trópicos”. O uso do conceito “valor” não é fortuito, e Freyre justifica-o em várias frentes, que passam pela “harmonização estética” na relação entre homem e natureza, pela dimensão higiênica de adaptação à natureza tropical, pela dimensão econômica de grupos pobres que se valem daquilo que a natureza regional proporciona, e que “o europeu e o norte-americano” perceberem não ser apenas motivo de “curiosidades etnográficas” (FREYRE, 1996, p. 53–54).

Este argumento me parece fundamental, sobretudo porque Freyre mobilizou a “cultura popular” como um valor ecológico, capaz de dar lições ao mundo erudito, “popular elevado ao nível de erudito”, como vai afirmar ao final do *Manifesto*. O sociólogo disse identificar “mestras de higiene tropical” nas mulheres do povo que andam com “xales, mantilhas e panos e os

diferentes modos”, protegendo-se do sol e mostrando as influências “orientais e africanas” sobre o Brasil – além de sertanejos e matutos que andam com roupas leves, chapéus e alpercatas. Chamou “mestras” as “negras de tabuleiro”, estas na “arte de decoração” de seus doces, ao mesmo tempo que promovem o “bem-estar humano” negando a cozinha francesa e a “indústria norte-americana das conservas”. Para ele também eram “mestres de músicas” os cantadores e “mestres de dança” alguns “babalorixás e ialorixás”. Ou “mestres de medicina” os “curandeiros da região”, “mestras de adorno” algumas “morenas e mulatas” que usam turbantes, “mestres da arte náutica” os jangadeiros, “mestres de educação física” os capoeiristas (FREYRE, 1996, p. 70–71). O apelo à cultura popular, ganhando essa tonalidade, parece ser novo na obra de Freyre:

De modo que, no Nordeste, quem se aproxima do povo desce a raízes e a fontes de vida, de cultura e de arte regionais. Quem se chega ao povo está entre mestres e se torna aprendiz, por mais bacharel em artes que seja ou por mais doutor em medicina. A força de Joaquim Nabuco, de Sílvio Romero, de José de Alencar, de Floriano, do Padre Ibiapina, de Telles Júnior, de Capistrano, de Augusto dos Anjos, de Rosalvo Ribeiro, de Augusto Severo, de Auta de Sousa, de outras grandes expressões nordestinas da cultura ou do espírito brasileiro, veio principalmente do contato que tiveram, quando meninos de engenho ou de cidade, ou já depois de homens feitos, com a gente do povo, com as tradições populares, com a plebe regional e não apenas com as águas, as árvores, os animais da região (FREYRE, 1996, p. 71).

O lugar central conferido para a cultura popular, como possibilidade que permitiria reestabelecer a harmonia de polos opostos presente na sociedade patriarcal, para a interpretação de Freyre, é o que salta aos olhos neste momento. O termo “povo” apareceu ao longo dos artigos de 1920 como exemplo da concretização da região. É o caso do elogio da culinária ou dos mucambos. Entretanto parece haver um ponto de inflexão na década de 1940 que leva Freyre a eleger o termo “cultura popular” para ocupar posição privilegiada no *Manifesto*. Posição que antes estava nas mãos da sociedade patriarcal, no engenho de cana, na relação entre senhores e escravizados.

Daí meu argumento que não é possível entender a mudança que se operou na compreensão de Freyre sem passar por suas experiências no Rio de Janeiro ao longo da década de 1930, sobretudo pelo diálogo com outros intelectuais que, como ele, preocupavam-se com a questão da cultura popular. Soma-se a este argumento a mobilização do termo popular pela geração do TEP, evidenciando que a discussão sobre a região não poderia mais ser feita menosprezando aquilo que seria o povo. Estes fenômenos evidenciam que Freyre chegou na

década de 1950 com um ambiente intelectual diverso, com questões que haviam sofrido mudanças consideráveis desde a década de 1920. Não quero afirmar que Freyre foi influenciado passivamente, creio que ele teve um papel ativo em boa parte dessas transformações no universo intelectual brasileiro. Entretanto, me parece indiscutível que as reflexões do período em que ele havia retornado ao Recife fossem levar, espontaneamente, a afirmações como “Quem se chega ao povo está entre mestres e se torna aprendiz”. Não me parece que elas fossem óbvias mesmo quando foi organizado o Congresso Regionalista.

Além dessa nova tônica, Freyre também se empenhou na defesa de alguns temas conhecidos. É o caso do elogio às ruas antigas do Nordeste, todas estreitas e, portanto, mais adaptadas às necessidades da região. Contra o sol dos trópicos elas proporcionam sombra. Embora reconhecesse a necessidade de ruas largas nas cidades modernas, Freyre pediu para que não se esqueçam “que a uma cidade do trópico, por mais comercial ou industrial que se torne, convém certo número de ruas acolhedoramente estreitas nas quais se conserve a sabedoria dos árabes, antigos donos dos trópicos”. Como contraponto ele mencionou os “engenheiros: místicos do cimento armado e mistagogos das avenidas largas” (FREYRE, 1996, p. 55).

Provavelmente o tema mais conhecido do Manifesto é o culinário. Freyre dedicou várias páginas de elogio aos doces de rua, às comidas típicas e, principalmente, seu processo caseiro e artesanal de fabricação. Remetendo à infância afirmou que “há comidas que não são as mesmas compradas nos tabuleiros que feitas em casa” e que “as negras de tabuleiro e de quitanda como que guardam maçonicamente segredos” de suas receitas. Logo a própria culinária nordestina foi tratada como um valor: “A significação social e cultural desses valores. A importância deles: quer dos quitutes finos, quer dos populares. A necessidade de serem todos defendidos pela gente do Nordeste contra a crescente descaracterização da cozinha regional” (FREYRE, 1996, p. 59).

Sobre este tema houve, no *Diário de Pernambuco*, menção ao discurso de Freyre na 1ª sessão plenária que aconteceu no segundo dia de atividades do Congresso Regionalista, em 8 de fevereiro (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926, p. 3). Ele defendeu que “três regiões culinárias destacam-se hoje no Brasil: a Baiana, a Nordestina e a Mineira”, sendo a nordestina “mais importante do ponto de vista sociologicamente brasileiro”. Isso porque nela “se equilibraram ou harmonizaram” as referências portuguesas, africanas e ameríndias, de forma a não haver excesso

português, como no Rio de Janeiro, ou excesso africano, como na Bahia, ou mesmo excesso ameríndio, caso de “extremo Norte” (FREYRE, 1996, p. 60–61).

Para o leitor é interessante notar como aqui, de certa forma, está presente o argumento geral de *Casa-Grande & Senzala* que se repete em *Nordeste*, a saber, a existência de um equilíbrio entre diversas tendências culturais, neste caso pelo exemplo da culinária (ARAÚJO, 1994; FREYRE, 2003, 2013c). Este equilíbrio por sua vez só foi possível em razão de um elemento: o português. Na concepção de Freyre sem os colonos “Não haveria unidade nacional sob a variedade regional”, pois foi a “Tendência plástica nos valores culinários” dos portugueses que possibilitou o famoso “equilíbrio de antagonismo” (FREYRE, 1996, p. 61).

Tal qual sua interpretação da história brasileira delineada em suas principais obras, Freyre defendeu o risco que pende sobre a tradição: “Não é só o arroz doce: todos os pratos tradicionais e regionais do Nordeste estão sob a ameaça de desaparecer, vencidos pelos estrangeiros e pelos do Rio”. Contou, por exemplo, sobre sua decepção ao retornar ao Recife e descobrir que os cafés elegantes não vendiam mais água de coco, arroz doce ou tapioca. Bradou contra a substituição “das tradições da doçaria ou da cozinha patriarcal” pelas “comidas incaracterísticas de conserva e de lata”: “Raras são hoje, as casas do Nordeste onde ainda se encontrem mesa e sobremesa ortodoxamente regionais” (FREYRE, 1996, p. 67).

O autor identificou que “Toda essa tradição está em declínio ou, pelo menos, em crise, no Nordeste”. Para ele estava aí um sinal de problema maior, já que “uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo: o perigo de descaracterizar-se”. Na esteira deste argumento foi que Freyre redigiu uma das passagens mais conservadoras de seu manifesto, retrógrada até mesmo para a época, como afirma Azevedo (AZEVEDO, 1996, p. 162). Para ele

As novas gerações de moças já não sabem, entre nós, a não ser entre a gente mais modesta, fazer um doce ou guisado tradicional e regional. Já não têm gosto nem tempo para ler os velhos livros de receitas de família. Quando a verdade é que, depois dos livros de missas, são os livros de receitas de doces e de guisados os que devem receber das mulheres leitura mais atenta. O senso de devoção e o de obrigação devem completar-se nas mulheres do Brasil, tornando-as boas cristãs, e, ao mesmo tempo, boas quituteiras, para assim criarem melhor os filhos e concorrerem para a felicidade nacional. Não há povo feliz quando às suas mulheres falta a arte culinária. É uma falta quase tão grave como a da fé religiosa. (FREYRE, 1996, p. 67)

Comentei brevemente na introdução deste texto sobre a ausência de mulheres nos quadros dos intelectuais pernambucanos que pensaram o regionalismo⁷⁰. Esta passagem ilustra muito do preconceito e da resistência que esse grupo pode ter sofrido. Ao mesmo tempo Freyre revela o lugar que está pensado para elas dentro da tradição: o espaço da cozinha e da religião que deve ser direcionado para a criação dos filhos. Daí, por exemplo, o entendimento tão retrógrado que o levou a considerar ser falta grave a ausência de “arte culinária” para elas. Considerando que este tema havia aparecido na fala de Freyre durante o Congresso Regionalista, como está registrado no *Diário de Pernambuco*, a reprodução do trecho acima torna evidente que o sociólogo pernambucano não reviu sua posição mesmo depois passados quase trinta anos.

Freyre também disse sentir falta da culinária na literatura, “quase não se vê conto ou romance em que apareçam doces e bolos tradicionais como em romances de Alencar”, referência que ele mobilizou para fundamentar seu apelo. Claro está aqui seu esforço em traçar parâmetros estéticos que orientaram alguns amigos próximos, como José Lins do Rego e Ascenso Ferreira. Freyre falou aos “escritores atuais [que] têm medo de parecer regionais, esquecidos de que regional é o romance de Hardy, regional é a poesia de Mistral, regional o melhor ensaio espanhol: o de Gavinet, o de Unamuno, o de Azorin”, referências estrangeiras sobre as quais ele fundamentou sua defesa do regionalismo (FREYRE, 1996, p. 66). Especialmente sobre os últimos três a alusão foi importante, já que eles parecem ter constituído referência importante para o desenvolvimento da reflexão regionalista freyreana, como mostrou Élide Rugai Bastos (BASTOS, 1998, 2003).

Como exercício prático Freyre lançou três propostas: “estabelecer no Recife um café ou restaurante a que não falta cor local”, expressa da forma mais exótica possível com “palmeiras”, “gaiolas de papagaios”, “caritó de guaiamum⁷¹” e “uma preta de fogareiro”; ter cursos de cozinha tradicional nos colégios de meninas; criar um acervo com cadernos antigos de receitas culinárias regionais (FREYRE, 1996, p. 68). Outra necessidade seria expor os objetos de arte regional, assim elencados:

⁷⁰ Não pretendo negar a existência de mulheres associadas ao regionalismo no Nordeste, como a pintora Ladjane Bandeira e a escritora Rachel de Queiroz. Nem que elas tenham tido uma projeção significativa. O que coloquei em questão foi que elas não estavam inclusas no grupo de intelectuais homens que pretendiam ditar os rumos do movimento regionalista em Pernambuco. Sobre a primeira ver Dimitrov (2013, p. 204)

⁷¹ Trata-se de uma gaiola para deixar expostos caranguejos.

[É necessária] uma loja de brinquedos e objetos de arte regional e popular: bonecas de pano, renda do Ceará, farinheiras e colheres de pau, chapéus de palha de Ouricuri, alpercatas sertanejas, cabaços de mel de engenho, cachimbos de barro, manés-gostosos, figuras de mamulengo, carrapetas, panos da Costa, balaios, cestos, bonecos de barro, potes, panelas, quartinhas, bilhas (FREYRE, 1996, p. 69).

Com o *Manifesto* encaminhando-se para o fim, o autor retomou alguns elementos e começou a dar um tom mais “popular”. Este termo aparece aqui no sentido de referir-se a fatos, objetos e relações que compunham o cotidiano do indivíduo pernambucano das camadas menos privilegiadas. Logo, trata-se de um grupo diferente daquele grupo de intelectuais que pensavam o Regionalismo Tradicionalista. Nesse caminho Freyre retomou os exemplos dados de outras regiões, porém dessa vez aliando-se numa espécie de condição periférica, na medida em que reconheceu o olhar “subnacional” ou “exótico” sobre elas. Basta olhar a seguinte passagem:

Pois o Brasil é isto: combinação, fusão, mistura. E o Nordeste, talvez a principal bacia em que se vêm processando essas combinações, essa fusão, essa mistura de sangue e valores que ainda fervem: portugueses, indígenas, espanhóis, franceses, africanos, holandeses, judeus, ingleses, alemães, italianos. Daí a riqueza de sabores ainda contraditórios de sua cozinha no extremo Nordeste talvez mais complexa e mais compreensiva que a chamada "Baiana", isto é, a de Salvador, da Bahia, sua parenta em tanta coisa. Por isso mesmo, são as duas dignas - e também paraense ou amazônica - da melhor atenção brasileira. Saliente-se em conclusão, que há no Nordeste - neste Nordeste em que vêm se transformando em valores brasileiros, valores por algum tempo apenas subnacionais ou mesmo exóticos - uma espécie de franciscanismo, herdado dos portugueses, que aproxima dos homens, árvores e animais (FREYRE, 1996, p. 72).

A partir desta última frase, e com tom saudosista, Freyre explorou brevemente a relação do povo nordestino com as árvores e os animais – tema que havia aparecido em *Nordeste*. Para ele “há no Nordeste de hoje árvores e plantas vindas da Europa, do Oriente, da África que crescem nos sítios ou nos quintais, não só como se fossem naturais da região, porém como se fossem gente: gente de casa”, que servem de remédio, que “refrescam e perfumam o ar”, que “servem de brinquedo”. E ainda “o mesmo ocorre na relação com os animais: E o mesmo é certo daqueles animais da região mais presos à vida dos homens e dos meninos. Mais próximos de suas alegrias. Mais camaradas deles nos dias difíceis ou de dor” (FREYRE, 1996, p. 72).

Nesse mesmo tom ele encerrou o texto defendendo o Congresso Regionalista como esforço de resguardar não só as “igrejas maltratadas e dos jacarandás e vinháticos, das pratas e ouros de família e de igreja vendidos aos estrangeiros”, mas também “brasileiros em quem a consciência regional e o sentido tradicional do Brasil vêm desaparecendo sob uma onda de mau

cosmopolitismo e de falso modernismo”. Remetendo ao povo, e não só ao que podia ser identificado como “alta cultura” ou “cultura erudita”. “É todo o conjunto da cultura regional que precisa ser defendido e desenvolvido”. A ideia de “desenvolvido” se somou à argumentação de Freyre que tentava se contrapor à concepção estática do regionalismo. Parece ser esta a impressão final que quis deixar Freyre no texto: de um movimento dinâmico que pode vir a desenvolver-se, não estagnando-se (FREYRE, 1996, p. 75).

5. Considerações finais

Uma vez tendo analisado o *Manifesto Regionalista*, caminho para o fim deste trabalho numa tentativa de esboçar o cenário após a publicação desta obra. Gostaria de reforçar que o fato de o *Manifesto* ser um texto de 1952 e não de 1926 não tira, de forma alguma, seu valor histórico. Mais que isso, como afirmei várias vezes, o *Manifesto* é no meu entender a principal síntese do movimento Regionalista Tradicionalista, sendo não só bastante conhecido como também muito influente. Entretanto, ter consciência sobre as nuances de sua publicação é fundamental para compreender o processo de acumulação que levou Freyre a formular esse texto.

O *Manifesto* é ilustrativo de como o próprio Freyre foi uma figura muito interessante se considerada em comparação com os movimentos regionalistas mundo afora. Anne-Marie Thiesse afirmou que uma nação (e uma região, considerando a semelhança entre os movimentos identitários) deve possuir os seguintes elementos:

[...] ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação através das vicissitudes da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem típica, um folclore, tudo isso sem contar algumas identificações pitorescas: modo de vestir, gastronomia, animal emblemático (THIESSE, 2001, p. 8–9).

Quando considero o caso de Freyre posso ver um esforço amplo que abarca várias dessas esferas, seja pela publicação de seus livros (além do *Manifesto*, cito *Nordeste e Região e Tradição*, dentre tantos outros escritos), pela organização de instituições culturais com papel de legitimação da produção simbólica (como o Centro Regionalista ou o Instituto Joaquim Nabuco), pelos eventos organizados (além do Congresso Regionalista, diversas conferências e festas, bem como o 1º Congresso Afro-Brasileiros).

Ele tentou construir uma história comum com pretensões evidentemente identitárias não só para o Brasil, com *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, como também para o Nordeste, acionando o mito das três raças para definir a constituição cultural por vias da miscigenação. Cabe mencionar também algumas histórias específicas de Pernambuco, como as invasões holandesas e as agitações políticas entre 1817 e 1824, que caracterizariam um mito de fundação. A constante menção às paisagens da zona da mata pernambucana, com especial ênfase sobre as árvores, e aos monumentos histórico-arquitetônicos, sempre com descrições densas

carregadas de adjetivos, também foram formas encontradas para se criar uma relação afetiva com a terra e a região – a despeito das críticas de que tais paisagens e monumentos não refletiam toda a experiência nordestina, mas apenas aquela dos engenhos na zona da mata. Ainda, como não lembrar a descrição da cozinha regional, uma paixão de Freyre expressa desde que voltou ao Brasil, objeto de seu trabalho para o Congresso Regionalista e elemento mais marcante no *Manifesto Regionalista* de 1952.

No entanto, esse empreendimento só foi possível na medida em que Freyre organizou ao seu redor uma ampla rede de agentes com os quais ele dialogava, seja a nível local, seja no eixo Rio-São Paulo, seja no exterior. Sobre esta última, creio serem necessárias mais pesquisas que se detenham sobre os intelectuais com as quais Freyre dialogava no exterior, entendendo suas influências sobre o pensamento do sociólogo pernambucano. Ao mesmo tempo é importante perceber como ele mobilizou esta rede internacional, que me parece estava sobretudo na França, como forma de legitimação sobre sua produção simbólico no cenário nacional.

O estudo destas relações permite constatar a consciência que o próprio Freyre tinha sobre o regionalismo como um fenômeno transnacional. Por exemplo, no prefácio à segunda edição de *Região e Tradição*, publicada em 1968, além das lembranças de seu amigo José Lins, já falecido, Freyre fez uma espécie de breve genealogia do caminho do regionalismo pela Europa antes de chegar ao Brasil, em 1923: “[...] se acomodara, na França, com Felibristas, ao mesmo tempo que com Dadaístas, na Alemanha, com Expressionistas de Berlim e Regionalistas de Munique, em Oxford, com ingleses, escoceses e irlandeses a seu modo regionalistas, tradicionalistas e modernistas” (FREYRE, 1968, p. 37–38).

Ainda neste prefácio Freyre defendeu o caráter transnacional do *Livro do Nordeste* pela via de sua agenda de estudos sobre a luso-tropicologia e a hispano-tropicologia. Segundo ele aquela obra teria evidenciado as ligações ecológicas entre o Nordeste e o Brasil com o continente americano, e culturalmente com a Península Ibérica. Ainda que eu entenda que o caráter transnacional estivesse mais no fato de Freyre ser um intelectual formado no exterior que mantinha constante diálogo com intelectuais norte-americanos e europeus, esta perspectiva de atualização sobre o *Livro do Nordeste* pela via da interpretação dada neste prefácio não deixa de ser interessante. Ao mesmo tempo Freyre dá pistas para uma pesquisa sobre a relação existente entre o regionalismo e a guinada autoritária de sua agenda de pesquisa durante as

décadas de 1960 e 1970, quando o luso-tropicalismo levou-o a aproximar-se da ditadura de Salazar, em Portugal, além do regime militar brasileiro.

Por outro lado, o diálogo com o eixo Rio-São Paulo se concentrava na questão do modernismo. No mesmo prefácio citado nos parágrafos acima, Freyre aderiu com ressalvas ao termo modernista e afirmou que o desejo seu e de outros intelectuais à época, como Alfredo Moraes Coutinho, Odilon Nestor e outros,

[...] era que o Brasil, modernizando-se nas artes, nas letras, nos estudos do Homem, na economia, em técnicas, em formas de convivência, não se uniformizasse ou se estandardizasse numa sociedade ou numa cultura sem profundidade, sem verticalidade e sem autenticidade: sem sentido nenhum nem de tradição nem de região (FREYRE, 1968, p. 38).

Nessa formulação mais recente o regionalismo seria um esforço de explorar o Brasil “verdadeiro”, aquele que seria visto pelos artistas e intelectuais e que deveria ser por eles representado sem exotização. Daí seu caráter modernista e o espaço criado por Freyre para somar à sua formulação nomes como Carlos Drummond, Érico Veríssimo, Sérgio Buarque, Oscar Niemeyer, Burle-Marx – citados explicitamente neste prefácio. Por outros, como Manuel Bandeira, Freyre já havia demonstrado sua simpatia.

Entretanto, o diálogo com os modernistas não era de forma alguma só simpatias. Pelo contrário, como afirmou Albuquerque Junior (2021) esta relação era perpassada mais por antagonismo, sobretudo com Mário de Andrade. Na forma de entender do historiador, os prefácios de Freyre escritos para o *Manifesto Regionalista* evidenciam um tom de lamento à posição que estava sendo legada ao Regionalismo Tradicionalista na narrativa marioandradiana sobre o modernismo – narrativa que se tornou hegemônica.

Por mais que eu acredite que não seja possível reduzir o *Manifesto* e seus prefácios a uma reação contra o modernismo paulista de Mário de Andrade, a explicação de que a oposição ao eixo Rio-São Paulo contribuiu de alguma forma para as publicações não deixa de ser verdadeira. Como demonstrei no capítulo anterior, o primeiro prefácio escrito por Freyre para essa obra trouxe um tom explícito de lamento para o “destino que teve o Regionalismo do Recife, quase sumido ao lado do Modernismo do Rio e do de São Paulo” (FREYRE, 1996, p. 88). No prefácio à segunda edição, publicada em 1955, Freyre argumentou que “Como já escreveu alguém, ‘quando se fizer cuidadoso estudo da cultura brasileira e dos movimentos que

têm concorrido para seus rumos e expressões atuais, o Movimento Regionalista do Recife será considerado tão importante quanto o Modernista de São Paulo e Rio” (FREYRE, 1996, p. 93).

Já o prefácio à 6ª edição e o ensaio publicado na mesma edição, ambas de 1976, trazem o nome que Freyre adotou para seu movimento por fim: o movimento dos “Regionalistas-Tradicionistas-Modernistas” do Recife, no prefácio, ou “O Movimento Regionalista, Tradicionista e, a seu modo, Modernista do Recife”, título do ensaio. Tomando novamente de empréstimo a interpretação de Albuquerque Junior (2021), estes textos significam o reconhecimento de Freyre de que a narrativa modernista paulista tornou-se hegemônica no cenário nacional.

Concomitantemente, o sociólogo pernambucano, que nos anos de sua formação passou pela Europa e conheceu as vanguardas, era consciente das formas estéticas modernas, do experimentalismo estético, e os empregou nas suas obras, tal qual parte dos intelectuais ao seu redor. Sobre o último ponto, o impacto do Romance de 30 e a interpretação contemporânea de que ele integra uma outra geração do modernismo (BOSI, 2006, p. 415–416; CASTELLO, 1999, p. 269) evidencia que o regionalismo em si não é passadista, mas muito moderno. Lembrando Eric Storm (2010, 2011), o regionalismo, onde apareceu na Europa, esteve entre as vanguardas e a cultura erudita, e não nos círculos restritos das províncias. O mesmo ocorreu no Brasil, daí Freyre ter afirmado no ensaio de 1976:

Regionalismo tradicionalista a seu modo modernista: mas de todo independente do “Modernismo” Rio-São Paulo, do qual tanto se fala, às vezes esquecendo-se esse outro movimento da mesma época, saído do Recife e o se chamado “Manifesto Regionalista”, apresentado – como pronunciamento que definisse suas orientações – ao Congresso Regionalista organizado no Recife em 1926 (FREYRE, 1996, p. 237).

De outro lado, Freyre estava dialogando também com seus conterrâneos, especialmente no Recife. Basta lembrar que seu principal antagonista no cenário intelectual, o paraibano Joaquim Inojosa, havia publicado desde 1968 os volumes de “O movimento modernista em Pernambuco”, desqualificando qualquer impacto de Freyre e do Regionalismo Tradicionista na década de 1920, além de questionar a autenticidade do *Manifesto Regionalista* que se proclamava de 1926. Se por um lado Freyre reconsiderou o título “de 1926” do texto e passou a se referir com mais cuidado àquele que seria “um pronunciamento [feito no Congresso Regionalista de 1926] que publicado anos depois tomaria o título de ‘Manifesto Regionalista’”

(FREYRE, 1996, p. 236), por outro lado ele argumentou com vistas a defender a importância e o impacto que teve seu movimento.

O problema para Freyre foi que a resistência ao Regionalismo Tradicionalista não se encontrava apenas em Inojosa. A geração de Hermilo Borba Filho também rejeitava o rótulo “regionalista”, vendo nele muito de exotização e separatismo. A preferência pelo termo “popular” ao invés de “regional” foi evidente no grupo que reorganizou o TEP na segunda metade da década de 1940. Ao mesmo tempo, como já sugeri, me parece que se somava a essa justificativa outra menos explícita, que se referia a um choque geracional que ocasionou uma disputa simbólica entre Freyre e a geração de Hermilo, da qual despontou um nome importante ao longo das décadas de 1950 e 1960: Ariano Suassuna. Foi ele que, no meu entender, assumiu a hegemonia do cenário cultural do Recife, no qual Freyre ainda atuava, durante a segunda metade do século XX. Algo que se deu não só com sua participação mais modesta no TEP, escrevendo peças com temas regionais, mas também com a criação do Teatro Popular do Nordeste, grupo que liderou junto com Hermilo Borba Filho e outros ex-integrantes do TEP, a direção do Departamento de Extensão Cultural da UFPE a partir de 1969, a organização do Movimento Armorial na década de 1970. Este, entretanto, é tema para outros trabalhos, e adiante vou apenas especular sobre a herança do Regionalismo Tradicionalista identificando em Ariano uma figura importante.

Carvalho, citando um depoimento de Ariano Suassuna dado em 1964, no qual o dramaturgo paraibano refletiu sobre Hermilo Borba Filho, evidenciou como o diálogo com o conceito de popular se deu em oposição ao regionalismo: “[...] procurávamos uma poesia, uma pintura, um romance, uma música e, sobretudo, um teatro que, ligando-se à tradição do romanceiro popular nordestino, não nos deixassem presos aos limites, para nós por demais estreitos, do regionalismo” (SUASSUNA, 1964 apud CARVALHEIRA, 2011, p. 57). A ideia de que o regionalismo seria estreito evidencia não só uma disputa no campo simbólico, de jovens artistas que buscavam construir um espaço para além do campo de influência de Freyre, como evidencia um certo distanciamento entre a reflexão sobre a cultura popular e o regionalismo no entender de Suassuna.

Apesar de se opor em diversos momentos ao projeto Regionalista Tradicionalista, que também identificou como “Neo-Naturalista”, Ariano adotou uma empreitada semelhante ao

grupo encabeçado por Freyre e Lins do Rego. De acordo com Dimitrov, seu objetivo foi “mergulhar no universo cultural de uma região, extraindo dela os traços elementares que constituem a singularidade daquele povo, e a partir deles criar uma obra artística que dialogue de maneira harmoniosa com a matéria prima, sem descaracterizá-la” (DIMITROV, 2011, p. 24). Tal diálogo harmônico me parece um elemento fundamental que aproxima Freyre e Ariano. É o que tornou ambos, como afirma Dimitrov, “mais próximos da visão platônica de cultura do que a heracliteana”, no sentido que eles pensam a cultura menos como fluxo e intercurso cultural que como uma tradição que deve ser preservada.

Daí Ariano ter se referido, respectivamente, a Freyre e ao Movimento Regionalista em dois artigos do Almanaque Armorial publicado na Folha de São Paulo no ano 2000. No primeiro artigo, que data de 28 de agosto, Ariano assumiu a dívida do Movimento Armorial com o que ele chamou “Movimento Regionalista de 26”, assim como com a Escola do Recife e o Movimento Modernista. Entretanto, Ariano afirmou que não negava a importância de Freyre, mas que também conseguia se distanciar para criticá-lo.

No mesmo artigo, Ariano citou um texto seu publicado em 1962 na coletânea *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte: ensaios sobre o autor de Casa-Grande & Senzala*. Nas palavras dele:

À guisa de introdução e lembrando mais uma vez que não sou estudioso de Sociologia [...], gostaria de fazer uma distinção entre dois tipos de Regionalismo que pressinto: o "de posição" e os "históricos". O primeiro é uma posição fundamental, que inclui, de certo modo, uma atitude de vida e que tem, como decorrência, entre outras coisas, uma posição artística. Os do segundo tipo são esta posição enquanto assumida por indivíduos ou por grupos num movimento, como o que Gilberto Freyre desencadeou aqui, por volta de 1926. [...] O Regionalismo, como movimento histórico, pode estar superado no Nordeste [...], mas, enquanto encarado como uma das posições legítimas que se pode tomar em Arte, não o está, porque, deste ponto-de-vista, nenhuma posição se pode considerar como superada. Tomado neste sentido, o Regionalismo não é de hoje nem de ontem, é de sempre, como o Classicismo ou o Barroco. Um estilo não se liga somente à momentânea predominância histórica de que gozou neste ou naquele momento: é uma posição que pode ser adotada com a maior liberdade por qualquer artista, sem preocupações de moda ou de anacronismo (SUASSUNA, 1962 apud, SUASSUNA, 2000a).

Este trecho é muito interessante por revelar que Ariano tinha, ao menos na década de 1960, algum nível de consciência sobre o regionalismo não se restringir ao Regionalismo Tradicionalista de Gilberto Freyre. Essa reflexividade atribui ainda mais significado a sua opção de não reproduzir o termo regionalismo para identificar seu trabalho, preferindo o conceito de

“popular” e depois “armorial”. Dessa forma me parece que fica ainda mais evidente a ressalva sobre a herança do Regionalismo Tradicionalista na geração de Ariano.

No segundo artigo, de 4 de setembro, o dramaturgo paraibano retomou o mesmo texto escrito em 1962, trazendo algumas pistas sobre o que seria o “Neo-Naturalismo” e de que forma ele apareceu no romance regionalista:

Achava que, se comparássemos minha peça com um romance regionalista, como os de José Lins do Rego, iríamos encontrar semelhanças mas também grandes diferenças. A principal vinha de que o Regionalismo era uma espécie de Neo-Naturalismo. E, no meu teatro, por influência de Gil Vicente, do teatro do Século de Ouro espanhol, do Barroco e do Romanceiro Popular Brasileiro, havia um elemento mágico e poético que me afastava dos regionalistas (SUASSUNA, 2000b).

Para Ariano seria mais aceitável falar em “região” que em “regionalismo”, significando a primeira partir do mundo ao redor de si para criar artisticamente. Na sua argumentação a “região” seria mais ampla, no sentido de que a partir dela cada artista poderia partir para onde desejasse, sem muitos compromissos com tal ou qual tradição. Para ele o Regionalismo Tradicionalista ainda assumiria o risco de cair no pitoresco:

Quando, para exemplificar, vejo José Lins do Rego dizer que o Regionalismo, "no plano artístico, é uma sondagem na alma do povo, nas fontes do folclore", sinto uma sensação imediata de repulsa e me recuso a ser chamado de regionalista. Tal regionalismo fica nas aparências do social, fazendo jus a todas as acusações de "pitoresco", enquanto a Arte tem de se enriquecer da luz do real pelo sensível, pelos homens, pela vida, pelas coisas que nos cercam, sendo, portanto, algo muito mais profundo. É por isso que procuro um Teatro que tenha ligações com o clássico e com o barroco: na minha opinião, esta é a posição que pode atingir melhor o real, no que se refere a mim e a meu Povo (SUASSUNA, 1962, p. 475–476 apud, SUASSUNA, 2000b).

Essas citações de reflexões de Ariano feitas na década de 1960 e resgatadas no ano 2000 relevam, no meu entender, muitas nuances por trás do regionalismo. Ainda mais, mostram a complexa relação de herança estabelecida com o Regionalismo Tradicionalista, que não se tornou unânime, mesmo entre aqueles intelectuais que revelaram por ele algum tipo de simpatia. Este me parece um aspecto sobre o qual podem se debruçar trabalhos futuros.

Por outro lado, é possível especular que sem as mudanças, que busquei evidenciar na obra de Gilberto Freyre, processadas ao longo das décadas de 1930 e 1940, é pouco provável que a simpatia de Ariano ainda existisse. Com isso quero resgatar um argumento central deste trabalho: a ideia de que o intelectual Gilberto Freyre de 1952, cuja interpretação do

Regionalismo Tradicionalista através do *Manifesto Regionalista* ficou marcada para a posteridade, estava em muitos sentidos distantes do jovem Freyre que integrou a agitação regionalista na década de 1920.

Para afirmar que houve essas mudanças, se não bastam os relatos como os de Inojosa, que refutaram qualquer pronunciamento de Freyre em caráter de manifesto no Congresso Regionalista de 1926, basta comparar os artigos e ensaios escritos naquele período. Como busquei evidenciar, os escritos da década de 1920 anteciparam temas como o elogio da região, o privilégio ao Nordeste (e Pernambucano em especial), a gastronomia e a arquitetura regional. Entretanto, eles não abordaram qualquer conceito de “cultura popular” ou “povo” como o fez o *Manifesto* publicado em 1952. Freyre estava afeito ao tema dos engenhos, à saudade do patriarcado açucareiro, à crítica do Brasil pós-escravização. As camadas menos privilegiadas só apareceram em seus textos da década de 1920 por meio de imagens idealizadas do trabalho escravo; nunca da forma como apareceriam no *Manifesto* mais de vinte anos depois, como “mestres” da cultura brasileira.

No meu argumento isso evidencia como a década de 1930 teve um impacto fundamental ao construir um debate sobre o conceito de cultura popular, no qual Freyre participou ativamente. Foi através da discussão e da troca de ideias num ambiente propício, seja pelo desenvolvimento editorial que fez florescer a literatura e as obras de interpretação do Brasil, seja pelo investimento do Estado em incorporar intelectuais ao quadro burocrático de maneira a formar uma heterogênea *intelligentsia*. Só compreendendo este contexto é possível entender a força com que chegou o conceito de “cultura popular” à década de 1940, apropriado pelo grupo do TEP para pensar um “teatro do povo”. Já neste período os escritos de Freyre tinham uma cara diferente e dialogavam, sempre que possível, com as ideias do jovem grupo de Hermilo Borba Filho.

Referências Bibliográficas

- ACUÑA, J. M. H. **Entre rodas de capoeira e círculos intelectuais: disputas pelo significado da capoeira no Brasil (1930-1960)**. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2010.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **Movimento regionalista e tradicionalista: a seu modo, modernista?** 1922: modernismos em debate - A identidade como problema. São Paulo, 26 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cd15XEoQn-4>>
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. DE. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 1ª ed. Recife/São Paulo: Massangana/Cortez, 1999.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. DE. O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras, Dourados, MS**, v. 10, n. 17, p. 55–67, jun. 2008.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, B. **Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial**. 1ª edição ed. Campinas, SP, Fortaleza, CE: Editora da Unicamp, Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2014.
- ANDRADE, M. DE. Modernismo e Ação. **Jornal do Commercio**, 24 maio 1925.
- ARAÚJO, R. B. DE. **Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre no anos 30**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- ARCANJO, J. E. M. O Gordo e o Magro: O Nordeste Segundo Gilberto Freyre e Djacir Menezes. **Revista de Ciências Sociais - UFC, Fortaleza**, v. 27, n. 1/2, p. 73–83, 1996.
- AZEVEDO, N. P. DE. **Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco**. 2ª ed. João Pessoa/Recife: UFPB/Editora Universitária; UFPE/Editora Universitária, 1996.
- BARBONI JUNIOR, A. C. **O Regionalismo de Gilberto Freyre e José Lins do Rêgo: uma análise entre a sociologia e a literatura**. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.
- BARROS, N. C. S. **Arquivos da vida, arquivos da história: as experiências intelectuais de Joaquim Inojosa e os usos da memória do modernismo**. Tese de Doutorado—Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2012.
- BASTOS, É. R. Iberismo na obra de Gilberto Freyre. **Revista USP, São Paulo**, n. 38, p. 48–57, 30 ago. 1998.
- BASTOS, É. R. **Gilberto Freyre e o Pensamento Hispânico**. 1ª ed. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

BASTOS, É. R. O iberismo e a reflexão sobre a democracia na obra de Gilberto Freyre. **Posições, Campinas, SP**, v. 17, n. 3, p. 37–55, dez. 2006.

BORBA FILHO, H. Teatro do Estudante. **Diário de Pernambuco**, p. 2, 23 dez. 1945.

BORBA FILHO, H. Teatro: Arte do Povo. In: **Duas Conferências (Teatro:Arte do Povo; Reflexões sobre a “Mise-en-Scène”)**. Recife: Diretoria de Documentação e Cultura/Prefeitura Municipal do Recife, 1947.

BOSI, A. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 43ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

BOURDIEU, P. A Identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 107–132.

BOURDIEU, P. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. 9ª ed. Campinas: Papyrus, 2008.

CANDIDO, A. A Revolução de 1930 e a Cultura. **Revista Novos Estudos Cebrap, São Paulo**, v. 2, n. 4, p. 27–36, abr. 1984.

CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos 1750-1880**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017.

CARVALHEIRA, L. M. B. **Por um Teatro do Povo e da Terra: Hermilo Borba Filho e o Teatro do Estudante de Pernambuco**. 2ª edição revista ed. Recife: CEPE, 2011.

CASTELLO, J. A. **A Literatura Brasileira: origens e unidade (1500-1960)**. 1ª edição ed. São Paulo: EdUSP, 1999.

CHAGURI, M. **Do Recife do anos 20 ao Rio de Janeiro dos anos 30: José Lins do Rego, regionalismo e tradicionalismo**. Dissertação de Mestrado—Campinas, São Paulo: UniCamp, 2007.

CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COLI, J. **Como estudar a arte brasileira no século XIX?** 1ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2005.

COUTINHO, M. Pernambuco e o regionalismo nordestino. **Ilustração Brasileira**, jun. 1924.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 1º Congresso Regionalista do Nordeste. **Diário de Pernambuco**, p. 3, 9 fev. 1926.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “Povo, província, estudante e arte”: a conferência de Gilberto Freyre, hoje, no Gabinete Português de Leitura. **Diário de Pernambuco**, p. 3, 29 set. 1945a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Povo, província, estudante e arte. **Diário de Pernambuco**, p. 2–12, 30 set. 1945b.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Teatro de graça para o povo. **Diário de Pernambuco**, p. 2, 20 out. 1945c.

DIMITROV, E. **O Brasil dos espertos: uma análise da construção social de Ariano Suassuna como criador e criatura**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2011.

DIMITROV, E. **Regional como opção, regional como prisão: trajetórias artísticas no modernismo pernambucano**. Tese de Doutorado—São Paulo: USP, 2013.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2ª edição ed. São Paulo: EdUSP, 1995.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 16ª edição ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREYRE, G. A democracia nos Estados Unidos. **Diário de Pernambuco**, p. 3, 3 abr. 1923.

FREYRE, G. Do bom e do mau regionalismo. **Revista do Norte**, out. 1924.

FREYRE, G. Einstein, Regionalista. **Diário de Pernambuco**, p. 1, 5 abr. 1925a.

FREYRE, G. A propósito do regionalismo no Brasil. **Diário de Pernambuco**, p. 1, 11 out. 1925b.

FREYRE, G. Ação Regionalista no Nordeste. **Diário de Pernambuco**, p. 3, 7 fev. 1926.

FREYRE, G. **Mucambos do Nordeste**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

FREYRE, G. Foot-ball mulato. **Diário de Pernambuco**, p. 4, 17 jun. 1938.

FREYRE, G. **Assucar**. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939a.

FREYRE, G. **Recife: guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. 1ª ed. Recife: [s.n.].

FREYRE, G. **Olinda : 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira**. 1. ed. Recife: Dreschsler, 1939c.

FREYRE, G. Povo, Província, Estudante e Arte. **Nordeste**, v. 1, n. 2, p. 1–2, 25 dez. 1945.

FREYRE, G. Povo, Província, Estudante e Arte. **Nordeste**, v. 2, n. 3, p. 3–18, 26 jan. 1946a.

FREYRE, G. Povo, Província, Estudante e Arte. **Nordeste**, v. 2, n. 4, p. 17, 27 fev. 1946b.

- FREYRE, G. Estudante, teatro e povo. **Diário de Pernambuco**, p. 12–7, 27 fev. 1947.
- FREYRE, G. **Região e Tradição**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- FREYRE, G. **Livro do Nordeste: edição fac-similada**. 2ª ed. Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.
- FREYRE, G. **Manifesto Regionalista**. 7ª ed. Recife: Massangana, 1996.
- FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 48ª ed. São Paulo: Global Editora, 2003.
- FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 15ª ed. São Paulo: Global Editora, 2013a.
- FREYRE, G. **Vida Social no Brasil nos meados do século XIX**. 1ª edição digital ed. São Paulo: Global Editora, 2013b.
- FREYRE, G. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 1ª edição digital ed. São Paulo: Global Editora, 2013c.
- GOMES, Â. M. DE C. **História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- HALL, S. Quem precisa da identidade? In: **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- HOBBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- INOJOSA, J. **O movimento modernista em Pernambuco**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Grafica Tupy, 1968.
- INOJOSA, J. **A Arte moderna: 60 anos de um manifesto modernista**. 1ª Fac-similada ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1984.
- JOYEUX-PRUNEL, B. Graphs, charts, maps: plotting the global history of modern art. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo**, n. 67, p. 17–37, ago. 2017.
- LEVINE, R. **A velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LEWIN, L. **Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

- LIMA, O. Academia Pernambucana de Letras. **Diário de Pernambuco**, p. 3–4, 14 maio 1920.
- MELLO, E. C. DE. **O Norte Agrário e o Império: 1871-1889**. 2ª edição revista ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MELLO, E. C. DE. **A Outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2014.
- MENEZES NETO, H. S. **Entre o visível e o oculto: a construção do conceito de arte afro-brasileira**. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2017.
- MEUCCI, S. **Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico**. Tese de Doutorado—Campinas, SP, Brasil: UniCamp, 2006.
- MICELI, S. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. 1ª ed. São Paulo: DIFEL Difusão Editorial, 1979.
- MORAES, M. A. DE. **Câmara Cascudo e Mário de Andrade: Cartas 1924-1944**. 1ª edição digital ed. São Paulo: Global Editora, 2012.
- MORETTI, F. Conjectures on World Literature. **New Left Review**, Londres, v. 1, p. 54–68, fev. 2000.
- OLIVEIRA, L. L. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: **O Brasil Republicano, vol. 2, O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª edição ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2p. 323–350.
- OLIVEIRA, L. L. Gilberto Freyre e a Valorização da Província. **Revista Sociedade e Estado, Brasília**, v. 26, n. 1, p. 117–149, abr. 2011.
- PALLARES-BURKE, M. L. G. **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**. 1ª edição digital ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.
- PENA FILHO, C. **Melhores Poemas**. 4ª ed. São Paulo: Global Editora, 2000.
- SCHWARCZ, L. K. M. Complexo de Zé Carioca: Notas sobre uma identidade mestiça e malandra. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo**, 1994.
- SILVA, U. G. P. B. Um intrépido modernista. **Monções UFMS/CPCX**, v. 3, n. 4, p. 48–61, 2016.
- SKOLAUDE, M. S. **Identidade Nacional e Historicidade: o 1º Congresso Afro-Brasileiro de 1934**. . In: ANAIS DO XII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/RS. São Leopoldo (RS): Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2014.

SKOLAUDE, M. S. **Raça e nação em disputa: Instituto Brasileiro de Alta Cultura, 1ª Exposição Colonial Portuguesa e o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934-1937)**. Tese de Doutorado—Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2016.

SODRÉ, N. W. **O pós-modernismo: José Lins do Rego e Graciliano Ramos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

SOIHET, R. O povo na rua: manifestações culturais como expressão de cidadania. In: **O Brasil Republicano, vol. 2, O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª edição ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2p. 287–322.

SORA, G. A construção sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e a recepção de Casa-Grande & Senzala de Gilberto Freyre. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo**, v. 13, n. 36, 1998.

STORM, E. **The culture of regionalism: art, architecture and international exhibitions in France, Germany and Spain, 1890-1938**. Manchester, Inglaterra: Manchester University Press, 2010.

STORM, E. La cultura regionalista en España, Francia y Alemania: una perspectiva comparada (1890-1937). **Ayer. Revista de Historia Contemporánea, Madri, Espanha**, n. 83, p. 161–185, 2012 2011.

SUASSUNA, A. Teatro Região e Tradição. In: **Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte: ensaios sobre o autor de Casa-Grande & Senzala**. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

SUASSUNA, A. Gilberto Freyre e Eu. **Folha de São Paulo**, 28 ago. 2000a.

SUASSUNA, A. O Movimento Regionalista e o Armorial. **Folha de São Paulo**, 4 set. 2000b.

THIESSE, A.-M. La littérature régionaliste en France (1900-1940). **Tangence**, n. 40, p. 49–1964, 1993.

THIESSE, A.-M. “La Petite Patrie Enclose dans La Grande”: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940). **Estudos Históricos, Rio de Janeiro**, v. 8, n. 15, p. 3–16, 1995.

THIESSE, A.-M. **La Création des Identités Nationales: Europe XVIIIe-XIXe siècle**. Paris, França: Éditions du Seuil, 1999.

THIESSE, A.-M. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90, Porto Alegre**, n. 15, p. 7–23, 2002 2001.

THIESSE, A.-M. Centralismo estatal y nacionalismo regionalizado. Las paradojas del caso francés. *Ayer*, v. 4, n. 64, p. 33–64, 2006.

THIESSE, A.-M. No coração do regionalismo: a definição da cultura popular. **ANTARES: Letras e Humanidades**, v. 0, n. 4, p. 04–11, 2010.

VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: **O Brasil Republicano, vol. 2, O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª edição ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2p. 145–180.